

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM - MT



REVISÃO E ATUALIZAÇÃO
RELATÓRIO ANO 2015



PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM - MT



**REVISÃO E ATUALIZAÇÃO
RELATÓRIO ANO 2015**

Publicação da

Prefeitura Municipal de Nova Mutum

Av. Mutum, 1250 - centro

78450-000 Nova Mutum - Estado de Mato Grosso - Brasil

Supervisão: Enio Luiz Perin

Editoração: Heinz Schmidt / Lurdes T. Guerra

Fotos: Everton Almeida, Alex Pereira, Comunicação Social/Prefeitura de Nova Mutum

Printed in Brazil

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO	13
O Planejamento e o Plano Diretor.....	15
II - ANÁLISE DA SITUAÇÃO	19
1. Aspectos Geográficos, Locacionais e Físico-Territoriais.....	21
2. Aspectos Históricos.....	43
2.a. Formação Histórica do Município de Nova Mutum.....	44
2.b. Formação Econômica e Social do Município de Nova Mutum	46
2.c. História do Planejamento Urbano de Nova Mutum.....	49
3. Demografia.....	53
3.a. Estrutura Demográfica.....	54
4. Aspectos Políticos Administrativos	57
4.a. Situação Político-Administrativa.....	58
4.b. Distritalização.....	59
4.c. A Comarca.....	60
4.d. Governos Municipais.....	62
4.e. Órgãos Estaduais.....	64
4.f. Governo Municipal.....	68
5. Economia.....	71
5.a. Situação Geral	72
5.b. Setor Primário	77
5.c. Setor Secundário e Terciário	87
6. Educação e Cultura.....	95
6.a. Análise da Situação Educacional.....	96
6.b. Educação Infantil	108
6.c. Ensino Fundamental	110
6.d. Ensino Médio.....	112
6.e. Educação de Jovens e Adultos.....	113
6.f. Educação Especial.....	114
6.g. Ensino Profissionalizante	115
6.h. Ensino Superior	116
6.i. Cultura	117
6.j. Diversidade.....	119
6.l. Educação Ambiental.....	121
6.m. Educação do Campo.....	123
7. Saúde	125
7.a. Situação Legal da Saúde no Município	133
7.b. Aspectos com Interferência na Saúde.....	135
7.c. Rede de Atenção Primária	136
7.d. Vigilâncias Epidemiológica, Ambiental e Sanitária.....	139
7.e. Rede de Alta e Média Complexidade.....	149

7.f. Recursos Humanos.....	160
7.g. Financiamento da Saúde.....	162
8. Esporte e Lazer.....	165
8.a. Análise do Setor Esportivo.....	166
9. Desenvolvimento Social.....	187
9.a. Secretaria de Desenvolvimento Social.....	188
9.b. Conselhos Municipais.....	191
10. Urbanismo.....	197
10.a. Situação Urbana da Sede do Município.....	198
10.b. Situação dos Distritos e Agrovilas.....	233
11. Meio Ambiente.....	235
11.a. Análise da Situação Atual do Território – Meio Ambiente.....	236
III – PROPOSTAS.....	251
1. Economia – Propostas.....	253
1.a. Economia - Cenário atual.....	254
1.b. Economia - Objetivo específico.....	255
1.c. Economia – Propostas.....	256
1.d. Economia – Metas.....	259
2. Educação e Cultura – Propostas.....	261
2.a. Educação e Cultura - Cenário atual.....	263
2.b. Educação e Cultura - Objetivo específico.....	270
2.c. Educação e Cultura – Propostas.....	272
2.d. Educação e Cultura – Metas.....	277
3. Saúde – Propostas.....	279
3.a. Saúde - Cenário atual.....	280
3.b. Saúde - Objetivo específico.....	282
3.c. Saúde – Propostas.....	283
3.d. Saúde – Metas.....	284
4. Esportes e Lazer – Propostas.....	285
4.a. Esportes e Lazer - Cenário atual.....	286
4.b. Esportes e Lazer - Objetivo específico.....	288
4.c. Esportes e Lazer – Propostas.....	289
4.d. Esportes e Lazer – Metas.....	291
5. Desenvolvimento Social – Propostas.....	293
5.a. Desenvolvimento Social - Cenário atual.....	294
5.b. Desenvolvimento Social - Objetivo Específico.....	297
5.c. Desenvolvimento Social – Propostas.....	298
5.d. Desenvolvimento Social – Metas.....	303
6. Urbanismo – Propostas.....	305
6.a. Urbanismo - Cenário atual.....	306
6.b. Urbanismo - Objetivo específico.....	307
6.c. Urbanismo – Propostas.....	308

6.d. Urbanismo – Metas.....	332
7. Meio Ambiente – Propostas.....	333
7.a. Meio Ambiente - Cenário atual.....	334
7.b. Meio Ambiente - Objetivo específico	335
7.c. Meio Ambiente – Propostas.....	336
7.d. Meio Ambiente – Metas.....	338
8. Aspectos Administrativos – Propostas.....	341
8.a. Aspectos Administrativos - Cenário atual.....	342
8.b. Aspectos Administrativos - Objetivo específico	343
8.c. Aspectos Administrativos – Propostas.....	344
8.d. Aspectos Administrativos – Metas.....	348
9. Legislação – Propostas	349
9.a. Instrumentos Legais	350
Anexo - Nova Mutum (MT) e o Pólo Tecnológico do Cerrado Brasileiro.....	355

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Localização: o Município em relação ao Estado e ao Brasil	22
Figura 02	Limites municipais.....	30
Figura 03	Agravos notificados – Saúde do Trabalhador 2013	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Evolução Populacional Anual (Urbana e Rural)	54
Tabela 02	População Urbana x Rural (2010).....	54
Tabela 03	Distribuição da População por faixa etária e sexo.....	55
Tabela 04	Orçamentos e Arrecadação Municipal	74
Tabela 05	Orçamentos e Arrecadação Municipal.....	74
Tabela 06	Orçamentos e Arrecadação Municipal	75
Tabela 07	Orçamentos e Arrecadação Municipal	75
Tabela 08	Orçamentos e Arrecadação Municipal	76
Tabela 09	Estrutura fundiária municipal	77
Tabela 10	Produtividade da cultura por hectare.....	78
Tabela 11	Ranking municípios produtores de soja	78
Tabela 12	Evolução da produção de soja por ano	80
Tabela 13	Evolução da produção de milho por ano	80
Tabela 14	Evolução da produção de arroz por ano.....	80
Tabela 15	Produção de algodão no Estado em 2012	82
Tabela 16	Evolução da produção de algodão por ano	82
Tabela 17	Produção de uva no Estado de Mato Grosso em 2012.....	84
Tabela 18	Produção de uva em Nova Mutum	84
Tabela 19	Produção na pecuária.....	86
Tabela 20	Distribuição das empresas por setor da economia.....	88
Tabela 21	Distribuição das empresas de acordo com a formalidade.....	89
Tabela 22	Profissionais liberais e empresas existentes no município	89
Tabela 23	Empresas por segmento em Nova Mutum	90
Tabela 24	Quantidade de Indústrias (2014)	92
Tabela 25	Escolas e modalidades da rede municipal	100

Tabela 26	Escolas e modalidades da rede particular	101
Tabela 27	Escolas e modalidades da rede estadual	101
Tabela 28	Recursos Financeiros Aplicados em Educação 2007/2011	106
Tabela 29	IDEB Anos Iniciais meta alcançada e meta projetada	111
Tabela 30	IDEB Anos Finais meta alcançada e meta projetada	111
Tabela 31	Quantidade de Estabelecimentos de Saúde 2006/2009	128
Tabela 32	Tipos de procedimentos do Programa Saúde da Família.....	138
Tabela 33	Levantamento problemas/indicadores	140
Tabela 34	Levantamento problemas/condicionantes	141
Tabela 35	Indicadores de complexidade pela Vigilância Sanitária.....	144
Tabela 36	Fiscalização de estabelecimentos da área de alimentação	145
Tabela 37	Fiscalização de estabelecimentos de áreas diversas	146
Tabela 38	Quadro de funcionários - rede de alta e média complexidade.....	149
Tabela 39	Atendimentos realizados no hospital São Camilo 2012/2013.....	152
Tabela 40	Programas Desenvolvidos pelo SUS.....	154
Tabela 41	Programas Desenvolvidos nas Unidades de Saúde.....	154
Tabela 42	Morbidade hospitalar do SUS – por local de residência	155
Tabela 43	Cinco maiores causas de internações/SUS.....	155
Tabela 44	Cinco maiores causas de internações/SUS - menores 5 anos.....	156
Tabela 45a	Indicadores de Mortalidade.....	156
Tabela 45b	Indicadores de Natalidade.....	156
Tabela 46	Laboratório Municipal.....	157
Tabela 47	Levantamento problemas/condicionantes dos serviços de referência de média e alta complexidade	157
Tabela 48	Levantamento problemas/condicionantes das U.B.S.	157
Tabela 49	Levantamento problemas/condicionantes da vigilância san.....	158
Tabela 50	Levantamento problemas/condicionantes do Administrativo.....	160
Tabela 51	Quadro de pessoal.....	160
Tabela 52	Calendário das campanhas nacionais de vacinação 2014.....	162
Tabela 53	Calendário Esportivo 2014	169
Tabela 54	Evolução das ligações de água em Nova Mutum 2009/2014.....	228
Tabela 55	Capacidade de armazenamento de água	228
Tabela 56	Poços/quantidade/local/quantidade de ligações	229
Tabela 57	Composição dos resíduos sólidos urbanos de Nova Mutum.....	241
Tabela 58	Resíduos gerados em Nova Mutum 2012.....	242
Tabela 59	Resumo das estimativas de resíduos gerados para 2022	242
Tabela 60	Resumo das estimativas de resíduos gerados para 2032.....	243

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Mapa Rodoviário Municipal.....	24
Mapa 02	Eletrificação Rural e Telefonia.....	25
Mapa 03	Regiões de Planejamento.....	27
Mapa 04	Mesorregiões.....	28
Mapa 05	Microrregiões.....	29
Mapa 06	Distrito e Agrovilas.....	35
Mapa 07	Hidrografia.....	37
Mapa 08	Tipos de solo.....	39
Mapa 09	Tipos de vegetação.....	41
Mapa 10	Perímetro Urbano de 1988.....	200
Mapa 11	Perímetro Urbano de 1999.....	202
Mapa 12	Perímetro Urbano de 2001.....	204
Mapa 13	Perímetro Urbano de 2008.....	205
Mapa 14	Perímetro Urbano de 2009.....	206
Mapa 15	Perímetro Urbano de 2013.....	208
Mapa 16	Bairros e Loteamentos.....	215
Mapa 17	Zoneamento existente.....	216
Mapa 18	Densidade demográfica.....	222
Mapa 19	Ocupação do solo existente.....	223
Mapa 20	Equipamentos sociais.....	224
Mapa 21	Pavimentação asfáltica.....	225
Mapa 22	Abastecimento de água.....	226
Mapa 23	Transporte coletivo.....	232
Mapa 24	Proposta Novo Sistema Viário Urbano.....	311
Mapa 25	Proposta Novo Perímetro e Expansão Urbana.....	321
Mapa 26	Proposta Novo Zoneamento Uso e Ocupação do Solo.....	323
Mapa 27	Áreas Verdes.....	327

PREFÁCIO

Por um período de doze meses, um grupo de profissionais composto por funcionários do município e outros contratados trabalharam na coleta de informações técnicas, reuniões comunitárias e audiências públicas para consolidar um projeto balizador do desenvolvimento integrado de nosso município.



Concluída essa etapa de trabalho, temos a honra de encaminhar este documento, que está consolidado em propostas e projetos de leis, para apreciação da Câmara de Vereadores do Município de Nova Mutum, a fim de que seja analisado, enriquecido e receba a devida crítica democrática.

Desta forma acreditamos que este Plano Diretor permitirá a estruturação de um processo de planejamento permanente e dinâmico, que consolidará a participação da comunidade de forma integrada e contínua.

ADRIANO XAVIER PIVETTA
Prefeito do Município de Nova Mutum

O Plano Diretor
de Nova Mutum divide-se
em três grandes partes:

I - INTRODUÇÃO

II - ANÁLISE DA SITUAÇÃO

III - PROPOSTAS

PLANO DIRETOR DE NOVA MUTUM

I - INTRODUÇÃO

O PLANEJAMENTO E O PLANO DIRETOR

Nas décadas de 80, 90 e início do século XXI, a redemocratização, mais a crise fiscal do Estado, geraram críticas aos modelos de Política e Planejamento Urbano, como objeto técnico e autoritário. A Frente Nacional pela Reforma Urbana e Movimentos Populares conseguiram incluir os artigos 182 e 183, Capítulo da Política Urbana, na Constituição Federal de 1988, abrindo espaço para diretrizes e a construção de nova ordem urbanística, redistributiva e incluyente, e fazendo surgir disto a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Estatuto da Cidade e o Conselho das Cidades.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257 de 10/07/2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, os quais tratam da Política Urbana; estabelecem normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar do cidadão, bem como do equilíbrio ambiental; e definem regras para a política urbana nacional onde todos os municípios podem incorporar seus avanços.

Ainda sobre o Estatuto da Cidade: foi constituído coletivamente; integra planejamento, gestão e controle social; reconhece e legaliza a cidade real; e reconhece que a cidade é produzida por multiplicidade de agentes que devem ter a ação coordenada.

Portanto, ao governo local cabe o papel de estimulador do desenvolvimento econômico no território municipal, o atendimento das necessidades básicas da população, entendidas como bens e serviços e também o papel de articulador, mediando interesses que agem neste mesmo espaço.

Na maioria das vezes, as ações referidas exigem relações e participação nos três níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal), envolvendo também entidades privadas e principalmente a população em geral.

Para que o governo local tenha capacidade operacional de coordenar estas atividades, o planejamento governamental passa a ter importância estratégica e deve ser definido levando-se em conta os objetivos da sociedade, o meio ambiente, os recursos disponíveis, os riscos e os potenciais.

Entender o planejamento como processo, é assumir mecanismo que não se esgota em um plano, programas ou projetos e sim como instrumento permanente que organiza metas e auxilia na gestão e no controle.

Qualquer município, não importa seu tamanho ou recursos econômicos, pode implantar um processo de planejamento coerente com seu estágio tecnológico, econômico-social e cultural.

Capacidade técnica e política são premissas para um bom processo de planejamento. A capacidade técnica é exigida na coleta e análise de informações e elaboração de documentos técnicos, inclusive com conhecimento especializado. Já a capacidade política é o entendimento e o exercício da mediação dos interesses existentes na sociedade, articulando divergências e conflitos.

A materialização do processo de planejamento acontece a partir da elaboração de conjunto de planos, alguns obrigatórios como o Plano Diretor e o Plano Plurianual de Investimentos, estabelecidos pela Constituição Federal e outros que poderão ser estabelecidos pela Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal, como o Plano de Ação de Governo e os Planos Setoriais.

Outro elemento fundamental na prática do planejamento, além de capacidade técnica e políti-

ca, é seu processo vinculado às decisões de governo. Trata-se, portanto, do aspecto institucional do processo de planejamento. Mais importante que a existência de órgão de planejamento, é ele estar enraizado no próprio sistema de governo.

O economista e especialista em planejamento municipal Jorge Buck Silva, em considerações filosóficas sobre planejamento e Plano Diretor, nos diz:

- O principal objetivo do planejamento democrático é economizar tempo e recursos materiais e humanos.
- Tanto uma administração planejada como uma administração não planejada podem cometer erros. O problema não consiste nos erros cometidos, mas no tamanho dos erros cometidos por uma administração que planeja e uma que não planeja.
- O escopo fundamental do planejamento é a busca da minimização de erros e maximização de acertos.
- Existe uma diferença infinita em errar por pouco e errar por muito, em termos de tempo e de recursos materiais e humanos.
- A administração pública deve, antes de qualquer coisa, ouvir o povo. Depois de auscultada as aspirações da sociedade, deve procurar sintetizar documentalmente as reivindicações populares.
- A administração pública deve estabelecer claros objetivos e racionalizar ordenadamente os meios e recursos para atingir esses objetivos. São imensuráveis as vantagens de tal procedimento.

Objetivos claros e factíveis mobilizam todo o grupamento humano encarregado de atingi-los de forma expedita e transparente, evitando esforços paralelos, redundantes e conflitantes. Consiste de: em função de claros objetivos, racionalizar ao máximo o caminho para atingir tais objetivos.

As aspirações dos contribuintes devem confluir com a análise científica e técnica de todos os aspectos do município e se consolidar num documento racionalizador, que balize a administração atual e se consubstancie em referencial basilar para as administrações futuras.

Rigorosamente o Plano Diretor não deve se constituir em documento amorfo, mas numa análise permanente da evolução do município e de suas necessidades, de forma nítida e coerente.

Para o administrador experimentado e para quem possui vivências na elaboração deste tipo de documento, é interessante observar como tais tipos de análises científicas da realidade revelam falhas e possibilidades dantes ocultas e insuspeitadas, que mal eram percebidas apenas pela intuição humana.

O desenvolvimento é processo dinâmico. A resolução de um problema, normalmente leva a criação de outros. Portanto, a elaboração de um Plano Diretor deve se constituir em preocupação permanente da análise do desenvolvimento do município, onde são levantadas de forma mais exata possível, a evolução da realidade e reveladas novas potencialidades e necessidades, configuradas em projetos específicos de desenvolvimento.

O Plano Diretor deve operar uma análise da formação histórico-econômico-social do município, detectar suas falhas em todos os setores e propor e sugerir soluções, através de projetos específicos.

O ontem, hoje e o amanhã, o curto prazo, médio prazo e longo prazo, devem ser vistos, revistos e antevistos constantemente, para que tenhamos soluções sempre mais precisas e se encaminhe as lutas futuras, com a maior antecedência possível. Quem tem pressa deve partir mais cedo. O que hoje pode parecer visionário amanhã parecerá omissão.

O tempo psicológico para que se constatem os problemas, sejam racionalizados pelos homens

em sociedade na sua configuração e solução, geralmente é muito mais longo do que se leva para a sua solução.

Estatísticas, mapas e informações, isoladamente, têm algum valor. Mas terão um valor incomensurável quando estruturados, montados e organizados como vetores componentes da resolução dos problemas da comunidade.

Seguem algumas reflexões importantes, que compõem o documento “Desenvolvimento Urbano e Gestão Municipal”, publicado pelo Ministério da Integração Regional, datado de dezembro de 1993:

- Antes de qualquer coisa é preciso ter em mente, quer estejamos elaborando um Plano Diretor ou estejamos definindo as prioridades de ação governamental, as seguintes questões:
- Como o Governo, nos seus vários níveis e especificamente no municipal, vem atuando no processo de desenvolvimento econômico, na distribuição dos serviços públicos à população, no tratamento das áreas públicas, na distribuição de oportunidades habitacionais, na regulação de atuação dos demais agentes, empresas de promoção imobiliária e empresas em geral?
- Como a iniciativa privada, seja na promoção de investimentos econômicos gerais, seja nos setores diretamente associados à produção imobiliária, vem atuando?
- Quais as repercussões desta atuação no processo de desenvolvimento econômico-social, no perfil de renda e empregos oferecidos, na interferência direta no espaço?
- Como os vários segmentos da população se relacionam com seus espaços?
- Como atuam na atribuição de valores simbólicos às partes da cidade ou mesmo às áreas rurais?
- Como produzem, se apropriam e consomem o solo urbano, suas habitações e como se estruturam nas relações do poder local?
- Quais os mecanismos de acesso às decisões públicas que dispõem e utilizam?
- Como cada um dos fatores identificados como condicionadores da configuração da cidade e de sua dinâmica de desenvolvimento vêm interferindo historicamente no resultado espacial verificado no município e em suas áreas urbanas?
- Quais são, entre os fatores externos (programas e projetos de outros níveis do Governo, investimentos privados de vulto na região, etc.), os que devem gerar impactos previsíveis no processo de desenvolvimento local?
- Como os fatores internos estão produzindo processos espaciais, condicionando a estruturação das áreas urbanas ou a ocupação do meio rural?

Este Plano Diretor permitirá a estruturação de processo de planejamento permanente e dinâmico, consolidando a participação da comunidade, de forma integrada e contínua e respondendo gradativamente aos desafios que o próprio planejamento apresentará a seu tempo.

PLANO DIRETOR DE NOVA MUTUM

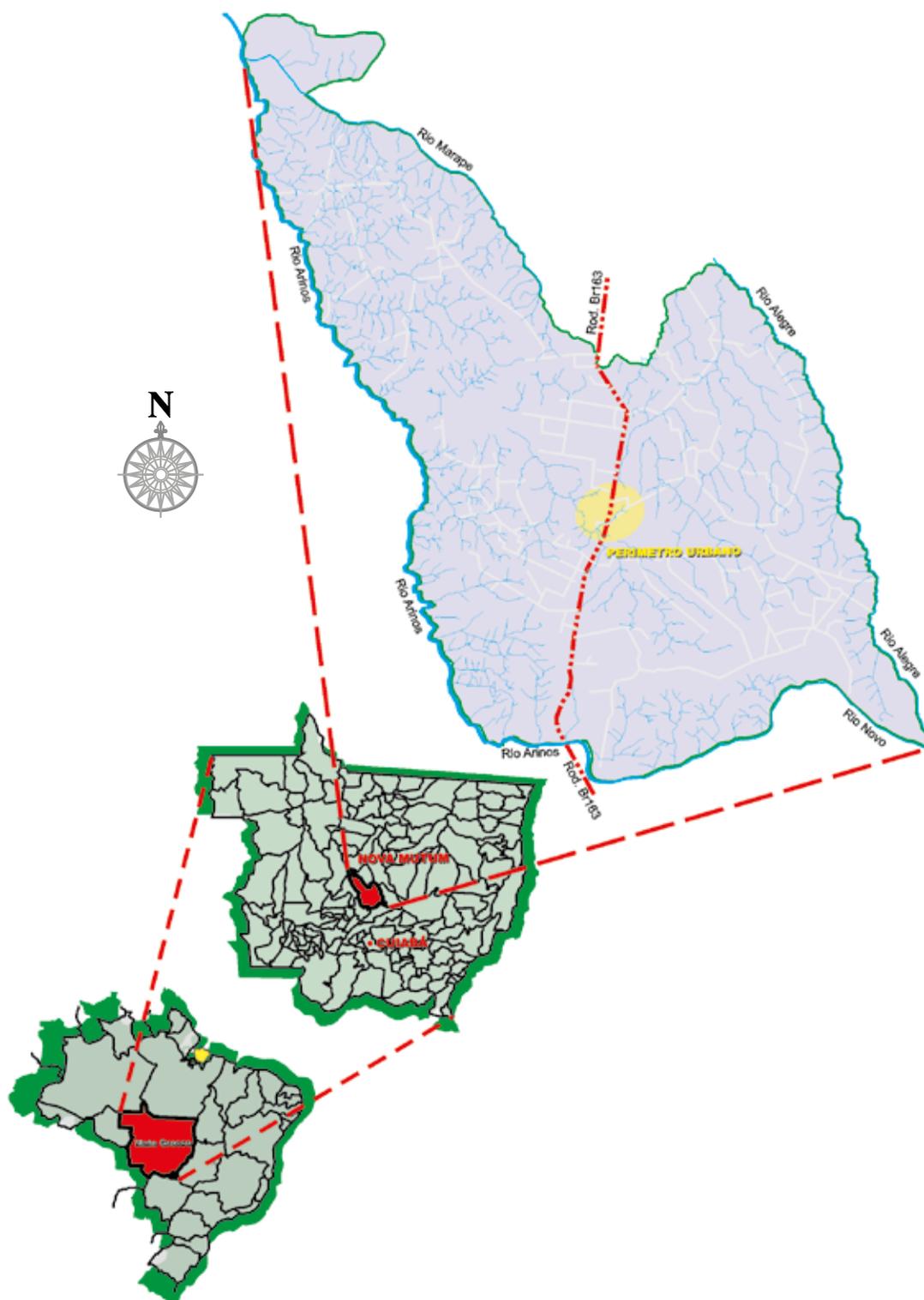
II - ANÁLISE DA SITUAÇÃO



1 aspectos

geográficos, locacionais, físicos-
territoriais e infraestrutura física

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO: O MUNICÍPIO EM RELAÇÃO AO ESTADO E AO BRASIL



● CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM

POSIÇÃO E EXTENSÃO GEOGRÁFICA

Área, coordenadas geográficas, distância à Capital da sede municipal, densidade demográfica, clima, temperatura, precipitação pluviométrica e umidade relativa do ar.

ITEM	
Área (km ²)	9.572,69 km ²
Altitude (m)	450 m
Latitude Sul	13° 49' 44"
Longitude Oeste	56° 05' 16"
Distância à Capital (km em linha reta)	188 km
Distância à Capital (km pela BR-163)	259 km
Densidade demográfica (hab./km ²)	3,31 hab./km ²

IDHM E PIB	
IDHM (2010)	0,758
PIB per capita (2011)	R\$ 55.287,51
População (2010)	31.649 hab

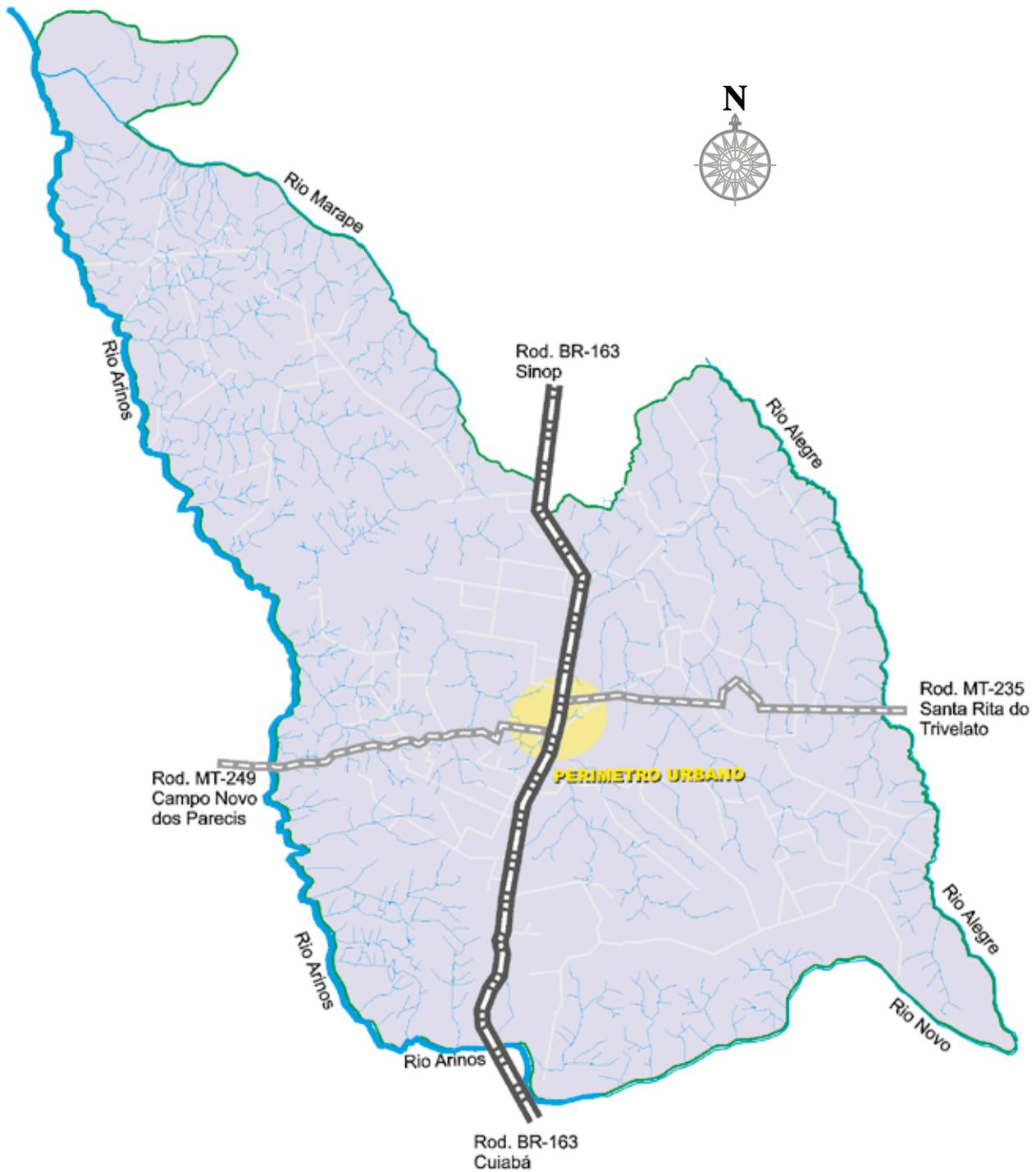
CLIMA

Equatorial – Tropical quente e semiúmido

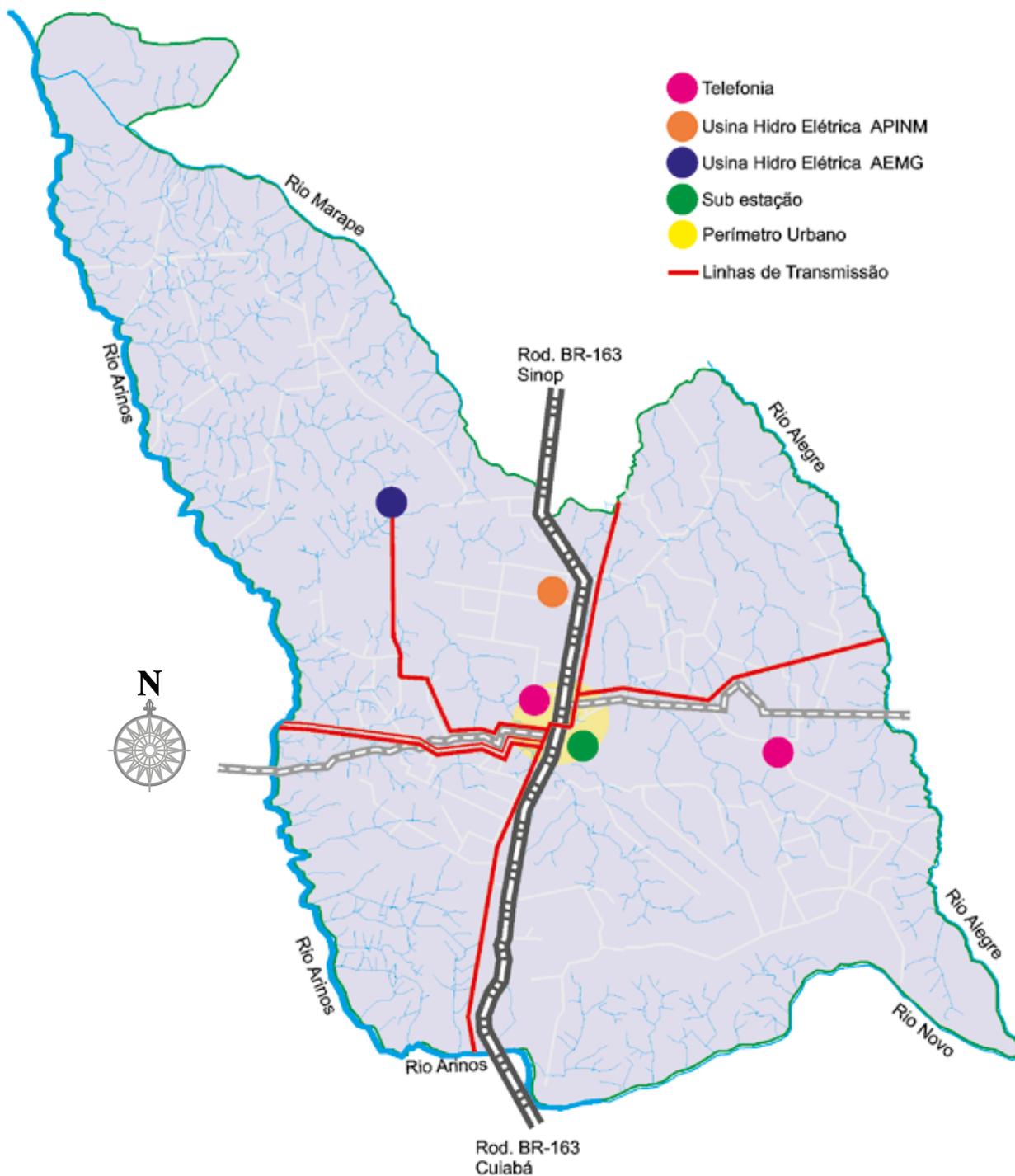
Temperatura média anual	24°C
Temperatura média máxima	33°C
Temperatura média mínima	21°C
Precipitação pluviométrica média anual	2.200mm
Umidade relativa do ar média anual	62%

DISTÂNCIAS DE NOVA MUTUM A:	
Santos	2.107 km
Paranaguá	2.180 km
Santarém	1.490 km pela BR163 ou 790 km até Cachoeira Rasteira e 1.043 km na Hidrovia Teles Pires/ Tapajós
Alto Taquari – terminal rodoviário (Feronorte)	750 km
Brasília	1.1780 km
São Paulo	1.842 km
Curitiba – pela BR 364	1.914 km
Cuiabá	259 km
Lucas do Rio Verde:	91 km
Sorriso	155 km
Sinop	238 km
Diamantino	125 km
Santa Rita do Trivelato	130 km

MAPA 01 – MAPA RODOVIÁRIO MUNICIPAL



MAPA 02 – ELETRIFICAÇÃO RURAL E TELEFONIA



MESO E MICRORREGIÕES

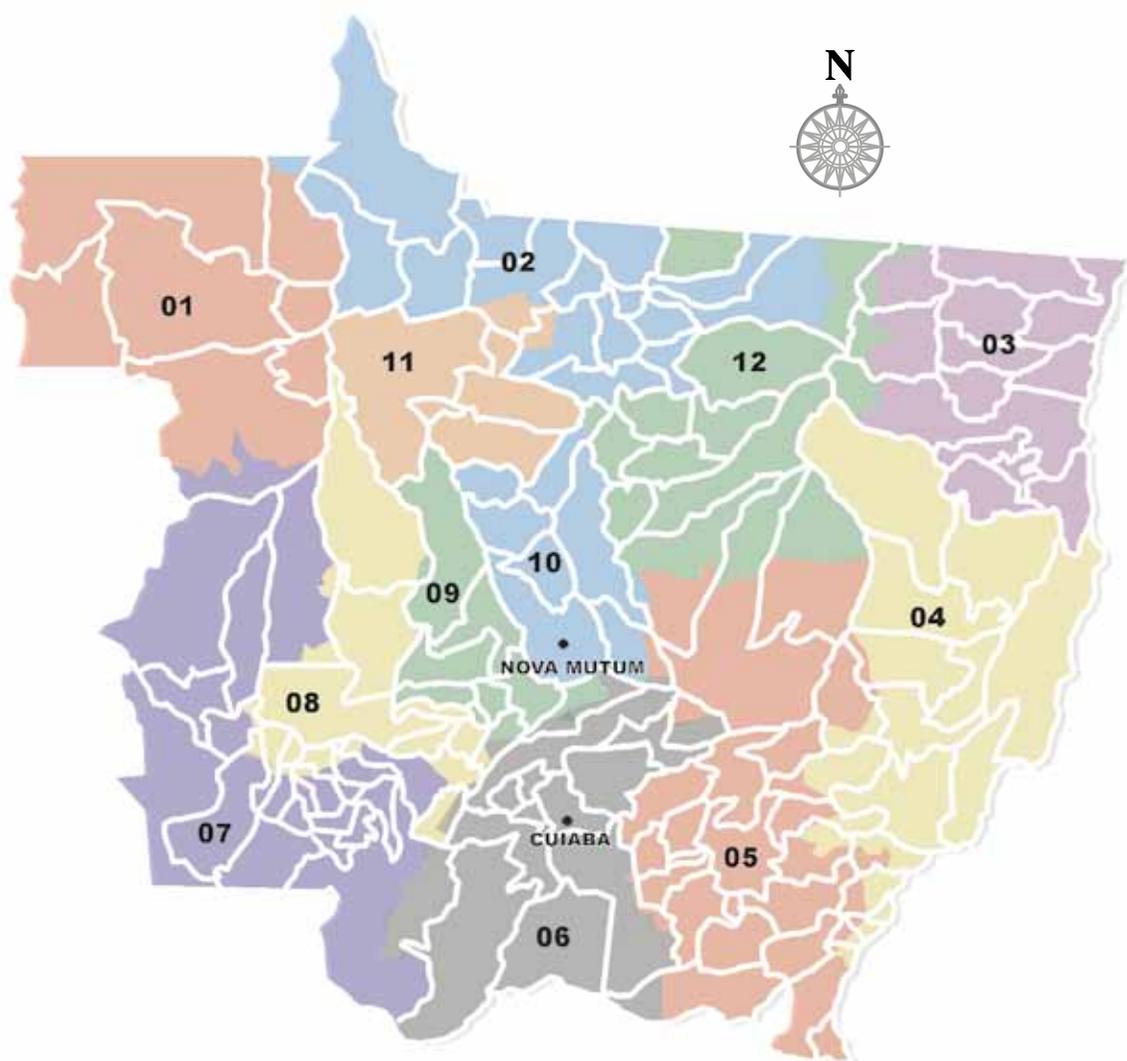
O Estado de Mato Grosso, situado no Centro Oeste do Brasil, é a unidade federativa a que Nova Mutum pertence, encontrando-se dividida em cinco mesorregiões: Norte Mato-Grossense, Nordeste Mato-Grossense, Sudeste Mato-Grossense, Centro Sul Mato-Grossense e Sudeste Mato-Grossense.

Pertencente à Mesorregião Norte Mato-Grossense, Nova Mutum é situada na Microrregião 06, denominada Alto Teles Pires.

Esta Microrregião é formada pelos seguintes municípios, em ordem alfabética:

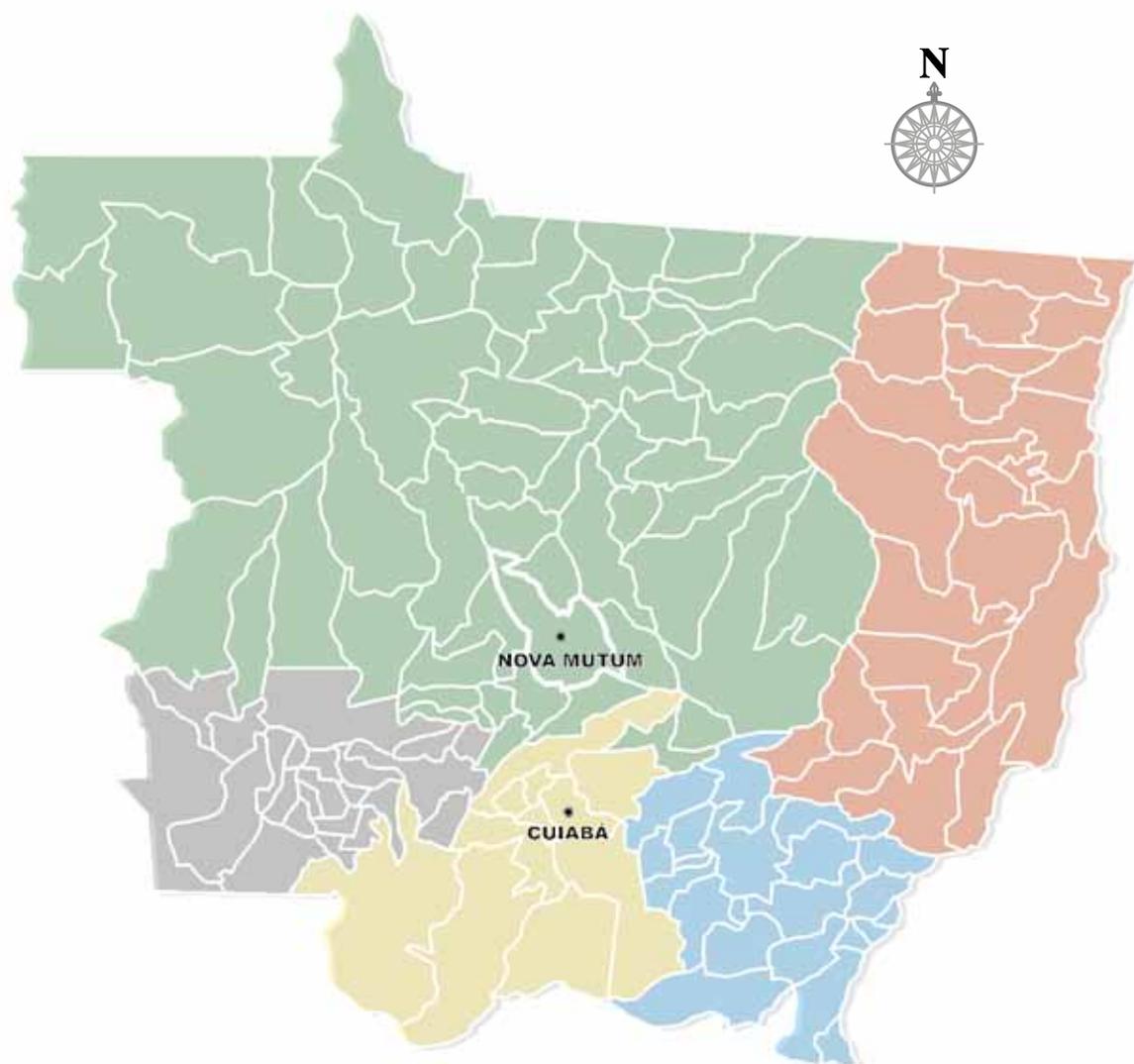
- Ipiranga do Norte
- Itanhangá
- Lucas do Rio Verde
- Nobres
- Nova Mutum
- Nova Uiratã
- Santa Rita do Trivelato
- Sorriso
- Tapurah

MAPA 03 – REGIÕES DE PLANEJAMENTO



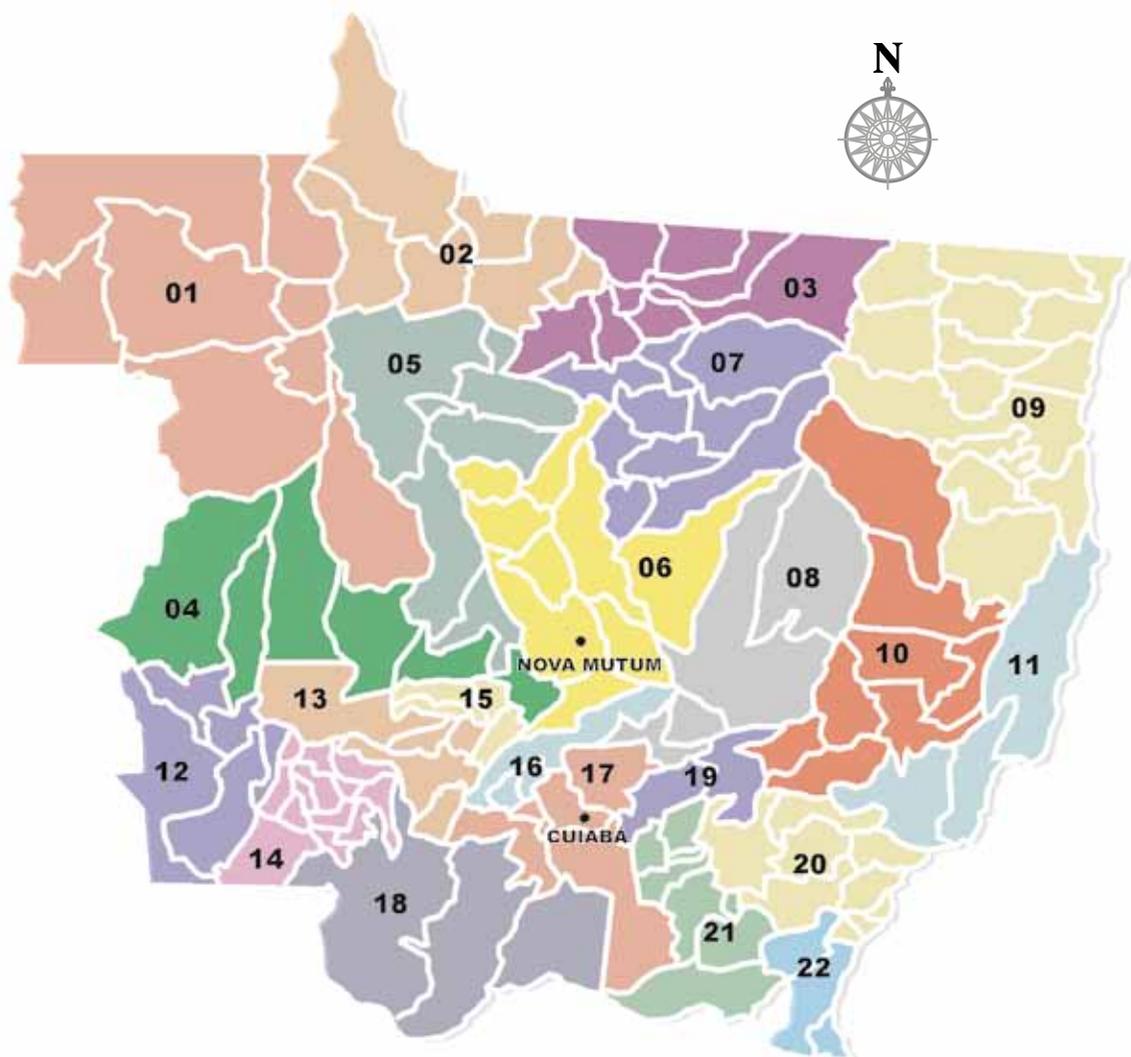
- 01 - NOROESTE 1 - JUINA
- 02 - NORTE - ALTA FLORESTA
- 03 - NORDESTE - VILA RICA
- 04 - LESTE - BARRA DO GARÇAS
- 05 - SUDESTE - RONDONÓPOLIS
- 06 - SUL - CUIABÁ/VÁRZEA GRANDE
- 07 - SUDOESTE - CÁCERES
- 08 - OESTE - TANGARÁ DA SERRA
- 09 - CENTRO OESTE - DIAMANTINO
- 10 - CENTRO - SORRISO
- 11 - NOROESTE 2 - JUARA
- 12 - CENTRO NORTE - SINOP

MAPA 04 – MESORREGIÕES



-  NORTE MATO-GROSSENSE
-  NORDESTE MATO-GROSSENSE
-  SUDOESTE MATO-GROSSENSE
-  CENTRO SUL-MATOGROSSENSE
-  SUDESTE MATO-GROSSENSE

MAPA 05 – MICRORREGIÕES



- | | |
|----------------------|-------------------------|
| 01 - ARIPUANÃ | 12 - ALTO GUAPORÉ |
| 02 - ALTA FLORESTA | 13 - TANGARÁ DA SERRA |
| 03 - COLIDER | 14 - JAURU |
| 04 - PARECIS | 15 - ALTO PARAGUAI |
| 05 - ARINOS | 16 - ROSÁRIO OESTE |
| 06 - ALTO TLES PIRES | 17 - CUIABÁ |
| 07 - SINOP | 18 - ALTO PANTANAL |
| 08 - PARANATINGA | 19 - PRIMAVERA DO LESTE |
| 09 - NORTE ARAGUAIA | 20 - RESOURO |
| 10 - CANARANA | 21 - RONDONÓPOLIS |
| 11 - MÉDIO ARAGUAIA | 22 - ALTO ARAGUAIA |

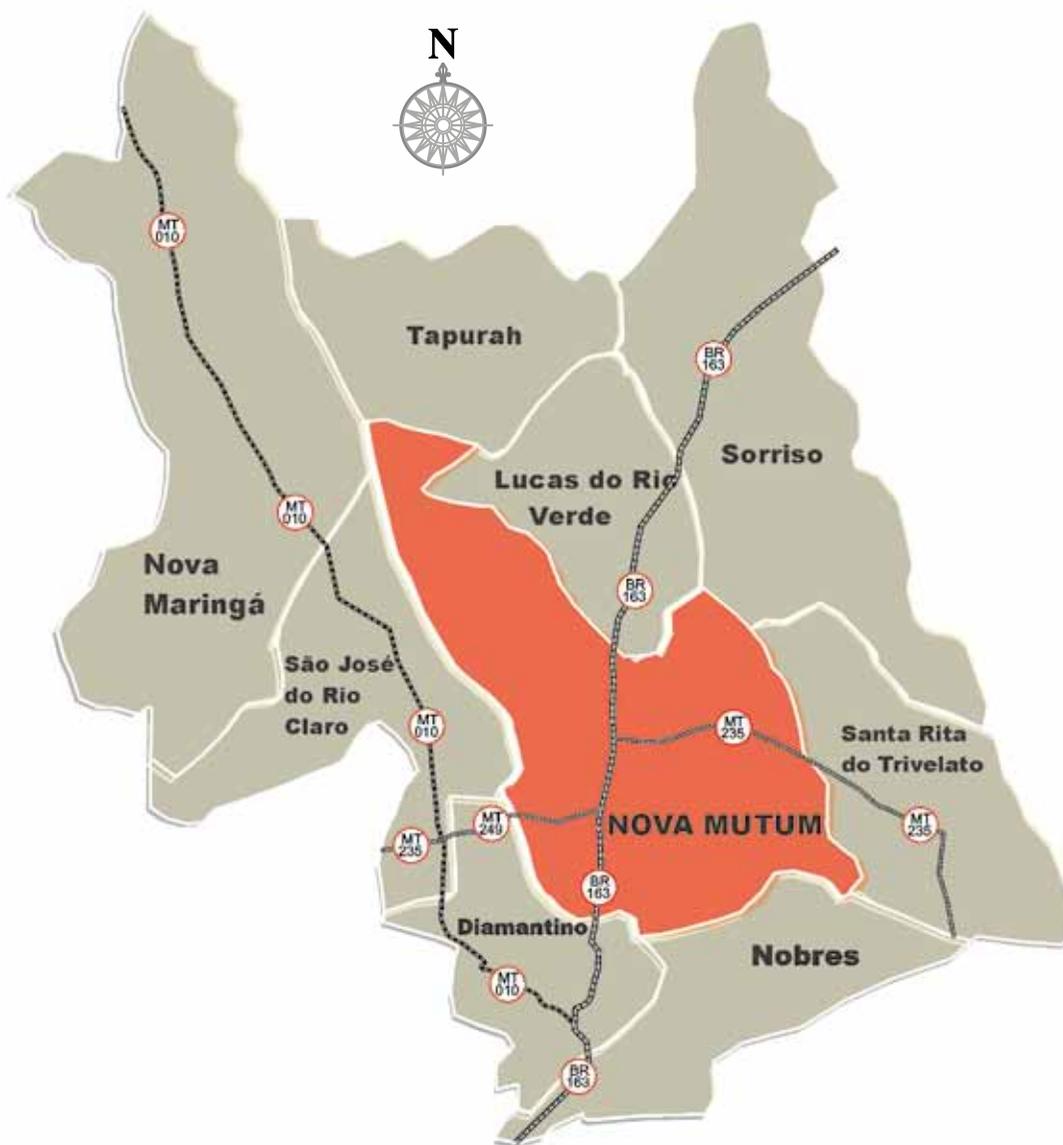
POSIÇÃO GEOGRÁFICA

LIMITES

O município de Nova Mutum limita-se geograficamente:

Ao Norte:	Lucas do Rio Verde, Nova Maringá e Tapurah
Ao Sul:	Diamantino e Nobres
A Leste:	Santa Rita do Trivelato e Sorriso
A Oeste:	São José do Rio Claro

FIGURA 02 – LIMITES MUNICIPAIS



RELEVO

O município de Nova Mutum, localizado no Médio Norte do Estado de Mato Grosso, de acordo com o Projeto Randa Brasil, está situado na Chapada dos Parecis, pertencendo a Bacia dos Parecis. A Bacia dos Parecis é uma das maiores bacias intracratônicas brasileiras. Está localizada na Região Centro-Oeste, entre as Bacias do Solimões, Alto Tapajós e Paraná, na região “foreland” da Cordilheira dos Andes. Cobre uma área de 500.000 km² nos Estados de Rondônia e Mato Grosso, acumulando mais de 6.000m de sedimentos paleozoicos, mesozoicos e cenozoicos, essencialmente siliciclásticos. Ocupa a porção Sudoeste do Cráton Amazônico, entre os cinturões de cisalhamento Rondônia e Guaporé. Os limites Sudeste e Nordeste da bacia são os Arcos do Xingu (Almeida, 1983) e Rio Guaporé, respectivamente.

A Chapada dos Parecis caracteriza-se pela sua grande extensão de áreas planas altas, com solos predominantemente profundos de vegetação predominante de Cerrado, solos de baixa fertilidade, com clima definido em duas estações, sendo uma estação chuvosa, que vai da segunda quinzena de outubro a primeira quinze de abril e de e uma estação seca que vai da segunda quinzena de abril a primeira quinzena de outubro, o que a torna a maior chapada agricultável do mundo.

O município de Nova Mutum se caracteriza por ser plano predominantemente com áreas onduladas e parte de áreas dobradas, com declive não superior a 3% e se constitui em parte da Chapada dos Parecis.

Este tipo de relevo favorece sua utilização com as mais diversas culturas, climaticamente adaptadas à região.

DISTRITO E AGROVILAS

Distrito da Ranchão

O distrito Ranchão está localizado entre a rodovia MT-235 e o Rio Ranchão, a 55 quilômetros da sede do município, sendo 50 quilômetros de asfalto pela rodovia MT-235 e 05 quilômetros de asfalto pela estrada municipal.

A sede do distrito possui energia elétrica com iluminação pública, parcelamento de solo, arruamento; poço tubular com sistema de tratamento de água e rede de distribuição; rede de telefone fixo e torre de telefonia móvel; um posto de saúde; uma escola municipal de ensino médio, denominada de Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão, com formação em técnico agropecuário, em regime de internato; uma escola de ensino fundamental e ensino médio, denominada Escola Estadual Padre Johannes Bertoldi Henergi; um Destacamento Policial; uma subsecretaria de obras; um cemitério municipal; um supermercado; um restaurante e dormitório; três lanchonetes; dois salões de beleza; duas lojas de roupas; um posto de gasolina; duas marcenarias; uma borracharia; 250 residências, uma igreja católica com salão de festas e campo de futebol; e uma igreja evangélica.

Vila Pontal do Marapê

A Vila do Pontal do Marapê está localizado no Assentamento Agrário do Incra denominado de PA Pontal do Marapê, entre os Rio Arinos e o Rio Marapê, a 155 quilômetros da sede do município, sendo 50 quilômetros pela rodovia MT- 249, via pavimentada, e 45 quilômetros pela rodovia MT-010, também via pavimentada, e 55 quilômetros pela rodovia MT-010, via não pavimentada.

A Vila Pontal do Marapê possui rede energia elétrica com iluminação pública, parcelamento de solo, arruamento; poço tubular com sistema de tratamento de água e rede de distribuição; torre de telefonia móvel; um cemitério; um posto de saúde; uma escola municipal de ensino infantil, fundamental e ensino médio denominada de Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira; uma subsecretaria de obras; um supermercado; uma mercearia, uma panificadora; um restaurante; duas lanchonetes; uma padaria; dois salões de beleza; uma loja de roupas; um posto de gasolina; uma marcenaria; uma borracharia; duas oficinas mecânicas, uma cooperativa de produtores de grãos com unidade de recebimento e armazenagem; uma loja de produtos agropecuários, 30 residências, uma igreja católica com salão de festas; e uma igreja evangélica.

Comunidade São Manoel

A comunidade de São Manoel está localizada a 45 km quilômetros da sede do município, sendo 50 quilômetros pela rodovia MT-249, via pavimentada, 45 quilômetros pela rodovia MT-010, também via pavimentada e 55 quilômetros pela rodovia MT-010, via não pavimentada.

A comunidade de São Manoel possui rede de energia elétrica com iluminação pública, parcelamento de solo, arruamento; poço tubular com sistema de tratamento de água e rede de distribuição; torre de telefonia móvel; uma escola municipal de ensino infantil e fundamental, denominada Escola Municipal do Campo São Jose, 14 residências, uma igreja católica com salão de festas e campo de futebol; e um cemitério municipal.

Comunidade Novo Horizonte

A comunidade de Novo Horizonte está localizada à margem direita da rodovia MT-235, no senti-

do Nova Mutum a Santa Rita do Trivelato, via pavimentada, a 40 quilômetros da sede do município.

A comunidade de Novo Horizonte possui rede de energia elétrica com iluminação pública, 16 residências; uma unidade de recebimento e armazenagem de grãos da Bunge Alimentos Ltda e uma unidade de recebimento e armazenagem de grãos da C. Vale; uma igreja católica com salão de festas e campo de futebol; uma lanchonete; e uma borracharia.

Comunidade Ribeirão Grande

A comunidade do Ribeirão Grande está localizada no Assentamento Agrário do Incra denominado de PA Ribeirão Grande III, a 65 quilômetros da sede do município, sendo 40 quilômetros pela rodovia MT 235, rodovia pavimentada, e 25 quilômetros pela estrada municipal não pavimentada, com sede na margem direita da referida rodovia.

A comunidade do Ribeirão Grande possui rede de energia elétrica; uma igreja católica com campo de futebol e um salão de festas; e uma igreja evangélica.

Comunidade Maria de Oliveira

A comunidade Maria de Oliveira está localizada no Assentamento Agrário do Incra denominado de PA Maria de Oliveira, a 73 quilômetros da sede do município, sendo 40 quilômetros pela rodovia MT-235, via pavimentada e 33 quilômetros por estrada municipal não pavimentada.

A comunidade Maria de Oliveira possui rede de energia elétrica; e uma área comunitária com salão de festas.

Comunidade Santo Antônio

A comunidade de Santo Antônio está localizada no Projeto de Colonização Mutum 1ª Etapa, a 42 quilômetros da sede do município, sendo 37 quilômetros, no sentido Lucas do Rio Verde, pela BR-163, rodovia pavimentada e mais oito quilômetros por estrada municipal não pavimentada.

A comunidade Santo Antônio possui rede de energia elétrica; uma igreja católica; um salão de festas; um campo de futebol; e um cemitério municipal.

Comunidade São Carlos

A comunidade de São Carlos está localizada no Projeto de Colonização Mutum 1ª Etapa, a 38 quilômetros da sede do município, sendo 30 quilômetros no sentido Lucas do Rio Verde pela BR-163, rodovia pavimentada, e mais oito quilômetros por estrada municipal não pavimentada.

A comunidade de São Carlos possui rede de energia elétrica; uma igreja católica; um salão de festas; e um campo de futebol.

Comunidade Badan

A comunidade dos Badan está localizada no Projeto de Colonização Mutum 3ª Etapa, a 46 quilômetros da sede do município, sendo 18 quilômetros no sentido Cuiabá pela BR-163, rodovia pavi-

mentada, e mais 28 quilômetros por estrada municipal não pavimentada.

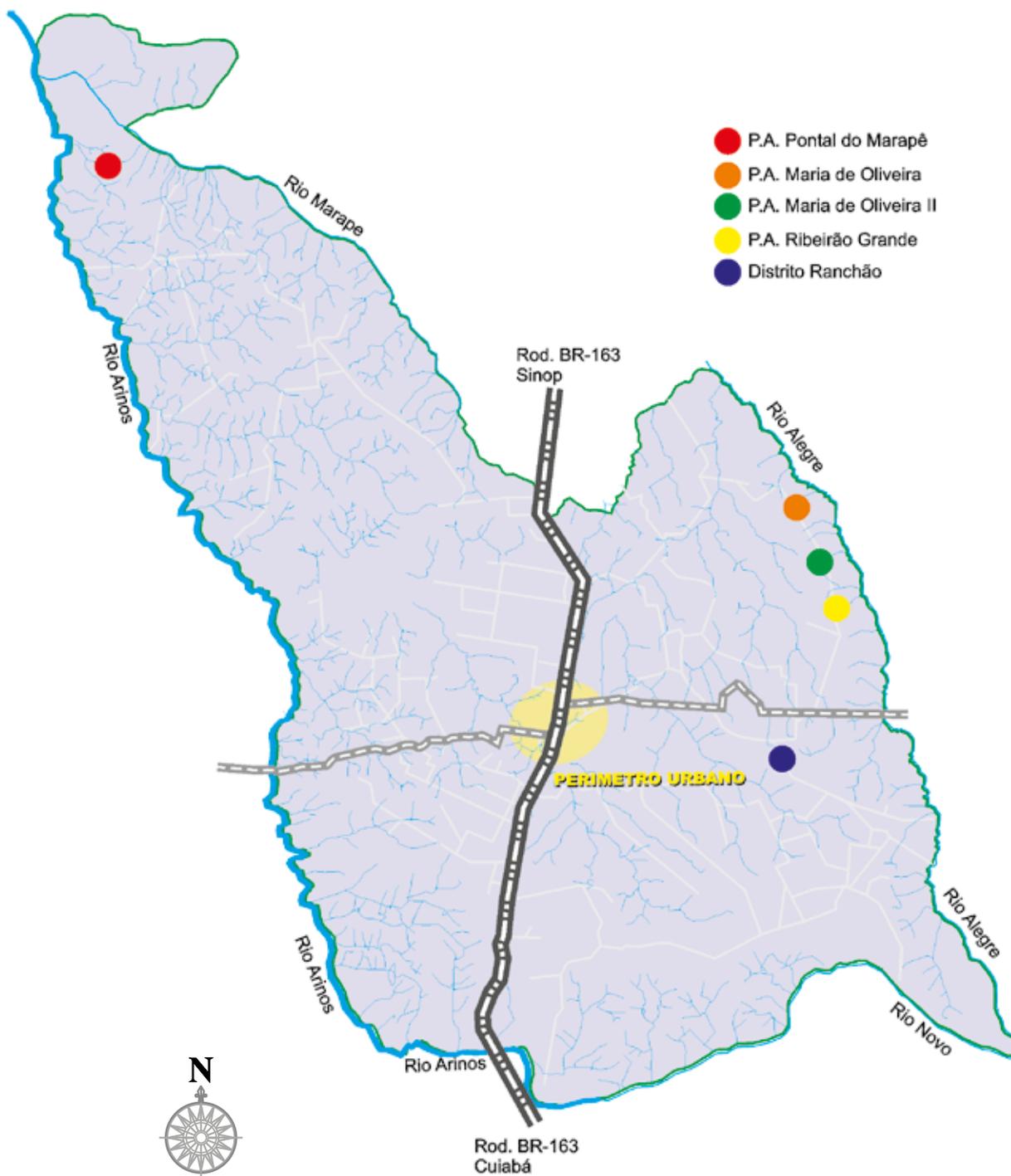
A comunidade se reúne na sede da Fazenda Badan, casa dos proprietários, onde possui uma casa sede; e um campo de futebol.

Comunidade Schneider

A comunidade dos Schneider está localizada no Projeto de Colonização Mutum 1ª Etapa, a 52 quilômetros da sede do município, sendo 38 quilômetros no sentido Cuiabá pela BR-163, rodovia pavimentada, e mais 14 quilômetros por estrada municipal não pavimentada.

A comunidade se reúne na sede da Granja Schneider, casa dos proprietários, onde possui uma casa sede e um campo de futebol.

MAPA 06 – DISTRITO E AGROVILAS



HIDROGRAFIA

O município de Nova Mutum está localizado na Bacia Amazônica. Seus principais cursos d'água são: Rio Verde, Rio Arinos, Rio Ranchão, Rio Novo, Rio Beija-Flor, Rio dos Patos, Rio Moderno e Rio Piuvão.

O Rio Arinos nasce na Serra de Nobres, também denominada de Serra da Caixa Furada, entre a parte alta da Serra, entre os municípios de Nobres e Diamantino e o posto da Polícia Rodoviária, onde a BR-163 divide as águas da Bacia Amazônica com a Bacia do Prata.

O Rio Arinos recebe o Rio Novo, que nasce no município de Santa Rita do Trivelato e o município de Nobres.

O Rio Novo, cercado por áreas dobradas e morros, com Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (RLs), todas preservadas, com áreas extensas cobertas pela vegetação nativa. Seu solo arenoso apresenta baixa resistência à erosão. O Rio Novo desce dividindo o município de Nova Mutum com o município de Santa Rita do Trivelato e Nobres, ao Sul do município, encontrando com o Rio Arinos, onde passa a fazer divisa no sentido Oeste, separando o município de Nova Mutum do município de Diamantino, seguindo como divisor dos municípios de São José do Rio Claro e o município de Nova Maringá.

O Rio Marapê nasce próximo a BR-163 dividindo o município de Nova Mutum com o município de Lucas do Rio Verde, no sentido Noroeste. É um rio de Áreas de Preservação Permanente (APPs), preservadas, com grandes Áreas de Reserva Legal (RLs), igualmente preservadas e que somadas fazem com que corra o ano todo, com águas cristalinas.

O Rio Ranchão nasce na parte mais alta do município, no sentido Sudeste, próximo ao município de Santa Rita do Trivelato. Este rio, em toda a sua extensão no município de Nova Mutum, encontra-se preservado em suas Áreas de Preservação Permanente (APPs). Os proprietários das margens deixaram suas Áreas de Reserva Legal (RLs), tornando áreas extensas preservadas ao longo do curso do rio. As áreas adjacentes ao Rio Ranchão possuem solo de textura argilosa, o que faz com que o curso d'água permaneça o ano todo com suas águas cristalinas e volume expressivo, garantindo a qualidade dos recursos hídricos, o que é muito importante para o futuro do município.

O Rio dos Patos nasce ao do Sul do município, próximo ao divisor de água com o Rio Novo, é um curso d'água que tem toda sua extensão dentro do perímetro de Nova Mutum. Este rio apresenta extensão muito grande de Áreas de Preservação Permanente (APPs) degradadas, o mesmo acontecendo com Áreas de Reserva Legal (RLs). Com isso, são poucas as RLs preservadas, agregadas as APPs. As áreas adjacentes ao Rio dos Patos possuem solos de textura arenosa de baixa fertilidade e de baixa resistência à erosão, o que faz com que seu leito seja assoreado, com águas turvas e barrentas durante todo o período chuvoso.

O município possui potencial de águas subterrâneas, favorecido por grandes áreas de topografia plana e solo profundo. As altas taxas de infiltração auxiliam a manutenção das reservas de águas. Estas reservas estão sendo utilizadas pelo setor produtivo primário, pelas indústrias, pela população e pelo Sistema de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE), de Nova Mutum.

SOLO

O solo do município de Nova Mutum, inserido na Chapada dos Parecis, conforme o mapa anexo, mostra sua variação e os grupos de composição existentes, apresentando suas características e estabelecendo o zoneamento do território. Nos limites do município, segundo informações do Radan Brasil, ocorrem três ordens de solos, sendo principalmente os Latossolos, Neossolos e Gleissolos.

Latossolos

Em geral são solos muito intemperizados, profundos e de boa drenagem. Caracterizam-se por sua grande homogeneidade de características ao longo do perfil, mineralogia da fração argila, predominantemente caulínica ou caulínica-oxidica, que se reflete em valores de relação Ki baixos, inferiores a 2,2, e praticamente ausência de minerais primários de fácil intemperização.

Distribuem-se por amplas superfícies no território nacional, ocorrendo em praticamente todas as regiões, diferenciando-se entre si principalmente pela coloração e teores de óxidos de ferro, que determinam a sua separação em quatro classes distintas, ao nível de subordem no Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (1999). Quanto às classes de Latossolos encontradas no município, elas se dividem em Latossolo Vermelho-Amarelo e Latossolo Vermelho, sendo que há maior predominância do Latossolos Vermelho-Amarelo.

Neossolo Quartzarênico

Solos constituídos por material mineral ou orgânico pouco espesso (menos de 30 cm de espessura), sem apresentar qualquer tipo de horizonte B diagnóstico. Dentro do município há a presença de Neossolos Quartzarênicos, que são profundos e arenosos.

Gleissolos

São solos característicos de áreas alagadas ou sujeitas a alagamento (margens de rios, ilhas, grandes planícies, etc). Apresentam cores acinzentadas, azuladas ou esverdeadas, dentro de 50 cm da superfície. Podem ser de alta ou baixa fertilidade natural e têm nas condições de má drenagem a sua maior limitação de uso. Ocorrem em praticamente todas as regiões brasileiras, ocupando principalmente as planícies de inundação de rios e córregos. Segundo o Radan Brasil no município ocorre o Gleissolos Háplicos.

Gleissolos Háplico

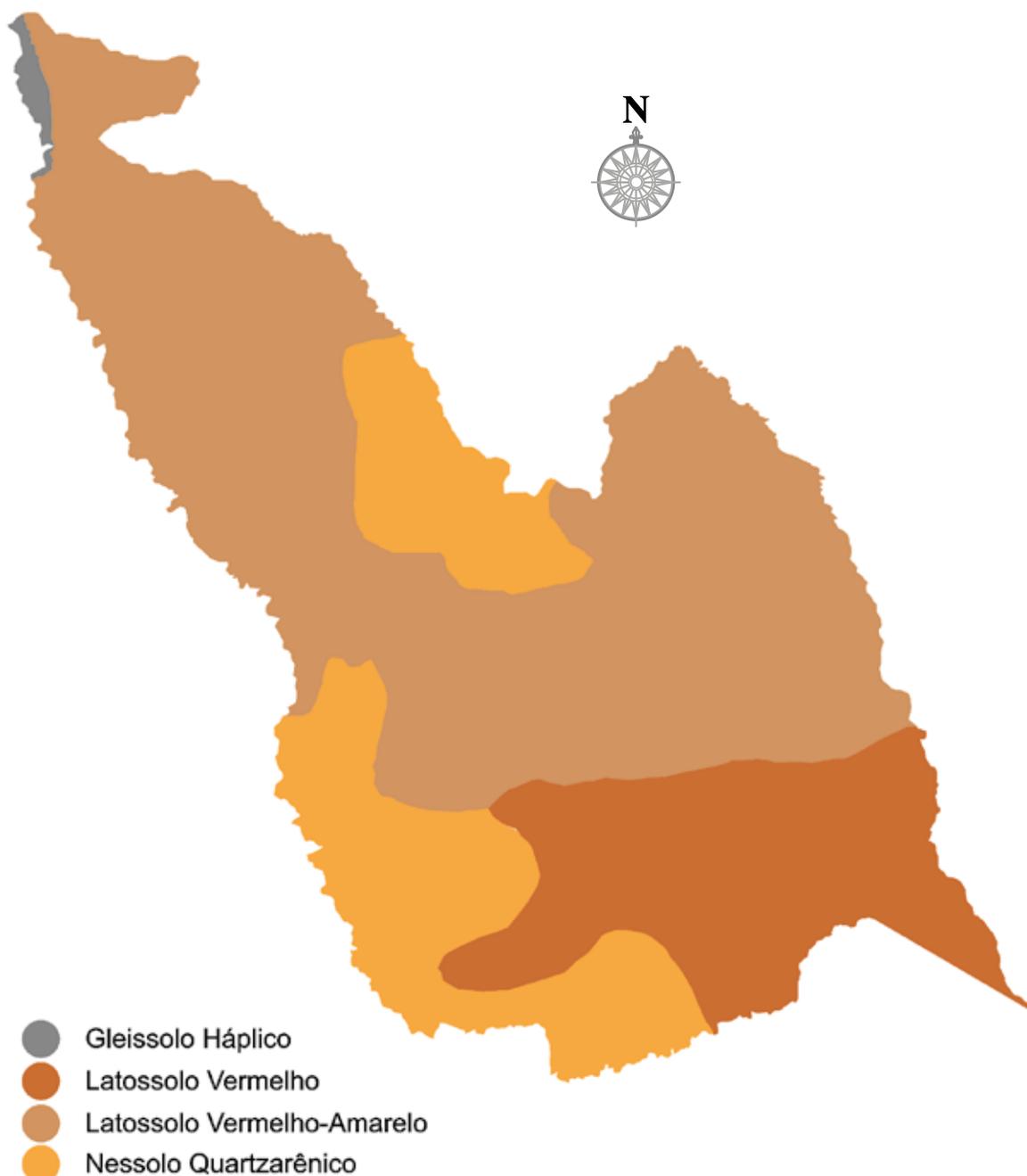
São solos minerais, hidromórficos, apresentando horizontes A (mineral) ou H (orgânico), seguido de horizonte de cor cinzento-olivácea, esverdeado ou azulado, chamado horizonte glei, resultado de modificações sofridas pelos óxidos de ferro existentes no solo (redução), em condições de encharcamento durante o ano todo ou parte dele. O horizonte glei pode começar a 40 cm da superfície. São solos mal drenados, podendo apresentar textura bastante variável ao longo do perfil.

Podendo apresentar tanto argila de baixa atividade, quanto de alta atividade, são solos pobres ou ricos em bases ou com teores de alumínio elevado. Como estão localizados em baixadas, próximas às drenagens, suas características são influenciadas pela contribuição de partículas provenientes dos solos das posições mais altas e da água de drenagem, uma vez que são formados em áreas de recepção ou trânsito de produtos transportados.

A maior limitação está na presença de lençol freático elevado, com riscos de inundação, necessitando de drenagem para seu uso. Raramente apresentam fertilidade alta e a neutralização da acidez pela calagem é problemática, exigindo, muitas vezes, grandes quantidades de calcário.

A textura ao longo do perfil deve ser observada, pois solos muito argilosos em sub-superfície podem apresentar sérios problemas quando drenados. À medida que esses solos secam, ficam endurecidos, prejudicando o desenvolvimento de raízes. Ciclos constantes de umedecimento e secagem podem provocar endurecimento irreversível do solo.

FIGURA 03 – TIPOS DE SOLO



VEGETAÇÃO

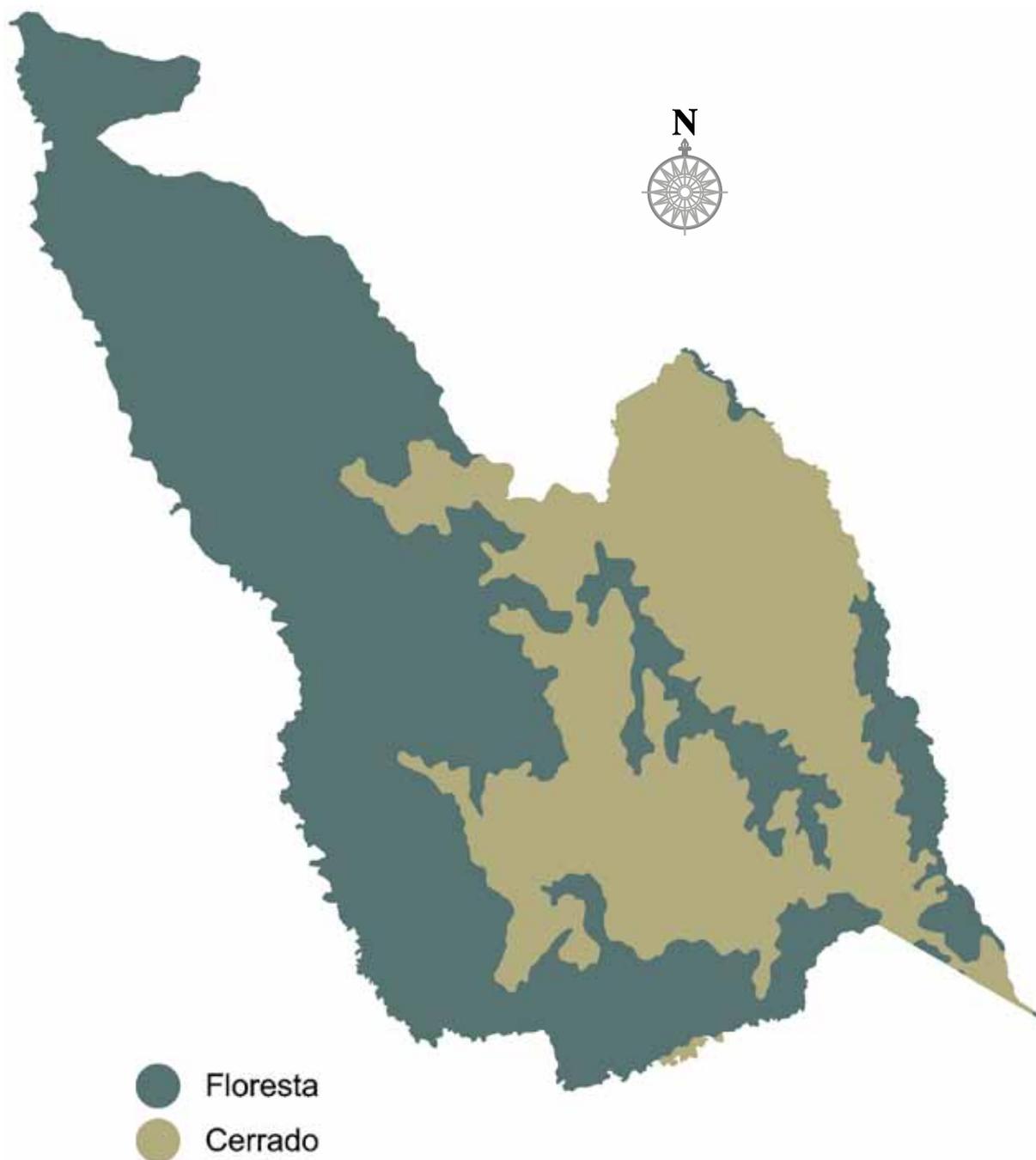
A vegetação do município de Nova Mutum se constitui em 70% de cerrado e 30% de mata.

A Chapada dos Parecis caracteriza-se pela sua grande extensão de áreas planas e altas, com solos predominantemente profundos e maior parte de vegetação de Cerrado, solos de baixa fertilidade, com clima definido em duas estações, sendo uma chuvosa, que vai da segunda quinzena de outubro a primeira quinzena de abril e depois, uma seca, que vai da segunda quinzena de abril a primeira quinzena de outubro, o que torna a maior chapada agricultável do mundo.

A vegetação de Cerrado, composta por Capim Navalha, Capim Rabo de Burro, entre outras gramíneas e plantas como Pequi, Jaboticaba do Cerrado, Goiabinha, Lixeira, Barbatimão, Sucupira, Ipê Amarelo, Jacarandá, Cambará do Brejo, Cambará, Pau-Olho, Faveiro, Lobeira e diversas Palmeiras, como Buriti, Tucum, Queirobinha e Bocaiúva onde apresenta parte de Cerrado com plantas mais retas e de porte mais elevado, independente do tipo de solo, que popularmente chamam de Cerrado Médio e Pesado. Parte do Cerrado apresenta as plantas retorcidas, de porte menor, com presença de gramíneas nativas, conhecido popularmente de Cerrado Leve independente do tipo de solo.

A vegetação de mata apresenta grande diversidade de espécies destacando pela importância o Jatobá, Caixeta, Peroba, Peroba Mica, Agelin Pedra, Angelin Saia, Cedro, Pau Óleo, Garapera, Canelão, Seringueira, Mandiocão, Buriti e Tucum, entre outras.

MAPA 09 – TIPOS DE VEGETAÇÃO





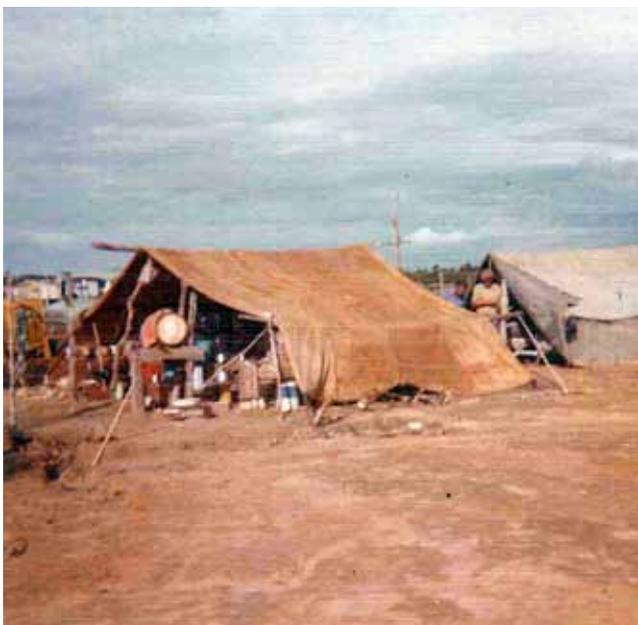
2

aspectos históricos

2.a | FORMAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM

Antes de ser colonizada, a região de Nova Mutum era conhecida como "Irmandade" e pertencia a Jorge Rachid Jaudy. Em 1966, um grupo de empresários paulistas, capitaneados por José Aparecido Ribeiro, adquiriu extensa área de terras, de aproximadamente 169 mil hectares, no município de Diamantino, constituindo a Mutum Agropecuária S/A.

Conseguiram a aprovação junto à Sudam do projeto de pecuária em área de 120 mil hectares, sendo 54 mil hectares de pastagem e 60 mil hectares para reservas florestais, restando 56 mil hectares para futuras ampliações. O projeto de pecuária consistia em cria, recria e engorda de bovinos, dividido em dois grandes grupos: Arinos e Mutum. O projeto foi implantado definitivamente em 1981.



Acampamento de pioneiros no início do processo de colonização de Nova Mutum

Como a área era muito grande, logo surgiu a idéia de gerar oportunidades para novos pioneiros, sendo desenvolvidos experimentos com arroz, milho e soja. A empresa então destacou 100 mil hectares para a colonização, implantando as duas primeiras etapas, hoje constituídas pelas comunidades de Santo Antônio, São Carlos e Nova Esperança.

Foi o colonizador Alaor Zancanaro que alertou o Dr. Ribeiro para a necessidade de colonizar uma área de suas terras, pois diversas empresas do ramo estavam iniciando a comercialização de terras em várias regiões do Estado. As Fazendas Ranchão e Uirapuru já tinham sido iniciadas por Alcindo Uggeri e José Maria Nogueira, respectivamente, já no início da década de 70. Vicente Paulino Barreiros foi o primeiro gerente da Fazenda Uirapuru, tendo chegado à região em 1971. Era o início da febre da conquista do Centro-Oeste e das últimas fronteiras agrícolas do País.

Praticamente na mesma época da colonização de Mutum, estavam sendo ocupadas por pequenos e médios agricultores diversas outras regiões, tais como, São Manoel, Pacoval, Trivelato, Lucas do Rio Verde, Tapurah e Ranchão, etc. Dr. Ribeiro seguiu a orientação de Alaor e investiu no sucesso quase certo. Os tamanhos dos lotes vendidos variavam conforme as disponibilidades financeiras do comprador, em geral ficando entre 150 e 400 hectares.

A firma Eldorado, de Porto Alegre ficou encarregada de dimensionar a parte prática do projeto. O agrônomo gaúcho Luiz Carlos Ferreira Bernardes foi o responsável pela elaboração do projeto que criou a colonização de Nova Mutum em 1977 a convite do Dr. Ribeiro. Luiz Carlos era diretor da empresa Esplanid Ltda, com escritório de planejamento de irrigação e drenagem.



2.b | FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DE NOVA MUTUM

A colonizadora construiu logo no início 10 casas e a sede da colonizadora numa área aberta na mata provisoriamente, por trator de esteira. Em seguida, escola, centro comunitário, posto de saúde e alojamento para abrigar os compradores de terra. Foi construída infraestrutura básica para que o essencial pudesse funcionar. Para o centro urbano foram reservados 551 hectares. Quem adquirisse um lote rural recebia de bonificação dois terrenos urbanos.



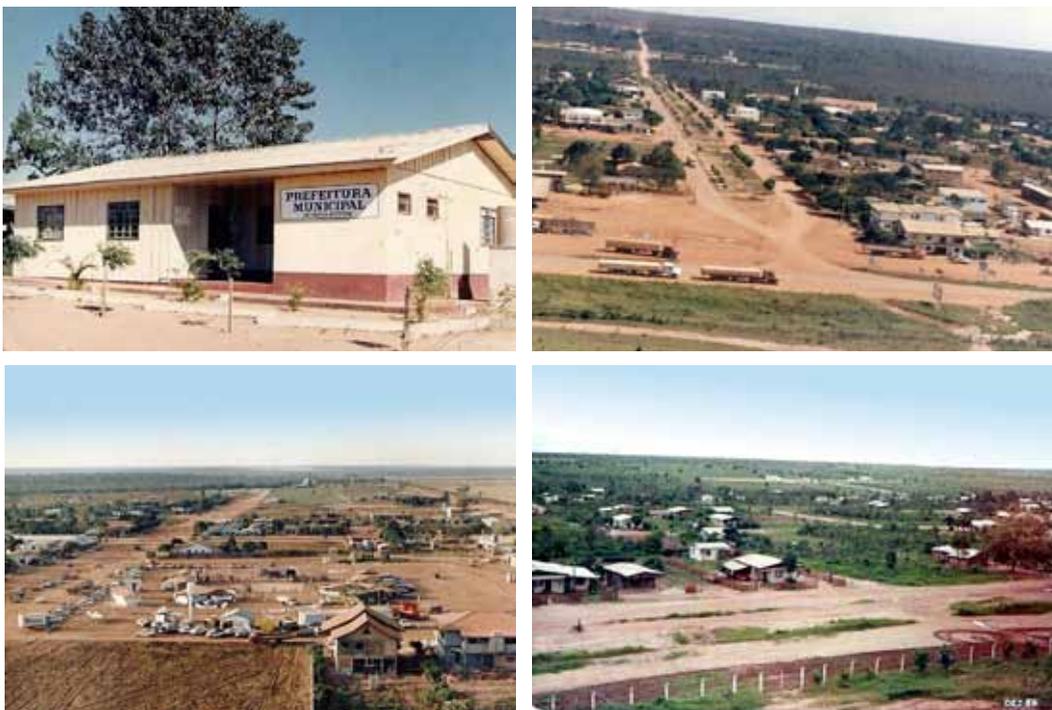
Como a infraestrutura de construções não funcionava por si só, foram contratadas pessoas para administrar essa infraestrutura básica. Assim, vieram o primeiro médico, Dr. Kazan, e a primeira enfermeira, Doroti Chagas. Ela, na verdade, tinha sido contratada no Paraná para assumir a área de saúde de Trivelato, onde também estava sendo iniciada a colonização. Doroti visitou Trivelato e não se animou a permanecer por lá, devido à falta absoluta de condições para exercer a profissão. Desligou-se da firma e veio ver Mutum, que estava iniciando também naquele ano a colonização e precisava de enfermeira.



Doroti começou a atender informalmente as pessoas nas próprias casas, pois também não havia estrutura adequada para o funcionamento de uma farmácia ou simples enfermaria. Fazia os partos e chegou a doar seu próprio sangue para salvar vidas. Atendia durante 24 horas diárias. A seguir, já com uma estrutura, Doroti começou a fazer suturas, pequenas cirurgias e atendia pessoas intoxicadas por veneno agrícola, etc. Em 1984, Doroti se desligou da firma Mutum iniciando sua própria farmácia, mas continuando a atender a população da melhor maneira possível. Sua farmácia continua até hoje no centro da cidade, prestando bons serviços à população.

Primitivo Cury instalou o primeiro mercado, posteriormente vendido ao Sr. Francisco Saito, no mesmo local do atual Supermercado Saito. A primeira rodoviária funcionava no centro comunitário alugado por Reinaido Baldissera, no local e mesma construção onde hoje funciona a Biblioteca Pública Municipal.

A primeira marcenaria ficou por conta de Roberto Faccio. Como não havia energia, as poucas máquinas eram tocadas por um motorzinho. O mesmo Roberto, alguns anos mais tarde, colocou uma vidraçaria e uma livraria, comércio este que ainda hoje a família toca, no centro da cidade. Valdemar Filipe instalou a primeira serralha, do tipo “pica-pau”, na região, beneficiando madeiras para constru-



ções que iam surgindo no povoado e fazendas. A primeira criança nascida em Nova Mutum recebeu o nome de Darci Melha, mas ela faleceu logo após o nascimento. Abriram uma clareira no cerrado no local destinado ao futuro cemitério, com trator de Ovídio Cirardello, cavaram uma cova rasa e ali foi enterrado Darci. A primeira pessoa adulta a falecer e a ser enterrada no mesmo “futuro cemitério” foi Carolina Machado Tarrão Costa, esposa de Egidio Tarrão, morta no dia 14 de fevereiro de 1982.

Os primeiros cinco agricultores a assinarem o contrato de compra de terra foram os seguintes:

- **Almiro Kogler**, no dia 06 de junho de 1978;
- **Anselmo Sand**, no dia 06 de junho de 1978;
- **Alcides Cerratti**, no dia 09 de junho de 1978;
- **Reinaldo Baldissera**, no dia 13 de junho de 1978;
- **Antônio Darold**, no dia 19 de junho de 1978.

Os primeiros agricultores a ocuparem suas terras foram Antônio Darold e filhos e Alfredo Horn, em Santo Antônio. Seus lotes estavam situados em frente à Fazenda Mata Azul, onde até hoje moram. O Sr. Silvino Mori, morador em Diamantino desde 1986 e representante dos Adubos Trevo, lembra, por exemplo, o episódio curioso. Certo dia em 1978, Silvino foi a Sorriso, cuja colonização também estava iniciando e passando em frente à Fazenda Mata Azul, notou alguns tratores derrubando o cerrado à esquerda da BR-163, coisa meio estranha, pois a terra da região pouco valor tinha na época. Na volta de Sorriso, Silvino resolveu matar a curiosidade e dar uma olhada naquele serviço. Descobriu ali seus futuros amigos e clientes Alfredo e Antônio, iniciando o desmate de seus lotes. Alfredo era solteiro e embora natural de Estrela, no Rio Grande do Sul, veio de Cruz Alta, também cidade gaúcha, como também a família de Darold. Silvino almoçou com eles e voltou a Diamantino. Um mês depois, voltando a Sorriso, Silvino os visitou outra vez. Já tinham construído um barracão para guardar as máquinas. A bem da verdade, Silvino foi um pai para muitos agricultores ou “segundo pai” como dizia Carlão Noimann. O Banco do Brasil só havia em Diamantino e Silvino sempre ajudou no que pôde seus conterrâneos recém-vindos do Sul.

Em seguida, outros desbravadores foram chegando, todos se estabelecendo em Santo Antônio e



Nova Esperança, na 1ª Etapa. Entre eles, citam-se os irmãos Claas, Valter Becker, Valdemar Casagrande, Pirajá, Backes, Francisco Pinard de Moraes e Vilmar Capelari. Num segundo momento, vieram os irmãos Bonini, Aroldo Belló, Zilmar Tecchio, a família Comin, Inácio Faccio, Zelito Faccio, Pedro Faccio, Roberto Faccio, Aldo Oro, Egidio Beckenkamp e Lauro Dalla Costa, entre outros. Nem todos os compradores de lotes os ocupavam imediatamente. Iam chegando de acordo com suas possibilidades e acerto na venda de suas posses no Sul do País. Todos os primeiros moradores da região vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em sua grande maioria pequenos agricultores ou minifundiários, do Oeste dos dois Estados.

É preciso ressaltar que nem sempre a relação entre compradores de terra e a colonizadora foi totalmente pacífica. Havia conflitos de interesses, sobretudo em relação ao pagamento das dívidas ou prestações dos lotes adquiridos. A colonizadora se mostrava inflexível em relação à cobrança das prestações devidas. O Banco do Brasil só tinha agência em Diamantino e as pendências judiciais também tinham que ser resolvidas naquela cidade, então sede do município ao qual pertencia a região de Mutum.

2.c | HISTÓRIA DO PLANEJAMENTO URBANO DE NOVA MUTUM

O projeto da Colonização Mutum iniciado com o registro do loteamento em 1979, foi implantado em área nas margens da rodovia BR-163, pela empresa Mutum Agropecuária S.A.

O projeto consistia em 116 quadras, sendo 110 quadras com 22 lotes e seis quadras com 10 lotes, totalizando 2.480 lotes urbanos, dos quais 65 foram destinados à chamada “área comunitária”. Integravam também o plano urbanístico 11 praças, um cemitério, uma grande área verde, um aeródromo e duas áreas compreendidas como reservas técnicas, que posteriormente foram loteadas pela própria colonizadora.

Nesta época a vila Nova Mutum ainda era distrito do município de Diamantino.

A ocupação da área urbana se deu inicialmente na forma de venda de imóveis, e principalmente da doação de um lote urbano por parte da colonizadora, para quem adquirisse um lote rural dos projetos de colonização, nas 1ª e 2ª etapas.

A estruturação urbana de Nova Mutum foi acontecendo no sentido Leste/Oeste, nas margens da rodovia BR-163, consolidando assim o perímetro urbano inicial.

O projeto da unidade urbana foi criado por empresa de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, denominada Empreendimentos Agropecuários Eldorado S/A, tendo como responsável técnico o engenheiro agrônomo Luiz Carlos Ferreira Bernardes.

Numa análise prévia do plano urbano original percebe-se de imediato que o projeto técnico desconsiderou aspectos relevantes de topografia e hidrografia local, pois a referência mais significativa, como é o córrego Bujuzinho, não consta do documento original, mesmo o curso d’água cortando toda a extensão do perímetro urbano.

O canal deste córrego passava então por entre quadras, lotes e ruas, o que forçou o governo municipal a iniciar processo de aquisição de áreas no entorno do curso d’água, a fim de preservar o ambiente original e depois formar o atual Parque Ecológico.

Passado o processo inicial de colonização o governo municipal viu-se forçado, em virtude do grande crescimento demográfico, a estudar a oferta de imóveis urbanos aos que ali viriam morar e contribuir com o desenvolvimento da região. Tanto foi assim que o então prefeito sancionou em 19 de maio de 1992 a Lei Municipal nº 161/1992, destinando área para implantação do Loteamento Urbano Alto da Colina, a preço subsidiado, definindo inclusive o prazo para o início das habitações.

Esta iniciativa do governo municipal teve desdobramentos em outras oportunidades, visando estimular a ocupação urbana e o atendimento das demandas habitacionais, resultando assim nos seguintes novos loteamentos de iniciativa pública: Alto da Colina, Parque do Sol, Jardim, Jardim II, Colina II, Residencial Paraíso, Residencial Vitória, Residencial das Palmeiras, Flor do Cerrado e mais recentemente os Loteamentos Edelmina Querobim Marchetti e Santa Terezinha.

Outras formas de atuação no desenvolvimento urbano em iniciativas públicas ocorreram entre os anos de 1995 e 1997, com o início dos denominados distritos industriais, sendo os pioneiros o Loteamento Industrial Norte e o Loteamento Industrial Sul, quando ambos viabilizaram a implantação de empresas privadas ligadas aos setores do agronegócio, tanto de atividade industrial, como comercial e de prestação de serviços especializados.



No ano de 2001 iniciou-se a terceira etapa da ocupação urbana, surgindo o primeiro loteamento privado pós-emancipação, denominado Jardim Imperial, implantado pela empresa Método Desenvolvimento Urbano. Em 2006 a empresa voltou a operar no mercado imobiliário local, com o Loteamento Residencial Arara Azul.

Em 2003, o Grupo Mutum, através da empresa Mutum Agropecuária S/A., lançou dois novos empreendimentos imobiliários localizados no lado oposto da cidade, na margem oposta da rodovia BR-163. Foram os Loteamentos Comercial José Aparecido Ribeiro e Industrial Hilda Strenger Ribeiro, sendo até hoje os únicos implantados no local.

No ano de 2004 e novamente por iniciativa do Grupo Mutum, através da empresa Mutum Agropecuária S.A., foi lançado o loteamento Residencial dos Ipês, promovendo assim nova dinâmica urbana, que foi seguida de outros empreendimentos, como o Parque das Águias, o Residencial das Acácias e o Loteamento Flamboyant.

Outras empresas também ingressaram no mercado imobiliário, com o intuito de se beneficiar do expressivo desenvolvimento urbano que se apresentava, como foram a Ouro Verde Empreendimentos Imobiliários, com o Loteamento Esplanada do Sol; a Cotrim Dias e Cia Ltda, com os Loteamentos Jardim Primavera, Jardim Primavera II e Jardim Primavera III; a Lote Fácil Incorporadora, com os Loteamentos Topázio Residencial e Jardim Ágata; a BFK Construtora e Incorporadora, com o Loteamento Residencial Buritis; e a Vitrine Imóveis, com os Loteamentos Lírios do Campo e Lírios do Campo II.

Também é importante fazer menção a proprietários individuais que entraram no ramo de loteamentos, como foram o Sr. Euclides Brancalione, com o Residencial Beija-Flor, e o Sr. Paulo Mocellin, com o Jardim Europa.

Atualmente se encontram em fase de implantação ou aprovação os Loteamentos Jardim das Araras, de propriedade de Francisco Kengo Saito; Jardim Itália, de propriedade do Sr. Euclides Brancalione; Jardim América e Jardim América II, de propriedade de Mega Construtora e Incorporadora; e Cidade Nova, de propriedade de João Guizzo. Há também os projetos em fase de análise técnica

de propriedade das empresas Cotrim Dias e Cia Ltda, Mutum Agropecuária S/A. e Paulo Mocellin.

O grande crescimento urbano e a implantação de muitas novas áreas habitacionais ocorreu a partir de 2006, com o Loteamento Residencial Arara Azul, em seguida com o Residencial das Palmeiras, Jardim Primavera, Topazio Residencial, Residencial Beija-Flor, Parque das Águias, Jardim Primavera II, Residencial das Acácias, Jardim Ágata, Jardim Primavera III, Residencial Buritis, Lírios do Campo, Flamboyant, Flor do Cerrado, Jardim Europa, Edelmina Querobim Marchetti, Lírios do Campo II, Santa Terezinha, Jardim das Araras, Jardim América e Jardim Itália, o que contabiliza um total de 21 conjuntos urbanos em oito anos, ou quase três empreendimentos por ano.



3 demografia

3.a | ESTRUTURA DEMOGRÁFICA

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Nova Mutum contava com 31.649 habitantes, sendo 81,71% moradores da área urbana e 18,29% da área rural, com o município apresentando densidade demográfica de 3,31 hab/Km².

Com predominância do sexo masculino de 53,08% da população e 46,92% do sexo feminino, o fato é explicado em virtude do trabalho no meio rural ser predominante.

Se comparada pela idade produtiva dos 15 aos 60 anos de idade, esse número de homens sobe para 59,62%, contra 40,38% de mulheres.

A estimativa populacional realizada pelo IBGE em 2013 apontou população de 36.659 habitantes em Nova Mutum, demonstrando crescimento populacional de 15,83% em três anos, o que representou expansão da população três vezes maior do que a apresentada pelo Estado de Mato Grosso no mesmo período, que foi de 4,84%.

TABELA 01 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL ANUAL (URBANA E RURAL)

ANO	POPULAÇÃO
1991	5.542
1996	8.315
2000	14.818
2007	24.368
2010	31.649

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

TABELA 02 – POPULAÇÃO URBANA x RURAL (2010)

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO	POPULAÇÃO	%
Urbana	25.865	82
Rural	5.784	18
Total	31.649	100

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010

TABELA 03 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Menor 1 ano	283	297	580	1,83
1 a 4	1.124	1.045	2169	6,85
5 a 9	1.324	1.273	2597	8,21
10 a 14	1.379	1.377	2756	8,71
15 a 19	1.560	1.496	3056	9,66
20 a 29	4.381	3.563	7944	25,10
30 a 39	2.989	2.629	5618	17,75
40 a 49	1.997	1.734	3731	11,79
50 a 59	1.137	892	2029	6,41
60 a 69	427	353	780	2,46
70 a 79	156	148	304	0,96
80 anos +	42	43	85	0,27
TOTAL	16.799	14.850	31.649	100,00

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010



4 aspectos político- administrativos

4.a | SITUAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA

O município de Nova Mutum foi criado em 04 de julho de 1988, através da Lei Estadual nº 5.321/88, em território desmembrado dos municípios de Diamantino e Nobres.



4.b | DISTRITALIZAÇÃO

O Distrito Ranchão está localizado entre a rodovia MT-235 e o Rio Ranchão, a 55 quilômetros da sede do município, sendo 50 quilômetros de asfalto pela rodovia MT-235 e 05 quilômetros de asfalto por estrada municipal.



4.c | A COMARCA

A Comarca de Nova Mutum foi criada pela Lei Estadual nº 133, do dia 03 setembro de 2003. Sua instalação ocorreu em 10 de dezembro de 2004, sendo o seu primeiro Juiz o Dr. Gabriel da Silveira Matos.

A Comarca de Nova Mutum é de 2º entrância, possui sede própria, é constituída pela 1ª Vara, 2ª Vara e Juizado Especial, contando com duas Juízas, um Promotor de Justiça e um Defensor Público.

A Comarca conta também com Justiça do Trabalho (Vara Itinerante do Trabalho), um Cartório de Registro Civil, um Cartório de Registro de Imóveis, Cartório Eleitoral e Conselho Tutelar contando com cinco conselheiros.





4.d | GOVERNOS MUNICIPAIS

● **Executivo – (1989/1992)**

Prefeito: Boleslau Dziachan

Vice-Prefeito: Francisco Pinardi de Moraes

● **Primeira Legislatura – (1989/1992)**

Vereadores:

Adriano Casanova

Carmem Regina Casagrande Giachini

Clemente Franzener

João Inácio Lauxen

Moacir Fontana

Oswaldo Alves Faria

Silvino Rupolo (Branco)

Valdo Bressan

Vicente Paulino Barreiros (Chefe)

● **Executivo – (1993/1996)**

Prefeito: José Carlos Menolli

Vice-Prefeito: Alcindo Uggeri

● **Segunda Legislatura – (1993/1996)**

Vereadores:

Aldoino José Borsato

Claudio João Sfredo

Dario Largura

Ilson Matschinske

Maria Doroti de Oliveira Chagas

Reinhardt Bock

Silvino Rupolo

Valeska Lauxen Pinto

Vicente Paulino Barreiros

Lili Weidmam Oliveira

Sidney Roberto Duarte Ferreira

● **Executivo – (1997/2000)**

Prefeito: Boleslau Dziachan

Vice-Prefeito: Aldo José Oro

● **Terceira Legislatura – (1997/2000)**

Vereadores:

Aldevino Neumann

Clemente Franzener

Ison Matschinske

Oswaldo Alves Faria

Plinio Cella

Reinhardt Bock

Sidney Roberto Duarte Ferreira

Valeska Lauxen Pinto

Vanderlei Antônio de Ávila

Suplente Genecir Silvio Tramm

Marcos Serafim Duarte

Vicente Paulino Barreiros

● **Executivo – (2001/2004)**

Prefeito: Adriano Xavier Pivetta

Vice-Prefeito: Lirio Lautenschlager

● **Quarta Legislatura – (2001/2004)**

Vereadores:

Clemente Franzener

Eurico Aparecido da Silva

Joaquim Diogenes Jacobsen

Naildo da Silva Lopes

Pedro Cocatto Filho

Plinio Cella

Sidney Roberto Duarte Ferreira

Silvino Rupolo

Vanderlei Antônio de Ávila

Eunice Ruzin

Irineu Neves dos Santos

Nilson F. Guimarães

● **Executivo – (2005/ 2008)**

Prefeito: Adriano Xavier Pivetta

Vice-Prefeito: Alcindo Uggeri

● **Quinta Legislatura – (2005/2008)**

Vereadores:

Alice Marlene Faccio Santos

Joaquim Diogenes Jacobsen

José Alves de Oliveira

José Eurípedes Felício

Milton Henrique de Carvalho

Sadi Ribeiro Ramos

Unirio Schirmer

Vanderlei Antônio de Ávila

Vicente Paulino Barreiros

Clelia Regina S. Biazzi

Luiz Carlos Gonçalves

Sidney Roberto Duarte Ferreira

Silvino Rupolo

Zulmiro Bonafé



● **Executivo – (2009/2012)**

Prefeito: Lirio Lautenschlager

Vice-Prefeito: Sadi Ribeiro Ramos

● **Sexta Legislatura – (2009/2012)**

Vereadores:

Airton Pessi

Ataide Luiz da Silva

Clemente Franzener

Eurico Aparecido da Silva

Lucas Badan Faria

Luiz Carlos Gonçalves

Milton Henrique de Carvalho

Silvino Rupolo

Unirio Schirmer

Zulmiro Bonafé

● **Executivo – (2013/2016)**

Prefeito: Adriano Xavier Pivetta

Vice-Prefeito: Leandro Felix Pereira

● **Sétima Legislatura - (2013/2016)**

Vereadores:

Airton Pessi

André Piter da Silva

Ataide Luiz da Silva

Francisco Assis Pereira

José da Paixão Nonato

Lucas Badan Faria

Luiz Carlos Gonçalves

Lurdes Martins da Costa

Zulmiro Bonafé

4.e | ÓRGÃOS ESTADUAIS

A esfera do Governo Estadual abrange o Poder Judiciário, a Polícia Civil, a Polícia Militar, responsáveis pela segurança do município, além de repartições pertencentes a diversos outros órgãos da Administração Pública Estadual.

PODER JUDICIÁRIO

O Fórum da Comarca de Nova Mutum é de 2ª entrância, possui sede própria, é constituída pela 1ª Vara, 2ª Vara e Juizado Especial, contando com duas Juízas, um Promotor de Justiça e um Defensor Público.

A Comarca conta também com um Juizado Especial Civil e Criminal, com Justiça do Trabalho (Vara Itinerante do Trabalho), um Cartório de Registro Civil, um Cartório de Registro de Imóveis, Cartório Eleitoral e Conselho Tutelar contando com cinco Conselheiros.

POLÍCIA E SEGURANÇA DO MUNICÍPIO

O município dispõe de Conselho Municipal de Segurança, Companhia da Polícia Militar, Delegacia de Polícia Judiciária Civil e Cadeia Pública.

A Companhia da Polícia Militar conta hoje com efetivo de 31 policiais militares, possui sede e trabalha com três viaturas para atender ocorrências.

A Delegacia de Polícia Judiciária Civil, tendo em seu quadro efetivo um Delegado de Polícia Civil, três escrivães e nove investigadores, contando com uma viatura para atendimento das solicitações da população.

REPARTIÇÕES PÚBLICAS

- **Circunscrição Regional de Trânsito (Ciretran)**, órgão representativo do Departamento Estadual de Trânsito (Detran), que no município tem como finalidades direcionar e coordenar o sistema de trânsito e expedir documentação de veículos, Carteira Nacional de Habilitação, entre outros.

- **Escritório do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea).**

- **Unidade da Empresa Mato-Grossense de Pesquisa Assistência e Extensão Rural S/A (Empaer)**, que atende produtores rurais através de modelo operacional onde a assistência técnica, extensão rural e pesquisa estão voltadas para a agricultura familiar, prestando serviços de qualidade, baseados no sistema produtivo sustentável, que propicia o crescimento socioeconômico da pequena e média propriedade.

- **Agencia da Receita Estadual**, destinada à fiscalização e recolhimento de tributos estaduais.

- **Unidade do Instituto de Defesa Agropecuária do Estado de Mato Grosso (Indea)**, tendo como objetivos formais a execução das atividades de vigência e defesa sanitária animal e vegetal, inspeção, fiscalização, padronização e classificação de produtos e subprodutos de origem vegetal; inspeção e fiscalização dos produtos e subprodutos de origem animal, identificação e cubagem de madeira e outras atividades afins delegadas.



- **Unidade da Junta Comercial do Estado de Mato Grosso (Jucemat)**, com a finalidade é efetivar os serviços de Registro Público de Empresas Mercantis, matrículas de agentes auxiliares, fiscalização de armazéns gerais e outras atividades afins.

- **Posto do INSS (Previdência)**, destinado a cuidar do protocolo de processos de pedidos de aposentadoria, licenças para tratamento de saúde, autorização de perícias médicas, entre outros.

- **Unidade do Órgão de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon)**, que atua em todo o País na defesa do consumidor, orienta a população em suas dúvidas e reclamações, informa sobre seus direitos, e fiscaliza as relações de consumo. O Procon funciona como órgão auxiliar do Poder Judiciário, tentando solucionar previamente os conflitos entre o consumidor e a empresa que vende um produto ou presta um serviço. Quando não há acordo, encaminha o caso para o Juizado Especial Cível com jurisdição sobre o local. O Procon pode ser estadual ou municipal, e segundo o Artigo 105 da Lei 8.078/90, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor, é parte integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.



4.f | GOVERNO MUNICIPAL

ÓRGÃOS MUNICIPAIS

O Poder Legislativo, constituído da Câmara Municipal, é nos termos da Constituição, o primeiro Poder Governamental do Município.

A Câmara Municipal é responsável pela aprovação das leis do município, que podem ser oriundas de projetos do Executivo ou de membros do próprio Legislativo.

A Câmara Municipal de Nova Mutum é composta atualmente de nove vereadores eleitos através dos partidos, sendo dirigidos por Mesa Diretora, composta de quatro membros escolhidos entre os legisladores: um para presidente, um para vice-presidente, um para 1º secretário e outro para 2º secretário.

A composição da Câmara Municipal de Nova Mutum conta com a seguinte Mesa, para o biênio 2015/2016:

Presidente - José da Paixão Nonato

Vice-presidente - Lucas Badan Faria

1º secretário - Francisco Assis Pereira

2º secretário - André Piter da Silva

Demais vereadores:

Airton Pessi

Ataide Luiz da Silva

Luiz Carlos Gonçalves

Lurdes Martins da Costa

Zulmiro Bonafé

O Poder Executivo é o encarregado de executar as leis e gerir a administração pública do município. É comandado pelo prefeito, auxiliado pelo vice-prefeito e equipe composta de secretários, assessores e dirigentes de autarquias, tendo a colaboração de Conselhos Municipais, que funcionam como órgãos colegiados.

São três as assessorias do prefeito:

- Assessoria Jurídica, Chefia de Gabinete e Controladoria Interna.

São nove as secretarias denominadas:

- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Economia e Planejamento;
- Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
- Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

Funcionam como órgãos colegiados os seguintes conselhos:

- Conselho Municipal de Educação
- Conselho Municipal da Alimentação Escolar – CAE
- Conselho Municipal FUNDEB
- Conselho Municipal de Cultura
- Conselho Municipal de Segurança Pública
- Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social
- Conselho Municipal de Assistência Social
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar
- Conselho Municipal de Políticas sobre drogas
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência
- Conselho Municipal do Idoso
- Conselho Municipal do Trabalho
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

Composição do Executivo Municipal em 2015:

Prefeito - Adriano Pivetta

Vice-prefeito - Leandro Félix

Chefe de Gabinete - Mauro Antonio Manjabosco

Controladoria Interna - Roberto Bento Hilario

Assessor Jurídico - Alex Brescovit Maciel

Secretário de Administração - Geder Luiz Genz

Secretário de Economia e Planejamento - Agenor Darci Przendziuk

Secretário de Indústria, Comércio e Turismo - Romário Limberger Júnior

Secretária de Agricultura e Meio Ambiente - Osmar Isoton

Secretária de Educação e Cultura - Elena Maria Maass de Lima

Secretário de Esportes e Lazer - Toshio Onghero Takagui

Secretário de Saúde - João Batista Pereira da Silva

Secretária de Assistência Social - Marines Cavalin Pivetta

Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos - Onésio Barros Botelho

Atual composição do Executivo Municipal (2017):

Prefeito – Adriano Xavier Pivetta

Vice-Prefeito – Leandro Félix Pereira

Procurador Geral do Município – Alex Maciel Brescovit

Secretário de Gabinete – João Batista Pereira da Silva

Secretário de Finanças e Orçamento – Agenor Darci Przendziuk

Secretário de Administração – Geder Luiz Genz

Secretário de Planejamento e Assuntos Estratégicos – Mauro Antonio Manjabosco

Secretária de Saúde – Anke Helga Schwabe

Secretária de Educação e Cultura – Elena Maria Maass de Lima

Secretária de Cidadania e Assistência Social – Marines Cavalin Pivetta

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente – Renato Francisco Kremer

Secretário de Indústria, Comércio e Turismo – Jimmy Huppés

Secretário de Esporte e Lazer – Toshio Onghero Takagui

Secretário de Obras, Viação e Serviços Urbanos – Onésio Barros Botelho



5 economia

5.a | SITUAÇÃO GERAL

Com mais de 40 mil habitantes, Nova Mutum está em franco desenvolvimento. Em pleno coração do Mato Grosso, possui localização privilegiada. Além da rodovia federal BR- 163, as estaduais MT-249 e MT-235 formam importante entroncamento regional, com acesso a vários portos nacionais e outras regiões do País.

O município mantém forte vínculo com o comércio exterior, exportando para os principais blocos econômicos do planeta como; China, Holanda, Japão e mais 26 países. Está inserido no circuito da Ferrovia do Centro-Oeste e da ferrovia que ligará Cuiabá a Santarém, no Pará, ambas obras em estudos técnicos avançados.

Atualmente são aproximadamente 400 mil hectares de soja plantados, com produção superior a 1,2 milhão toneladas da leguminosa. Aproximadamente 180 mil hectares são plantados com milho safrinha, resultando na produção de quase um milhão de toneladas na entressafra. Mais de 20 mil hectares são cultivados com algodão, com mais de 70 mil toneladas produzidas.



Vale destacar a produção de avicultura, com abate diário de 320 mil aves, a suinocultura tem rebanho de 170 mil animais e o município conta com fomento de políticas voltadas para ovinocultura, piscicultura, apicultura e bovinocultura de leite.

O clima adequado favorece o desenvolvimento de cultivares da fruticultura, com ênfase para produção de uva, abacaxi e melancia. A produção de hortaliças com uso de tecnologias da hidroponia, também é destaque e abastece o mercado interno e a capital do Estado.

Profissionais, estudantes, pesquisadores e empresários do agronegócio do Brasil e exterior têm Nova Mutum como destino certo. O turismo tecnológico é um dos fatores que também impulsiona o crescimento econômico do município, devido à implementação de empreendimentos tecnológicos avançados para o setor.

O município conta ainda com o maior complexo industrial de esmagamento de grãos da América Latina e a maior indústria de alimentos do País, também está presente com uma importante unidade produtiva. A diversificação do parque industrial abrange também o Biodiesel, com capacidade de produção anual de 150 mil m³.

Neste contexto de pólo regional o município de Nova Mutum desenvolve-se também em importantes áreas de serviços, tais como; rede hoteleira, centro gastronômico e serviços médicos especializados, além de concentrar esforços no processo de expansão de novos cursos universitários.



● ORÇAMENTOS E ARRECADAÇÃO MUNICIPAL (2003-2013)

TABELA 04 – ORÇAMENTOS E ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

ANO	CORRENTE		CONTRIBUIÇÕES		PATRIMONIAL	
	Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada
2003	1.823.218,00	2.939.697,04	0,00	0,00	369,00	0,00
2004	2.382.346,13	2.825.501,51	80.626,78	308.343,58	500,00	2.991,80
2005	3.444.500,00	2.701.486,72	345.000,00	343.286,47	2.500,00	63.154,01
2006	3.719.970,00	3.556.161,49	372.600,00	313.443,61	2.700,00	26.140,66
2007	4.033.640,00	4.960.670,48	404.000,00	277.317,12	2.900,00	1.285.335,46
2008	4.061.283,00	6.825.196,89	424.200,00	627.522,24	25.000,00	66.013,25
2009	5.783.117,00	6.240.058,87	350.400,00	929.098,67	40.000,00	178.527,02
2010	7.766.238,25	9.407.538,60	890.000,00	1.336.488,83	373.761,75	383.800,08
2011	8.053.000,00	11.338.779,81	1.320.000,00	1.603.138,37	225.000,00	993.311,54
2012	9.195.000,00	13.726.595,70	1.500.000,00	1.829.022,38	710.000,00	823.959,41
2013	13.656.000,00	16.768.959,66	2.100.000,00	1.660.485,91	881.300,00	952.653,10

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 05 – ORÇAMENTOS E ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

ANO	SERVIÇOS		TRANSF. CORRENTES		OUTRAS CORRENTES	
	Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada
2003	159.409,00	144.622,09	12.721.413,00	15.830.904,83	405.900,00	421.949,59
2004	115.829,95	125.804,46	15.393.962,80	20.666.937,05	407.178,10	455.042,54
2005	127.000,00	149.282,66	21.711.900,00	20.750.629,14	672.000,00	544.262,99
2006	137.150,00	136.906,00	22.002.400,00	23.819.596,02	497.630,00	460.293,46
2007	148.700,00	124.126,78	23.720.900,00	25.426.979,17	539.400,00	759.897,32
2008	161.635,00	126.753,88	25.530.540,00	32.774.542,36	529.950,00	791.662,02
2009	171.500,00	13.032,19	29.983.870,00	29.168.724,28	785.913,00	682.095,34
2010	20.000,00	137.181,00	40.636.370,00	42.904.982,13	817.780,00	511.371,59
2011	38.000,00	14.412,21	42.549.000,00	51.800.312,65	597.630,76	980.854,48
2012	2.000,00	102.820,61	49.696.386,91	54.810.683,97	571.213,38	1.613.391,58
2013	14.000,00	43.103,15	58.554.200,00	60.664.502,38	1.124.500,00	1.648.760,07

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 06 – ORÇAMENTOS E ARRECAÇÃO MUNICIPAL

ANO	CAPITAL		ALIENAÇÃO		EMPRÉSTIMOS	
	Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada
2003	0,00	0,00	549.202,86	549.202,86	0,00	0,00
2004	0,00	0,00	350.000,00	262.828,50	0,00	0,00
2005	0,00	0,00	0,00	3.364,25	0,00	0,00
2006	0,00	0,00	0,00	1.154.527,36	0,00	0,00
2007	0,00	0,00	0,00	356.622,77	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	1.268.038,50	0,00	0,00
2009	110.000,00	5.660,67	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	210.000,00	779.440,47	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	60.000,00	39.575,00	0,00	0,00	0,00	832.168,12
2012	50.000,00	4.557.637,96	0,00	0,00	880.000,00	2.324.430,27
2013	590.000,00	2.343.828,51	0,00	0,00	0,00	1.129.183,59

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 07 – ORÇAMENTOS E ARRECAÇÃO MUNICIPAL

TRANSF. DE CAPITAL		OUTRAS DE CAPITAL		Ano	Totais
Orçada	Arrecada	Orçada	Arrecada		
0	366.0762,86	0	0	2003	23.547.139,27
500000	3.338.979,43	0	0	2004	27.986.428,87
2779997	1.448.736,87	0	0	2005	26.004.203,11
2160000	886257,42	0	1068,2	2006	30.354.394,22
2342000	2.191.948,89	0	558,88	2007	3.5383.456,87
2342000	1.340.799,21	0	28,52	2008	43820556,87
2000000	10.726.280,32	0	0	2009	1.0726.280,32
19761704,93	15.533.886,04	0	0	2010	15533886,04
9140000	7428.779,32	0	0	2011	7.428.779,32
8726000	883.3747,56	0	0	2012	8.833.747,56
8080000	2.117.903,55	0	0	2013	2.117.903,55

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 08 – ORÇAMENTOS E ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

PRODUTO INTERNO BRUTO DO MUNICÍPIO - EM MIL REAIS				
	2011	2010	2009	2008
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	425.166	268.150	464.372	535.366
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	411.280	389.995	132.008	124.578
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	803.944	602.388	475.775	522.753
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	185.978	165.441	129.849	147.532
PIB a preços correntes	1.826.367	1.425.974	1.202.003	1.330.228
PIB per capita a preços correntes	55.287,51	-	-	-

	2007	2006	2005	2004
Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	349.858	214.002	341.770	461.036
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	90.534	69.477	68.915	65.404
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	356.415	198.829	199.604	214.421
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	97.908	55.589	63.663	71.613
PIB a preços correntes	894.715	537.897	673.953	812.474
PIB per capita a preços correntes	-	-	-	-

Fonte: Prefeitura Municipal

5.b | SETOR PRIMÁRIO

As principais atividades econômicas são a agricultura e a pecuária, e em menor escala, o extrativismo vegetal.

A economia do município apresenta um índice de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de 1.934731, e de Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de 1.0.

Renda per capita: R\$ 32.565,00/ano/habitante. Fonte: IBGE

Renda média por família: R\$ 1.444,09/família/mês. Fonte: IBGE

TABELA 09 – ESTRUTURA FUNDIÁRIA MUNICIPAL

TAMANHO DA ÁREA / ha	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA / ha
Até 10 ha	190	1140
De 11 a 50 ha	588	21.087
De 51 a 100 ha	199	15.487
De 101 a 200 ha	189	26.445
De 201 a 500 ha	239	79.898
De 501 a 1.000 ha	128	87.561
De 1001 a 5.000 ha	143	292.865
Acima de 5.000 ha	35	395.828
TOTAL	1.711	920.311

Fonte: Prefeitura Municipal de Nova Mutum/Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente/2014



TABELA 10 – PRODUTIVIDADE DA CULTURA POR HECTARE

CULTURA	ÁREA PROD. ha	PRODUÇÃO ton	PRODUTIVIDADE ha
Soja	354.962	1.107.481	52 sacas/ha
Milho safrinha	125.400	775.720	103 sacas/ha
Arroz	1.000	3.600	60 sacas/ha
Algodão	23.323	94.740	276 arrobas/ha
Uva	35	875 ton	25 ton/ha
Sorgo	25.000	90.000	60 sacas/ha

Fonte: IBGE 2012 / Produção Agrícola Municipal

● PRODUÇÃO DE SOJA

NOVA MUTUM: 3º MAIOR PRODUTOR DO ESTADO.
MATO GROSSO: 1º PRODUTOR DE SOJA DO BRASIL.

TABELA 11 – RANKING DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SOJA

MUNICÍPIO	SOJA / toneladas
Sorriso	1.307.118
Sapezal	794.627
Nova Mutum	732.045
Campo Novo do Parecis	722.305
Querência	610.255
Diamantino	597.804
Nova Ubiratã	593.575
Primavera do Leste	524.632
Lucas do Rio Verde	466.199
Itiquira	450.287
Demais Municípios	8.133.908
Total Produzido	6.798.847

Fonte: IBGE 2012 / Produção Agrícola Municipal



TABELA 12 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE SOJA POR ANO

ANO	ÁREA PROD. ha	PRODUÇÃO ton	RENDIMENTO kg/ha
2009	330 000	1 049 400	3.180
2010	338 000	1 039 200	3.074
2011	352 000	1 161 600	3.300
2012	354 962	1 107 481	3.119

Fonte: IBGE 2009-2012 / Produção Agrícola Municipal

● **PRODUÇÃO DE MILHO****TABELA 13 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE MILHO POR ANO**

ANO	ÁREA PROD. ha	PRODUÇÃO ton	RENDIMENTO kg/ha
2009	86.500	478.200	5.528
2010	90.000	396.000	4.400
2011	80.500	313.200	3.890
2012	125.400	775.720	6.185

Fonte: IBGE 2009-2012 / Produção Agrícola Municipal

● **PRODUÇÃO DE ARROZ****TABELA 14 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ARROZ POR ANO**

ANO	ÁREA PROD. ha	PRODUÇÃO ton	RENDIMENTO kg/ha
2009	1.000	3.000	3.000
2010	2.870	8.610	3.000
2011	2.500	8.250	3.300
2012	1.000	3.600	3.600

Fonte: IBGE 2009-2012 / Produção Agrícola Municipal



● PRODUÇÃO DE ALGODÃO

TABELA 15 – PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO EM 2012 (15 MAIORES PRODUTORES)

MUNICÍPIOS PRODUTORES	ALGODÃO / toneladas
Sapezal	420.736
Campo Verde	300.690
Campo Novo do Parecis	214.645
Primavera do Leste	180.252
Diamantino	154.877
Campos de Júlio	114.294
Pedra Preta	96.664
Nova Mutum	94.740
Dom Aquino	86.712
Alto Graças	80.310
Novo São Joaquim	68.913
Sorriso	66.659
Lucas do Rio Verde	66.007
Santo Antônio do Leste	63.233
Ipiranga do Norte	61.588
Demais municípios do Estado	734.392
Total Produzido	2 804 712

Fonte: IBGE 2009-2012 / Produção Agrícola Municipal

● CULTURA DO ALGODÃO NO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM

TABELA 16 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO POR ANO

ANO	ÁREA PROD. ha	PRODUÇÃO ton	RECEITA TOTAL (mil R\$)
2007	24.486	88.389	80.611
2008	26.489	101.617	93.996
2009	15.773	58.589	73.828
2010	16.300	58.680	84.616
2011	23.783	84.565	107.312
2012	23.323	94.740	136.157

Fonte: IBGE 2009-2012 / Produção Agrícola Municipal



● PRODUÇÃO DE UVA

TABELA 17 – PRODUÇÃO DE UVA NO ESTADO DE MATO GROSSO EM 2012

MUNICÍPIOS PRODUTORES	UVA / TONELADAS
Nova Mutum	35
Sinop	6
Primavera do Leste	6
Barra das Graças	4
Poxoréo	4
Mutapá	3
Sorriso	2
São Pedro da Cipa	2
Tabaporã	1
Total Produzido	63

Fonte: IBGE 2012 / Produção Agrícola Municipal

● CULTURA DA UVA NO MUNICÍPIO DE NOVA MUTUM

TABELA 18 – PRODUÇÃO DE UVA EM NOVA MUTUM

ANO	ÁREA PROD. ha	PRODUÇÃO ton	RENDIMENTO kg/ha
2009	35	875	25.000
2010	35	875	25.000
2011	35	875	25.000
2012	37	555	15.000

Fonte: IBGE 2012 / Produção Agrícola Municipal

A área de plantação agrícola corresponde a 421.335 ha, o equivalente a 41.07% da área total do município. Na agricultura destacam-se ainda as culturas de abacaxi e coco em menor escala.



● PECUÁRIA

A área de pastagens corresponde a 150.000 ha, o equivalente a 16,0% da área total do município. Na produção primária destacam-se também a apicultura e piscicultura.

TABELA 19 – PRODUÇÃO NA PECUÁRIA

PECUÁRIA	PRODUÇÃO
Rebanho bovino	114.000 cabeças
Rebanho suíno	150.000 cabeças
Rebanho ovino	10.000 cabeças
Aves de corte	1.500.000 cabeças
Aves de postura	100.000 cabeças

Fonte: Secretaria Municipal de Agricultura



5.c | SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

- **BUNGE** - Com investimentos de R\$ 150 milhões, a Bunge Alimentos inaugurou em Nova Mutum uma fábrica destinada ao processamento de soja, que produzirá óleo degomado e farelo, para os mercados interno e externo. Construída em 14 meses, a unidade tem 34 mil m² de área edificada, num terreno de 200 hectares, e deve gerar 100 empregos diretos e centenas de indiretos. A capacidade anual é de 1,3 milhão de toneladas de soja, com a unidade dispondo de silo para armazenagem de 100 mil toneladas de grãos. Esta é a 2ª maior planta da companhia, 1ª na área de extração em uma só linha, 9ª em industrialização de soja e 28ª unidade mato-grossense da Bunge Alimentos no Brasil.

A nova unidade possui sistemas totalmente automatizados, equipamentos de última geração e conceitos modernos de automação. A operação da fábrica contempla ainda todos os parâmetros de respeito à comunidade, à flora e à fauna da região. Um dos diferenciais da nova unidade é que todo efluente líquido gerado em suas atividades é recuperado e tratado dentro da própria indústria. Também as emissões atmosféricas são controladas com equipamentos de última geração, o que garante que elas estejam bem abaixo dos limites máximos exigidos pelos órgãos ambientais. A Bunge reservou ainda área de 70 hectares, que será destinada à implantação de reserva ambiental, a exemplo do que a empresa mantém em Santa Catarina e São Paulo.

- **BRF Brasil Foods** – A Brasil Foods completou cinco anos de operações em Mato Grosso. O Estado, considerado um dos mais expressivos pólos agro econômicos nacionais, é essencial para os negócios da companhia. No ano passado, 9,3% do total das exportações realizadas pela empresa saiu do Estado.

Desde que se instalou em Nova Mutum, MT, a BRF tem contribuído intensamente para a economia no Médio-Norte do Estado. No ano passado, a empresa repassou às receitas públicas cerca de R\$ 41,3 milhões em impostos e contribuições gerados no Estado. Tudo começou com a aquisição de unidade de abate e processamento de aves em Nova Mutum. Para marcar a data, foi aberta, na cidade, a Granja Videira, que integrou a cadeia avícola da companhia na região, somando 650 aviários, com matrizes e frango de corte. De lá para cá, a empresa tem investido sistematicamente em Mato Grosso. Desde a aquisição, foram aplicados na unidade industrial de Nova Mutum cerca de R\$ 150 milhões.

Hoje, a unidade emprega 1.725 funcionários. Ao todo, entre 2005 e 2009, a BRF direcionou R\$ 273 milhões ao Estado, onde mantém parceria com mais 210 produtores integrados.

- Também foi inaugurado, em Nova Mutum, o Conjunto Residencial Novo Horizonte, que faz parte do Programa Habitacional BRF (Prohab). Criado em 1997 para facilitar o acesso a moradias para empregados da BRF, o Prohab já entregou cerca de 1.100 casas.

- **Indústria de Sucos Melina (Uva)** - Projeto de industrialização de suco de caju, maracujá e tomate.

- Nova Mutum também conta com pequenas indústrias moveleiras, implementos agrícolas, máquinas agrícolas, metalúrgicas, confecções.

FRIGORÍFICOS

- **PERDIGÃO** – A Perdigão Indústria de Alimentos Ltda conta com frigorífico de aves, abatendo em



média 140.000 aves/dia e oferecendo 100 empregos diretos e em torno de 3.500 empregos indiretos.

- **INTERCOOP** – Integração das Cooperativas do Médio-Norte do Estado de Mato Grosso, contando com frigorífico de suínos e abatendo em média 2.500 cabeças/dia e gerando 650 empregos diretos e em torno de 1.000 empregos indiretos.

- **COOPERMUTUM** – Cooperativa Agropecuária Mista de Nova Mutum Ltda, produz suínos para abate através de sistema de integração, onde a entidade cria o leitão e o transfere para unidades de terminação, em fazendas dos associados, além de fornecer ração e genética. São 850 matrizes atualmente, gerando 63 empregos diretos.

TABELA 20 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR SETOR DA ECONOMIA (2014)

SETOR	EMPRESAS	% RELATIVO
Indústria	95	4,24
Comércio	766	34,15
Prestadores de serviços	910	40,57
Empresas autônomas	207	9,23
Outras não definidas	197	8,78
Não classificadas	68	3,03
Total	2.243	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 21 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS DE ACORDO COM A FORMALIDADE (2014)

FORMALIDADE	EMPRESAS	% RELATIVO
Empresa Formal (legalmente registrada)	2.243	96,43
Empresa Informal (sem registro)	80	3,57
Total	2.323	100

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 22 – PROFISSIONAIS LIBERAIS E EMPRESAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO (2014)

PROFISSIONAIS	TOTAL
Advogados	35
Agentes de Turismo	4
Contadores	14
Dentistas	31
Engenheiros Cívicos	5
Fotógrafos	3
Juiz de Direito	2
Médicos (clínica geral, ginecologia, fisioterapia, obstetrícia e pediatria)	26
Moto-Taxistas	17
Oficial de Justiça	1
Promotor de Justiça	2
Taxistas	31
Veterinários	2

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 23 – EMPRESAS POR SEGMENTO EM NOVA MUTUM (2014)

COMÉRCIO E AFINS	TOTAL
Comércio e Afins	Total
Academia	3
Agências de viagem	7
Armazéns gerais	19
Atacadistas e comércio de bebidas em geral	2
Auto-escolas e despachantes	10
Agências de Bancos	4
Bares	16
Canal de televisão	3
Casa de carnes e açougues	2
Casa de shows	2
Clinicas de fisioterapia, psicologia, fonoaudiologia	8
Confeitarias	5
Comércio de gás	9
Cooperativas de crédito	2
Churrascarias	38
Escolas estaduais	3
Escolas municipais	11
Escolas particulares	2
Faculdade	1
Farmácias e drogarias	29
Ferragens	18
Fotos e revelações	3
Gráficas e impressões	4
Hospitais	1
Hotéis	17
Instituições religiosas	14
Jornais	1
Joalheria e relojoaria	3

COMÉRCIO E AFINS	TOTAL
Laboratório de análises clinica	12
Lanchonetes	27
Livraria e papelaria	9
Loja de artigos e vestuários	21
Loja de equipamentos de informática	
Loja de materiais de construção	29
Loja de perfumes e bijuterias	10
Loja de presentes e artesanatos	5
Lojas de móveis e eletrodomésticos	34
Madeiraira	7
Mercados e mercearias	30
Motéis	1
Oficinas de motos	12
Óticas	7
Panificadoras	3
Papelaria	9
Pizzaria	14
Postos de combustíveis	14
Rádios	2
Salões de beleza	52
Supermercados	7

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 24 – QUANTIDADE DE INDÚSTRIAS (2014)

INDÚSTRIAS	TOTAL
Indústrias de móveis	7
Indústrias metalúrgicas	26
Indústrias de alimentos	3
Indústria de beneficiamentos de grãos	19
Indústria madeireira	7

Fonte: Prefeitura Municipal





6 educação e cultura

6.a | ANÁLISE DA SITUAÇÃO EDUCACIONAL

Nova Mutum traz em sua história fatos positivos no contexto educacional, procurando desde o início de sua estruturação oferecer ensino com qualidade, garantindo acesso, permanência e promoção a toda população em idade escolar.

A Secretaria Municipal de Educação tem papel fundamental de organizar, articular e executar as políticas públicas educacionais. As ações da secretaria devem estimular a comunidade a formar parcerias necessárias à melhoria do sistema de ensino. Isso de forma que todos os obstáculos possam ser superados com menor sacrifício, espelhado por bons índices de aproveitamento escolar, amparado por padrões qualificados de infraestrutura, formação de seus profissionais e universalização do ensino obrigatório a todas as crianças, jovens e adultos. O dever do poder municipal é dar instrumentos para garanti-lo.

A educação deve ser considerada prioridade estratégica para projeto de desenvolvimento que favoreça a superação das desigualdades na distribuição de renda e a erradicação da pobreza. Contudo, faz-se necessário cumprir o disposto na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal, Plano Nacional e Plano Municipal de Educação, referente aos percentuais mínimos a serem aplicados no ensino público. Para isso, estabelecendo política de financiamento vinculada à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, na implementação de sistema articulado entre os entes federados, que garanta as finalidades da atividade, buscando ampliar o percentual da receita aplicada para manutenção e desenvolvimento da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, assegurando assim, condições materiais necessárias ao desenvolvimento de escola de qualidade.

É nesta perspectiva que se delinea, ao longo de sua história, o cenário educacional do município:

O 1º educandário criado na zona urbana de Nova Mutum data do período em que ainda era distrito de Diamantino e foi a Escola Cenecista, fundada em 1983.

Em 1984 criou-se uma escola rural denominada Núcleo “C”, na Gleba Ranchão, que ainda pertencia ao município de Nobres.

Em 1985 foi criada a Escola Estadual de 1º e 2º graus Izabel Pinto de Campos para atender a grande demanda de estudantes, devido à expansão da colonização da região.

A partir da emancipação política do município de Nova Mutum, em 04 de julho de 1988, escolas com melhores condições físicas foram implantadas e equipadas e a preocupação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos (SMECD), foi intensa em relação à qualidade dos profissionais do ensino, uma vez que as diferenças sociais e culturais da clientela estudantil exigiam uma práxis e conhecimentos profissionais cada vez mais apurados.

Em 1990, foi criado o Centro de Ensino Integrado Tancredo Neves com o objetivo de atender os educandos em período suplementar, com metodologia específica e modalidades diversificadas de educação integral, incluindo lazer, artes entre outras atividades. Também neste ano, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, implantou-se convênio oferecendo o Projeto Logos II, que equivalia à formação do magistério a nível médio para professores leigos.

Outro projeto relevante foi a criação da Escola Itinerante Boa Esperança em 1991, com metodologia própria para atender as regiões rurais do município. Este projeto dispunha de dois professores e



uma viatura para o deslocamento até as fazendas onde se encontravam os alunos que recebiam em horário integral, as aulas semanais. O projeto priorizava a aprendizagem de crianças e adultos não escolarizados. Também neste ano criaram-se a Escola Municipal Aparecida do Norte, Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão e a Escola Municipal Padre João Bosco, hoje CMEI Mãe Amiga.

Em 1992, com o desmembramento da região de Santa Rita do Trivelato do município de Nobres, as escolas ali existentes passaram a pertencer à Nova Mutum. Houve ainda a abertura da Escola Passo do Lobo, que funcionou somente um ano, pois os alunos foram para a Escola Municipal São José. Houve também o fechamento da Escola Santa Rita, na Fazenda Leyton, com seus alunos passando a frequentar a Escola Ranchão.

No ano de 1993 foram criadas as Escolas Municipais Pacoval I e Jacamim, esta última passando a ser itinerante em 1994. Neste ano os alunos da Escola Municipal Canta Galo transferiram-se para estabelecimentos de Lucas do Rio Verde, por ser mais próximo e oferecer transporte escolar.

Outra ação importante feita pelo município em 1994 foi à busca de convênio junto a Fundação Brasileira de Educação/ Centro Educacional de Niterói, do Projeto Crescer, com proposta de educação à distância, que visava atender a duas ordens de necessidades. A Complementação Pedagógica destinada aos professores com Ensino Médio, porém sem qualificação para o magistério do Ensino Fundamental e os Estudos Adicionais nas áreas da Pré-Escola, Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Educação Especial, para professores que já possuíam o magistério.

Outro marco na educação ocorreu em 28 de março de 1994 e foi à criação da Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum, com início de dois cursos de Especialização. Um na área de Educação Didática e Metodologia em convênio com a Universidade de Cuiabá (UNIC) e outro na área de Ciências Contábeis em convênio com a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

No ano seguinte, com a autorização de funcionamento dos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis, foi criada a Faculdade Municipal de Nova Mutum, mantida pela Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum (FUMESUNM). Também foi criada a Escola Municipal Nova Brusque.

Já no ano de 1997, ocorreu a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), de Nova Mutum, a Escola Municipal Carlos Drummond de Andrade, na sede do município e a Escola Municipal Jorge Carlos Ferreira, no Assentamento Pontal do Marapê.

No ano de 1998, os alunos da Escola Seringal passaram a frequentar a Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão e a APAE criou seu educandário próprio, denominado Escola Especial Sonho e Esperança.

Em 1999 inaugurou-se a Escola Municipal Cecília Meireles, na sede do município e foi implantado o Projeto Xané, em parceria da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado de Mato Grosso.

No ano de 2000 foi criada a Escola 25 de Março, no Assentamento Maria de Oliveira I e II, porém o estabelecimento só funcionou durante um ano e seus alunos passaram a frequentar a Escola São José.

Em 2001, Santa Rita do Trivelato se emancipou e as Escolas Três de Novembro e Nova Brusque deixaram de fazer parte do município.

Em 2002 os alunos da Escola Osvaldo Bock foram transferidos para a Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão e o estabelecimento começou a atender também a educação de jovens e adultos.

No ano de 2003, o Projeto Xané passou a ser Projeto Aplauso, em convênio com a Prefeitura Municipal e o Governo do Estado.

Em 2004 foi criada a Escola Municipal Caminhos do Saber, para atender as séries finais do Ensino



Fundamental na sede. Também aconteceu a interrupção do funcionamento da Escola Estadual Izabel Pinto de Campos e foi criada a Escola Estadual José Aparecido Ribeiro, em prédio novo.

Em 2005 foi criada a Escola Estadual Padre Johannes Berthold Henning, na Comunidade Ranchão, que passou a atender alunos do Ensino Fundamental, Médio e da Educação de Jovens e Adultos, ficando a Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão com o atendimento da Educação Infantil e do Ensino Técnico Profissionalizante em Agropecuária. Também neste ano iniciou-se a construção da Escola Municipal Prof^a. Lúcia Faccio Tasca, na sede do município.

Em 2006 foi criada a Escola de Educação Infantil Meu Pequeno Mundo, que findou seus trabalhos em 2013.

Em 2008 foi criada o Educandário Infantil Brincarte e inaugurada a Escola Municipal Professora Lúcia Faccio Tasca. Neste mesmo ano foi criada a Escola Estadual Virgílio Corrêa Filho, em 2009 criou-

-se o Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire e em 2011 a Escola Estadual Rui Barbosa.

Em 2009 foram criadas os Centros Municipais de Educação Infantil Integral Recanto dos Encantos e Pequeno Aprendiz, para atender a demanda da Educação Infantil, que estava muito reprimida.

Em 2011 criou-se o Centro Municipal de Educação Básica Integral Cora Coralina, que iniciou suas atividades em 2014 e também a União de Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova), passou a para a administração do Estado, tornando-se Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat)..

Após a renomeação das escolas municipais, ficou a seguinte estrutura:

● REDE MUNICIPAL

TABELA 25 – ESCOLAS E MODALIDADES DA REDE MUNICIPAL

ESCOLAS	MODALIDADE DE ENSINO
CMEBI Mãe Amiga	Educação Infantil e Ensino Fundamental
CMEBI Tancredo Neves	Educação Infantil e Ensino Fundamental.
CMEBI Cecília Meireles	Educação Infantil e Ensino Fundamental
(1º e 2º Ciclos)	
CMEBI. Carlos Drummond de Andrade	Educação Infantil, Ensino Fundamental
(1º e 2º Ciclos)	
CMEBI. Profª Lúcia F. Tasca	Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos)
CMEBI Caminhos do Saber	Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos)
E.M. Rural Produtiva Ranchão	Ensino Médio Educação Profissionalizante do Campo (Técnico em Agropecuária)
E.MC Jorge Carlos Ferreira	Educação Infantil e Ensino Fundamental
E.MC São José	Educação Infantil e Ensino Fundamental
CMEII Recanto dos Encantos	Educação Infantil/creche
CMEII Pequeno Aprendiz	Educação Infantil/creche
CMEBI Cora Coralina	Educação Infantil e Ensino Fundamental
CMEII Monteiro Lobato	Educação Infantil
CMEII Ághata	Educação Infantil

Fonte: Prefeitura Municipal

● REDE PARTICULAR

TABELA 26 – ESCOLAS E MODALIDADES DA REDE PARTICULAR

ESCOLAS	MODALIDADE DE ENSINO
Escola CNEC	Educação Infantil, Ens. Fundamental e Ensino Médio
Educandário Infantil Brincarte	Educação Infantil
Escola Especial Sonho e Esperança APAE	Educação Especial
03 Escolas de Línguas	FISK, WIZARD e CCAA

Fonte: Prefeitura Municipal

● REDE ESTADUAL

TABELA 27 – ESCOLAS E MODALIDADES DA REDE ESTADUAL

ESCOLAS	MODALIDADE DE ENSINO
E.E. José Aparecido Ribeiro	Ensino Médio Regular e Profissionalizante
E.E. Padre Johannes Berthold Henning	Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA (2º e 3º Segmento)
E.E. Virgílio Corrêa Filho	Ensino Fundamental 3º Ciclo
E E Rui Barbosa	Ensino Fundamental 3º Ciclo
CEJA Paulo Freire	Educação de Jovens e Adultos
UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso	Cursos: Pedagogia - Agronomia - Administração - Ciências Contábeis.

Fonte: Prefeitura Municipal

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura vem desenvolvendo ao longo do ano diversos projetos e ações que têm como objetivo oportunizar a participação, a inclusão e a garantia do direito à aprendizagem para todos. Atualmente, o município dispõe de 14 Centros de Educação Básica, sendo 05 de Educação Infantil, 09 de Ensino Fundamental, anos iniciais e 01 de Educação Profissional, atendendo a aproximadamente 5.434 alunos e em contra-turno com atividades complementares 1.057 alunos, caracterizando escola em tempo integral, contando com 770 profissionais, nas diversas funções desenvolvidas na escola.

A Rede Estadual de Ensino conta com 05 escolas que atendem ao Ensino Fundamental, Ensino Médio e Profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos, perfazendo um número de 3.847 alunos atendidos. Conta ainda com 03 escolas da rede privada, que atendem da Educação Infantil ao Ensino Médio. No Ensino Superior conta com uma universidade estadual, além de 02 faculdades que ofertam o ensino presencial e à distância.

A secretaria trabalha com orçamento de aproximadamente R\$ 24 milhões ao ano, sendo que os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), são destinados integralmente para pagamento de folha de vencimentos. Esses recursos, no entanto, não são suficientes para cobrir os vencimentos, podendo-

-se considerar que 73% do montante do orçamento são destinados à folha de pagamento, 14% para manutenção do transporte escolar, 4% são investidos na merenda escolar, e o restante de 9% são investidos nas demais ações desenvolvidas pela secretaria.

Como a principal finalidade da educação é a promoção da aprendizagem, a secretaria promove a formação continuada dos profissionais do ensino. Para isso, fez a adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Programa A União Faz a Vida, Sala de Gestores, Sala do Educador e Profissionais. O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e a Patrulha Escolar, ambos em parceria com a Polícia Militar, também foram implantados no município, visando o diálogo e a formação da cultura de paz.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura em parceria com a representação do Ministério do Trabalho e Emprego no Mato Grosso, também desenvolve capacitação para orientação aos professores no desenvolvimento de ações que visem à erradicação do trabalho infantil. Também em parceria com o Ministério Público, desenvolve trabalho com o objetivo de formar rede de proteção, que inclui toda a comunidade escolar e alertar sobre os prejuízos do trabalho infanto-juvenil e a necessidade de proteção da criança e do adolescente contra qualquer tipo de exploração que atrapalhe seu desenvolvimento físico, mental, espiritual e moral.

Através do programa social da Cooperativa Sicredi "A União faz a Vida", desenvolve a metodologia de projetos como ferramenta que prevê o protagonismo dos estudantes na construção do conhecimento, vivenciando na escola e em seu entorno as relações de cooperação e cidadania. Valorizar a Comunidade local também é um dos aportes do programa.

A equipe técnica da secretaria mantém reuniões pedagógicas constantes com diretores e coordenadores pedagógicos das unidades escolares, com o objetivo de organizar, planejar e replanejar estratégias que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino, subsidiando-os na construção do Projeto Político Pedagógico, dentro de espaço propício para a articulação entre teoria e prática e reflexão e planejamento, elementos essenciais às práticas escolares e as formas de organização dos espaços de ensinar e aprender.

No ano de 2009 foi criado o Sistema Municipal de Ensino, pela Lei nº 1.278, que tem como competências criar, organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições da Rede Municipal de Ensino.

O Sistema Municipal de Ensino de Nova Mutum compreende os seguintes órgãos e instituições de ensino:

- a) Secretaria Municipal de Educação, como órgão executivo das políticas de Educação Básica.
- b) Conselho Municipal de Educação, como órgão normativo e deliberativo das políticas de Educação Básica.
- c) Educação Básica, em escolas mantidas e administradas pelo Poder Público Municipal.
- d) Educação Infantil-creche e pré-escolas criadas, mantidas e administradas pela iniciativa privada, tanto as de caráter lucrativo, como as comunitárias, confessionais e filantrópicas.

Poderão ser integradas ao Sistema Municipal as instituições experimentais e inovadoras de ensino, mantidas pelo Poder Público Municipal. As instituições de ensino que integram o Sistema Municipal de Ensino devem ser credenciadas a ter seus cursos autorizados, segundo diretrizes emanadas do Conselho Municipal de Educação.

O Plano Municipal de Educação de Nova Mutum, aprovado pela Lei nº 1.608/2012, é resultado

de construção coletiva, envolvendo os segmentos da sociedade como um todo, diagnosticando a realidade educacional, observando as diretrizes educacionais e propondo metas e estratégias para a educação de Nova Mutum, que através de fóruns permanentes o avalia e retoma as políticas necessárias para o desenvolvimento das políticas públicas a partir do contexto nacional, da legislação vigente e das necessidades apresentadas pela sociedade.

A construção do Plano Municipal de Educação significou grande avanço, por se tratar de programa de Estado e não somente projeto de governo. Nesse prisma, traz a superação de prática tão comum na educação brasileira, como é: a descontinuidade que acontece em cada governo, ao recomeçar a história da educação, desconsiderando as boas políticas educacionais por não ser de sua iniciativa. O plano com força de lei, respeitado por todos os dirigentes municipais, resgata o sentido da continuidade das políticas públicas.

O transporte escolar realizado pelo município de Nova Mutum em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, realiza o traslado de alunos da zona rural e urbana com veículos adquiridos através dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Estado e recursos próprios. Conta com frota de 35 veículos, sendo 08 micro ônibus e 27 ônibus, transportando diariamente 1.794 alunos, percorrendo a média de 5.500 km/dia. Porém o grande desafio ainda é diminuir o tempo do aluno no transporte e a qualidade desse atendimento.

A alimentação escolar do município, oferecida no ano de 2013, atingiu 5.605 alunos da Educação Infantil ao Ensino Fundamental, servindo, em média 1.137,800 refeições/ano. O município recebeu recursos financeiros do Governo Federal, através Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), no valor de R\$ 378.460,00, sendo que destes, 30% foram destinados à compra de produtos da agricultura familiar, complementando ainda com recursos próprios no valor de R\$ 705.610,00, totalizando o montante de R\$ 1.084.070,00, com o fornecimento de merenda aos alunos no ano de 2013. Deve-se destacar que a aquisição de alimentos da agricultura familiar promove o desenvolvimento do setor, melhorando a vida do produtor familiar e garantindo mais qualidade aos produtos ofertados na merenda escolar, através de maior parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Com a política de inclusão, o município tem desenvolvido ações como a matrícula na rede regular de ensino de todas as crianças portadoras de necessidades especiais. Para isso, implantando em suas escolas, em parceria com o Governo Federal, as salas dotadas de recursos ofertam no contra-turno, o atendimento educacional especializado. Com a preocupação de oportunizar e garantir o direito de aprendizagem a todos, a secretaria disponibiliza Equipe de Atendimento Multidisciplinar Educacional, que tem como finalidade fazer o levantamento dos educandos com dificuldade de aprendizagem e realizando os devidos procedimentos, orientações e encaminhamentos necessários.

Financiamento e Gestão para a Educação Básica são princípios norteadores estabelecidos tanto na Constituição Federal quanto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para garantir a oferta de ensino público e gratuito como direito de todos e como instrumento de planejamento na esfera educacional.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional estabelece em seu Artigo 68, que serão recursos públicos destinados à educação, os originários de:

- I - Receita de impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- II - Receita de transferências constitucionais e outras transferências;
- III - Receita do salário-educação e de outras contribuições sociais;
- IV - Receita de incentivos fiscais;
- V - Outros recursos previstos em lei.

A porcentagem de investimento feito pelos órgãos públicos é normatizada pelo Art. 69 da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que dispõe sobre a aplicação anual da União, que nunca deverá ser menos de 18% e dos Estados Distrito Federal e municípios, de 25%. O § 5º do mesmo artigo garante o repasse automático dos recursos vinculados ao órgão gestor e regulamenta quais as despesas são admitidas como gastos de manutenção e desenvolvimento do ensino. Além disso, o Governo Federal vem atuando de maneira a descentralizar a distribuição de outros recursos disponíveis, como parte dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por exemplo, direcionando-os diretamente às escolas, de modo a fortalecer sua autonomia.

A Lei de Responsabilidade Fiscal exige o equilíbrio das contas públicas, a partir do entendimento de que as metas devem apresentar resultados positivos entre receitas e despesas. Os constantes investimentos tendem a aumentar as despesas e, em contrapartida, há que se buscar mecanismos para incrementar as receitas, racionalizando custos e direcionando os recursos para o cumprimento dos índices institucionais, especialmente na área da educação.

Os percentuais constitucionalmente vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, devem representar o ponto de partida para a formulação e a implementação de metas educacionais. Dada à natureza federativa do Estado brasileiro, a Constituição Federal definiu a divisão de responsabilidades entre União, Estados e municípios, estabelecendo, ainda, a organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração.

Financiamento e gestão estão indissolúvelmente ligados. A transparência da gestão de recursos financeiros e o exercício do controle social permitirão garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados à educação.

No município de Nova Mutum, a gestão das escolas passou a ser democrática e participativa através da Lei nº 1.193/2009 de 02/10/2009, que estabelece o sistema seletivo para escolha dos dirigentes dos estabelecimentos, a criação de Conselhos Deliberativos da Comunidade Escolar e a Descentralização Financeira nas Unidades de Ensino; visando obter os preceitos de corresponsabilidade entre poder público e sociedade na gestão, com autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

Nesta perspectiva muitos programas vêm sendo desenvolvidos, no município, em parceria com os Governos Federal e Estadual assumindo relevante avanço na melhoria da qualidade do ensino. São eles, Bolsa-família, Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa Nacional do Livro Didático (Pnld), Programa de Dinheiro Direto na Escola (Pdde), Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate), Programa Mais Educação e Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), entre outros.

Esses programas recebem o repasse direto do FNDE ou do Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e servem de mecanismo da gestão democrática nas escolas, e também, como instrumento de promoção e melhoria na aprendizagem dos educandos.

Compreendendo que a educação na contemporaneidade exige novo olhar e adoção de novas competências governamentais, o município de Nova Mutum, por meio do repasse da Descentralização Financeira (DF), regulamentada pela Lei Municipal 1.228 de 15/12/2009, tornou-se ferramenta de Gestão Democrática com a finalidade de custear despesas com a manutenção, conservação e administração de escolas municipais. Pela iniciativa, normatizada pela Lei Municipal nº 1.193/2009, são feitos de 10 a 11 repasses anuais, com parcelas fixas, contemplando estabelecimentos de acordo com o número de alunos atendidos, tamanho de área construída e programas que desenvolvem, para os gestores manterem as unidades escolares cobrindo as despesas com capital e custeio e estabelecendo parcerias de forma a reforçar as possibilidades de colaboração entre os níveis administrativos: municipal, estadual e federal.

A Lei nº 1.279, de 18/05/2010, criou o Conselho Municipal de Educação para ser órgão normativo,

consultivo, deliberativo e de acompanhamento e controle social, garantindo o princípio da autonomia, participação e transparência na gestão do sistema municipal de ensino.

Neste sentido, é diagnosticado que o processo democrático teve também como base fundamental, a Lei Complementar nº 064, de 09 de junho de 2010, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Pública Básica do município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso.

Conforme a Lei Complementar nº 064 Artigo 1º, Parágrafo Único, entende-se por carreira estratégica aquela essencial para o oferecimento de serviço público, priorizado e mantido sob a responsabilidade do município, com admissão exclusiva por concurso público.

Durante muito tempo, a maioria dos municípios teve a função de mero aplicador dos recursos recebidos do Estado e da União. Com o implemento de emendas constitucionais que versam sobre a transferência de responsabilidades financeiras para os municípios, mantendo a mesma base arrecadatória das prefeituras, os gestores municipais viram-se obrigados a buscar alternativas administrativas para concretizar suas metas econômicas e sociais.

Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) devem ser aplicados na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, observando-se os respectivos âmbitos de atuação prioritária dos Estados e municípios, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do Artigo 211, da Constituição Federal. Assim, os municípios devem utilizar recursos do Fundeb na educação infantil e no ensino fundamental e os Estados no ensino fundamental e médio, sendo que o mínimo de 60% desses recursos devem ser destinados anualmente à remuneração dos profissionais do magistério, como professores e funcionários que exercem atividades de suporte pedagógico, em efetivo exercício na educação básica pública regular, especial, indígena, supletiva, enquanto a parcela restante, de no máximo 40%, deve ser aplicada nas demais ações de manutenção e desenvolvimento, também da educação básica pública.

O Plano Municipal de Educação de Nova Mutum reafirma o papel do poder público no sentido de garantir e oferecer educação de qualidade e integradora, assegurando à população o acesso pleno à cidadania. Cabe ao plano a formulação de políticas públicas para a organização e o fortalecimento dos sistemas de ensino, delineando as metas, os caminhos, os objetivos e as diretrizes para a concretização desses anseios, em sintonia com o Plano Estadual de Educação (Pee) e o Plano Nacional de Educação (Pne)..

O município, atento ao enorme compromisso de honrar o cumprimento das metas fiscais e atender a demanda educacional, desenvolve continuamente atividades que privilegiem a arrecadação dos tributos a ele atrelados.

Conforme determinação legal, o município conta com outras fontes fixas de recursos públicos para a educação escolar, sendo no mínimo 25%, ou o percentual fixado pela Lei Orgânica de seus impostos, como IPTU, ISS, ITBI e transferências de ITR, IPVA e IRRF, mais FPM, IPI exportação, Lei Kandir, e ICMS, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Os percentuais, determinados por lei, destinados à educação, são rigorosamente observados pelo município, condição especial para aprovação de seu balanço anual.

**TABELA 28 – RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS EM EDUCAÇÃO
– 2007 A 2011 REFERENTES AOS 25% MDE
(MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO)**

ANO	EDUC. R\$	% DE APLICAÇÃO	GASTO ALUNO EDUC. INFANTIL VALOR ANO R\$	GASTO ALUNO ENSINO FUND. VALOR ANO R\$
2009	11.033.016,69	28,40%	1.418,89	3.068,79
2010	15.517.216,19	33,48%	1.742,93	4.705,49
2011	18.425.584,12	30,20%	1.818,15	4.124,90
2012	20.122.899,07	32,69	2.788,00	5.873,14
2013	22.133.463,64	26,55	2.218,88	5.810,72

Fonte: Anexo X do SIOPE de 2009/2013. Prefeitura Municipal de Nova Mutum/SMEC

Verificou-se que recursos aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino em Nova Mutum foram despendidos efetivamente, no exercício econômico e financeiro de 2009 a 2013, com o percentual mínimo de 25% das receitas de impostos, compreendidos as transferências constitucionais e demais programas de financiamento para a educação, atendendo ao Art. 212, da Constituição Federal.

O desenvolvimento vem sendo ancorado pelo crescente aumento de índices sociais, graças a um conjunto de políticas públicas implantadas justamente com objetivos de alinhar crescimento econômico e qualidade de vida. São essas três perspectivas que dão a significação no âmbito da economia ao termo desenvolvimento, ou seja, crescimento econômico, social e político.

HISTÓRICO E FUNDAMENTOS LEGAIS

Desde 1948, com a Declaração dos Direitos Humanos, a luta por sistema de educação pautado nos princípios da igualdade e da democracia tem sido tema de debates para a conquista da cidadania plena em todo o mundo.

No Brasil, esta luta passou por várias tentativas de consolidação, com a Lei 5.692/71, com a Constituição Federal de 1988, depois a nova Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, o advento da Emenda Constitucional Nº 53/2006 e Emenda Constitucional Nº 59/2009, e agora com o novo Plano Nacional de Educação, reconhecendo pela primeira vez a educação de forma orgânica e sistêmica, não permitindo fragmentação no ensino. Todas estas políticas estão focadas na possibilidade de construção de forma inédita do Sistema Nacional Articulado de Educação, imputando as responsabilidades dos três entes federados, sustentados pelo citado plano.

As Conferências Nacionais da Educação intensificaram as discussões a respeito da construção de políticas públicas centradas no direito ao acesso permanência e sucesso do educando da básica ao ensino superior. Portanto, os fundamentos legais são muitos e a necessidade de construir políticas públicas que garantam educação de qualidade, é urgente. No município se espera mudança centralizada historicamente, para rumos novos das concepções de políticas de governo para políticas de Estado, em regime articulador e descentralizador, que esteja em sintonia com a proposta nacional.

Em Nova Mutum, a construção de políticas públicas voltadas à garantia do direito ao acesso, permanência e sucesso do educando, valorização do profissional da educação, gestão democrática, descentralização financeira das escolas, formação inicial e continuada aos trabalhadores que atuam na educação, criação do Sistema Municipal de Educação, Fórum Municipal de Educação, inclusão das

crianças na rede regular, respeito à diversidade, implementação das diretrizes do campo, transporte escolar com qualidade, alimentação escolar, ampliação da jornada escolar e Conselho Municipal de Educação, ganharam destaque instituindo-se em leis próprias em 2009, o que era muito esperado pelos trabalhadores da educação e sociedade de modo geral, firmando-se as políticas públicas do Governo Federal.

O Plano Municipal de Educação de Nova Mutum incorpora conjunto articulado de ações sempre direcionadas por 10 anos no âmbito municipal, expressando política educacional para todos os níveis, bem como as etapas e modalidades da educação e de ensino que pretende materializar, expressando os princípios norteadores da escola com qualidade social, incorporando no cotidiano do educandário acordos e declarações de direitos internacionais, devidamente assinados e assumidos pelo País. Para isso, a mobilização de todos é fundamental para consolidação deste documento como proposta de Estado.



6.b | EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação das crianças de zero a seis anos, ao longo da história, vem modificando o seu papel, constituindo-se como uma necessidade. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, determinou que as empresas oferecessem espaço para atender os filhos de mães operárias, em período de amamentação. Essa determinação é referendada pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1961 (Lei nº 4.024/61), com a inclusão da educação infantil no sistema de ensino, considerando o Artigo 23: “A educação pré-primária destina-se aos menores de sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins de infância”.

A Lei nº 5.692/71 não definiu nenhum termo para designar a educação na faixa de idade anterior a sete anos, o que contribuiu para não estimular a sua expansão pelos organismos públicos.

Somente com o advento da Lei 9.394/96 é que o País iniciou caminhada observando a criança como sujeito de direitos na perspectiva da educação integral, ratificada também pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 / 90, e, recentemente com a Lei nº 12.796, de 04/04/2013, que estende a obrigatoriedade da educação dos quatro aos 17 anos.

No município de Nova Mutum, o contexto não foi diferente, pois também houve atraso na migração do atendimento da assistência para a educação. Informações populares e pesquisas apontam que as primeiras iniciativas na educação infantil foram da iniciação pública e assistencialista, quando era Distrito do município de Diamantino.

A Creche Municipal Mãe Amiga foi criada em fevereiro de 1993. Nesta década, as iniciativas na educação infantil primeiramente vinculada à Associação de Proteção à Maternidade e à Infância (APMI), e à Secretaria Municipal de Assistência Social para o atendimento, na creche, tinha como objetivo, oferecer às mães a oportunidade de exercer trabalho fora de casa, para aumentar a renda familiar, deixando seus filhos nessa instituição com segurança, amparo e a socialização da criança no processo da vida em sociedade.

No início foram atendidas aproximadamente 60 crianças. A instituição era mantida pela Ação Social, atendia crianças com idade a partir de dois anos, tendo a função de cuidar presente na proposta pedagógica.

Dados do IBGE de 2010 e Educacenso 2012, mostram que apenas 35,92% das crianças de zero a três anos de idade estavam sendo atendidas nas instituições municipais de ensino. A demanda existente, portanto, era de 64,08%. Este número mostra que é preciso prever formas de ampliar a oferta de vagas para contemplar contingente maior de crianças.

O atendimento na Educação Infantil ou pré-escola no município atinge o percentual de 95,36% das crianças de quatro a cinco anos de idade, que estão matriculadas nas instituições de ensino da rede pública e privada. Embora os dados demonstrem avanço no atendimento desta faixa etária, é preciso prever formas para que o município universalize o ensino até 2016, conforme a primeira meta do PNE.

Os Centros Municipais de Educação Infantil seguem as normas das Resoluções Nº 005/09 (MEC/CEB), e das Resoluções Normativas nº. 001/11 e 002/11, do Conselho Municipal de Educação de Nova Mutum (CME/NM). que diz respeito à organização do espaço e grupos de crianças atendidas.

Portanto, percebe-se que houve avanços significativos no atendimento e gestão da Educação Infantil em Nova Mutum e tais conquistas dizem respeito a uma série de ações que a Secretaria Municipal de Educação e Cultura vem desenvolvendo em parceria com a Secretaria de Estado de



Educação, sobretudo nos últimos anos.

Contudo, muito ainda falta para chegar-se ao atendimento com qualidade a toda criança desde o seu nascimento até os cinco anos de idade. Para isso, faz-se necessário que este plano inclua em suas metas e estratégias, ações que venham de encontro com a grande demanda reprimida no município.

6.c | ENSINO FUNDAMENTAL

O acesso à educação, gratuita e de qualidade é direito público e subjetivo do cidadão e o seu não oferecimento pelo poder público ou sua oferta irregular, implica responsabilidade da autoridade competente, nos termos do Art. 208, §11, da Constituição Federal e do Art. 237, inciso I, da Constituição do Estado de Mato Grosso.

O Ensino Fundamental é básico na formação do cidadão, como estabelece o Art. 32, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pois deve possibilitar ao cidadão o pleno domínio da leitura, da escrita e do conhecimento matemático.

A Lei Federal nº 11.114/2005 tornou obrigatório o Ensino Fundamental a partir de seis anos, ampliando o tempo escolar dessa modalidade em mais um ano, do 1º ao 9º ano.

Para o atendimento dos educandos do Ensino Fundamental o município conta atualmente com sete centros educacionais municipais, dos quais cinco na zona urbana e dois na zona rural, três escolas particulares e cinco escolas estaduais, das quais uma na zona rural e quatro na zona urbana.

Até o ano de 1998, o atendimento no Ensino Fundamental era organizado em Ciclo Básico de Aprendizagem (CBA), uma importante iniciativa de enfrentamento dos problemas de evasão e repetência, eliminando a reprovação no 1º ano escolar, garantindo a continuidade do processo de alfabetização. Em 2007, foi implantado no município o Ensino Fundamental de nove anos.

Observando-se as taxas de evasão, reprovação e aprovação, percebe-se que houve progresso referente ao desenvolvimento da aprovação e conseqüentemente queda na retenção e abandono, justifica-se nas esferas municipais e estaduais a implantação do Ciclo de Formação Humana em 2009, estendendo o ciclo para as demais fases do Ensino Fundamental, não se limitando ao CBA.

A escola organizada em Ciclo de Formação Humana de acordo com as Orientações Curriculares para Educação Básica do Estado do Mato Grosso possui tarefa complexa e desafiadora, embora seja compatível com aqueles que assumem a educação como opção profissional consciente, dotado de perfil de verdadeiro educador.

Trata-se de nova forma de organização de ensino, pautada na educação emancipatória, que articula os tempos e espaços com o desenvolvimento biológico e o contexto cultural de crianças e adolescentes, tendo como objetivo principal a garantia do acesso ao conhecimento. Numa sociedade que se transforma e evolui com base na informação, o conhecimento é importante instrumento de intervenção para o exercício da cidadania.

O município de Nova Mutum encontrou desafios na implementação do Ciclo de Formação Humana, entre eles a defasagem idade/fase/ciclo, sendo necessária proposta de políticas de correção de fluxo. Em 2010 utilizaram-se como estratégias as turmas de superação, em que os alunos em defasagem idade/ciclo eram enturmados em grupos de superação, podendo avançar com seus pares em qualquer época do ano, desde que fossem superados os desafios de aprendizagem, tendo progresso por plano de apoio pedagógico, fornecendo garantia aos educandos a continuidade e sucesso.

A implementação do projeto Sala de Superação como estratégia de intervenção pedagógica na aprendizagem do educando, que se encontra fora do ciclo correspondente a sua idade e fase de desenvolvimento humano, busca dessa forma assegurar a sua permanência com seus pares no processo de aprendizagem. No ano de 2010 foi realizada a correção de fluxo de aproximadamente 380 educandos da rede municipal, que se encontravam em defasagem idade/fase/ciclo escolar.

A política de correção de fluxo no município se intensificou no ano de 2012 com a enturmação, fundamentada pela Resolução do Conselho Municipal de Educação nº02/2011, que reúne automaticamente os educandos com até dois anos de defasagem e nos casos de mais de dois anos, verifica-se as condições de desenvolvimento ou com seus pares, ou ainda idade aproximada. Ressaltando a importância de propiciar condições para acesso, permanência e sucesso escolar.

As escolas públicas do município de Nova Mutum obtiveram crescimento significativo no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). De acordo com resultado da Prova Brasil de 2011, o 5º ano antecipou a meta, conforme tabela abaixo:

TABELA 29 – IDEB ANOS INICIAIS META ALCANÇADA E META PROJETADA – 5º ANO

	2005		2007		2009		2011	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Instituições Municipais de Nova Mutum	4.2	4.2	4.7	4.2	5.3	4.6	5.4	5.0
Índice Estadual/MT	3.6	3.6	4.4	3.6	4.9	4.0	5.1	4.4
Índice Nacional	3.8	3.8	4.2	3.9	4.6	4.2	5.0	4.6

Fonte: MEC /INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

TABELA 30 – IDEB ANOS FINAIS META ALCANÇADA E META PROJETADA – 9º ANO

	2005		2007		2009		2011	
	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta	IDEB	Meta
Instituições Municipais de Nova Mutum	3,7	3,7	4,1	3,7	-	3,9	5,3	4,2
Índice Estadual/MT	3,1	3,1	3,8	3,1	4,3	3,3	4,5	3,5
Índice Nacional	3,5	3,5	3,8	3,5	4,0	3,7	4,1	3,9

Fonte: MEC /INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

6.d | ENSINO MÉDIO

A identidade do Ensino Médio esteve, ao longo de sua história, representada sob a ótica de dois vieses: um que privilegiava a formação do aluno para o mercado de trabalho e outro voltado para a continuidade dos estudos. Estas duas possibilidades determinavam, para os diferentes indivíduos, a posição a eles reservada, na divisão social e técnica do trabalho.

A reavaliação e o desenvolvimento do currículo do Ensino Médio devem permitir o desenvolvimento das competências e capacidades relacionadas ao pleno exercício da cidadania e da inserção produtiva, em que se prevê: a autoaprendizagem ou a capacidade de aprender a aprender por toda a vida; percepção da dinâmica social e capacidade para nela intervir; compreensão dos processos produtivos; capacidade de observar, interpretar e tomar decisões; domínio de aptidões básicas de linguagens, comunicação, abstração; habilidades para incorporar valores éticos de solidariedade, cooperação e respeito às individualidades.

É imprescindível que haja sistema de avaliação para o acompanhamento dos resultados do Ensino Médio e correção de seus equívocos. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e, mais recentemente, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os sistemas estatísticos já disponíveis, constituem importantes mecanismos para promover a eficiência e a igualdade do Ensino Médio.

Conforme dados do IBGE, de 2010, evidencia-se a oscilação de ingressos tanto na esfera pública estadual quanto na esfera privada. Isto é compreensível em face da rotatividade da população no município. Por ser um lugar relativamente novo, o fluxo de chegada e partida é considerável. Além disso, há também a necessidade de se pensar em mecanismos que garantam que os egressos do Ensino Fundamental ingressem no Ensino Médio.

Embora não seja estatisticamente comprovado, muitos que concluem o Ensino Fundamental não estão ingressando no Ensino Médio. O que preocupa é o elevado índice de desistência dessa etapa da Educação Básica, portanto as políticas públicas educacionais necessitam voltar seu olhar fomentando ações em detrimento a essa situação, pois a realidade mostra que as matrículas se efetivam, porém a permanência e a conclusão do curso ficam a desejar.

6.e | EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Constituição Federal em seu Artigo 6º ampara a Educação de Jovens e Adultos, respaldando os chamados direitos sociais, pautados no projeto de inclusão do cidadão brasileiro: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção, maternidade e a infância e a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O respeito às diferenças, à convivência, à criatividade e o incentivo à cooperação são os valores que norteiam a prática educativa da EJA, que busca superar a fragmentação do saber e da realidade, reorganizando seus espaços e tempos para melhor compreender e transformar a realidade. Dessa forma se delinea a filosofia de trabalho da EJA, na flexibilização do tempo e da cultura.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino ofertada para os alunos que, por razões adversas, não tiveram ou não puderam concluir seus estudos anteriormente, tendo como amparo legal a Lei nº 9.394/96 e Resolução nº 003/2010/CNE.

Os estudantes, oriundos de realidades multifacetadas, podem ser analisados sob a seguinte ótica: são sujeitos sociais e culturais, marginalizados nas esferas socioeconômicas e educacionais, privados do acesso à cultura letrada e aos bens culturais e sociais, comprometendo participação mais ativa no mundo do trabalho, da política e da cultura.

O número de matrículas na EJA tem aumentado consideravelmente, entretanto a oferta desta modalidade ainda é muito limitada, cabendo praticamente à Rede Estadual de Ensino a sua oferta. Em face do número de habitantes do município e do número de pessoas que ainda não possuem a certificação da Educação Básica, mais precisamente adultos que nunca frequentaram a escola, Nova Mutum necessita da implantação de políticas públicas que dêem conta de sensibilizar e incentivar jovens e adultos a frequentarem a escola, garantindo o acesso e o grande desafio, é fazer com que esta parcela da população permaneça e conclua seus estudos com êxito.

Educar jovens e adultos não é apenas ensiná-los a ler e escrever seu próprio nome. É oferecer-lhes escolarização ampla e com mais qualidade. E isso requer atividades contínuas e não projetos isolados que, na primeira dificuldade, são deixados de lado para o início de outro. Além disso, a Educação de Jovens e Adultos não deve se preocupar apenas em reduzir números e índices de analfabetismo.

Concebendo como função da escolarização a preparação para o trabalho e para a cidadania, propõe-se conjunto de quatro eixos norteadores para a definição curricular na Educação de Jovens e Adultos do Estado de Mato Grosso:

- 1º - O trabalho como princípio educativo;
- 2º - O direito de aprender por toda a vida;
- 3º - Ampliação práticas de cidadania e
- 4º - Educação Dialógica.

É neste cenário que as Diretrizes Curriculares da EJA preconizam a valorização da cultura do educando, com sua preparação para o mercado de trabalho, tendo como funções primordiais, reparar, qualificar e equalizar o ensino.

6.f | EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história da Educação Especial no Brasil caracterizou-se sempre pela forma assistencial, dentro de perspectiva de segregação e segmentação, fato que contribuiu para o isolamento da vida escolar e social de crianças, jovens e adultos com alguma deficiência.

A Constituição Federal de 1988 elegeu como fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana, tendo como um dos objetivos fundamentais a promoção do bem-estar de todos, sem discriminação, garantindo o direito à igualdade, estabelecendo o direito das pessoas com necessidades especiais, receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96 – definiu a Educação Especial como modalidade de ensino e estabeleceu normas para o seu funcionamento: ofertada preferencialmente na rede regular de ensino; serviço de apoio especializado em classes e escolas especiais; currículos e métodos para atender às necessidades específicas de cada indivíduo; professores com especialização adequada, entre outras.

Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução nº 002/2001/CNE/CEB, no Artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001)

A educação inclusiva está fundamentada na concepção de direitos humanos. Isto é, guiada pelos pressupostos de igualdade e respeito à diversidade, evitando toda e qualquer forma de exclusão, seja dentro ou fora da escola.

É direito do educando especial, participar do processo educativo junto aos demais e fornecer os recursos e condições necessárias para esta efetiva participação.

A partir de 2009 houve aumento significativo com relação ao número de matrículas de alunos especiais no ensino regular devido, não só à implantação das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas, principalmente, pela formalização do atendimento ao educando especial na rede regular de ensino, totalizando-se 1,29% em relação às matrículas regulares em 2012.

Em relação à formação específica dos professores e demais auxiliares que atuam com as crianças portadoras de necessidades especiais ainda é pequena e demonstra o quanto ainda as ações de formação no município precisam se efetivar. Isto também se percebe em relação aos materiais das escolas que são insuficientes para o trabalho com educando especial na sala de aula. Por outro lado, a maioria das escolas já foram contempladas com as salas multifuncionais de (AEE).

Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus educadores e demais profissionais estejam preparados para atendê-los adequadamente.

Entende-se que a inclusão perpassa pela interação, onde o espaço escolar não pode ser apenas local onde esses educandos serão atendidos para trabalhar suas deficiências, mas sim, um local onde os trabalhos sejam globalizados, promovendo a equidade de conteúdos e atividades. Efetivando não apenas a adequação do educando a escola, mas também a adequação da escola ao educando.

6.g | ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A Educação Profissional, no Artigo 39 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.393/96 de 20/12/1996 é caracterizada como modalidade específica de ensino, assim definida: “A Educação Profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”. Logo, isto torna clara sua independência em relação ao ensino regular, o reconhecimento de sua relevância no contexto nacional e a finalidade de promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho.

Observadas as diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, a Educação Profissional deve ser desenvolvida por meio dos seguintes cursos e programas: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, em cursos básicos, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica, de graduação e pós-graduação.

A qualidade da preparação para o trabalho dependerá cada vez mais do reconhecimento e acolhimento de diferentes capacidades e necessidades de aprendizagem; de interesses, trajetórias e projetos de vida diferenciados, entre outros fatores, por sexo, idade, herança étnica e cultural, situação familiar e econômica e pertinência à ambientes sócio regionais próprios de uma comunidade heterogênea. Na educação profissional, o respeito ao bem comum, a solidariedade e a responsabilidade manifestam-se, sobretudo, nos valores que ela deve testemunhar e construir em seus alunos, com relação ao trabalho.

As instituições de Educação Tecnológica e Formação Profissional devem assegurar, sempre, a construção de currículos que, atendendo a princípios norteadores, propiciem a inserção e a reinserção dos profissionais no mercado de trabalho atual e futuro. Estas têm o compromisso de desenvolver práticas que estimulem a pesquisa e o aperfeiçoamento do ensino, a formação docente, a interdisciplinaridade e as inovações didático-pedagógicas atendendo às necessidades do mercado de trabalho.

É significativa a oferta de cursos profissionalizantes no município por instituições do Sistema “S” e de Itinerantes, e somente há uma escola de Ensino Médio Técnico em Agropecuária Municipal e dois cursos de Educação Profissional ofertados pela Rede Estadual de Ensino, que possuem número de estudantes matriculados significativos.

Porém este cenário necessita modificar-se em função do crescimento do município, assim como, a diversificação dos cursos oferecidos, com a instalação de unidade federal de Ensino Técnico, pois o município de Nova Mutum encontra-se em franca expansão, tendo sua economia pautada no agonegócio, na indústria e no comércio local. Estes segmentos requerem profissionais capacitados para atuarem conforme a demanda deste cenário tão diversificado, agregando valores ao profissional e melhorando a qualidade de vida da população local e regional.

6.h | ENSINO SUPERIOR

A Educação Básica, em todas as suas etapas e modalidades com qualidade social, tanto quanto a formação dos/das profissionais para a Educação Superior deve voltar-se para a garantia de concepção de formação pautada tanto pelo desenvolvimento de sólida formação teórica e interdisciplinar em educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos/as e nas áreas específicas de conhecimento científico, quanto pela unidade entre teoria e prática e pela centralidade do trabalho como princípio educativo na formação profissional, além de entendimento de que a pesquisa se constitui em princípio cognitivo e formativo e, portanto, eixo nuclear dessa formação.

Compreender esse papel, no quadro das políticas oficiais do tempo atual, é condição necessária para manter a consciência do posicionamento que se assume, evitando, assim, que ações sejam influenciadas pela torrente dos interesses que se pretende negar.

A criação da Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Mutum, em 1994 partiu de estudos e pesquisas realizadas, visando atender as reais necessidades da sociedade na perspectiva de contar com Instituição de Ensino Superior, que pudesse suprir a carência de recursos humanos qualificados na área educacional e empresarial do município e região.

Além de servir de solução para o problema de inúmeros interessados no Ensino Superior, principalmente aqueles que concluíam o Ensino Médio e ansiavam por oportunidades de atuação profissional qualificada, para as várias organizações públicas e privadas do município e região, também propiciou a continuidade da permanência da população jovem no município, uma vez que, sem alternativas, buscavam estudos em outras regiões e Estados distantes.

Considerando-se o processo de migração ao Sistema Estadual de Ensino, sendo de suma importância para o desenvolvimento do município de Nova Mutum, a incorporação da União do Ensino Superior de Nova Mutum (Uninova) pela Universidade Estadual de Mato Grosso (Unemat), decorreu de ações de expansão na área de ensino, pesquisa e extensão, sempre buscando atender a duas frentes de atuação: o atendimento aos anseios mais imediatos da comunidade e o atendimento à vocação regional.

Além disso, a capacitação dos profissionais da educação no programa de pós-graduação stricto-sensu, elevando a percentual de mestres e doutores com professores para atendimento a demanda local de ensino superior, tanto quanto ofertando a comunidade melhores condições de acesso considerando-se as cotas e o Enem como forma de seleção junto ao vestibular para o ingresso na universidade.

O Sistema Municipal de Ensino necessita forte parceria com a universidade, como entidade formadora em cursos de extensão voltados aos profissionais da educação em suas diversas áreas complementando, assim, a formação inicial.

6.i | CULTURA

O Departamento de Cultura está vinculado à Secretaria Municipal de Educação de Nova Mutum e tem como finalidade definir e manter atualizada a política municipal de cultura, destacando diretrizes, estratégias, objetivos e metas para viabilizar as ações municipais, estaduais e federais de incentivo à atividade cultural.

Entre suas atividades, o Departamento de Cultura organiza eventos educacionais e culturais no município, desenvolvendo projetos que envolvem crianças, jovens e adultos. Acompanha as atividades correlatas à cultura nas escolas; busca parcerias com as demais secretarias, educandários, entidades, clubes de serviços e comunidade em geral, na realização dos eventos e incentiva o grupo de teatro do município.



O Departamento de Cultura, além de fomentar a cultura no município, possui a Casa da Cultura, onde desenvolve oficinas do Programa Despertando Talentos, tais como, balé, teatro, hip-hop, dança de rua, capoeira, desenho em grafite, violão, viola, guitarra, bateria e fotografia, atendendo cerca de 200 crianças, que participam de até três oficinas cada uma. O Cine-Teatro Ipê-Roxo passa filmes educativos para as crianças, está aberto para ensaios de teatro e sedia reuniões da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A Biblioteca Municipal, além de estar aberta ao público para retirada e leitura de livros de seu acervo, desenvolve atividades para as crianças no decorrer do ano, como as Férias Legais e narração de histórias.

Até o final do ano acontecerão ainda o Festival da Canção de Nova Mutum, a Mostra Pedagógica do Programa A União Faz a Vida, o Seminário do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e Fórum Municipal da Educação, além de avaliações exteriores aplicadas pelo Ministério da Educação, Prova Brasil e Avaliação Nacional da Alfabetização (Ana).





6.j | DIVERSIDADE

O município é, também, formado por homens e mulheres não predispostos a comportamentos segundo o sexo anatômico, pois ambos fazem parte de construção social, sujeitos a culturas, educação e expectativas que farão parte do seu processo de socialização. São estes fatores que enriquecem a identidade nacional, colocando, de fato, a escola como espaço de equidade e oportunidades para todos.

Diante da constante evolução da certeza e aceitação, e da não aceitação, do que se é diante do mundo, faz-se necessária a implantação de políticas públicas visando que o sistema educacional, locus privilegiado de convivência, evolua, proporcionalmente, adequando-se para apresentar a devida atenção a cada caso, reafirmando a responsabilidade ao ensinar cada educando.

Neste contexto, surgiram as Leis Federais nº 10.639/03 e nº 11.645/08, como instrumentos para construção de escola mais preparada, mais ética e menos estigmatizadora, trazendo à educação mais uma possibilidade para que cada “ser” encontre seu espaço dentro dela e garantindo o direito da manutenção dos saberes.

É na escola que muitos passam grande parte da vida, e é lá que todos têm a possibilidade de conhecer a diversidade de forma “unificadora”, como mescla de pessoas capazes de conviverem pacificamente em qualquer espaço. E, é na escola, que devem sentir-se protegidos, amparados pelas leis, orientados por um processo em que todos são atores, fundamentais parceiros nos estabelecimentos de ações que têm como meta a diminuição das desigualdades. Neste ínterim, é de responsabilidade da educação manter quadro de profissionais bem orientados e de estabelecer constantes discussões em busca da igualdade de valores.

No contexto atual, sem formação que contemple o educador que não consegue estabelecer relações de saberes culturais, econômicos e geográficos do continente africano, que se sente inapto para perceber e acolher as diferenças dessa formação afro-brasileira e da comunidade indígena, mantém-se na acomodação do senso comum ou de pesquisas rápidas, preocupados com o pouco material disponível e acaba desenvolvendo projetos com visão didática unilateral.

As leis e diretrizes são claras e é necessário que a diversidade seja reconhecida de verdade, e não só, aceita e contemplada com a vontade de que “aquele lá” se torne “mais um entre nós”. A inclusão educacional é, também, lanterna, ciente dos aspectos das desigualdades, assegurando o respeito e valorização da diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional junto da sociedade.

Necessita-se capacitar os profissionais, difundir boas práticas à comunidade mutuense, incorporar ações afirmativas, avaliar e reestruturar trabalhos com conteúdos que contemplem as diferenças de gênero, cultura, etnia, valores, opiniões ou religiões; o respeito a todo ser humano; o respeito mútuo como condição necessária para o convívio social democrático; respeito ao outro e exigência de igual respeito para si; as formas legais de luta e utilização de normas da escola contra o preconceito.

Entretanto, a responsabilidade nesta área não está apenas na mudança de concepção dos educadores, mas também na concretização de políticas públicas para que estudantes homossexuais, sejam aceitos na escola, que por sua vez, deve ser o lugar do respeito e da igualdade.

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental e Médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais

e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei, compõem conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000.

Nova Mutum, através Secretaria Municipal de Educação e Cultura juntamente com as escolas da rede pública, têm demonstrado grandes interesses em mudar a prática pedagógica e promover educação com qualidade social na perspectiva dos direitos humanos.

Porém, a realidade das escolas demonstra que não estão instrumentalizadas adequadamente e preparadas para acolher e lidar com o outro, com o diferente na integração dos princípios filosóficos, sociológicos e antropológicos. Evidencia-se, também, o fato de haver projetos não socializados entre as instituições, numa busca para divulgar e implementar as boas práticas na difusão dos saberes e produções.

6.1 | EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental está amparada pela Constituição Federal de 1988, no artigo 225 que diz “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

A educação é direito fundamental e instrumento para mudar valores, comportamentos e estilos de vida: para alcançar futuro sustentável é necessário fomentar, entre a população, a consciência da importância do meio ambiente. Uma das formas das pessoas adquirirem esta consciência, os conhecimentos e habilidades necessárias à melhoria de sua qualidade de vida, se dá por meio da Educação Ambiental.

As diretrizes expressas na Política Nacional de Educação Ambiental, definidas pela Lei Federal nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999, trazem orientações quanto aos princípios, objetivos, linhas de atuação e estratégias de implementação da Educação Ambiental. Ela é reconhecida como instrumento pelo qual “o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo,



essencial à qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

No entanto, as práticas da população em relação aos cuidados com a produção e destinação de lixo e conservação do meio ambiente, é hoje cenário não muito favorável e esta dificuldade perpassa pela educação e é a formação complementar dos profissionais que pode ampliar a melhorar a compreensão dos conceitos subjacentes ao campo da Educação Ambiental, entre outros. Os recursos pedagógicos ainda são insuficientes e, muitas vezes, a única ferramenta disponível continua sendo o livro didático, e, compreende-se que mudanças como a adoção de metodologia de projetos pode superar essa deficiência e proporcionar aprendizado mais real e conseqüentemente incorporado e realizado pelos estudantes, vindo assim a transformar com o tempo a realidade local.



6.m | EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo é compreendida, ao mesmo tempo, como conceito em movimento, enquanto unidade político-epistemológico, que se estrutura e ganha conteúdo no contexto histórico, se forma e se firma no conjunto das lutas de movimentos sociais camponeses; e se manifesta e se transforma nas relações sociais, reivindicando e abrindo espaço para a efetivação do direito à educação, dentro e fora do Estado.

Nessa perspectiva, a Educação do Campo tem significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas. O campo, nesse sentido, mais do que perímetro não urbano, é campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana.

A Constituição de 1988, em seu Artigo 205, consolidou o compromisso do Estado e da sociedade brasileira em promover a educação para todos, garantindo o direito ao respeito e à adequação da educação às singularidades culturais e regionais. Em complemento, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 estabelece uma base comum a todas as regiões do País, a ser complementada pelos sistemas federal, estaduais e municipais de ensino e determina a adequação da educação e do calendário escolar às peculiaridades da vida rural e de cada região.

O Estado de Mato Grosso se caracteriza por intensos fluxos migratórios em decorrência do desenvolvimento econômico, e Nova Mutum não foge desta realidade. Trata-se de município essencialmente agrícola, com dois grandes assentamentos: Pontal do Marapê e Ribeirão Grande e algumas comunidades que nasceram paralelamente ao processo de colonização, ainda na década de 1970: Gleba Ranchão, Comunidade São Manoel e Santa Rita do Trivelato entre outras.

Diferente do cenário nacional, Nova Mutum, desde o início de sua história, se apresentou como município preocupado com as crianças e adolescentes do campo. Em 1984, foi criada a primeira escola do campo denominada Núcleo “C” na Gleba Ranchão, que ainda pertencia ao município de Nobres. Em 1991, a partir das necessidades apresentadas pela comunidade do campo, criou-se a Escola Itinerante Boa Esperança com metodologia própria para atender as regiões rurais do município. Neste mesmo ano, criou-se a Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão ofertando desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio Profissionalizante, com Curso Técnico em Agropecuária.

A partir daí, aos poucos as escolas rurais foram sendo criadas para atender a comunidade e as famílias que ali residiam. Estas, de acordo com a adaptação ou não, mudavam de território e muitas vezes as escolas eram fechadas e deslocavam os alunos remanescentes para a comunidade escolar mais próxima, oferecendo melhores instalações físicas e qualidade de ensino, como é o caso da Escola São José, criada em 1992, na Comunidade São Manoel, e da Escola Municipal do Campo Jorge Carlos Ferreira, criada em 1999, no Assentamento Pontal do Marapê, que estão em funcionamento até hoje.

No decorrer dos anos as escolas rurais foram se estruturando e se firmando, enquanto construção de política comprometida na perspectiva da Educação do Campo, construídas para os diferentes sujeitos, territórios, práticas sociais e identidades culturais que compõem a diversidade de homens e mulheres do campo.

Por outro lado, quanto à qualidade do ensino, os dados do INEP revelam cenário favorável, 100% dos educadores que atuam nas escolas do campo em Nova Mutum, possuem graduação, o índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está acima da meta projetada pelo Ministério da Educação e as escolas vêm se destacando em nível nacional e estadual, com projetos pedagógicos

que visam a melhoria da qualidade do ensino no campo.

Atualmente, o atendimento à Educação do Campo no município de Nova Mutum acontece na perspectiva da Educação Integral, com carga horária de cinco horas dia e vinte cinco horas semanais, totalizando mil horas anuais, com atendimento de carga horária ampliada, demonstrando preocupação com a qualidade do ensino no campo.

As disciplinas contemplam, além da base comum, as áreas específicas do campo: Ciências Agrárias, Agricultura Familiar, Agro-Ecologia e Economia Solidária. No contra-turno, são oferecidas as oficinas de esporte, cultura e o apoio pedagógico na parte diversificada, que somam 10 horas semanais, totalizando 1,4 mil horas/ano.

O cuidado com a nutrição escolar é de grande relevância para garantir educação de qualidade. São servidas de três a quatro refeições diárias, de acordo com a permanência do educando na escola.

Outro fato que explica a queda do número de educandos nas escolas da rede municipal nos últimos dois anos, é o regime de colaboração que vem acontecendo entre Estado e município, no qual a rede estadual assumiu os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio das duas escolas municipais do campo. A partir de então, estes, foram matriculados como educandos de salas anexas de escola da zona urbana.



7 saúde

● RECURSOS FÍSICOS INSTALADOS EM SAÚDE

Unidades Públicas Prestadoras de Serviços de Saúde:

- 01 Laboratório de Análises Clínicas Municipal
- 01 Centro de Reabilitação, com atendimento em Fisioterapia, Fonoaudiologia e Psicologia.
- 01 Centro de Saúde – atendimento população rural
- 01 Ambulatório - aberto 18 horas para atender a população em geral
- 01 Centro de Especialidades Médicas – com atendimento em: Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Ortopedia, Cirurgia Geral, Anestesiologia.
- 04 Unidades de Saúde da Família – com 01 nova unidade em construção
- 01 Farmácia Municipal
- 01 Agência Transfusional

Privadas:

- 02 Laboratórios de Análises Clínicas
- 05 Clínicas com Atendimento Médico, Fisioterapia e Odontologia
- 09 Consultórios Médicos na área de Clínico Geral, Gastroenterologista, Cirurgião Geral, Ginecologia e Obstetrícia, Pediatria, Ortopedia, Medicina do Trabalho, Oftalmologista, Dermatologista
- 03 Clínicas Estéticas
- 21 Consultórios Odontológicos
- Consultórios de Psicologia
- 12 Farmácias e Drogarias
- 02 Massoterapia
- 04 Acupunturistas

Organização Social

Fundação Mutuense de Saúde, hospital de pequeno porte, com 35 leitos.

Estabelecimentos de Saúde cadastrados junto ao Ministério da Saúde:

Públicos: Farmácia Municipal Colina, Farmácia Municipal de Nova Mutum, Psf Alto da Colina, Psf Arara Azul, Psf Araras, Psf Jardim II, Psf Jardim Primavera II, Psf Parque do Sol, Psf Seringueiras, Posto de Saúde Pontal do Marapê, Posto de Saúde Ranchão, Secretaria Municipal de Saúde de Nova Mutum, Reabilita, Laboratório Municipal, Central de Regulação de Nova Mutum, Centro de Especialidades Médicas, Centro de Reabilitação de Nova Mutum, Centro de Saúde Rural e Centro Integrado Saúde Municipal PA.

Privados:

Ama Centro Médico Laboratorial, Bela Face e Psique Odontologia e Psicologia, Belvedere Hospital Dia, Bio-Análise Laboratório de Análises Clínicas, Biomédica, Centro Lab., Centro Oftalmológico Visão, Climap, Clínica Arruda Penteado Assessoria e Consultas de Saúde, Clínica Belvedere, Clínica Chico Xavier, Clínica Dentaria Lupes Clínica Dr. Paulo Diniz, Clínica Dra Simone, Clínica Equilíbrio, Clínica GF, Clínica Medica Martucci, Clínica Moriá, Clínica Ortopédica Nova Mutum, Clínica Plena, Clínica Radymagem, Clínica Roma, Clínica Espaço, Clínica Sertti, Clínica Vitali, Consultório Dentista Miriam Ottoni, Consultório Odontológico Vânia Lilian Barboza, Dr. Aldo Luiz Hota, Elisa Análises Clínicas, EPX Ressonância Magnética, Escola Especial Sonho e Esperança, Fisioderm, Gestare, Hospital Municipal de Nova Mutum, Hospital São Lucas, Integrale Centro Odontológico e Radiologia Facial, Laboratório Biomédica, Laboratório Charles Darwin, Mutum Prestação de Serviços Médicos, Nova Imagem Centro Estética, Odontologia Mendonça, Ortesys Produtos e Serviços em Saúde, Quallyvida, Reabilitar, Samu Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Unidade Móvel de Saúde Bucal, Vitta Clin.



TABELA 31 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE (2006-2009)

SERVIÇOS DE SAÚDE	2009	2005
Estabelecimentos de Saúde total	21	18
Estabelecimentos de Saúde Público total	10	12
Estabelecimentos de Saúde Público Federal	0	0
Estabelecimentos de Saúde Público Estadual	0	0
Estabelecimentos de Saúde Público Municipal	10	12
Estabelecimentos de Saúde Privado total	11	6
Estabelecimentos de Saúde Privado com fins lucrativos	10	6
Estabelecimentos de Saúde Privado sem fins lucrativos	1	0
Estabelecimentos de Saúde Privado SUS	2	2
Estabelecimentos de Saúde com internação total	1	1
Estabelecimentos de Saúde sem internação total	15	12
Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia total	5	5
Estabelecimentos de Saúde com internação público	0	1
Estabelecimentos de Saúde sem internação público	9	10
Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia público	1	1
Estabelecimentos de Saúde com internação privado	1	0
Estabelecimentos de Saúde sem internação privado	6	2
Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia privado	4	4
Estabelecimentos de Saúde total privado/SUS	2	2
Estabelecimentos de Saúde com internação privado/SUS	1	0
Estabelecimentos de Saúde sem internação privado/SUS	1	1
Estabelecimentos de Saúde com apoio à diagnose e terapia privado/SUS	0	1
Estabelecimentos de Saúde especializado com internação total	0	0
Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação total	6	6
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação total	0	0
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação total	5	4

SERVIÇOS DE SAÚDE	2009	2005
Estabelecimentos de Saúde geral com internação total	1	1
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação total	9	7
Estabelecimentos de Saúde especializado com internação público	0	0
Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação público	0	1
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação público	0	0
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação público	1	3
Estabelecimentos de Saúde geral com internação público	0	1
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação público	9	7
Estabelecimentos de Saúde especializado com internação privado	0	0
Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação privado	6	5
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação privado	0	0
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação privado	4	1
Estabelecimentos de Saúde geral com internação privado	1	0
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação privado	0	0
Estabelecimentos de Saúde especializado com internação privado/SUS	0	0
Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação privado/SUS	0	1
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação privado/SUS	0	0
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação privado/SUS	1	1
Estabelecimentos de Saúde geral com internação privado/SUS	1	0
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação privado/SUS	0	0
Estabelecimentos de Saúde SUS	12	14
Estabelecimentos de Saúde plano próprio	0	0
Estabelecimentos de Saúde plano de terceiros	10	7
Estabelecimentos de Saúde particular	11	7
Estabelecimentos de Saúde único total	21	18

SERVIÇOS DE SAÚDE	2009	2005
Estabelecimentos de Saúde com terceirização total	0	0
Estabelecimentos de Saúde terceirizado total	0	0
Estabelecimentos de Saúde único público	10	12
Estabelecimentos de Saúde com terceirização público	0	0
Estabelecimentos de Saúde terceirizado público	0	0
Estabelecimentos de Saúde único privado	11	6
Estabelecimentos de Saúde com terceirização privado	0	0
Estabelecimentos de Saúde terceirizado privado	0	0
Estabelecimentos de Saúde único privado/SUS	2	2
Estabelecimentos de Saúde com terceirização privado/SUS	0	0
Estabelecimentos de Saúde terceirizado privado/SUS	0	0
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde total	195	3
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público total	0	3
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público federal	0	0
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público estadual	0	0
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde público municipal	0	3
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde privado total	195	0
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde privado SUS	195	0
Mamógrafo com comando simples	0	0
Mamógrafo com estéreox taxia	1	0
Raio X para densitometria óssea	1	0
Tomógrafo	0	0
Ressonância magnética	0	0
Ultrassom Doppler colorido	2	0
Eletrocardiógrafo	1	1
Eletroencefalógrafo	0	0
Equipamento de hemodiálise	0	0



SERVIÇOS DE SAÚDE	2009	2005
Raio X até 100mA	1	0
Raio X de 100 a 500mA	1	2
Raio X mais de 500mA	0	0
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial total	14	13
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial sem atendimento médico	1	4
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em especialidades básicas	13	9
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento médico em outras especialidades	3	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial com atendimento odontológico com dentista	8	7
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência total	1	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Pediatria	0	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Obstetrícia	0	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Psiquiatria	0	0
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Clínica	1	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Cirurgia	0	1

SERVIÇOS DE SAÚDE	2009	2005
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Traumato Ortopedia	0	1
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Neuro Cirurgia	0	0
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Cirurgia Buco Maxilofacial	0	0
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência e outros	0	0
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Ambulatorial	9	12
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Internação	1	1
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Emergência	1	1
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS UTI/CTI	0	0
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Diálise	0	0

Fonte: Prefeitura Municipal



7.a | SITUAÇÃO LEGAL DA SAÚDE NO MUNICÍPIO

● INFORMAÇÕES TÉCNICAS EM SAÚDE

Tipo de Gestão no SUS:

Plena de Atenção Básica Ampliada
Portaria nº 2428 D.O. de 30-12-2002

Integra Consórcio Intermunicipal de Saúde:

Consórcio Intermunicipal de Saúde Região Teles Pires.

Municípios que fazem parte do Consórcio:

Claudia, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Itanhangá e Ipiranga do Norte.

Microrregião:

Alto Teles Pires

Divisão Geográfica para organização do Modelo de Atenção:

Áreas de Saúde

Estrutura Organizacional formal da Secretaria Municipal de Saúde:
Regulamentada por Lei nº. 171/92

Normatização:

Lei de criação do Conselho Municipal de Saúde: Nº 243/94, publicada em 28/03/1994.

Lei de criação do Fundo Municipal de Saúde: Nº 090/91, publicada em 11/03/1991.

Instrumentos de Gestão utilizados pelo município para planejamento, acompanhamento e avaliação da atuação da SMS:

Plano Municipal de Saúde;
Plano Plurianual;
Programação Pactuada Integrada;
Relatório de Gestão;

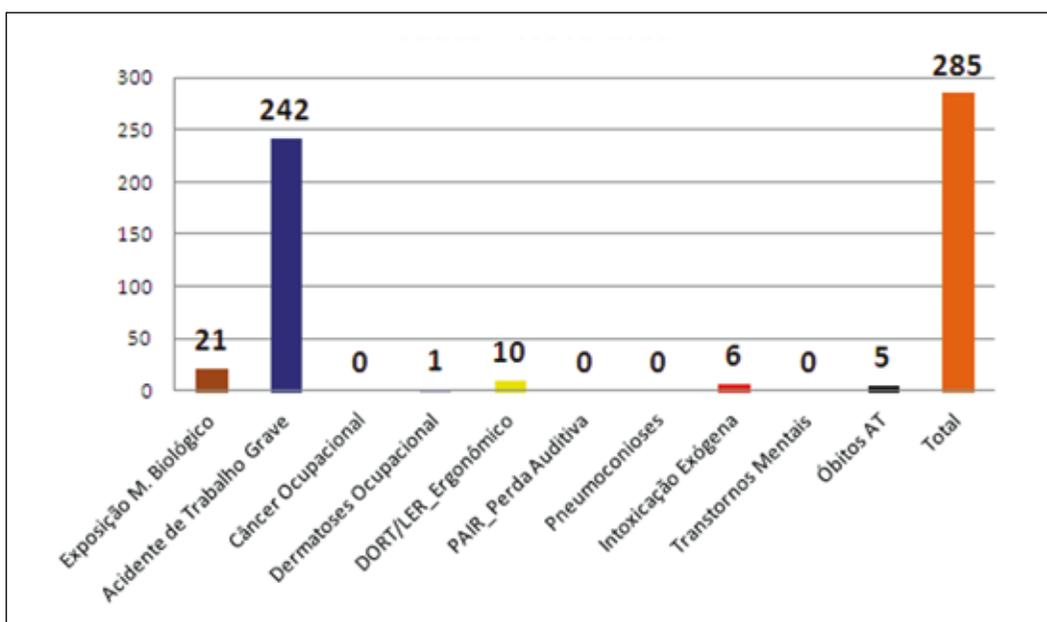
Sistemas de Informática em Informação em Saúde:

- BDCNES – Banco de Dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- CADÚNICO – Cadastro Único
- Cartão SUS – Cartão Sistema Único de Saúde
- FAE/BPA – Fração de Atendimento Especializado / Boletim de Produção Ambulatorial
- GIL – Gerenciador de Informações Locais

- PAP-VS – Programações das Ações Prioritárias de Vigilância em Saúde
- PNI – Programa Nacional de Imunização
- SGAIH – Sistema de Gerenciamento de AIH
- SIA/SUS – Sistema de Informação Ambulatorial
- SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica
- SIFAB – Sistema de Informação da Farmácia Básica
- SIGAB – Sistema de Informação de Gerenciamento da Atenção Básica
- SIH/SUS – Sistema de Informação Hospitalar
- SIM – Sistema de Informação sobre Mortalidade
- SINAN – Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação
- SINASC – Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos
- SIOPS – Sistema de Informação do Orçamento Público em Saúde
- SISCIH – Sistema de Informação de Controle de Internação Hospitalar
- SISFAD – Sistema de Informação de Febre Amarela e Dengue
- SISHIPERDIA – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos
- SISMAL – Sistema de Informação de Malária
- SISPACTO – Sistema de Pactuação de Indicadores de Atenção Básica
- SISPRENATAL – Sistema de Informação do Pré-Natal
- SISVAN – Sistema de Informação Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional

7.b | ASPECTOS COM INTERFERÊNCIA NA SAÚDE

**FIGURA 3 – AGRAVOS NOTIFICADOS – SAÚDE DO TRABALHADOR 2013
SECRETARIA DE SAÚDE DE NOVA MUTUM - MT**



Fonte: Prefeitura Municipal

7.c | REDE DE ATENÇÃO PRIMÁRIA

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), é resultado da experiência acumulada de vários atores envolvidos historicamente com o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), como movimentos sociais, usuários, trabalhadores e gestores das três esferas de governo.

No Brasil, a Atenção Básica (AB) é desenvolvida com alto grau de descentralização, capilaridade e próxima da vida das pessoas. Deve ser o contato preferencial dos usuários, a principal porta de entrada e o centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Por isso, é fundamental que ela se oriente pelos princípios da universalidade, da acessibilidade, do vínculo, da continuidade do cuidado, da integralidade da atenção, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

As Unidades Básicas de Saúde instaladas perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem, desempenham papel central na garantia à população de acesso a atenção à saúde de qualidade. Dotar estas unidades da infraestrutura necessária a este atendimento é um desafio que o Brasil, único país do mundo com mais de 100 milhões de habitantes com sistema de saúde público, universal, integral e gratuito, está enfrentando com os investimentos do Ministério da Saúde. Essa missão faz parte da estratégia Saúde Mais Perto de Você, que enfrenta os entraves à expansão e ao desenvolvimento da atenção básica no País.

A nova Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), atualizou conceitos no sistema e introduziu elementos ligados ao papel desejado da Atenção Básica na ordenação das Redes de Atenção. Avançou no reconhecimento de leque maior de modelagens de equipes para as diferentes populações e realidades do País. A nova política articula a Atenção Básica com importantes iniciativas do SUS, como a ampliação das ações intersetoriais e de promoção da saúde, com a universalização Programa Saúde na Escola (PSE) e expansão dele às creches, com acordo com as indústrias e escolas para uma alimentação mais saudável.

O Telessaúde, a integração dos sistemas de informação e a nova política de regulação apontam para a ampliação da resolubilidade da Atenção Básica e para a continuidade do cuidado do usuário, que precisa da atenção especializada. Em Nova Mutum está se trabalhando para ter Atenção Básica que responda, perto da casa das pessoas, à maioria das necessidades de saúde, com agilidade e qualidade e de modo acolhedor e humanizado.

PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

A Saúde da Família é entendida como estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de número definido de famílias, localizadas em área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade. A responsabilidade pelo acompanhamento das famílias coloca para as equipes Saúde da Família a necessidade de ultrapassar os limites classicamente definidos para a Atenção Básica no Brasil, especialmente no contexto do SUS.

A Saúde da Família como estratégia estruturante dos Sistemas Municipais de Saúde tem provocado importante movimento com o intuito de reordenar o modelo de atenção no SUS. Busca maior racionalidade na utilização dos demais níveis assistenciais e tem produzido resultados positivos nos principais indicadores de saúde das populações assistidas às Equipes Saúde da Família.

As Equipes Saúde da Família trabalham, através da assistência preventiva, na garantia de uma boa condição de saúde ao usuário, do estímulo ao auto cuidado e do aumento do vínculo entre a equipe, o usuário e a comunidade. Portanto, realizam não somente o tratamento, mas principalmente a prevenção das doenças e a promoção da saúde.

O trabalho de Equipes da Saúde da Família é o elemento-chave para a busca permanente de comunicação e troca de experiências e conhecimentos entre os integrantes da equipe e desses com o saber popular do Agente Comunitário de Saúde. As equipes são compostas por médico de família, enfermeiro, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, agente administrativo, zeladora, dentista, auxiliar de consultório dentário e técnico em higiene dental.

Cada equipe se responsabiliza pelo acompanhamento de, no máximo, quatro mil habitantes, sendo a média recomendada de dois mil habitantes de uma determinada área, e estas passam a ter corresponsabilidade no cuidado à saúde. A atuação das equipes ocorre principalmente nas Unidades Básicas de Saúde, nas residências e na mobilização da comunidade, caracterizando-se: como porta de entrada de um sistema hierarquizado e regionalizado de saúde; por ter território definido, com população delimitada, sob a sua responsabilidade; por intervir sobre os fatores de risco aos quais a comunidade está exposta; por prestar assistência integral, permanente e de qualidade; por realizar atividades de educação e promoção da saúde.

E, ainda: por estabelecer vínculos de compromisso e de corresponsabilidade com a população; por estimular a organização das comunidades para exercer o controle social das ações e serviços de saúde; por utilizar sistemas de informação para o monitoramento e a tomada de decisões; por atuar de forma intersetorial, por meio de parcerias estabelecidas com diferentes segmentos sociais e institucionais, de forma a intervir em situações que transcendem a especificidade do setor saúde e que têm efeitos determinantes sobre as condições de vida e saúde dos indivíduos/famílias/comunidade.

Serviços oferecidos pelas ESF:

- Acolhimento;
- Consulta médica;
- Consulta de enfermagem;
- Consulta odontológica;
- Puericultura (Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da criança);
- Prevenção do câncer do colo do útero;
- Visitas domiciliares;
- Pré-Natal;
- Acompanhamento de hipertensos e diabéticos;
- Programa DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS;
- Realização de curativos, aplicação de injeções;
- Informação e educação em saúde;
- Imunização;
- Encaminhamento às Unidades de referencia para Especialidades Médicas;
- Encaminhamento ao Hospital Municipal, quando necessário, nos casos de urgência emergência.

TABELA 32 – TIPOS DE PROCEDIMENTOS DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

PROCEDIMENTOS	2012	2013
Assistência domiciliar técnico enfermagem	477	1.180
Urgência em atenção básica	215	105
Educação em saúde	2.982	1.344
Coleta de C.C.O. (9.828 mulheres + 15 a)	1127	959
Conclusão pré-natal		
Atendimento odontológico	10.320	9.276
Consulta pré-natal (263 gestantes)	3.084	4.509
Consulta enfermeiro	13.984	19.575
Consulta puericultura (453 crianças < 01 ano)	2.844	3.453
Consulta puerperal		
Atendimento domiciliar n. Super.	1.108	1.933
Consulta médica	31.514	31.260
Cuidados técnico enfermagem	40.409	49.762
Pequenos procedimentos	541	107
Visita domiciliar A.C.S. (8.756 famílias)	65.533	65.924
Visita domiciliar A.C.E.		
Atendimento de hipertensos e diabéticos	8.929	10.356

Fonte: Prefeitura Municipal

7.d | VIGILÂNCIAS EPIDEMIOLÓGICAS, AMBIENTAL E SANITÁRIA (VIGILÂNCIA À SAÚDE)

A Vigilância em Saúde é responsável por todas as ações de vigilância, prevenção e controle de Agravos, prioritariamente com ações de promoção à saúde, com o monitoramento epidemiológico das doenças transmissíveis e não transmissíveis, de atividades sanitárias programáticas, de vigilância em saúde ambiental e saúde do trabalhador, elaboração e análise de perfis demográficos epidemiológicos e proposição de medidas de controle.

VIGILÂNCIAS QUE COMPÕEM A VIGILÂNCIA EM SAÚDE

- Vigilância Ambiental
- Vigilância em Saúde do Trabalhador
- Vigilância Epidemiológica
- Vigilância Sanitária

A Vigilância em Saúde conta com quadro de servidores, num total de 31 profissionais. Sendo na Vigilância Ambiental 20 Agentes de Combate as Endemias (ACE), que realizam o trabalho de campo, visitas, coleta de larvas, notificações, aplicação de inseticida e orientação aos moradores, dois ACE responsáveis pela alimentação do sistema de informação, leitura das larvas, coleta de água para análise e demais serviços administrativos. E um Coordenador de Campo.

A Vigilância Sanitária conta com 04 profissionais, sendo 01 agente sanitário, 01 nutricionista e 02 veterinários, dos quais deles o Coordenador. Responde pelas vistorias, emissão de licenças, cadastros e termos de responsabilidade, bem como baixas e cancelamentos, ações de controle de qualidade dos alimentos, da água e de abastecimento público, apuração de denúncias e investigação de surtos, visitas programadas de vistoria e coleta de amostras para análise.

A Vigilância Epidemiológica conta com 03 servidores, sendo 02 enfermeiras, que respondem pelas Doenças Transmissíveis, Doenças Crônicas Não Transmissíveis e Programa de Imunização. E 01 técnico em enfermagem, responsável pela alimentação do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC), e Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM). Além da investigação dos óbitos.

A Vigilância em Saúde do Trabalhador conta com 01 servidora, que é técnica em segurança do trabalho e responde pela investigação dos acidentes de trabalho.

Dados referentes à Vigilância Epidemiológica, ano de referência 2013:

1. Não houve registros de casos de Raiva Humana nos últimos anos;
2. Casos notificados de Dengue 2013: 417 casos, destes, 357 Dengue Clássica, 59 Descartados e 01 caso de Febre Hemorrágica da Dengue. Não teve casos de óbito por dengue no ano referido. Incidência = 9,76/1.000 habitantes;
3. Índice parasitário da malária = 0,0/1.000 habitantes; (Tiveram 06 casos confirmados, autóctones do município de Nova Mutum: 00);
4. N.º de Leishmaniose Tegumentar: 33 casos notificados, autóctones de Nova Mutum: 29 casos. Incidência = 0,79/1.000 habitantes;
5. Incidência de Hantavirose Humana = 0,02/1.000 habitantes, sendo 01 caso confirmado e autóctone do Município;
6. Incidência de Febre Amarela = Não houve casos confirmados.

TABELA 33 – LEVANTAMENTO PROBLEMAS/INDICADORES

PROBLEMAS	INDICADORES
Alta porcentagem de gestantes < de 20 anos	Taxa de 14% do total de gestantes
Alto índice de parto cesariana	Índice = 46,54
Aumento da taxa de internação por AVC em relação ao ano anterior	Taxa de 17,41
- Baixa cobertura de exames CCO em mulheres de 25 a 59 anos	Apenas 1,77 % da população feminina de 25 a 59 anos
Baixa cobertura de primeira consulta odontológica	Cobertura de 14,36 %
Baixa cobertura de vacina BCG 1ª dose	Cobertura de 85,3 %
Baixa cobertura do Programa de Puericultura	Apenas 60,4% das crianças < de 02 anos cadastradas
Diminuição da média anual de Consulta Médica por habitante em relação ao ano anterior	Diminuição de 1,9 para 1,5
Proporção baixa de nascidos vivos de mães com 07 ou + consultas de pré-natal	Proporção de 76,35 %
Proporção de exodontias em relação às ações odontológicas básicas individuais	Proporção = 6,43 %
Razão baixa entre os procedimentos odontológicos coletivos e população de 0 a 14 anos	Razão = 0,01
Sub notificação de DST/AIDS	Notificação de 0,17 % da população alvo

Fonte: Prefeitura Municipal



TABELA 34 – LEVANTAMENTO PROBLEMAS/CONDICIONANTES

PROBLEMAS	CONDICIONANTES
Cobertura do Programa de Hipertensão e Diabetes	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Excesso de demanda, dificultando a capacidade de atendimento das equipes ♦ Demora no atendimento ao paciente ♦ Falta de conscientização dos pacientes sobre a gravidade da doença
Baixa cobertura vacinas BCG 1ª dose	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta de conscientização das ESF sobre a importância do esquema vacinal - Muitas crianças nascem nos municípios vizinhos, voltando vacinadas.
Razão baixa entre exames CCO e mulheres de 25 a 59 anos	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta conscientização das mulheres em relação à importância do exame de CCO ♦ Dificuldade de acesso à unidade de saúde devido horário de trabalho das clientes ♦ Falta de conscientização das ESFs em relação ao CCO p/ saúde da mulher
Baixa proporção de nascidos vivos de mães com 07 ou + consultas de pré-natal	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta de conscientização das gestantes em relação à importância do pré-natal p/ saúde dos seus filhos. ♦ Ausência de busca ativa pelas ESFs às gestantes faltosas ♦ Demora no atendimento as gestantes nos dias de consulta ♦ Incompatibilidade entre os horários das gestantes e os horários das unidades de saúde ♦ Falta de conforto oferecido às gestantes pelas Unidades de Saúde
Grande nº de gestantes < de 20 anos	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Atividade sexual iniciada prematuramente ♦ Falta de conscientização sobre os efeitos da maternidade na vida pessoal ♦ Cultura popular valorizando a maternidade em detrimento da formação escolar
Alta taxa de internações por AVC	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Aumento de casos de hipertensão/diabetes ♦ Aumento de casos de obesidade (maus hábitos alimentares) ♦ Falta de atividade física regular ♦ Falta de conscientização da população sobre as causas/efeitos das doenças cerebrovasculares ♦ Aumento de stress da vida moderna ♦ Baixa adesão aos Programas de Hipertensão e Diabetes

PROBLEMAS	CONDICIONANTES
<p>Baixa cobertura de primeira consulta odontológica</p> <p>Razão baixa entre os procedimentos odontológicos coletivos e população de 0 a 14 anos</p> <p>Proporção de exodontias em relação às ações odontológicas básicas individuais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Saúde bucal precária da população em geral ♦ Excesso de demanda nas ESF, setor odontologia, dificultando disponibilidade do profissional p/ realizar procedimentos coletivos ♦ Falta equipe de saúde bucal em 50% das ESF
<p>Baixa média de consulta médica/habitante/ano</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Excesso de demanda espontânea às Unidades de Saúde ♦ Demora no atendimento ♦ Faltam Unidades de Saúde p/ atender demanda
<p>Subnotificação de DST/AIDS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Pacientes procuram serviços médicos particulares e/ou farmácias ♦ Falta de conscientização da população sobre tratamentos inadequados de DST/AIDS
<p>Alto índice de parto Cesariana</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta de conscientização das gestantes sobre os benefícios do parto normal p/ mãe e filho ♦ Falta de capacitação dos profissionais de saúde ao acompanhamento do parto normal ♦ Cultura popular desvalorizando o parto normal
<p>Baixa cobertura do Programa de Puericultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta de conscientização dos pais sobre a importância do acompanhamento de saúde nos primeiros 02 anos de vida dos filhos ♦ Incompatibilidade entre os horários dos pais e das ESF para realização do Programa ♦ Demora no atendimento nas unidades de saúde
<p>Pouco comprometimento da maioria dos profissionais de saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Desconhecimento sobre o SUS ♦ Percebe o serviço público como sendo pouco importante
<p>Dificuldade de padronização de informações entre as Unidades de Saúde</p>	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Dificuldades dos profissionais em seguir orientações gerais de funcionamento

Fonte: Prefeitura Municipal

VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Vigilância Epidemiológica é conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.

São funções da Vigilância Epidemiológica, coleta de dados, diagnóstico de casos, processamento de dados coletados, análise e interpretação dos dados processados, recomendação das medidas de controle indicadas, retroalimentação do sistema, avaliação da eficácia e efetividade das medidas adotadas, divulgação de informações pertinentes e normatização.

A equipe é composta por 01 enfermeiro que também é o Coordenador e 01 Técnico em Enfermagem, responsáveis pela coleta das informações, digitação e repasse para o nível regional, no caso o Escritório Regional de Sinop. Todas as equipes das Unidades de Saúde realizam o diagnóstico, tratamento, controle, notificação e investigação das doenças.

Equipe central composta por 01 enfermeiro coordenador e 01 agente administrativo II, responsável pela coleta das informações, digitação e repasse para nível regional.

Todas as equipes das Unidades de Saúde fazem os diagnósticos, tratamento, controle, notificação e investigação das doenças.

Coberturas vacinais em menores de um ano, de acordo com o API/SMS/2013:

- BCG = 126,9%;
- Anti-pólio = 127,3%;
- Pentavalente = 129,1%;
- Meningocócica C = 133,7%;
- Pneumocócica 10 = 124,3%;
- Rotavírus = 124,7%;
- Antiamarílica = 124,1%;
- Tríplice Viral = 121,7%;

Notificações: Foram lançadas 1.620 notificações no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN);

Investigação dos casos Notificados: foram investigados 100% dos agravos que exigem notificação;

Repasse de informações do SINAN: enviado semanalmente as informações para o ERS Sinop, totalizando 100% de lotes enviados oportunamente.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Entende-se por Vigilância Sanitária um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo: o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo; e o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

A Vigilância Sanitária é atividade multidisciplinar que regulamenta e controla a fabricação, produ-

ção, transporte, armazenagem, distribuição e comercialização de produtos e a prestação de serviços de interesse da Saúde Pública, enfim, fiscaliza e protege a população das situações de risco extremo a que a saúde individual, coletiva e ambiental é exposta. Instrumentos legais, como notificações e multas, são usados para punir e reprimir práticas que coloquem em risco a saúde dos cidadãos.

Lugares aptos à fiscalização:

- Salões de beleza, cabeleireiros e barbearias;
- Academias de ginástica e centros esportivos;
- Bares, lanchonetes e sorveterias;
- Restaurantes e similares;
- Supermercados, mercearias, sacolões e similares;
- Açougues e similares;
- Padarias e similares;
- Distribuidoras de água mineral;
- Estabelecimentos de ensino;
- Lares de longa permanência de idosos e creches;
- Transportes de cargas relacionadas à Vigilância Sanitária.

A Vigilância Sanitária atende atualmente apenas as ações de baixa complexidade, não podendo atender às de média, devido à falta de recursos humanos adequadamente capacitados; ficando as ações de alta complexidade sob responsabilidade do Estado.

TABELA 35 – INDICADORES DE COMPLEXIDADE PELA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

INDICADORES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (Janeiro a Dezembro/2013)			
ESTABELECIMENTOS	CADASTRADOS	INSPECIONADOS	ALVARÁS LIBERADOS
Baixa Complexidade	330	208	100
Média Complexidade	69		0
Alta Complexidade	6	0	0
TOTAL	405		

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 36 – FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO

INDICADORES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (2013) ESTABELECIMENTOS DA ÁREA DE ALIMENTAÇÃO			
ESTABELECIMENTOS	CADASTRADOS	INSPECIONADOS	ALVARÁS LIBERADOS
Açougues	2	2	2
Bares	23	19	17
Buffet	1	1	1
Cantina	4	1	1
Frigoríficos	3	0	0
Sorveterias	10	8	1
Hotéis	18	12	8
Lanchonetes e similares	41	28	9
Mercados e Mercarias	27	15	8
Panificadoras	12	11	3
Restaurantes e Similares	43	30	7
Serviços Ambulantes/ Feirantes	7	4	1
Supermercados	10	9	6
TOTAL	201	140	63

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 37 – FISCALIZAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE ÁREAS DIVERSAS

INDICADORES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (2013) ESTABELECIMENTOS DE ÁREAS DIVERSAS			
ESTABELECIMENTOS	CADASTRADOS	INSPECIONADOS	ALVARÁS LIBERADOS
Academias	3	3	1
Armazéns Gerais	0	0	0
Bancos	1	1	1
Casas Agropecuárias e agrícolas,	12	0	0
Casas Noturnas, Motéis, Clubes, Associações	10	4	4
Construtoras	1	0	0
Consultório de Fisioterapia	8	0	0
Consultório Médico e clínicas sem procedimento Invasivo	10	5	2
Consultórios odontológicos	20	0	0
Distribuidora de Água; Gás e Bebidas	6	6	5
Educação Infantil – Creches	10	4	2
Escolas	17	4	4
Farmácias e Drogarias	20	0	0
Fonoaudióloga	0	0	0
Hospitais	1	0	0
Laboratórios de análises clínicas	5	0	0
Madeireiras	3	0	0
Ópticas	3	0	0
Piscinas	1	1	0
Com. Art. Med. e Ortopédicos	1	0	0
Cosméticos, perfumes e higiene	6	1	0

INDICADORES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (2013) ESTABELECIMENTOS DE ÁREAS DIVERSAS			
ESTABELECIMENTOS	CADASTRADOS	INSPECIONADOS	ALVARÁS LIBERADOS
Serviço Tratamento Água SAAE	1	1	0
Prestadora Serviço (MB Terceirização)	1	1	0
Estação Rodoviária	1	0	0
Banho e tosa	2	2	1
Salão de Beleza a Mas- sagem	60	32	16
Estúdios de Tatuagem	2	2	1
TOTAL	205	67	37

Fonte: Prefeitura Municipal

VIGILÂNCIA AMBIENTAL

A Vigilância Ambiental é um conjunto de ações que proporciona o conhecimento e a detecção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana, com a finalidade de identificar as medidas de prevenção e controle dos fatores de risco ambientais relacionados às doenças ou outros agravos à saúde.

A Vigilância Ambiental tem como objetivo, prevenir e controlar os fatores de risco de doenças e de outros agravos à saúde, decorrentes do ambiente e das atividades produtivas. Estende sua atuação sobre fatores biológicos representados por vetores, hospedeiros, reservatórios e animais peçonhentos, bem como fatores não biológicos como a água, o ar, o solo, contaminantes ambientais, desastres naturais e acidentes com produtos perigosos.

ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

O Bloco de Assistência Farmacêutica é responsável por tudo que diz respeito a medicamentos, por todo controle de estoque, desde a padronização, aquisição, recebimento, armazenamento e distribuição aos pacientes usuários do SUS de forma gratuita.

Além da distribuição de medicamentos para a população, a farmácia também realiza o abastecimento das Unidades Básicas de Saúde e o Centro Integrado com medicamentos de uso ambulatorial, preservativos e anticoncepcionais, através de entregas mensais baseadas no fechamento de cada unidade. A Farmácia Municipal também atende aos pacientes portadores de necessidades especiais que fazem uso de materiais para cuidados com a saúde.

Os medicamentos disponíveis na Farmácia Municipal fazem parte da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (Remune). Esta lista é elaborada por equipe de profissionais da saúde do município nomeada de Comissão Especial de Farmácia e Terapêutica (CEFT), composta por 01 profissional médico, 01 farmacêutico e 02 enfermeiras. Para padronização utiliza-se como referência a Remune preferencialmente, seguindo sempre a última vigente, porém com autonomia para escolher outros medicamentos desde que seja aplicável para uso no município utilizando de recursos próprios para

aquisição destes. Além da padronização define - se também hospitalares e medicamentos para uso emergencial nas unidades de saúde do município.

PROGRAMA DOSE CERTA

Nova Mutum não conta ainda com o Programa Dose Certa que realiza a entrega de medicamentos a idosos acima de 65 anos, que utilizam medicamentos de uso contínuo para hipertensão e diabetes mellitus da Farmácia Municipal, este programa prevê que os idosos recebam gratuitamente em seu domicílio estes medicamentos.

Somente receberão os medicamentos em domicílio os pacientes idosos cadastrados na sua Unidade Básica de Saúde, no programa Hiperdia.

Os medicamentos serão entregues uma vez por mês na quantidade suficiente para 30 dias de tratamento.

Os objetivos do programa são:

- Facilitar às pessoas idosas com dificuldades de locomoção o acesso aos medicamentos considerados de uso contínuo;
- Garantir o acesso mais efetivo aos medicamentos e organizar o atendimento contínuo aos pacientes;
- Oferecer condições para que o paciente realize o tratamento necessário contribuindo para controle da doença e assegurando melhor qualidade de vida;
- Diminuir o custo social do tratamento das doenças crônicas, excluindo o risco de desenvolvimento de agravos futuros.

CENTRAL DE ABASTECIMENTO FARMACÊUTICO - CAF

Nova Mutum ainda não possui Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF), que realiza o armazenamento e todo o controle de estoque de medicamentos e materiais de saúde, além de realizar a distribuição dos produtos para as Farmácias Municipais e todas as Unidades Básicas de Saúde e Centro Integrado de Saúde.

7.e | REDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE

A Média e Alta Complexidade são ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, realizados em ambiente ambulatorial ou hospitalar, que exigem a utilização de equipamentos e profissionais especializados e a disponibilidade de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento. Está integrada à Atenção Básica através de um sistema de regulação.

Na Média e Alta Complexidade também são desenvolvidas ações de promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde. As Unidades da Média e Alta Complexidade e suas equipes desenvolvem ações distintas, em função do foco das situações de saúde/doença e dos grupos populacionais a que se destina o cuidado. Cada uma das unidades tem uma missão específica e deve garantir o retorno do usuário à unidade da Atenção Básica, a fim de possibilitar a continuidade do cuidado.

Essas unidades são: o Pronto Atendimento Médico, o Centros de Atenção Psicossocial, o Centro de Reabilitação, nas quais são desenvolvidos cuidados especializados em saúde. As equipes das Unidades de Média Complexidade são compostas por diferentes profissionais: assistentes sociais, arte terapeutas, cuidadores, enfermeiros especialistas, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, médicos especialistas (cardiologistas, cirurgiões, dermatologistas, endocrinologistas, gastroenterologistas, geriatras, ginecologistas, hematologistas, mastologistas, nefrologistas, neurologistas, otorrinolaringologistas, oftalmologistas, pediatras, pneumologistas, psiquiatras, reumatologistas e urologistas), nutricionistas, psicólogos, técnicos de enfermagem, além dos recepcionistas, assistentes administrativos e auxiliares de serviços gerais.

O trabalho dessas equipes também deve priorizar a atenção aos grupos de risco (crianças, gestantes, idosos, hipertensos, diabéticos) além daqueles usuários cujo processo de adoecimento exige cuidados diferenciados daqueles dispensados na Atenção Básica.

TABELA 38 – QUADRO DE FUNCIONÁRIOS DA REDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVOS	CONTRA-TADOS	COMISSIO-NADOS	TOTAL
Agente Administrativo I	6	-	-	6
Bioquímico	4	-	-	4
Coord. De Departamento	-	-	1	1
Enfermeiro	3	-	-	3
Fisioterapeuta	4	-	-	4
Fonoaudiólogo	1	-	-	1
Guarda Mun. Patrimônio	2	-	-	2
Motorista Veíc. Especial	3	-	-	3
Nutricionista	1	-	-	1

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVOS	CONTRA-TADOS	COMISSIIONADOS	TOTAL
Psicólogo	4	-	-	4
Secretária	1	-	-	1
Técnico Em Laboratório	4	-	-	4
Técnico De Enfermagem	10	-	-	10
Zelador	1	-	-	1

Fonte: Prefeitura Municipal

Unidades de saúde que compõem o bloco de média e alta complexidade:

- 01 – Unidade de Pronto Atendimento,
- 01 – Centro de Especialidades Médicas,
- 01 – Laboratório de Análise Clínica Municipal,
- 01 – Centro de Reabilitação,
- 01 - Hospital Municipal – Sociedade Beneficente São Camilo,
- 01 - Setor de transporte de pacientes de Urgência ou Emergência

AMBULÂNCIAS REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA MUNICIPAL

O serviço de referência e contra-referência em ambulâncias municipais funciona a partir das Equipes de Saúde da Família para o Centro de Especialidades, onde atuam os seguintes especialistas: ginecologista/obstetra, pediatra, cirurgião geral, ortopedista, cardiologista, pneumologista, cirurgião geral; e também direcionamento para o Hospital Municipal, para o atendimento de urgência / emergência e/ou internações. Após a alta os pacientes são contra referendados aos PSF's de origem.

REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA INTERMUNICIPAL

Para os serviços de alta complexidade, Nova Mutum dispõe da referência e contra-referência com os municípios de Sorriso (Hospital Regional de Sorriso), Sinop e Cuiabá através da Central de Regulação de Vagas; nas diversas especialidades médicas, assim como exames especializados: ultrassonografias, exames cardiológicos, endoscopias, exames de imunologia, anatomopatológico e cito patologia, ECG, mamografias, tomografias, ressonância magnéticas, RX com laudos radiológicos, densitometria óssea, radioterapia e quimioterapia.

Maiores causas de internações em adultos

As cinco maiores causas de internações em adulto nos anos de 2012 e 2013 foram: gravidez/parto e puerpério, doenças do aparelho respiratório, lesões/envenenamentos (causas externas), doenças do aparelho digestivo, doença do aparelho geniturinário.

Maiores causas de internações em menores de 05 anos

As cinco maiores causas de internações em menores, consecutivamente nos anos de 2012 e 2013 foram doenças do aparelho respiratório, afecções originadas no período peri-natal, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho digestivo e mal formações congênitas/deformidade e anomalias cromossômicas.

Indicadores de mortalidade

No ano de 2012 foram registrados 131 óbitos, totalizando 3.81 óbitos para cada 1000 habitantes, e um total de 11 óbitos em menores de 01 ano. Neste mesmo ano o coeficiente de mortalidade materna foi zero.

SERVIÇO DE APOIO, DIAGNÓSTICO E TERAPIA – SADT

Foram realizados no ano de 2013, 115 exames de anatomopatológico, 1.160 exames especializados (ECG, USG, ressonância, entre outros) 11.165 exames de RX, 9.765 atendimentos de fisioterapia e reabilitação e 26.654 exames de patologias clinica (laboratorial).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE TELLES PIRES

É associação de direito privado, sem fins lucrativos, que desde sua criação, foram realizados muitos investimentos na área da saúde, que resultaram em respostas mais rápidas das necessidades de atendimento à saúde, beneficiando a população dos municípios da Região Centro Oeste de Mato Grosso que integram o consórcio.

Com a adesão ao Consórcio Intermunicipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Mutum aumentou sua capacidade de atender as necessidades da população, totalizando no ano de 2013 um total de 408 consultas especializadas nas diversas áreas. Também são prestados serviços de exames, num montante de 819 exames especializados realizados no ano de 2013.

Municípios que fazem parte do Consórcio são: Claudia, Feliz Natal, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova Ubiratã, Santa Carmem, Sinop, Sorriso, Tapurah, União do Sul, Itanhangá, Ipiranga do Norte. No ano de 2013 o Consorcio Intermunicipal de Saúde atendeu 408 consultas médicas especializadas, 857 exames especializados e realizou 55 procedimentos cirúrgicos.

CEM – CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS

É a referencia para os Usuários do SUS encaminhados pelas Unidades Básicas de Saúde. Nesta unidade são atendidos todos os pacientes que necessitam de consulta médica especializada, como cardiologia, pneumologia, cirurgia geral, ginecologia e obstetrícia, ortopedia, pediatria, urologista, psiquiatra, oftalmologia, nutricionista, procedimento ortopédico ambulatorial, anestesiológico – consulta pré-anestésica, avaliação cirúrgica. exames especializados: holter, Mapa, ECG e teste ergométrico.

PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO

É uma Unidade de Atendimento de Urgência e Emergência 24 horas, voltada para o atendimento de casos graves e situações de urgência e emergência, que impliquem em risco iminente de morte para o usuário. Somente os casos de urgência/emergência serão encaminhados para atendimento no Pronto Atendimento. Antes de serem atendidos, os usuários passarão por uma avaliação do seu estado de saúde para a classificação de risco e definição do grau de prioridade de seu atendimento.

A avaliação será realizada por um profissional de enfermagem de nível superior e o usuário será classificado em cinco níveis de risco, sendo:

Vermelho – Emergência: Paciente necessita de atendimento imediato, onde existe risco de morte. Exemplos: parada cardiorrespiratória, insuficiência respiratória grave, poli traumatismo grave, estado de coma, convulsão, traumatismo craniano grave, choque, ausência de pulso, desidratação grave, entre outros;

Amarelo – Urgência: Atendimentos dos casos mais graves. Exemplos: pequenas hemorragias, desidratação, cólica renal, traumatismo moderado, história de diabetes mellitus, hemorragia digestiva moderada, convulsão, doença psiquiátrica ou comportamental, dor moderada, diarreia e vômitos com desidratação, dentre outros. Importante: Os casos menos graves tais como: consulta médica, trocas de curativo, exames de rotina, controle de hipertensão, controle de diabetes, sintomas gripais, febre, dor leve, dentre outros;

Verde – Pouco Urgente: Casos menos graves, que exigem atendimento médico, mas podem ser assistidos ambulatorialmente. Exemplos: traumatismo menor, queimaduras moderadas e feridas, sintomas gripais, vômitos e diarreia sem desidratação, febre, dor leve, situações especiais, entre outros;

Azul – Não Urgente: Casos de menor complexidade, sem problemas recentes. Podem ser acompanhados ambulatorialmente. Exemplos: controle de hipertensão, controle do diabetes, avaliação de feridas crônicas, troca de curativo, entre outros. Hospital Municipal de Nova Mutum está sob gestão da Sociedade Beneficente São Camilo, com contrato de gestão modalidade Organização Social de Saúde - OSS. O hospital é de pequeno porte com referencia para atendimento de urgência e emergência em cirurgia geral e ortopédica, com 40 leitos de internação, 03 salas de cirurgia, 06 leitos de observação no pronto socorro, 02 leitos de recuperação pós-anestésica e 02 leitos de estabilização. Possui também capacidade para atendimento em cardiologia, psiquiatria, em regime de demanda referenciada e espontânea além de ofertar serviços de apoio diagnóstico e terapêutico.

Pronto Atendimento atende demanda de usuários egressos do próprio hospital, demanda espontânea e também encaminhada pelas Unidades Básicas de Saúde, respeitando o limite da capacidade operacional do pronto atendimento.

EXAMES OFERTADOS PELO HOSPITAL

Uma parceria entre a Prefeitura, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, a rede hospitalar São Camilo e empresários do Grupo Mega Imagens irão garantir o serviço de tomografia computadorizada em Nova Mutum. Um moderno equipamento já foi instalado no Centro de Imagens do hospital e passará a realizar exames antes realizados apenas em outros municípios.

TABELA 39 – ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HOSPITAL SÃO CAMILO EM 2012 E 2013

TIPO DE PROCEDIMENTO	2012	2013
Atendimento de urgência c/ observação até 24 horas	194	314
Atendimento de urgência em atenção especializada	478	921
Atendimento médico em unidade de pronto atendimento	3.849	4.989
Atendimento ortopédico c/ imobilização provisória	312	497
Consulta de profissionais de nível superior (enfermeiro)	3.759	4.257
Radiografias diversas – por incidência	4.985	6.145
Internações cirúrgicas diversas	863	1.425

Fonte: Prefeitura Municipal

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA (SAMU/192)

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu/192) é um programa que tem como finalidade prestar o socorro à população em casos de emergência. Com o Samu/192, o Governo Federal está reduzindo o número de óbitos, o tempo de internação em hospitais e as sequelas decorrentes da falta de socorro precoce.

O serviço funciona 24 horas por dia com equipes de profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem e socorristas que atendem às urgências de natureza traumática.

ca, clínica, pediátrica, cirúrgica, gineco-obstétrica e de saúde mental da população. O Samu realiza o atendimento de urgência e emergência em qualquer lugar: residências, locais de trabalho e vias públicas. O socorro é feito após chamada gratuita, feita para o telefone 192.

O Samu 192 já recebeu a viatura e está aguardando o Estado de Mato Grosso finalizar o Complexo Regulador Estadual, onde receberá toda a demanda via telefone e encaminhará a base localizada no município. Assim que estiver em funcionamento a Central Estadual o município deverão montar sua equipe socorrista para iniciar as atividades.

CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL (CAPS)

O Centro de Apoio Psicossocial (Caps) está em fase de estruturação. Os profissionais que trabalham são compostos por médico psiquiatra, psicólogo, assistente social, terapeuta ocupacional, equipe de enfermagem, fonoaudiólogo, psicopedagoga, médico clínico, além da equipe de apoio. Consultas e atendimentos multiprofissionais, oficinas e grupos terapêuticos, além de práticas corporais e esportivas. O projeto já foi encaminhado ao Ministério da Saúde, onde passou por aprovação, sendo contemplado no Plano Regional Teles Pires de Atenção Psicossocial.

LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DE NOVA MUTUM

Localizado no Centro Integrado de Saúde, o laboratório atende a demanda oriunda das Unidades Básicas de Saúde do município. A equipe é composta por 04 bioquímicos e 04 técnicos de laboratório, realizam os exames: ácido úrico, ASLO, hanseníase, tuberculose, colesterol total, creatina, curva glicêmica, CCO, tempo de sangramento, EPF, secreção vaginal, fator reumatóide, glicose, hemograma completo, PPD, leishmaniose, triglicerídeos, uréia, urinálise EAS, malária, rotavirus, anti-HBS-hepatite B, anti-HCV-hepatite C, S anti-HIV 1 e 2, IGG-citomegalovirus, IGG – Rubéola, IGG-toxoplasma, IGM citomegalovirus, IGM hepatite B, IGM leishmaniose, IGM rubéola, IGM toxoplasma, HBSAG-hepatite B, proteína C creatina, teste de gravidez, tipagem sanguínea, VDRL total, VHS.

AGÊNCIA TRANSFUSIONAL

A Agência Transfusional de Nova Mutum presta atendimento aos usuários que necessitam e recebem hemocomponentes dos Serviços de Hemoterapia. A Agência é intra-hospitalar e têm a função de armazenar estoque mínimo de hemocomponentes, realizar testes de compatibilidade entre doador e receptor e transfundir os hemocomponentes. Nesta unidade no ano de 2012 foram realizadas 219 transfusões e em 2013 totalizou 278 transfusões de hemocomponente.

● SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA

REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA MUNICIPAL

O serviço de referência e contra referência municipal funciona a partir das Equipes de Saúde da Família para o Centro de Especialidades, onde atuam os seguintes especialistas: ginecologista, pediatra, cirurgião geral, ortopedista; e também para o Hospital Municipal, para o atendimento de urgência / emergência e/ou internações. Após a alta os pacientes são contra referendados aos P.S.F.s de origem.

REFERÊNCIA E CONTRA REFERÊNCIA INTERMUNICIPAL

Para os serviços de alta complexidade, Nova Mutum dispõe da referência e contra referência com os municípios de Sorriso (Hospital Regional de Sorriso), Sinop e Cuiabá através da Central de Regulação de Vagas; nas diversas especialidades médicas, assim como exames especializados: ultras-

sonografias, exames cardiológicos, endoscopias, exames de imunologia, anatomopatológico e cito patologia, ECG, mamografias, tomografias, ressonância magnéticas, RXs com laudos radiológicos, densiometria óssea, radioterapia e quimioterapia.

● ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL

TABELA 40 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO SUS

PROGRAMA	PESSOAS CADASTRADAS	ATENDIMENTOS / MÊS	% COBERT. MENSAL / POP. TOTAL.	RESULTADOS OBTIDOS
P.S.F.	18.313	10.370	56,6 %	Bom
Puericultura	916	554	60,4 %	Bom
Pré-natal	172	315	183,0 %	Ótima
CCO	4.858	82	1,7 %	Ruim
Dst/Aids	12.244	21	0,17 %	Ruim
Diabetes	185	134	72,4 %	Bom
Hipert. Arterial	881	701	79,6 %	Bom
Hansen.	16	22	137,5 %	Ótimo
TB.	07	12	171,4 %	Ótimo

Fonte: SIAB – Secretaria Municipal de Saúde de Nova Mutum – SIAB, Junho/2007

TABELA 41 – PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE

PROGRAMA	USF ALTO COLINA	USF PARQUE SOL	USF JARDIM	USF ARA-RAS	CEN-TRO SAÚDE	POP. TOTAL	% POP. TOTAL
População USF	5.487	5.736	3.143	3.947	5.494	23.807	100 %
Crianças menores de 02 anos	320	286	104	206	155	1.071	4,5 %
Gestantes	63	53	23	33	29	201	0,8 %
Gestantes menores 20 anos	11 – 17,5%	12 - 23%	05 – 21,7%	13 - 39%	06 – 21%	47-23%	0,2 %
Diabéticos	41	45	55	44	41	226	0,95 %
Hipertensos	214	259	182	226	332	1.213	5,1 %
Tuberculose	01	3	00	03	01	08	0,03 %
Hanseníase	04	10	00	02	07	23	0,09 %
CCO	24	18	24	16	30	112	1,77 %

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SIAB Junho/2007
OBS: População oficial para 2007, segundo IBGE = 20.018

**TABELA 42 – MORBIDADE HOSPITALAR DO SUS
– POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (NOVA MUTUM/MT)**

INTERNAÇÕES	QUANTIDADE
Clínica Médica	419
Clínica Cirúrgica	172
Pediatria	304
Obstetrícia Partos Normais	206
Partos Cesáreas	80
Curetagem pós-aborto	34
Psiquiatria	2
Outras Internações	-
Total de internações	1.217

Fonte: DATASUS – Procedimentos hospitalares do SUS – por local de residência

Número total de internações 1.217
Faturamento médio mensal, em reais R\$ 39.439,87
Média de internações mensais (número) 101,4
Valor médio por AIH, em reais R\$ 388,89
Percentual da população internada por ano 5,07 %

TABELA 43 – CINCO MAIORES CAUSAS DE INTERNAÇÕES/SUS, ANO BASE

CAUSA	FREQUÊNCIA	%
Gravidez, parto e puerpério	320	26,30
Doenças do Aparelho Respiratório	150	12,32
Lesões em consequências de Causas Externas	139	11,42
Doenças do Aparelho Digestivo	110	9,00
Doenças do Aparelho Circulatório	89	7,31
Total de internações	1.217	100,00

Fonte: DATASUS – Morbidade Hospitalar do SUS, segundo CID – 10 – por local de residência

TABELA 44 – CINCO MAIORES CAUSAS DE INTERNAÇÕES/SUS EM MENORES DE 5 ANOS, NO ANO BASE

CAUSA	FREQUÊNCIA	%
Doenças do Aparelho Respiratório	76	40,86
Doenças Infecciosas e Parasitárias	39	21,00
Doenças Endócrinas Nutricionais e Metabólica	23	12,36
Doenças do Aparelho Digestivo	12	06,45
Afecções originadas no período perinatal	11	05,91
Total de Internações em < de 05 anos	186	100,00

Fonte: DATASUS – Morbidade hospitalar do SUS – por local de residência

TABELA 45.a – INDICADORES DE MORTALIDADE

Nº DE	COEFICIENTE MORTALIDADE GERAL (1000 HAB.)	Nº DE ÓBITOS INFORMADOS EM MENORES DE 1 ANO	FREQUÊNCIA COEFICIENTE MORTALIDADE DE INFANTIL	COEFICIENTE MORTALIDADE MATERNA POR 10.000 NASCIDOS VIVOS
52	2,71	01	0,52	-

Fonte: SIM – Secretaria Municipal de Saúde de Nova Mutum

TABELA 45.b – INDICADORES DE NATALIDADE

	2003		2004		2005		2006	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Baixo Peso < 2.500g	26	9,3	22	6,04	29	06,92	9	2,47
Ocorrência Hospitalar	276	98,9	364	100	419	100,00	363	99,72
Cesáreas	135	48,4	185	50,82	195	46,54	113	31,04
Mães < 20 anos	70	25,1	85	23,07	88	21,00	51	14,00
+ 6 consultas Pré Natal	189	67,7	270	74,17	324	77,32	278	76,37
Total Nascidos Vivos	279	100	364	100	419	100,00	364	100,0

Fonte: SINASC – Secretaria Municipal de Saúde de Nova Mutum

TABELA 46 – LABORATÓRIO MUNICIPAL

PROBLEMA	CONDICIONANTE
Demanda excessiva de exames	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Demanda excessiva às Unidades de Saúde p/ atendimentos. ♦ Falta de conscientização dos profissionais em relação ao quantitativo de exames/paciente
Falta capacidade p/ desenvolver alguns exames de média complexidade (ex: sorologias – toxoplasmose, rubéola, citomegalovírus, hepatites, HIV), necessitando assim de enviar os mesmos para capital, cujos resultados demoram muito a sair	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Recursos humanos insuficientes no laboratório ♦ Faltam equipamentos adequados; ♦ Falta capacitação de recursos humanos.

Fonte: Prefeitura Municipal

● CENTRO DE REABILITAÇÃO SERVIÇOS DE REFERÊNCIA: MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

TABELA 47 – LEVANTAMENTO PROBLEMAS/CONDICIONANTES DOS SERVIÇOS DE REFERÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

PROBLEMA	CONDICIONANTE
Dificuldade de agendamentos em algumas especialidades (otorrinolaringologista, oftalmologista, urologista) e serviços de terapia (UTI)	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Faltam profissionais para atender a demanda.

Fonte: Prefeitura Municipal

● UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

TABELA 48 – LEVANTAMENTO PROBLEMAS/CONDICIONANTES DAS U.B.S.

PROBLEMA	CONDICIONANTE
Demanda excessiva para consultas nos PSF dificultando atividades de educação em saúde e visitas domiciliares	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Crescimento acelerado da população, extrapolando a capacidade de atendimento das equipes.
Excesso de demanda nos ESF Alto da Colina e Parque do Sol devido crescimento populacional das respectivas áreas de abrangência, extrapolando o limite populacional das equipes	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Criação de novos bairros na região. ♦ Construção e entrega de casas populares do FETHAB. ♦ Aumento populacional nas referidas áreas de abrangência ultrapassando os limites populacionais das Equipes.

Fonte: Prefeitura Municipal

● VIGILÂNCIA SANITÁRIA

TABELA 49 – LEVANTAMENTO PROBLEMAS/CONDICIONANTES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PROBLEMA	CONDICIONANTE
Deficiência no controle sanitário em estabelecimento de alimentos	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Dificuldade na locomoção da equipe para falta de veículo. ♦ Falta de cursos de capacitação para colaboradores da Visa ♦ Falta de interesse e conscientização dos proprietários. ♦ Falta de continuidade das inspeções realizadas pela Visa nos estabelecimentos de interesse à saúde.
Dificuldade de inspeção relacionada em serviços de salão de beleza	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta de legislação específica direcionada a salões de beleza. ♦ Falta de profissional e/ou capacitação técnica específica na área de salão de beleza. ♦ Falta de veículo para locomoção.
Falta de conscientização sanitária por parte da população e dos proprietários de estabelecimento	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Agravos causados por DTA'S. ♦ Falta de adesão por parte dos manipuladores e proprietários dos estabelecimentos.
Denúncias em grande escala relacionada a saneamento básico. (fossa e águas servidas)	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Deficiência de educação sanitária por parte da população ♦ Falta de interesse/conscientização dos proprietários dos estabelecimentos. ♦ Baixa adesão ao trabalho da Visa ♦ Falta de veículo para locomoção
Baixa liberação de alvarás sanitários.	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Desacato e reclamação por parte dos proprietários de estabelecimento. ♦ Falta de credibilidade da Visa perante aos proprietários de estabelecimentos.
Ineficiência no atendimento a denúncias	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Dificuldade na locomoção da equipe por falta de veículo para verificação in loco. ♦ Dificuldade em localizar os endereços repassados.
Grande quantidade de cães abandonados/solto nas ruas por seus proprietários	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Necessidade de um Centro de controle de Zoonose (Prog. de controle animal). ♦ Falta da continuação do trabalho da Visa.

PROBLEMA	CONDICIONANTE
Falta de veículo para a o setor de Vigilância em Saúde	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Baixa adesão ao trabalho da Visa.
Desacato e reclamação por parte dos proprietários de estabelecimento	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Falta de credibilidade da Visa perante aos proprietários dos estabelecimentos. ♦ Falta de conhecimento por parte dos comerciantes, do poder e autoridade delegados a fiscalização. ♦ Apoio jurídico ineficiente (falta de conhecimento).
Falta de credibilidade da Visa perante os proprietários de estabelecimentos	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Sensibilizar os gestores quanto à importância de um carro para a Vigilância em Saúde. ♦ Falta de continuidade dos trabalhos executados pela Visa. ♦ Falta de conscientização sanitária por parte da população e dos proprietários dos estabelecimentos.
Dificuldade da localização dos endereços repassados da população para a Visa	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Não atendimento as denúncias repassadas para a Visa. ♦ Falta de identificação nas ruas e nos números das casas.
Execução da campanha Antirrábica animal pela Visa	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Atraso no desenvolvimento dos trabalhos de responsabilidade da Visa.

Fonte: Prefeitura Municipal

7.f | RECURSOS HUMANOS

● IDENTIFICAÇÃO E EXPLICAÇÃO DOS PROBLEMAS/METAS INTERVENÇÕES E ESTRATÉGIAS

TABELA 50 – LEVANTAMENTO PROBLEMAS/CONDICIONANTES DO ADMINISTRATIVO

PROBLEMA	CONDICIONANTE
Equipe de Endemias com dificuldade de realizar suas atividades por falta de veículo e equipamento de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Equipe não possui veículo próprio. ♦ Falta de equipamento p/ borrifação.
Equipe de Vig. Sanitária reduzida e sem veículo de transporte	<ul style="list-style-type: none"> ♦ Afastamento temporário dos integrantes da equipe. ♦ A equipe VISA divide o carro com a equipe de Vig. Epidemiológica

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 51 – QUADRO DE PESSOAL

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	CONTRA-TADO	COMISSIO-NADO	TOTAL
Secretário Municipal Saúde	-	-	1	1
Agente Administrativo I	25	1	-	26
Ajudante Geral	7	-	-	7
Assessor Técnico	-	-	2	2
Auxiliar de Necropsia	-	1	-	1
Coordenad. Departamento	-	-	7	7
Encarregado Departamento	-	-	4	4
Enfermeiro	18	2	-	20
Guarda Municipal Patrimônio	14	-	-	14
Médico	5	7	-	12
Motorista	1	-	-	1
Motorista Veíc. Especial	6	-	-	6
Técnico de Enfermagem	41	-	-	41
Agente de Combate a Endemias	24	-	-	24

CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	CONTRA-TADO	COMISSIO-NADO	TOTAL
Agente Sanitário	2	-	-	2
Bioquímico	5	-	-	5
Dentista	7	-	-	7
Fisioterapeuta	3	-	-	3
Nutricionista	3	-	-	3
Psicólogo	4	-	-	4
Técnico de Higiene Dentária	2	-	-	2
Veterinário	1	-	-	1
Agente Comunitário de Saúde	58	-	-	58
Técnico De Laboratório	5	-	-	5
Farmacêutico	3	-	-	3
Fonoaudiólogo	1	-	-	1
Auxiliar De Consultório Dentário	4	-	-	4
Médico Especialista (Pediatra)	1	-	-	1
Técnico de Segurança do Trabalho	1	-	-	1

Fonte: Prefeitura Municipal



7.g | FINANCIAMENTO DA SAÚDE

● GESTÃO DA SAÚDE COM QUALIDADE ADMINISTRAÇÃO GERAL

O Sistema Único de Saúde (SUS), pode ser entendido, em primeiro lugar, como Política de Estado, materialização de decisão adotada pelo Congresso Nacional, em 1988, na chamada Constituição Cidadã, de considerar a saúde como um “direito de cidadania e dever do Estado”.

O SUS é constituído pelo conjunto de ações e serviços de saúde sob a gestão pública. Esta organizada em redes regionalizadas e hierarquizadas e atua em todo o território nacional, com direção única em cada esfera de governo. O SUS não é, porém, uma estrutura que atua isolada na promoção dos direitos básicos da cidadania.

A Constituição Brasileira estabelece que a saúde seja dever do Estado. Entende-se Estado não apenas como Governo Federal, mas União, Estados e municípios.

O Ministério da Saúde formula as políticas nacionais da saúde (planeja, cria normas, avalia e utiliza instrumentos para controle do SUS), e os Estados, municípios, ONGs, fundações, empresas etc. realizam as ações.

TABELA 52 – CALENDÁRIO DAS CAMPANHAS NACIONAIS DE VACINAÇÃO - 2014

CAMPANHAS E SEMANAS DE VACINAÇÃO	PERÍODO	DIA DE MOBILIZAÇÃO NACIONAL
Início da Vacinação contra HPV	A partir do dia 10/03/2014	Dia 10/03/2014
Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza	14 de abril a 02 de maio	Dia “D” 26 de abril
Semana de Vacinação nas Américas (ação nas áreas indígenas)	Abril	Dia “D” 27 de abril
Campanha VOP - de 6 meses a menores de 5 anos de idade (indiscriminada)	09 a 22 de agosto	Dia “D” 09 de agosto
Campanha de Multivacinação (Atualização de carteira)	09 a 22 de agosto	Dia “D” 09 de agosto
2ª Dose da vacinação contra HPV	A partir do dia 01/09/2014	Dia “D” 13/09/2014

Fonte: Prefeitura Municipal





8 esporte e lazer

8.a | ANÁLISE DO SETOR ESPORTIVO

O município de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, está localizado a 240 km ao Norte de Cuiabá, às margens da BR-163, uma das mais importantes rodovias do País. A população do município está estimada em 36.659 habitantes, com acelerado processo de crescimento populacional e econômico. Os índices de crescimento populacional são de 10% ao ano, muito acima da média nacional. Na economia, tem a características de ser grande pólo produtor do agronegócio, com destaque no Mato Grosso e no Brasil.

Por ser município com expansão populacional acentuada, as necessidades de investimentos no desenvolvimento econômico e social são constantes e cada vez maiores. Entre as inúmeras prioridades do município, está a necessidade de planejamento, estruturação e difusão do esporte amador em nível educativo, recreativo e competitivo; desenvolver atividades descentralizadas de lazer; realizar eventos simultâneos na cidade, criando movimento pró-lazer; organizar competições esportivas apresentando caráter formal ou informal e características de esporte como participação, formação do cidadão, interação social e competição.

Da mesma forma, desenvolver o esporte estudantil, comunitário e de rendimento; realizar eventos municipais como torneios, festivais e campeonatos; assessorar qualquer desdobramento das atividades recreativas e de lazer; ampliar as ações que possibilitem a utilização do tempo disponível do cidadão em atividades esportivas, reconhecendo no esporte a importância para sua saúde e qualidade de vida; buscar junto a órgãos federativos recursos materiais e financeiros, objetivando a melhoria da oferta do esporte e lazer.

Fundado em 04 de julho de 1998, o município então contava com eventos esportivos nas comunidades e na sede, com torneios de bocha, de futebol de campo.

O município contava também com quadra poliesportiva sem cobertura, nas imediações da sede provisória da Prefeitura, onde se realizavam campeonatos de voleibol e futsal, durante o ano.

Depois de criada, a Secretaria Municipal de Educação contava com Departamento de Esportes, responsável pelos eventos, sob a coordenação do professor Palmínio Garrido.

Logo após a emancipação foram também criadas Escolinhas de Iniciação e Treinamento nas modalidades de futsal, voleibol, handebol e atletismo, contando com os professores Palmínio Garrido e José Roberto dos Santos Pereira.

Com a ida do professor José Roberto dos Santos Pereira a comunidade de Ranchão, na escola da comunidade, fortaleceu-se as modalidades de futsal, atletismo e handebol, sendo destaque nas competições estaduais, nos Jorem's e Jem's e Jogos Estudantis Vale do Verde. Na sede do município, o professor Lauro Immich fomentou a modalidade de atletismo na antiga Escola Estadual Professora Izabel Pinto de Campos, hoje Escola Estadual José Aparecido Ribeiro.

As equipes de voleibol masculino e feminino foram destaque no cenário estadual conquistando diversos títulos nos Jorem's e Jem's, contando com atletas do município.

As equipes pioneiras no esporte em Nova Mutum foram a Jumec, Sadia, Asfuca, São Manoel, Santo Antonio, São Carlos e Ranchão, participando de campeonatos e torneios, principalmente de bocha, futebol, gincanas, futsal e voleibol.

Criada em 18 de novembro 2003, pela Lei Nº 770/2003, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer



tem o objetivo de realizar o planejamento, estruturação e difusão do esporte amador, em nível educativo, recreativo e competitivo; desenvolver atividades descentralizadas de lazer e promover eventos simultâneos no município. Dessa forma, criando movimento pró-lazer; organizar competições esportivas, apresentando caráter formal ou informal e características de esporte como participação, formação do cidadão, interação social e competição. Assim: desenvolver o esporte estudantil, comunitário e de rendimento; realizar eventos municipais, como torneios, festivais e campeonatos; assessorar qualquer desdobramento das atividades recreativas e de lazer. Além disso; ampliar as ações que possibilitem a utilização do tempo disponível do cidadão em atividades esportivas, reconhecendo no esporte a importância para sua saúde e qualidade de vida. Para isso: buscar junto a órgãos federativos recursos materiais e financeiros, objetivando a melhoria da oferta do esporte e lazer.

A secretaria igualmente apóia o desenvolvimento da educação física e dos esportes amadores, visando à expansão do potencial existente na cidade, administra as praças de esporte e demais unidades integrantes de sua estrutura, estuda as necessidades do município no campo esportivo, de recreação e lazer, propondo medidas que visam à implantação das suas atividades e promove programas cívico-esportivos de interesse geral da comunidade.

A secretaria também coordena o cadastramento de áreas, logradouros públicos e espaços afins disponíveis para as práticas de recreação e lazer no âmbito municipal, incentivando e promovendo programas e atividades de lazer comunitário. Para as pessoas melhor utilizarem esses locais, tanto para prática de esportes quanto para realização de eventos, elas devem buscar informações na secretaria. São oferecidas ao cidadão condições de apoio técnico e logístico necessários às iniciativas da comunidade, com a liberação de espaços para atividades, equipamentos de lazer, som e palco e outros que se fizerem necessário e estejam sob a responsabilidade da secretaria.

É também responsável pela garantia, conservação, recuperação e manutenção desses equipamentos e materiais destinados à prática de recreação e lazer. Os programas de iniciação, treinamento e de lazer são desenvolvidos através do Programa Despertando Talentos, com as modalidades de handebol, voleibol, basquetebol, futebol de campo, futsal, natação, tênis de quadra, ginástica rítmica, judô, taekwondô, karatê, muay thai, jiu jitsu, atletismo, recreação e lazer nos bairros, hidrogenástica, skate, oficinas e outras atividades. São também desenvolvidos projetos de atividade física e lazer para o grupo da terceira idade.

A secretaria também é responsável por preparar, nos locais determinados, a infraestrutura física necessária para as atividades de recreação e lazer e também por fornecer subsídios para a publicação e divulgação de calendário de eventos esportivos da cidade.

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer teve como primeiro secretário o professor Lauro Immich (“in memoriam”), de novembro de 2003 até outubro de 2008. O segundo secretário foi o professor Benedito Antonio Furquim, de janeiro de 2009 até dezembro de 2010. De 2011 a 2012 a pasta foi ocupada pelo professor Manassés Rodrigues Oliveira. Hoje a pasta é comandada pelo senhor José Carlos de Almeida, desde janeiro de 2013.

O Programa Despertando Talentos iniciou suas atividades no dia 1º de Julho de 2006, com a assinatura de protocolo de intenções entre os seus colaboradores e patrocinadores. Em 2006, foi apoiado o trabalho das escolinhas de futebol de campo e futsal masculino, de 08 a 17 anos e a escolinha de vôlei feminino, de 12 a 16 anos, contando com a média de 280 a 300 atletas, de agosto a dezembro, época em que se desenvolveram os treinamentos.

No final de 2006 foi realizada a confraternização do programa, que envolveu as escolinhas das comunidades de Ranchão e São Manoel e da sede, contando com 400 atletas de futebol de campo, futsal e voleibol. Já no início de 2007, o programa ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, contando com 280 a 300 atletas na sede. Cada atleta recebeu 01 colete e 01

camiseta de treino, onde se destaca o Programa Despertando Talentos e seus patrocinadores. Hoje o programa conta com 14 modalidades e em média 1.500 crianças e adolescentes de 07 a 17 anos.

Nova Mutum é referência em nível nacional e internacional no esporte, com destaque para a atleta Ana Tiemi Takagui, da modalidade de voleibol, que iniciou as atividades com 09 anos de idade no município. Depois disso defendeu os Clubes Minas Tênis, de Belo Horizonte; Finasa Osasco, de Osasco; e Vôlei Futuro, de Araçatuba, São Paulo. Representou todas as categorias da Seleção Brasileira, desde a Infante-Juvenil, sendo campeã no Sul Americano, na Venezuela, em 2002. Foi eleita melhor levantadora da competição, 3º lugar no Mundial na Polônia, em 2003, 1º lugar no Mundial Juvenil na Rússia. Atuou na seleção das novas, e em seguida na seleção brasileira principal. Atualmente defende a equipe da cidade de Bursa – Bursa Büyükşehir Belediyespor, na Turquia.

TABELA 53 – CALENDÁRIO ESPORTIVO 2014

MÊS DE ABRIL				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
1º	Festival programa despertando talentos	Todas	Todas	14 A 17/04
	Campeonato municipal de bocha	Bocha em duplas	Adulto	
	Campeonato municipal de voleibol	Voleibol	Juvenil e adulto	
1ª	Etapa de truco	Truco	Espanhol/ brasileiro	
4ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades		13/04
10ºS	Jogos escolares – fase municipal	Futsal - voleibol	Categoria “a” – (97/98/99) Categoria “b” – (00/01/02)	
1ª	Copinha Mutum	Futebol – categorias de base	Sub/15 – sub/13 Sub/15 e sub/17	
5ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades		27/04

MÊS DE MAIO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
4ª	Corrida do trabalhador	Corrida de rua	Várias	01/05
	Campeonato municipal	Handebol	Juvenil/adulto	
6ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Praça parque do sol	18/05
1ª	Etapa vôlei de areia	Vôlei de areia	Duplas – masc. e fem.	10 e 11/05
7ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades		25/05

MÊS DE JUNHO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
4ª	Olimpíadas gospel	Futsal/vôlei/ futebol 7	Masc./fem.	
	Campeonato municipal	Basquete	Adulto e juvenil	
6ª	Mutum Cup de Tênis	Tênis de quadra	Várias	
1ª	Curso de capacitação	Professores e instrutores	Todos os funcionários	
7ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Comunidade Ranchão	08/06
	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Residencial Palmeiras	22/06
	Festival Despertando Talentos	Todas	Todas	23 a 27/06

MÊS DE JULHO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
1ª	Copinha do mundo	Futebol escolar	Sub/11 – sub/13 e sub/15	
10ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Comunidade pontal do Marapê	13/07
1º	Torneio cidade nova mutum	Futebol de campo	Master	
1ª	Corrida cidade nova mutum	Corrida	Várias categorias	
11ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Praça dos Migrantes	27/07

MÊS DE AGOSTO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
1ª	Jogos Abertos	Futsal, voleibol, basquete, handebol, vôlei de areia	Livre masc/fem	
1º	Copa estudantil	Futebol 7	Sub/11 – sub/13 e sub/15 várias	
1º	Festival de saltos e arremessos	Atletismo	Várias	
1º	Festival de corridas	Atletismo	Várias	
2ª	Copinha	Futsal cat. De base	Várias	
12ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Proximidades da EE Virgílio Correa Filho	10/08
13ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Comunidade São Manoel	24/08

MÊS DE SETEMBRO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
	Campeonato municipal	Bocha	Trio	
2º	Open	Handebol	Livre	
1º	Open	Voleibol	Livre	
14ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Caica	14/09
2ª	Etapa bicicross	Bicicross	Várias	
3º	Curso de capacitação	Professores e instrutores		
3º	Festival Despertando Talentos	Todas	Todas	22 a 26/09
15ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Praça ginásio do Colina	28/09

MÊS DE OUTUBRO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
3ºS	Jogos da criança	Mini vôlei – mini hand - mini basquete- mini futsal – queimada - cabo de guerra	2001/2002 2003/2004 2005/2006	
1º	Open	Voleibol	Masc./fem.	
2º	Etapa de vôlei de areia	Vôlei de areia	Mas./fem.	
1º	Quadrangular de futebol	Futebol	Adulto	
16ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Praça dos Migrantes	12/10
	Municipal de futsal	Futsal	Mac./fem./master	
17ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Comunidade Ranchão	26/10

MÊS DE NOVEMBRO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
1ª	Copa Lauro Immich	Futsal cat. de base	7/98 - 99/00 - 01/02 - 03/04 - 05/06	
1ª	Copa interbairros	Futsal	Adulto	
18ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Praça da Bíblia	09/11
1ª	Taça interclubes	Fut 7	Masculino adulto – 8 equipes	
19ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Comunidade Pontal do Marapê	23/11

MÊS DE DEZEMBRO				
ETAPA	EVENTO	MODALIDADE	CATEGORIA	DATA REALIZAÇÃO
	Jogos abertos regionais	Todas	Adulto	05 a 07/12
4º	Festival Despertando Talentos	Todas	Todas	08 a 12/12
20ª	Recreação e lazer nos bairros	Várias atividades	Praça Parque do Sol	07/12

Fonte: Prefeitura Municipal

Além deste calendário, que é flexível durante o ano, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer também desenvolve a função de apoio e orientação das mais diversas agremiações, entidades, associações, ligas, escolas, diretorias e outros, na elaboração e desenvolvimento das mais diversas atividades esportivas, contribuindo com a melhor qualidade às ações oferecidas para a comunidade mutumense em geral.



● ESTRUTURA FÍSICA PARA PRÁTICA DE ESPORTES E LAZER

GINÁSIO DE ESPORTES LAURO IMMICH

Com piso de poliuretano, arquibancadas em concreto para acomodar cerca de 1.000 pessoas sentadas, copa e cozinha, dois vestiários, dois sanitários, palco para eventos, quarto para alojamento e salas de dependências da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, nas modalidades de ginástica rítmica, futsal, handebol, basquete, voleibol, taekwondô;
- Utilizada pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades;
- Utilizada pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

GINÁSIO COMPLEXO COLINA

Conta com quadra poliesportiva com piso em granilite, arquibancadas em concreto para acomodar cerca de 450 pessoas sentadas, copa e cozinha, dois vestiários, dois sanitários, sala para acomodação de material, praça com equipamentos para ginástica e duas quadras de areia.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, nas modalidades de futsal, handebol, basquete e voleibol;
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer e atender o calendário anual e toda a comunidade.

CMEBI CAMINHOS DO SABER

Conta com quadra poliesportiva com piso em granilite, arquibancadas em concreto para acomodar cerca de 600 pessoas sentadas, copa e cozinha, dois vestiários, dois sanitários e salas para acomodação de material.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de handebol,
- Utilizado para o desenvolvimento das atividades de educação física escolar.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

CMEBI LÚCIA FACCIO TASCA

Conta com quadra poliesportiva com piso em granilite, arquibancadas em concreto para acomodar cerca de 400 pessoas sentadas, piscina semi olímpica e quadra de areia.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos,

GINÁSIO LAURO IMMICH



esporte
Bom dia, Hábitos Saudáveis, Pratique Esportes.



nas modalidades de futsal, handebol, natação e voleibol;

- Utilizado para o desenvolvimento das atividades de educação física escolar.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

CMEC JORGE CARLOS FERREIRA – COMUNIDADE PONTAL DO MARAPÊ

Conta com quadra poliesportiva coberta, com piso em granilite e campo de futebol sete.

Utilização:

- Utilizado para o desenvolvimento das atividades de educação física escolar.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades;
- Utilizado pela SMEL para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

CMEC SÃO JOSÉ – COMUNIDADE SÃO MANOEL

Conta com pavilhão com cobertura, com piso em granilite e campo de futebol sete iluminado.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, nas modalidades de futsal, handebol, atletismo, futebol sete e voleibol;
- Utilizado para o desenvolvimento das atividades de educação física escolar.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

EMRP RANCHÃO

Conta com campo de futebol sete.

Utilização:

- Utilizado para o desenvolvimento das atividades de educação física escolar.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;

EE PE JOHANNES BERTHOLD HENNING

Conta com quadra poliesportiva coberta.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, nas modalidades de futsal e voleibol;
- Utilizado para o desenvolvimento das atividades de educação física escolar.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas.



CAMPO DE FUTEBOL ALTO DA COLINA

Conta com campo oficial de futebol e espaço para acomodar os materiais.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de futebol de campo.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

PISTA MUNICIPAL DE ATLETISMO

Conta com pista de atletismo com 450 metros, anexa ao campo de futebol Alto da Colina.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de atletismo.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

COLÉGIO PIAGET

Conta com ginásio poliesportivo, com dois vestiários e dois banheiros.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de educação física escolar;
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE NOVA MUTUM - ARNM

Conta com piscina semi-olímpica, quadra de tênis, dois campos de futebol sete, duas quadras de areia, salão de festas com capacidade para 1.000 pessoas, pista de bolão, duas mesas de sinuca, churrasqueira, copa e cozinha.

Utilização:

- Utilizado pelos associados e convidados em eventos durante dias úteis e finais de semana.
- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, nas modalidades de futebol sete, natação, ginástica rítmica e taekwondô;
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática das modalidades de futebol sete e tênis de quadra;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DE NOVA MUTUM - APUB

Conta com piscina, campo de futebol sete, salão de festas com capacidade para 800 pessoas, banheiros, vestiários, copa, cozinha, churrasqueira, duas mesas de sinuca e cancha sintética para bocha.

Utilização:

- Utilizado semanalmente por cerca de 150 pessoas, associados e convidados.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de bocha, futebol sete e sinuca;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

EE JOSÉ APARECIDO RIBEIRO

Conta com quadra poliesportiva coberta, com arquibancada para acomodar em média 400 pessoas sentadas.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, nas modalidades de futsal e natação;
- Desenvolvimento das atividades de educação física escolar;
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades;
- Utilizado pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer para atender o calendário anual e toda a comunidade.

ESCOLA CENECISTA HILDA STRENGER RIBEIRO

Conta com quadra poliesportiva coberta.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de handebol;
- Desenvolvimento das atividades de educação física escolar;
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades;



PRAÇA DOS MIGRANTES

Conta com quadra poliesportiva, quadra de areia e aparelhos para ginástica.

Utilização:

- Utilizada pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizada pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer, atender o calendário anual e toda a comunidade.
- Desenvolvimento das atividades do Projeto Recreação e Lazer nos Bairros.
- Desenvolvimento de ginástica com os aparelhos pela comunidade em geral.

PRAÇA DA BÍBLIA

Conta com pista de skate.

Utilização:

- Utilizada pela comunidade em geral para a prática de diversas modalidades esportivas;
- Utilizada pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer, atender o calendário anual e toda a comunidade.
- Desenvolvimento das atividades do Projeto Recreação e Lazer nos Bairros.
- Utilizada pelos praticantes de skate.

GOL DE PLACA

Conta com dois campos de futebol sete, um com grama natural e outro com gramado sintético.

- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de futebol sete;
- Utilizado para escolinhas de iniciação e treinamento de futebol sete.

TOQUE DE BOLA

Conta com campo de futebol sete, com gramado sintético.

- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de futebol sete;
- Utilizado para escolinhas de iniciação e treinamento de futebol sete.

BUNGE

Conta com campo de futebol sete, com gramado natural.

Utilização:

- Utilizado para a prática do futebol sete pelos funcionários da empresa;
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de futebol sete.

PARÓQUIA SAGRADA FAMÍLIA

Conta com pavilhão para festas com capacidade para 2.000 pessoas, cozinha, copa, banheiros, palco para eventos, campo de futebol sete, com gramado natural e duas canchas sintéticas para bocha.

Utilização:

- Utilizado pela comunidade em geral para a prática das modalidades de futebol sete, bocha, festas e eventos em geral;
- Utilizada pela secretaria para realização de diversas atividades esportivas, recreativas e lazer, atender o calendário anual e toda a comunidade.

CHÁCARA SAITO

Conta com campo de futebol sete, com gramado natural.

Utilização:

- Utilizado para a prática do futebol sete pelos funcionários da empresa.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de futebol sete.

CTG PORTEIRA DA AMAZÔNIA

Conta com pavilhão para festas, com capacidade para 1.500 pessoas, cozinha, copa, churrasqueira, banheiros, bosque, pista para realização de provas de tiro de laço e rodeio crioulo. Com estrutura utilizada semanalmente por cerca de 200 pessoas, associados que participam de aulas de dança e de campeonatos em nível municipal, regional, estadual e nacional em provas de tiro de laço, declamações, canto, dança, bocha e bolão.

ASFUCA

Conta com campo de futebol sete, com gramado natural, quadra poliesportiva sem cobertura, salão de festas, copa, cozinha, churrasqueira e banheiros. Utilizado para a prática do futebol sete pelos funcionários da empresa e pela comunidade em geral.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA PARQUE DAS ÁGUAS

Conta com pavilhão para festas com capacidade para 1.000 pessoas, cozinha, copa, banheiros, cancha sintética para bocha e piscina.

Utilizado semanalmente por 150 pessoas da terceira idade, de diversos bairros da cidade, durante



a semana, para desenvolvimento de atividade de hidroginástica , jogo de bocha, danças, gincanas, jogos de baralho e concurso de danças.

ASSOCIAÇÃO DE JUDÔ KODOKAN

Conta com pavilhão com tatame, banheiro, dependências administrativas e cozinha.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de judô.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de judô.

ASSOCIAÇÃO KARATÊ PAI E FILHO

Conta com pavilhão com tatame, banheiro, dependências administrativas e cozinha.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de karatê.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de karatê.

ASSOCIAÇÃO DE JIU JITSU

Conta com pavilhão com tatame, banheiro, dependências administrativas e cozinha.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de jiu jitsu.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de jiu jitsu.

ASSOCIAÇÃO DE MUAY THAI

Conta com pavilhão com tatame, banheiro, dependências administrativas e cozinha.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de iniciação e treinamento do Programa Despertando Talentos, na modalidade de muay thai.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática da modalidade de muay thai.





PISTA DE CAMINHADA E CICLISMO AVENIDA DAS ARAPONGAS

Conta com pista de caminhada e de ciclistas, com 2.500 metros de extensão, utilizada diariamente em média por 200 pessoas da comunidade para atividades de caminhada e ciclismo.

PISTA DE CAMINHADA AVENIDA MUTUM

Conta com pista de caminhada, com 2.000 metros de extensão, utilizada diariamente em média por 200 pessoas da comunidade para atividades de caminhada.

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRADO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CAICA

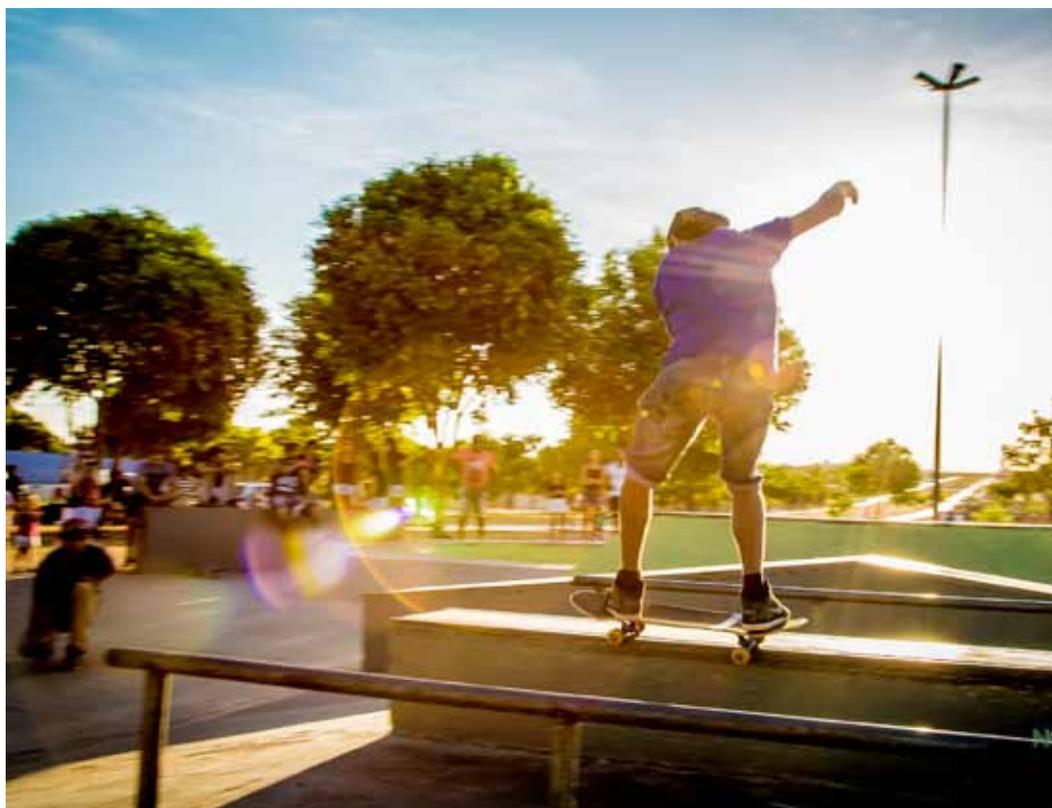
Conta com campo de futebol sete.

Utilização:

- Desenvolvimento das atividades de educação física.
- Utilizado pela comunidade em geral para a prática de diversas atividades.

PISTA DE BICICROSS

Conta com pista para bicicross com oito lombadas, utilizada diariamente em média por 80 pessoas da comunidade para atividades da modalidade.



PISTA DE MOTOCROSS

Conta com pista para motocross com 10 lombadas, utilizada em média por 20 pessoas da comunidade para atividades da modalidade.



9 desenvolvimento social

9.a | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

● PROGRAMAS HABITACIONAIS

Residencial Paraíso - FETHAB

Programa realizado no ano de 2004 em parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso, que possibilitou a construção de 150 unidades habitacionais sem ônus aos moradores. Hoje se encontra em fase de entrega de título definitivo por parte do Governo do Estado aos beneficiários.

Residencial Paraíso – Caixa Econômica Federal

Programa realizado no ano de 2004 em parceria com a Caixa Econômica Federal, possibilitando a construção de 28 unidades habitacionais com o pagamento por cinco parcelas próximas a R\$ 40,00 pelos moradores. Programa finalizado.

Residencial Vitória – Intercoop

Programa realizado em 2005 e 2006 parceria com a Intercoop, que possibilitou a construção de 64 unidades habitacionais para funcionários do frigorífico.

Residencial Vitória – Caixa Econômica Federal

Programa realizado em 2006 e 2007 em parceria com a Caixa Econômica Federal, que possibilitou a construção de 171 unidades habitacionais pelo Programa Associativo, com financiamento dos imóveis em até 25 anos.

Residencial das Palmeiras – Caixa Econômica Federal

Foram construídas em 2008 e 2009, 318 unidades habitacionais em parceria com a Caixa Econômica Federal pelo Programa Associativo, com financiamento por até 30 anos.

Residencial das Palmeiras – Tô Feliz

Foram construídas 100 unidades habitacionais no ano de 2011 em parceria com a Caixa Econômica Federal e Governo do Estado, com habitações sem custo aos beneficiários.

Flor do Cerrado – Caixa Econômica Federal

Foram 77 unidades construídas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, com financiamento em até 30 anos.



Flor do Cerrado - Lotes

Foram 190 lotes urbanos disponibilizados para venda por preço subsidiado pelo município, a fim de promover ocupação com residências para famílias que se encontravam fora dos critérios do Programa Minha Casa Minha Vida.

Flor do Cerrado – Mutirão

Serão construídas neste ano de 2014, 100 unidades sob o regime de mutirão, onde as famílias irão ajudar na construção das casas, que assim serão de graça aos beneficiados.

Edelmina Querobim Marchetti – Caixa Econômica Federal

São 273 unidades do Programa Associativo, com financiamento em até 30 anos.

Flor de Pequi I, II e III

Estão em construção 600 unidades habitacionais nos Loteamentos Edelmina Querobim Marchetti e Santa Terezinha, pelo Programa Minha Casa Minha Vida com financiamento em até 30 anos.

Santa Terezinha – FAR

São 100 unidades em fase final de construção pelo programa Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), onde as parcelas serão de no máximo 10% da renda familiar, beneficiando pessoas com renda de até três salários mínimos mensais.

9.b | CONSELHOS MUNICIPAIS

Conselho é um órgão ou instância colegiada de caráter permanente e deliberativo, que integra a estrutura básica de secretaria ou órgão equivalente tendo sua composição, organização e competência fixadas em lei, consubstanciada na participação da sociedade na administração e no controle do sistema.

● SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

1. Conselho Municipal de Educação

- Criado pela Lei Municipal n.º 1.279 de 18 de maio de 2012.
- Alterada pela Lei Municipal n.º 1.592 de 21 de novembro de 2012.
- Alterada pela Lei Municipal n.º 1.694 de 26 de agosto de 2013.
- Última portaria de nomeação de membros nº 161, de 02/12/2013.

2. Conselho Municipal da Alimentação Escolar – CAE

- Criado pela Lei Municipal n.º 1.224 de 15 de dezembro de 2009.
- Revogada a Lei Municipal n. 584/2000.
- Última portaria de nomeação dos membros nº 035, de 04/03/2013.

3. Conselho Municipal FUNDEB

- Criado pela Lei Municipal n.º 1.012 de 28 de Agosto de 2007.
- Alterada pela Lei n.º 1.548 de 29 de maio de 2012.
- Revogada as Leis n.º 975/2007 e 989/2007.
- Última portaria de nomeação dos membros nº 102, de 01/08/2013.

4. Conselho Municipal de Cultura

- Última portaria de nomeação dos membros nº 167, de 16/12/2013.

● SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

5. Conselho Municipal de Segurança Pública

- Criado pela Lei Municipal n.º 1.220 de 08 de dezembro de 2009.
- Revoga a Lei Municipal n. 921/2006.
- Última portaria de nomeação dos membros nº 241 de 03/08/2009.

● SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

6. Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

- Criado pela Lei Municipal n.º 1.015 de 28 de agosto de 2007.
- Alterada pela Lei Municipal n.º 1.248 de 03 de março de 2010.
- Última portaria de nomeação dos membros nº 027 de 30/01/2013.

7. Conselho Municipal de Assistência Social

- Criado pela Lei Municipal n.º 1.150 de 11 de maio de 2009.
- Revogadas as Leis n. 312/1995 e 951/2006.
- Última portaria de nomeação dos membros nº 068 de 27/02/2014.



8. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

- a. Criado pela Lei Municipal n. 1.350 de 13 de dezembro de 2010.
- b. Revogada Lei Municipal n.º 1.039/2007.
- c. Alterada pela Lei Municipal n.º 1.369 de 09 de março de 2011.
- d. Alterada pela Lei Municipal n.º 1.549 de 29 de maio de 2012.

9. Conselho Municipal de Segurança Alimentar

- a. Criado pela Lei Municipal n.º 1.188 de 14 de setembro de 2009.
- b. Última portaria de nomeação dos membros nº 503 de 27/10/2011.

10. Conselho Municipal de Políticas sobre drogas

- a. Criado pela Lei Municipal n.º 1.323 de 14 de outubro de 2010.
- b. Revogada pela Lei n. 1.593 de 21 de novembro de 2012.
- c. Lei n.º 1.323 de 14 de outubro de 2010 revogada pela Lei 1.593 de 21 de novembro de 2012.
- d. Lei n. 1.593 de 21 de novembro de 2012 – Revoga Lei n. 1323/10.
- e. Última portaria de nomeação dos membros nº 065 de 25/02/2014.

11. Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- a. Criado pela Lei Municipal n.º 1.058/2008.
- b. Criado pela Portaria n. 104/2013.
- c. Última portaria de nomeação dos membros nº 104 de 06/08/2013.

12. Conselho Municipal do Idoso

- a. Criado pela Lei Municipal n.º 501 de 19 de Abril de 1999.
- b. Juntamente com esta Lei criou-se também o Fundo Municipal do Idoso.
- c. Em 19 outubro de 2006, a Lei Municipal n. 949/2006 alterou a Lei n.501/99.
- d. Última portaria de nomeação dos membros nº 105 de 13/08/2013.



13. Conselho Municipal do Trabalho

a. Última portaria de nomeação dos membros nº 030 de 06/02/2013.

● **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

14. Conselho Municipal de Saúde

- a. Criado pela Lei Municipal n. 243 de 28 de março de 1994.
- b. Criado pela Lei Municipal n. 529 de 28 de setembro de 1999
- c. Criado pela Lei Municipal n. 1.297 de 06 de julho de 2010 que também revogou a Lei n. 529 de 28/09/1999.
- d. Última portaria de nomeação dos membros nº 117 de 13/09/2013.

● **SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO**

15. Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

a. Criado pela Lei Municipal n. 848 de 30 de março de 2005 – Alterando Lei Municipal n. 676/2002.

● **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

16. Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

- a. Criado pela Lei Municipal n.º 571 de 31 de maio de 2000
- b. Juntamente com esta Lei criou-se o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.
- c. Em 21 de junho de 2000, pelo Decreto n. 039/2000 foi regulamentado o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – Comdema.
- d. Em 21 de dezembro de 2006 a Lei Municipal n. 967/2006 revogou e adicionou alguns artigos e parágrafos à Lei 571/2000.
- e. Em 28 de dezembro de 2006, pelo Decreto n. 122/2006, foi novamente regulamentado o Comdema.
- f. Não possui portaria

17. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável

- a. Criado pela Lei Municipal n.º399 de 04 de setembro de 1997.
- b. Lei Municipal n. 687 de 26 de setembro de 2002, alterou a Lei Municipal n.º 399/97.
- c. Lei n. 724 de 04 de junho de 2003, alterou a Lei Municipal n.º 399/97.
- d. Última portaria de nomeação dos membros nº 103 de 06 de agosto de 2013.

● **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS**

Não mantém conselhos municipais.

● **SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER**

Não mantém conselhos municipais.

● **SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO**

Não mantém conselhos municipais.

● **CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO**

a. Criado pela Lei Municipal n.º 387 de 30 de junho de 1997.

b. Em 22 de agosto de 2000, pela Lei Municipal n. 587 de 22 de agosto de 2000 foi alterado o Art. 2º da Lei 387/1997.

* Este colegiado foi substituído pelo Conselho do Fundeb, pela Lei Municipal n. 1.012 de 28 de agosto de 2007.



10 urbanismo

10.a | SITUAÇÃO URBANA NA SEDE DO MUNICÍPIO

● SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS

A Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos tem como principais atribuições planejar, executar e fiscalizar projetos estratégicos de obras de interesse público, especialmente nas áreas de construção e recursos hídricos, respondendo pela manutenção de prédios públicos de propriedade ou em uso pela administração municipal.

Atuação diária

Os órgãos da administração direta e indireta solicitam à secretaria, serviços como projetos, levantamentos, orçamentos, reparos, reformas, ampliações, construções, avaliações e obras emergenciais. A secretaria também fiscaliza obras e serviços de engenharia executados através de convênios com o município, associações e outras entidades. Atualmente os trabalhos da pasta são desempenhados por 84 funcionários.

Estradas Vicinais

Desde 2000, a secretaria adequou mais de 630 quilômetros de estradas e realizou o levantamento e cascalhamento de outros 880 quilômetros, além de ter aberto 210 quilômetros de novas rodovias. Além disso, todas as pontes e bueiros do município foram reformados. De acordo com levantamento feito pela secretaria, em mais de 2.000 quilômetros de estradas são feitos anualmente trabalhos de melhoria e patrolamento. Através de parcerias com produtores rurais, a administração municipal conseguiu recuperar estradas vicinais.

Para executar as atividades de recuperação e manutenção de estradas vicinais ao longo do ano, além das ruas não asfaltadas na área urbana, a secretaria gasta a média de 40 mil litros de óleo diesel por mês.



● PERÍMETRO URBANO 1988

O município foi criado em 04 de julho de 1988, através da Lei Estadual nº 5.321/88, tendo sido desmembrado dos municípios de Diamantino e Nobres. Assim a sede do então Distrito Nova Mutum, chamado de Projeto de Colonização Mutum, registrado sob Matrícula n. 5.404, do Registro Geral de Imóveis de Diamantino/MT, transformou-se no primeiro perímetro urbano de Nova Mutum, tendo os seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras;
 SUDOESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras;
 NOROESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras;
 SUDESTE: Rodovia federal BR-163

MAPA 10 – PERÍMETRO URBANO DE 1988





● PERÍMETRO URBANO 1999

Em 30 de junho de 1999, o município de Nova Mutum, através da Lei Municipal n. 518, ampliou a área do perímetro urbano, buscando assim trabalhar a implantação de novos loteamentos públicos e privados nas áreas habitacionais e de Indústrias, tendo os seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Córrego Bujuzinho;

SUDOESTE: Estrada P5 e Projeto Subdivisão de Chácaras;

NOROESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras;

SUDESTE: Rodovia federal BR-163

MAPA 11 – PERÍMETRO URBANO DE 1999



● PERÍMETRO URBANO 2001

Em 14 de dezembro de 2001, o município de Nova Mutum, através da Lei Municipal n. 651, ampliou a área do perímetro urbano, com o intuito principal de fomentar novas áreas para ocupação habitacional, tendo os seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Córrego Bujuzinho;
 SUDOESTE: Estrada P5 e Projeto Subdivisão de Chácaras;
 NOROESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras;
 SUDESTE: Rodovia federal BR-163

MAPA 12 – PERÍMETRO URBANO DE 2001

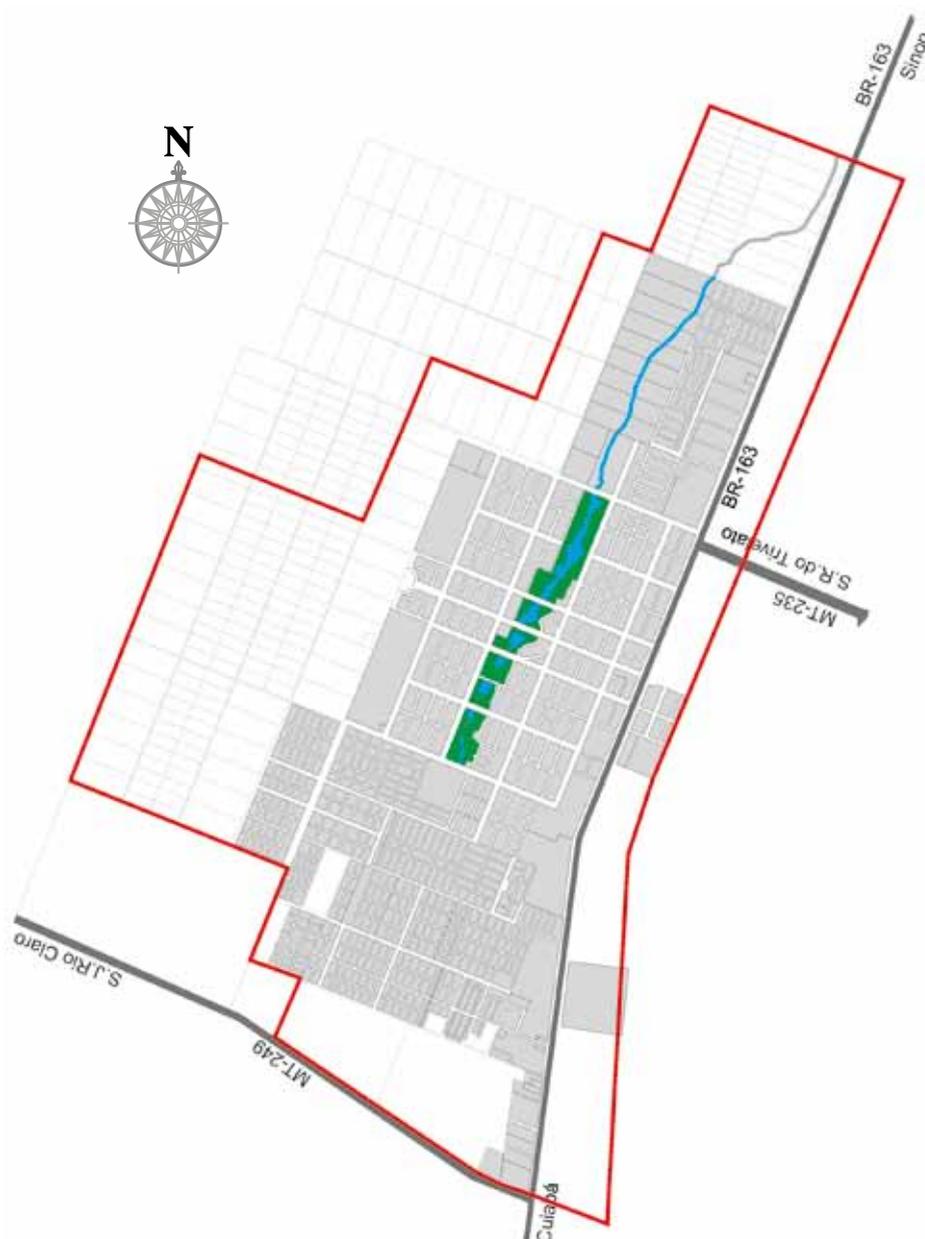


● PERÍMETRO URBANO 2008

Em 16 de junho de 2008, o município de Nova Mutum, através da Lei Municipal n. 1.062, ampliou a área do perímetro urbano, fomentando a ocupação do Sudoeste da cidade com habitações, além de ultrapassar a barreira do Córrego Bujuzinho no Noroeste do perímetro urbano e a barreira Sudeste da BR-163, tendo os seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Projeto de Chácaras;
 SUDOESTE: Rodovia estadual MT-249 e Projeto de Colonização Segunda Etapa;
 NOROESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Projeto de Colonização Segunda Etapa;
 SUDESTE: Fazenda Mutum/Faixa de domínio Eletronorte.

MAPA 13 – PERÍMETRO URBANO DE 2008

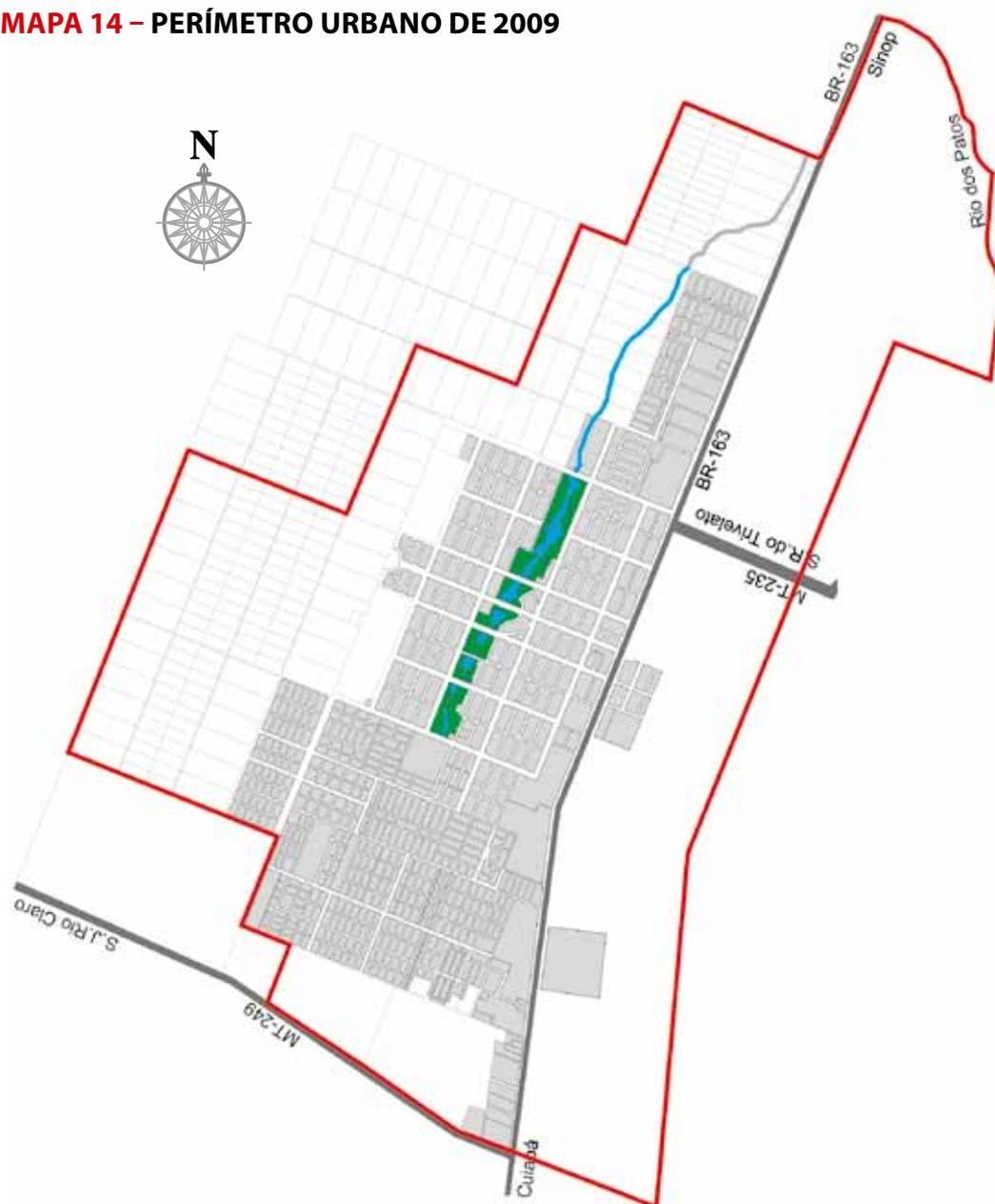


● PERÍMETRO URBANO 2009

Em 02 de outubro de 2009, o município de Nova Mutum, através da Lei Municipal n. 1.192, ampliou a área do perímetro urbano, buscando claramente fomentar a ocupação territorial no lado posterior da rodovia federal BR-163, com novos empreendimentos de comércio, serviços e indústrias, tendo os seguintes limites e confrontações:

NORDESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Projeto de Chácaras;
 SUDOESTE: Rodovia estadual MT-249 e Projeto de Colonização Segunda Etapa;
 NOROESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Projeto de Colonização Segunda Etapa;
 SUDESTE: Fazenda Mutum.

MAPA 14 – PERÍMETRO URBANO DE 2009





● PERÍMETRO URBANO 2013

Em 11 de novembro de 2013 o município de Nova Mutum através da Lei Municipal n. 1.712 ampliou a área do perímetro urbano, ampliando as áreas de ocupação as margens da rodovia estadual MT-249 e também buscando a ampliação na oferta de áreas para ocupação habitacional em Zona Residencial 03, tendo os seguintes limites e confrontações:

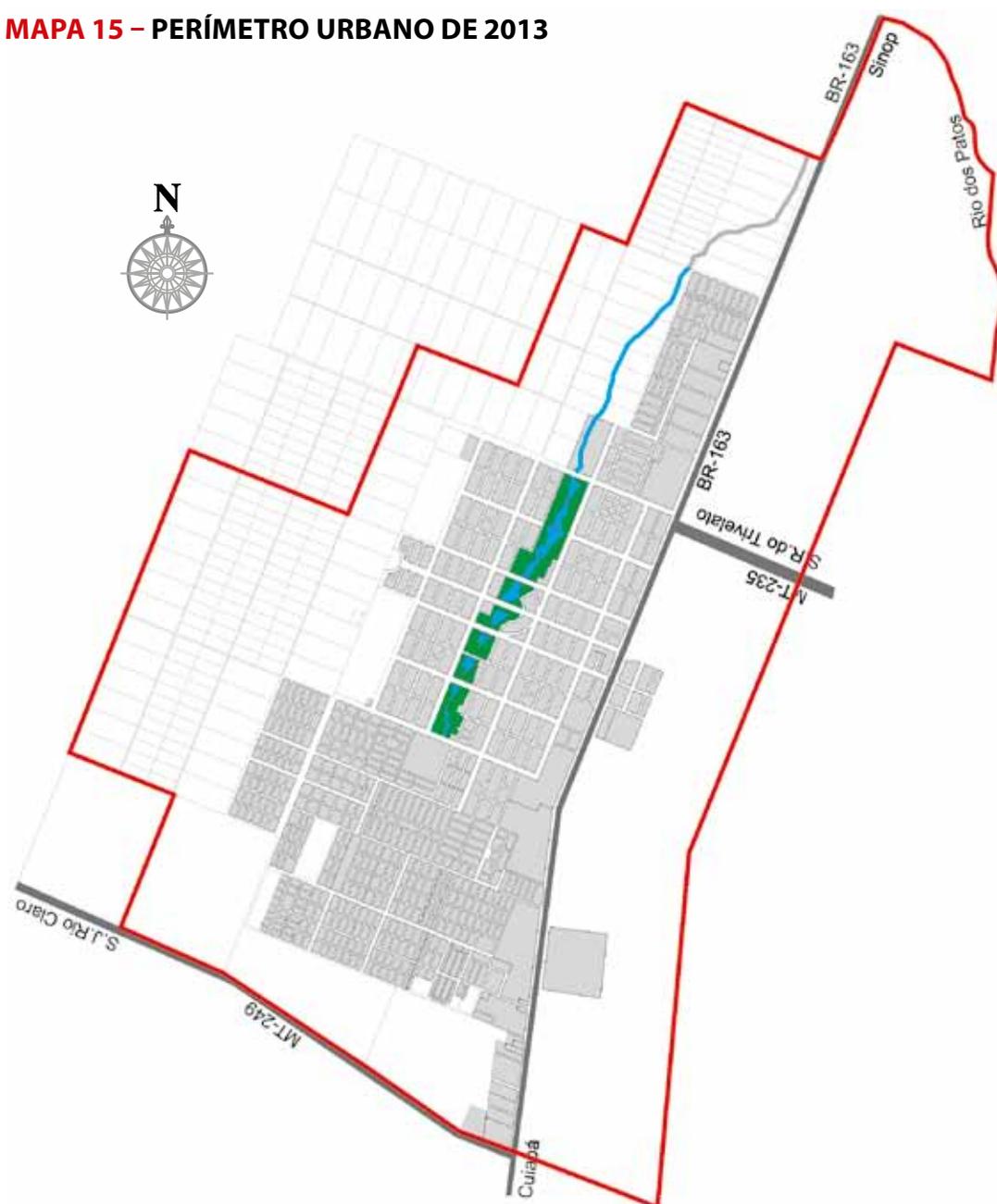
NORDESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Projeto de Chácaras;

SUDOESTE: Rodovia estadual MT-249;

NOROESTE: Projeto Subdivisão de Chácaras e Projeto de Colonização Segunda Etapa;

SUDESTE: Fazenda Mutum.

MAPA 15 – PERÍMETRO URBANO DE 2013





● BAIRROS

Jardim

Criado pela Lei Municipal n. 183, de 09 de outubro de 1.992, delimita-se pela Avenida das Garças, Avenida das Emas, Rua dos Cedros e Parque Ecológico.

Nossa Senhora Aparecida

Criado pela Lei Municipal n. 100, de 24 de maio de 1.991, delimita-se com a Rua dos Flamboyant's, Parque Ecológico, Avenida das Seriemas e Rua das Hortências.

Bela Vista

Criado pela Lei Municipal n.529, de 31 de Agosto de 1.999, delimita-s com Avenida Mutum, Avenida das Águias, Avenida das Seriemas e Avenida das Arapongas.

Jardim das Orquídeas

Criado pela Lei Municipal n. 1.157, de 16 de junho de 2.009, delimita-se entre Avenida Mutum, Parque Ecológico, Córrego Bujuzinho, Estrada SF e Estrada PI.

● LOTEAMENTOS

Aeroporto

Criado pela Lei Municipal n. 1.405, de 15 de junho de 2.011, delimita-se entre Projeto Subdivisão de Chácaras, Desmembramento 02 e 04 do Antigo Aeródromo Municipal e Avenida das Águias.

Agroindustrial Hilda Strenger Ribeiro

Criado pela Lei Municipal n. 733, de 09 de julho de 2.003, delimita-se com a Perimetral José Aparecido Ribeiro, Avenida dos Tuiuiús, Avenida das Galhas e Avenida dos Taiamãs.

Alto da Colina

Criado pela Lei Municipal n. 161, de 19 de maio de 1.992, delimita-se entre Rua dos Cedros, Rua das Sibipirunas, Rua das Seringueiras e Avenida das Seriemas.

Colina II

Regularizado pela Lei Municipal n. 1.242, de 18 de fevereiro de 2.010, delimita-se entre Rua das Seringueiras, Avenida dos Pavões, Avenida das Seriemas e Rua das Canelas.

Comercial

Criado pela Lei Municipal n. 620, de 24 de maio de 2.001, delimita-se com a Avenida dos Canários, Avenida dos Uirapurus, Rua dos Amapás e Rodoviária.

Comercial José Aparecido Ribeiro

Criado pela Lei Municipal n. 734, de 09 de julho de 2.003, delimita-se com a Perimetral José Aparecido Ribeiro, Avenida Mutum, Faixa de Domínio da Eletronorte e Fazenda Mutum.

Edelmina Querobim Marchetti

Criado pela Lei Municipal n. 1.240, de 09 de fevereiro de 2.010, delimita-se com a Estrada P5, Avenida dos Pardais, Rua das Canelas, Parte do Lote 130 da Quadra C do Projeto Subdivisão de Chácaras, Rua dos Mamoeiros e Avenida das Gaivotas.

Explanada do Sol

Criado pela Lei Municipal n. 834, de 10 de dezembro de 2.004, delimita-se com a Associação Recreativa de Nova Mutum, Rua dos Cedros, Rua dos Mamoeiros, Rua dos Cactos e ADM do Brasil.

Flamboyant

Criado pela Lei Municipal n. 1.155, de 16 de junho de 2.009, delimita-se entre Avenida Brasil, Avenida das Seriemas, Avenida Mato Grosso e Rua das Cambaúbas.

Flor do Cerrado

Criado pela Lei Municipal n. 1.063, de 16 de junho de 2.008, delimita-se entre Rua das Oliveiras, Rua dos Flamboyants, Residencial das Palmeiras e Loteamento Industrial Norte.

Industrial Sul

Criado pela Lei Municipal n. 896, de 13 de dezembro de 2.005, delimita-se entre a Perimetral das Sambaías, Rua dos Anturios, Rua dos Cravos e Estrada P5.

Industrial Norte

Criado pela Lei Municipal n. 879, de 03 de novembro de 2.005, e posteriormente regularizado no ano de 2.007, delimita-se entre Perimetral das Samambaías, Rua dos Cedros, Rua das Oliveiras e Residencial da Palmeiras.

Jardim

Criado pela Lei Municipal n. 110, de 12 de julho de 1.991, delimita-se entre Rua dos Cedros, Rua dos Lírios, Rua dos Flamboyant's e Avenida das Garças.

Jardim II

Criado pela Lei Municipal n. 427, de 17 de dezembro de 1.997, delimita-se entre Avenida das Garças, C-Vale, Rua dos Cedros, Rua dos Buritis, Rua dos Alecrins, Rua das Oliveiras e Rua dos Flamboyant's.

Jardim Ágata

Criado pela Lei Municipal n. 1.093, de 10 de novembro de 2.008, delimita-se entre Estrada P5, Rua das Canelas, Avenida das Gaivotas e Lote 121 do Projeto Subdivisão de Chácaras.

Jardim Europa

Criado pela Lei Municipal n. 1.432, de 09 de agosto de 2.011, delimita-se entre Avenida Brasil, Avenida Mato Grosso, Rua das Amêndoas e Rua das Cambaúbas.

Jardim Imperial

Criado pelo Decreto Municipal n. 056, de 09 de novembro de 2.000, delimita-se entre Rua das Sete Copas, Rua dos Angicos, Rua das Seringueiras e Avenida dos Pavões.

Jardim Primavera

Criado pela Lei Municipal n. 1.029, de 13 de novembro de 2007, delimita-se entre Rua dos Cedros, Rua dos Mamoeiros, Avenida das Gaivotas e Topázio Residencial.

Jardim Primavera II

Criado pela Lei Municipal n. 1.092, de 10 de novembro de 2.008, delimita-se entre Avenida das Gaivotas, Estrada P5, Rua dos Cedros e Loteamento Jardim Primavera III.

Jardim Primavera III

Criado pela Lei Municipal n. 1.230, de 15 de dezembro de 2.009, delimita-se entre Loteamento Jardim Primavera II, Estrada P5, Avenida das Gaivotas e Rua das Sete Copas.

Lírios do Campo

Criado pela Lei Municipal n. 1.232, de 18 de dezembro de 2009, delimita-se com Rua dos Cedros, Rua dos Mamoeiros, Avenida das Gaivotas e Rua Flor de Lótus.

Lírios do Campo II

Criado pela Lei Municipal n. 1.538, de 17 de abril de 2012, delimita-se entre Rua dos Cactos, Avenida das Gaivotas, Rua dos Anturios, Rua das Açucenas, Rua B e Rua D.

Novo Horizonte

Loteamento de propriedade da BRF – Brasil Foods em fase de regularização, com ocupação iniciada no ano de 2008, delimita-se entre Rua dos Cedros, Estrada P5, Avenida das Garças e Rua dos Cactos.

Novo Horizonte II

Loteamento de propriedade da BRF – Brasil Foods em fase de regularização, com ocupação iniciada no ano de 2012, delimita-se entre Avenida Brasil, Rua dos Mamoeiros, Avenida das Gaivotas e Rua das Verbênias.

Parque das Águias

Criado pela Lei Municipal n.1.053, de 20 de maio de 2.008, delimita-se entre Rua dos Mamoeiros, Perimetral das Samambaias, Loteamento Explanada do Sol e ADM Armazéns Gerais.

Parque do Sol

Criado pela Lei Municipal n. 282, de 25 de abril de 1.995, delimita-se entre Rua das Sete Copas, Rua das Sibipirunas, Rua dos Mamoeiros e Rua dos Cedros.

Reserva Técnica

Sua regularização foi promulgada pela Lei Municipal n. 1.181, de 14 de setembro de 2.009, delimita-se entre Perimetral das Samambaias, Avenida dos Uirapurus, Avenida das Garças e C-Vale.

Residencial Arara Azul

Criado pela Lei Municipal n. 933, de 17 de julho de 2.006, delimita-se com a Rua dos Coqueiros, Avenida das Gaivotas, Rua das Imburanas e Rua dos Mamoeiros.

Residencial Beija-Flor

Criado pela Lei Municipal n. 1.046, de 11 de fevereiro de 2.008, delimita-se com a Avenida dos Pavões, Avenida Brasil, Rua dos Mamoeiros e Loteamento Residencial Vitória.

Residencial Buritis

Criado pela Lei Municipal n. 1.066, de 07 de julho de 2.008, delimita-se com a Avenida dos Pardais, Avenida das Gaivotas, Rua dos Mamoeiros e Loteamento Topázio Residencial.

Residencial das Acácias

Criado pela Lei Municipal n. 1.027, de 06 de novembro de 2007, delimita-se com a Rua das Verbenias, Rua das Canelas, Avenida dos Pavões e Avenida das Seriemas,

Residencial das Palmeiras

Criado pela Lei Municipal n. 931, de 17 de julho de 2.006, delimita-se com a Rua dos Flamboyant's, Perimetral das Samambaias, Avenida dos Sabiás, Rua das Dálias, Loteamento Industrial Norte e Loteamento Flor do Cerrado.

Residencial dos Ipês

Criado pela Lei Municipal n. 731, de 09 de julho de 2003, delimita-se com a Avenida das Seriemas, Rua das Verbenias, Avenida dos Pavões e Rua das Canelas.

Residencial Paraíso

Criado pela Lei Municipal n. 728, de 17 de junho de 2.003, delimita-se com a Rua dos Coqueiros, Rua dos Mamoeiros, Avenida dos Pavões e Rua das Seringueiras.

Residencial Vitória

Criado pela Lei Municipal n. 869, de 07 de junho de 2.005, delimita-se com o Residencial Beija-Flor, Rua dos Pavões, Rua dos Mamoeiros e Rua dos Coqueiros.

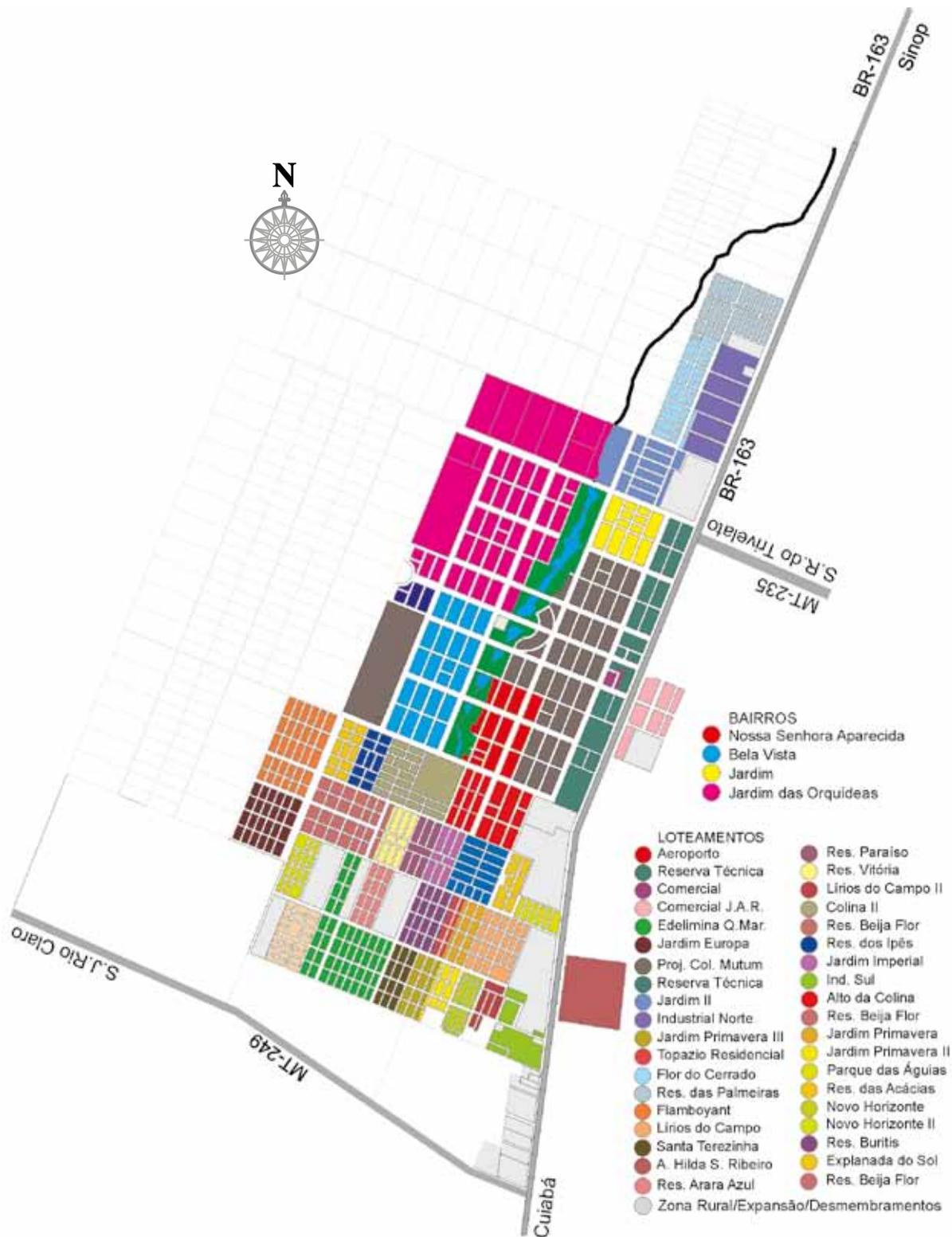
Santa Terezinha

Criado pela Lei Municipal n. 1.325, de 02 de dezembro de 2010, delimita-se com a Estrada P5, Avenida dos Pardais, Avenida das Gaivotas e Rua das Sete Copas.

Topázio Residencial

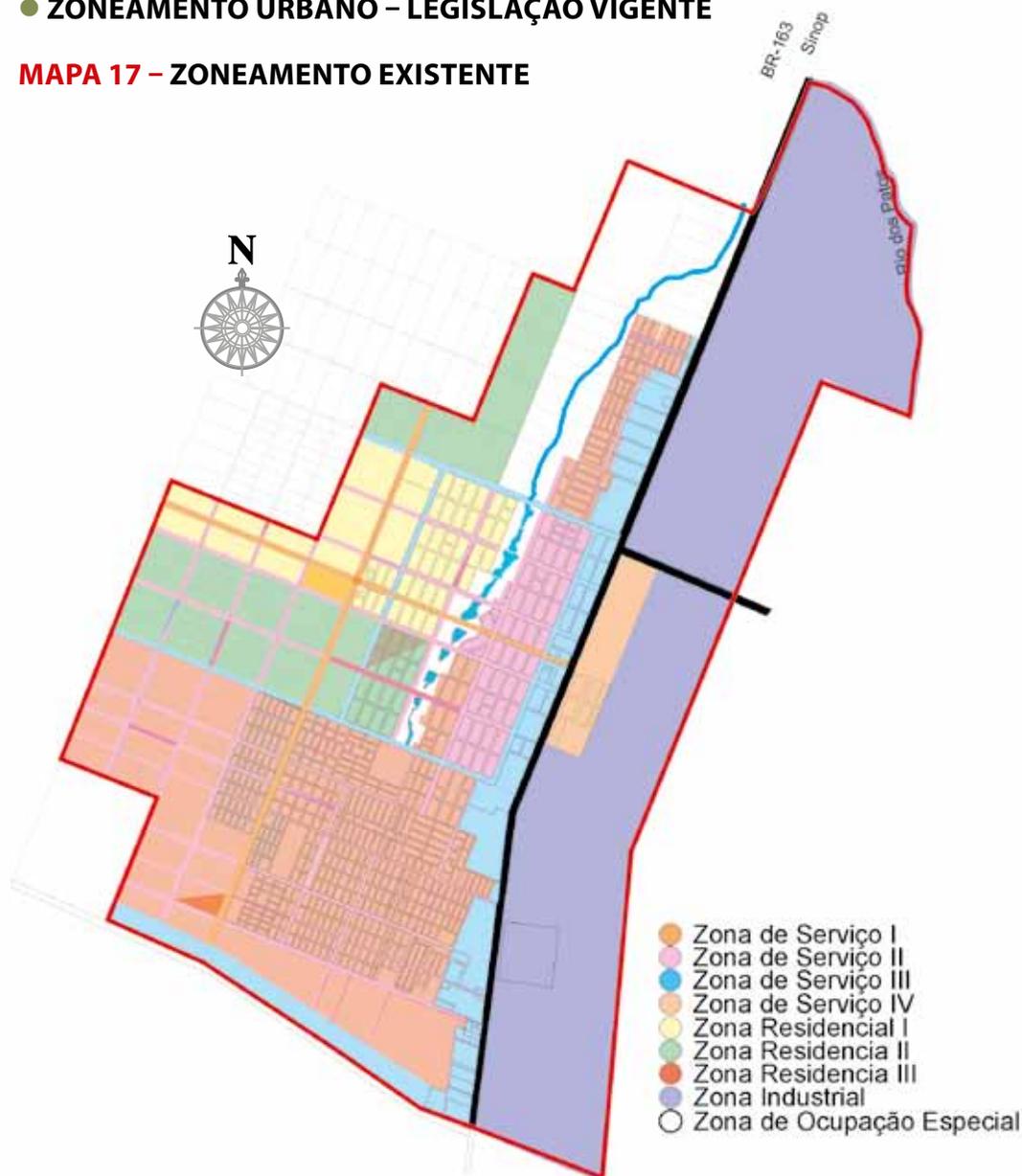
Criado pela Lei Municipal n. 1.032, de 04 de dezembro de 2007, delimita-se com o Loteamento Jardim Primavera, Rua dos Mamoeiros, Loteamento Residencial Buritis e Avenida das Gaivotas.

MAPA 16 – BAIROS E LOTEAMENTOS



● ZONEAMENTO URBANO – LEGISLAÇÃO VIGENTE

MAPA 17 – ZONEAMENTO EXISTENTE



Em 14 de outubro de 2010, foi sancionada a Lei Municipal n.1.326, que tratou do Zoneamento do Solo Urbano, revogando as legislações anteriores que tratavam sobre o mesmo tema. Esta legislação, já sofreu algumas alterações através das Leis n.º 1425/2011, 1396/2011, 1559/2012 e 1572/2012, o que acabou por demonstrar certa fragilidade no formato em que se encontrava.

As Leis anteriores à atual n. 1326/2010, são 1.073/2008, 652/2001 e a 024/1989.

A atual legislação trouxe algumas nomenclaturas, cujos esclarecimentos são importantes:

Residencial

Dividida em I, II e III, não caracterizando ocupação exclusivamente de residências, podendo haver alguns tipos de comércio e serviços. Caracteriza-se, principalmente, pela forma de ocupação, como área mínima de lotes e taxa de habitação entre outros índices urbanísticos.

Serviço

Dividida em serviços I, II, III e IV, não exige a ocupação como sendo exclusivamente de comércio e serviço. Caracteriza-se principalmente pela forma de ocupação, como área mínima de lotes e taxa de habitação entre outros índices urbanísticos.

Industrial

Talvez o termo industrial, não seja a melhor forma de descrição, pois admite também ao comércio e serviços de até médio impacto. Assim caracteriza-se principalmente pela forma de ocupação, como área mínima de lotes e taxa de habitação entre outros índices urbanísticos.

Zona de Ocupação Especial

Localizada às margens do Córrego Bujuzinho, por ser considerada área que merece atenção especial em sua ocupação conta com esta definição, ficando a critério do Poder Executivo as orientações técnicas mínimas necessárias sobre este espaço territorial.

● PAVIMENTAÇÃO

Em 2006, a Prefeitura de Nova Mutum, em parceria com a Perdigão-MT, asfaltou todo o pátio da empresa além da via que dá acesso à sua sede. O trecho é de aproximadamente 30 mil m² e vai da rodovia BR-163 até a sede da empresa e inclui galerias de tubulações e construção de meio-fio. Na obra, foram investidos cerca de R\$1 milhão de reais.

O município pavimentou, em parceria com o Governo do Estado, 10 quilômetros na rodovia MT-235, e 11 quilômetros da MT-249. Através de convênio com Governo Federal, a Prefeitura realizou também a manutenção do trecho da rodovia BR163, que vai do Rio dos Patos até o Posto Gil.

● LIMPEZA PÚBLICA

Em Nova Mutum, a coleta de lixo é realizada em todos os bairros. Dados da Secretaria Municipal de Obras apontam que são recolhidas cerca de 40 toneladas de lixo por dia, totalizando aproximadamente 1.200 toneladas mensais. Também é realizada diariamente limpeza em ruas e avenidas e manutenção de canteiros e jardins. São cortados mensalmente 300 mil metros quadrados de grama e feita a poda de quase quatro mil árvores.

Durante o ano são realizados mutirões de limpeza nos bairros da cidade, quando a secretaria recolhe entulhos, galhos e dejetos, que ficam acumulados em terrenos baldios. Desta forma, além de melhorar o aspecto estético da cidade, são eliminados possíveis focos de contaminação. A equipe também realiza limpeza das repartições públicas e locais de eventos.

● URBANIZAÇÃO

Para que Nova Mutum apresente-se sempre com bom aspecto de organização urbana, é necessária atenção especial da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos. Neste sentido, tem sido constante, ao longo dos últimos sete anos, o envolvimento de equipe multifuncional na execução de tarefas de paisagismo, etc. As plantas utilizadas no paisagismo urbano vêm do Viveiro Municipal.

Praça da Bíblia - Com o objetivo de criar espaços para a recreação e contemplação da comunidade, a administração municipal construiu em 2006 a Praça da Bíblia, localizada na região central da cidade. A simbologia da praça é de uma bíblia aberta, representando pedido de benção e proteção divina a todos os mutuenses.

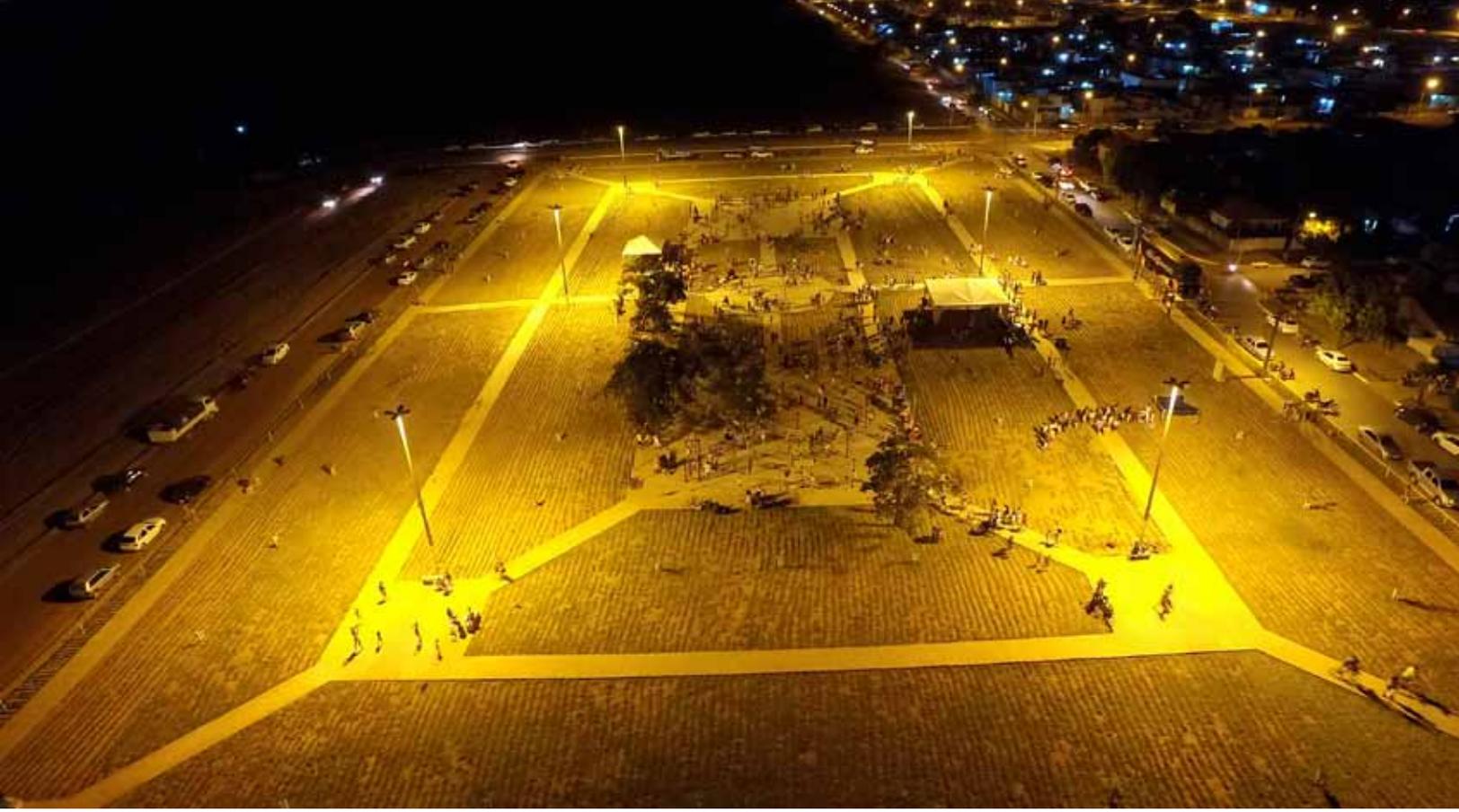
Avenida Mutum / Urbanização – As obras de urbanização ao longo da Avenida Mutum têm o objetivo de proporcionar lazer e saúde à comunidade. O local é utilizado para prática de exercícios, caminhadas, oferecendo segurança aos pedestres.

LOCAIS DE EXECUÇÃO DE PROJETOS PAISAGÍSTICOS E MANUTENÇÃO DAS PRAÇAS, JARDINS E CANTEIROS	
Avenida das Garças	03 rotatórias
Avenida das Emas	01 rotatória
Avenida dos Beija Flores	02 rotatórias
Avenida Mutum -	01 rotatória e calçada
Avenida das Andorinhas-	02 rotatórias
Avenida das Siriemas	01 rotatória
Pátio do hospital	
Pátio Escola Caminhos do Saber	
Pátio Estadual Ranchão	
Pátio Escola Comunidade São Manoel	
Pátio Escola do Pontal do Marapê	
Pátio do Fórum da Comarca	

PLANTIO DE ÁRVORES	
	QUANTIDADE
Plantio de arvores aproximadamente	5.300
Plantio de Palmeiras Imperial	130
Plantio de Palmeiras Escariot	600
Plantio de Coqueiro	100

● AEROPORTO MUNICIPAL

O novo Aeroporto Municipal terá sua área física cercada, onde será edificada estação de passageiros. Assim, portanto, estará apto a receber vôos comerciais e domésticos, além do uso por empresas de aviação agrícola. A obra está orçada em R\$ 800 mil. Para a obra do aeroporto, o Governo Estadual disponibilizou a emulsão asfáltica. O restante do investimento será do município. A capacidade operacional da pista será para aeronaves até do porte do Fokker 100.



● **RODOVIA LESTE/OESTE**

Nova Mutum é hoje um dos principais entroncamentos rodoviários da Região Médio Norte de Mato Grosso. É no município que a Rodovia Leste/Oeste, ligando Sapezal à Paranatinga, encontra-se com a BR-163. Esta localização estratégica está atraindo muitos novos investimentos no município, aquecendo a economia e, conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento local e regional.

Para a viabilização da Rodovia Leste/Oeste o Governo de Mato Grosso colocou em prática os consórcios rodoviários, contando com o apoio fundamental de prefeitos e agricultores. A administração municipal de Nova Mutum contribuiu com este esforço de viabilização do empreendimento.

Em 2004, parceira com o Governo Estadual permitiu o asfaltamento de 10 km iniciais da Rodovia da Produção, que liga Nova Mutum a Santa Rita do Trivelato, com investimento de mais de R\$ 02 milhões. Outra obra foi o asfaltamento de 10 km iniciais da Rodovia Vale do Arinos, que liga a BR-163 à MT-010 no sentido Oeste, com investimento orçado em R\$ 3,3 milhões.

Em julho de 2007 foi inaugurada a ponte sobre o Rio Arinos, que divide os municípios de Nova Mutum e São José do Rio Claro. A obra tem 125 metros de comprimento e 8,8 metros de largura. O valor total do investimento foi de R\$ 3,15 milhões, oriundos do Fundo Estadual de Habitação (Fethab).

● **NOVO TRAÇADO DA MT-235**

Já está concluído o novo traçado da rodovia MT-235, ligando o Posto São Genaro, na BR-163, ao município de São José do Rio Claro. A obra foi executada através de parceria entre a Prefeitura de Nova Mutum, Governo do Estado e produtores da região, garantindo a redução de 60 km no percurso entre os dois municípios.

O antigo percurso tinha 130 km. A novo traçado ocupa o leito original até a região conhecida como Prodecer, depois segue em linha reta para o município vizinho, ficando, portanto, com percurso total de 70 km.

Para o projeto viabilizar-se, foi necessário construir efetivamente 33 km de estrada nova e deste total, aproximadamente 15 km foi em região de mata fechada, cerrado e várzea. A rodovia corta o interior das Fazendas Mafra, São Domingos e Jequitibá até chegar ao Rio Arinos, onde o Governo Estadual construiu ponte de madeira com 100 m de extensão.

● **PROJETOS HABITACIONAIS**

● **Projeto Habitacional Meu Lar** – Localizado no Residencial Paraíso, o projeto foi desenvolvido através do convênio entre a Prefeitura e Governo do Estado. Ao todo são 178 casas populares de 39,64 m² cada uma. O investimento da Prefeitura foi de R\$ 1,5 milhões, em infraestrutura e lotes urbanos.

● **Residencial Vitória** – Resultado de parceria entre a Prefeitura e a Caixa Econômica Federal. Ao todo são 200 casas de 42 m² cada. A administração municipal investiu neste loteamento R\$ 1,2 milhões, em infraestrutura, instalação elétrica, pavimentação e lotes urbanos.

● **Residencial das Palmeiras** – Em implantação, está localizado entre o Distrito Industrial Norte e o Projeto Aplauso, em área de 360.000 m² disponibilizada pela Prefeitura. A administração fará no local investimento de R\$ 2 milhões em infraestrutura. Serão construídas 318 unidades financiadas pela Caixa Econômica Federal e 100 através do Programa “Tô Feliz” desenvolvido pela Prefeitura e Governo do Estado através da Secretaria de Estado de Infraestrutura.

● ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Nova Mutum tem 98% do espaço urbano com iluminação pública. Esse percentual é resultado do trabalho que a Secretaria Municipal de Obras desenvolveu ao longo dos últimos anos. Trata-se da ampliação da rede de distribuição, instalação e manutenção de luminárias, bem como a substituição de lâmpadas e suportes defeituosos.

Nesse período a secretaria também substituiu todas as lâmpadas que funcionavam a base de mercúrio, com luz branca, por unidades a base de vapor de sódio, com luz amarela, mais duráveis e de melhor qualidade. Outro investimento de destaque diz respeito à colocação de super-postes nas Avenida Mutum e Avenida Arapongas, contribuindo para melhoria do visual urbano.

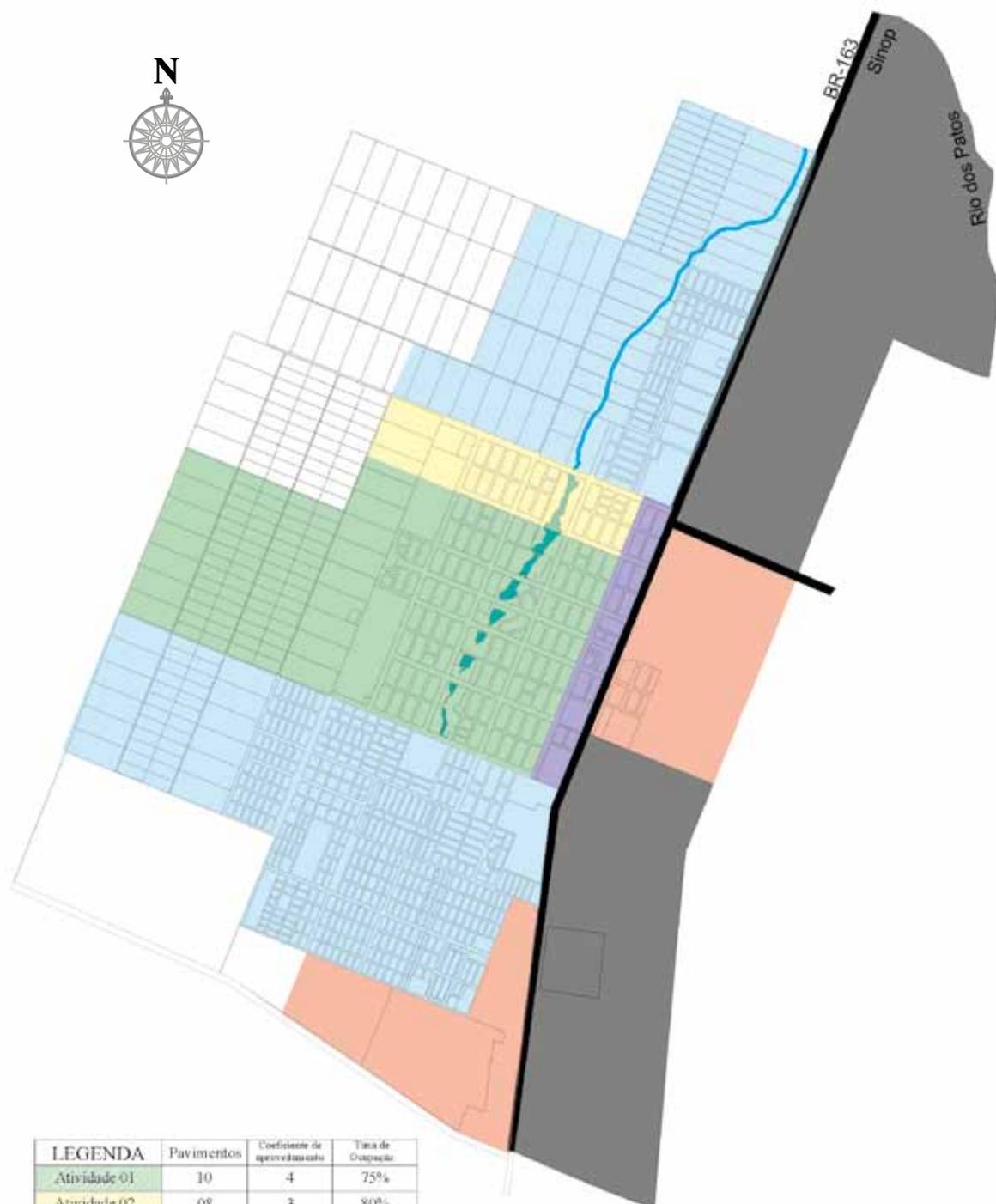
● CONSTRUÇÃO DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Em 2003, a Prefeitura firmou convênio com o Governo Federal através do Fundo Nacional de Saneamento (Funasa), para a construção de reservatório de água no município, localizado na Avenida das Siriemas, nº 1852 W. Foram investidos na obra R\$ 312.811,47, sendo R\$ 293.104,35 do Funasa e R\$ 19.707,12 do município de Nova Mutum.

MAPA 18 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA

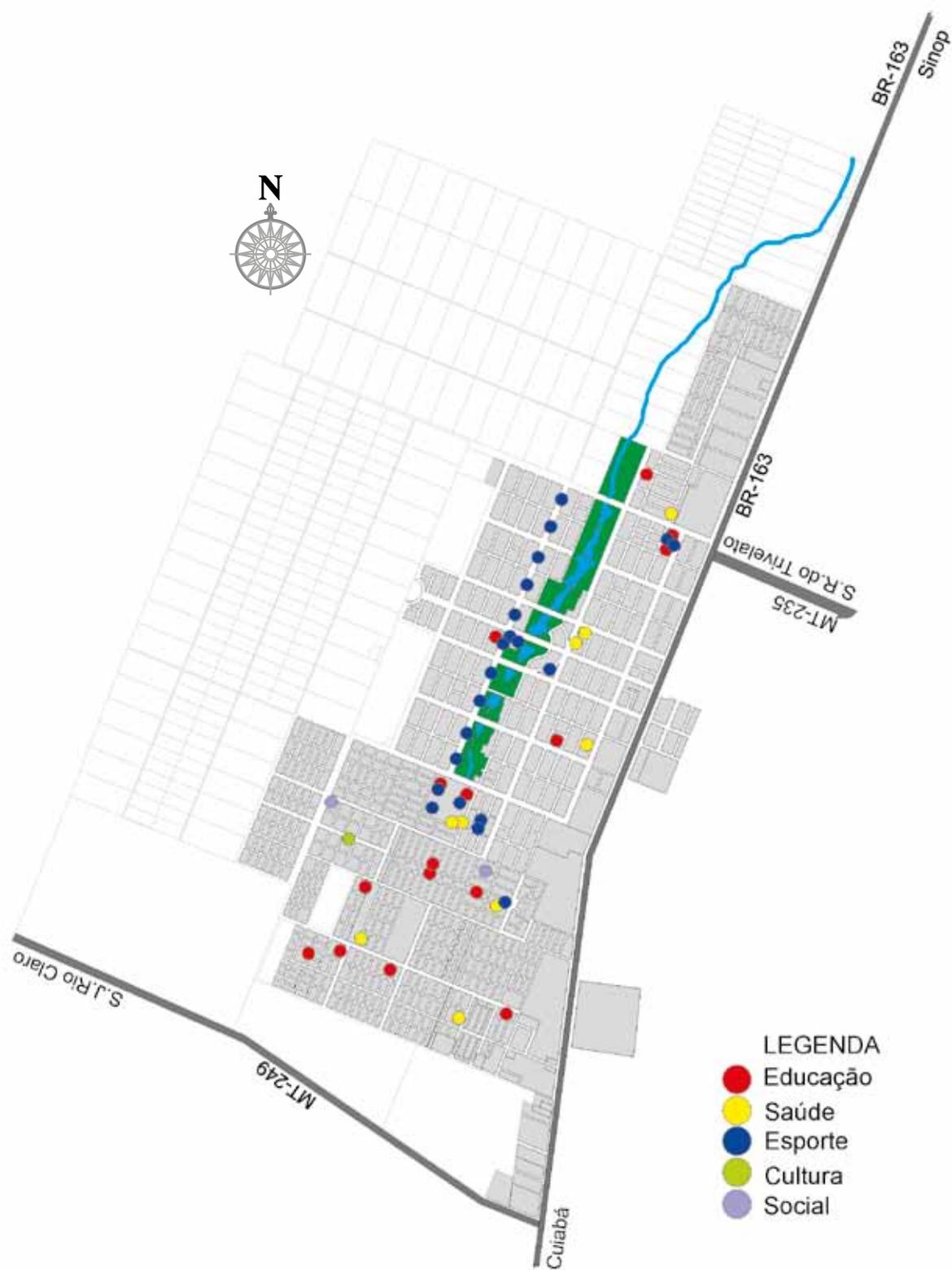


MAPA 19 – OCUPAÇÃO DO SOLO EXISTENTE



LEGENDA	Pavimentos	Coefficiente de aproveitamento	Taxa de Ocupação
Atividade 01	10	4	75%
Atividade 02	08	3	80%
Atividade 03	06	2	75%
Atividade 04	03	1	80%
Atividade 05	02	1	80%
Atividade 06	02	1	60%

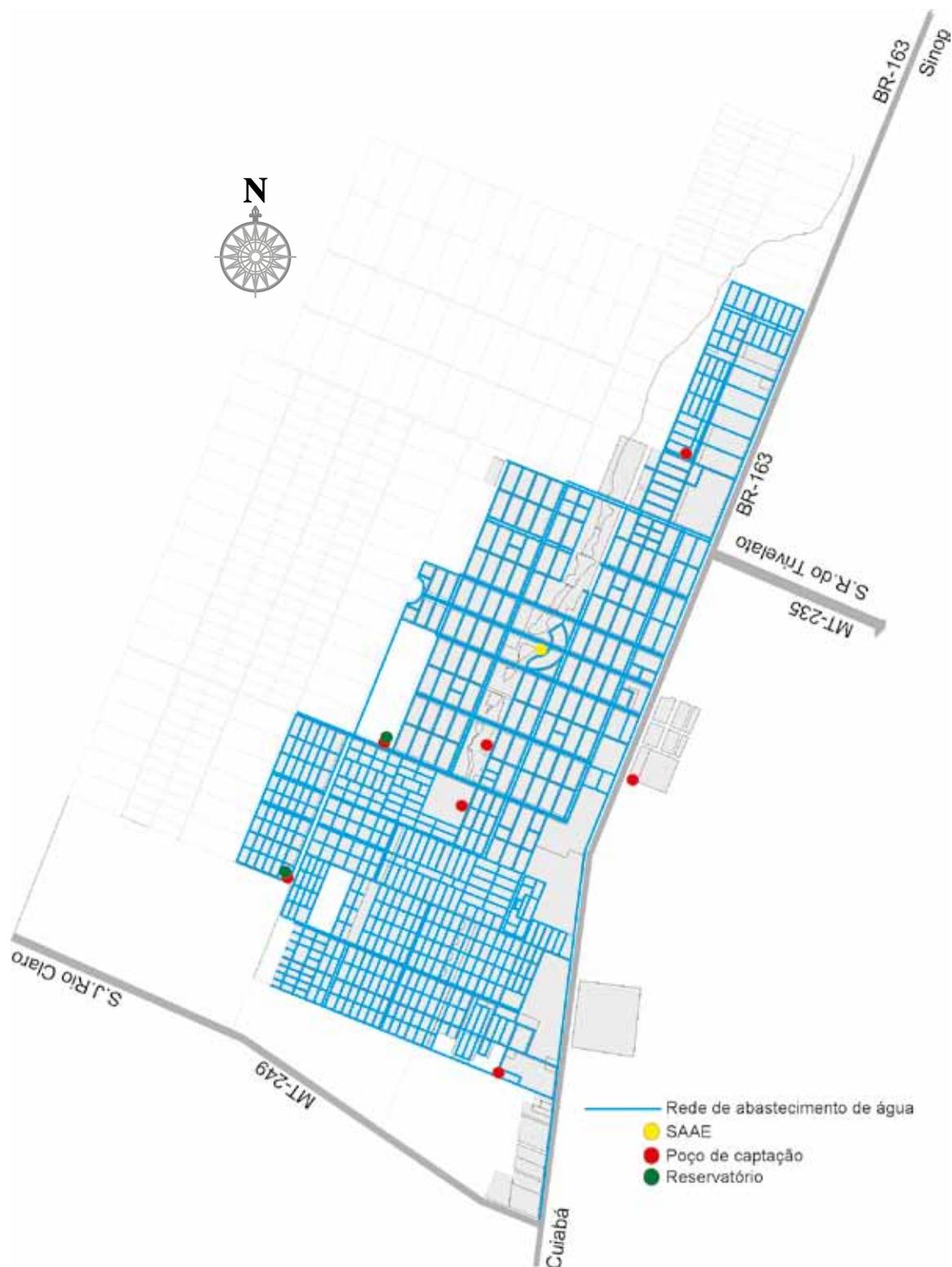
MAPA 20 – EQUIPAMENTOS SOCIAIS



MAPA 21 – PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA



MAPA 22 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA



Nova Mutum possui ótimo potencial hídrico com vários rios, córregos e nascentes em todo o município. Os principais são os Rios Arinos, dos Patos, Ranchão, Marapê, Novo e Alegre. As nascentes do Córrego Bujuzinho estão localizadas no perímetro urbano, onde desagua no Rio dos Patos.

A rede de abastecimento de água atende a 100% da população urbana, com total de 9.693 ligações, em fevereiro/2014, abastecidas por rede pressurizada e executada totalmente com tubos de PVC. A água é fornecida por nove poços artesianos e semi-artesianos.

A captação, armazenamento, distribuição, manutenção e ampliação da rede são administradas pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum (SAAE), que é autarquia municipal.

O controle de qualidade da água distribuída na rede à população é realizado diariamente, através da captação de amostras coletadas em todos os poços.

No Distrito de Ranchão e nas Comunidades São Manuel e Pontal do Marapê, o SAAE também está presente na captação, armazenamento e distribuição de água potável a população local.



TABELA 54 – EVOLUÇÃO DAS LIGAÇÕES DE ÁGUA EM NOVA MUTUM (2009/2014)

ANO	LIGAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO DAS LIGAÇÕES	
2009	6.394	Ranchão	
2010	7.101	Ligações.....	271
2011	7.778	São Manuel	
2012	8.494	Ligações.....	36
2013	9.619	Pontal do Marapê	
2014	9.693	Ligações.....	66
TOTAL	49.079	Cidade	
		Ligações.....	9320

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 55 – CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE ÁGUA

LOCAL	CAPACIDADE / METROS CÚBICOS
Cidade	1.600,00
Distrito Ranchão	50,00
Comunidade São Manuel	30,00
Assentamento Pontal do Marapê	30,00

Fonte: Prefeitura Municipal

TABELA 56 – POÇOS/QUANTIDADE/LOCAL/QUANTIDADE DE LIGAÇÕES

POÇO	LOCALIZAÇÃO
Poço PT 04	Rua das Seringueiras, Bairro Nossa Senhora Aparecida, ao lado da Creche Municipal Mãe Amiga
Poço PT 07	Rua das Seringueiras, Bairro Colina II.
Poço PT 08	Bairro Bela Vista
Poço PT 09	Loteamento J.A R. Outro lado da BR 163
Poço PT 10	Antigo prédio do SAAE, Avenida dos Uirapurus.
Poço PT 11	Bairro Industrial Sul
Poço PT 12	Bairro Industrial Norte / Jardim II
Poço PT 14	Bairro Ágata
Poço PT 15	Jardim Europa
Poço PT 02 Ranchão	Avenida Central esquina com a Rua dos Jambos, Quadra 15, Lote 05.
Poço São Manuel	Lote 01 Quadra 01
Poço Pontal do Marapê	Avenida Brasil
Poço PT 01	Desativado atrás da Rodoviária
Poço PT 03	Antigo SAAE, Avenida dos Uirapurus – Desativado.
Poço PT 05	Antigo poço do Industrial Sul, pertence à Algodoeira.
Poço PT 06	Sede do SAAE, desativado.

Fonte: Prefeitura Municipal

● RESÍDUOS SÓLIDOS

- **Recicláveis** - São por conta do SAAE.
- **Lixo úmido** - Está por conta da Prefeitura ainda, pelo menos, em 2014.

LEI Nº 1.736, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013.

“Dispõe sobre a revisão das tarifas, dá nova redação a estrutura tarifária dos serviços efetuados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, e da outras providências”.

O Sr. Adriano Xavier Pivetta, prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar revisão das tarifas dos serviços efetuados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), conforme tabela abaixo especificada:

TIPO UTILIZADO	METROS CÚBICOS UTILIZADOS MENSALMENTE	R\$
	Até a 10 m ³	R\$ 13,80
	11 a 20 m ³	R\$ 1,90 por m ³
Residencial	21 a 30 m ³	R\$ 2,55 por m ³
	31 a 40 m ³	R\$ 3,70 por m ³
	41 a 50 m ³	R\$ 4,30 por m ³
	51 ou + m ³	R\$ 5,10 por m ³
	Até 10 m ³	R\$ 34,50
Comercial	11 a 20 m ³	R\$ 4,80 por m ³
	Acima de 21 m ³	R\$ 5,65 por m ³
	Até 10 m ³	R\$ 34,50
Industrial	11 a 20 m ³	R\$ 4,80 por m ³
	Acima de 21 m ³	R\$ 5,65 por m ³
	Até 10 m ³	R\$ 43,00
Público	11 a 20 m ³	R\$ 6,05 por m ³
	Acima de 21 m ³	R\$ 6,80 por m ³
Tarifa social única	Até 10 m ³	R\$ 9,90
Aposentado	Até 10 m ³	ISENTO
	Acima de 10 m ³	RESIDENCIAL

Art. 2º. Dá nova redação a Estrutura Tarifária do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), conforme tabela abaixo especificada:

Serviços de manutenção e administração

Conservação de hidrômetro.....	R\$ 1,00
Ligação de água.....	R\$ 50,00
Desligamento/religação.....	R\$ 20,00
Expediente – 2º via.....	R\$ 4,00
Transferência de nome.....	R\$ 15,00
Deslocamento de cavalete.....	R\$ 25,00

Violação do lacre.....	R\$ 100,00
Violação do hidrômetro	R\$ 400,00
Violação da rede.....	R\$500,00

Art. 3º. Fica alterado o Artigo 1º da Lei Municipal nº 474, de 09 de setembro de 1998, que dispõe sobre a dispensa do pagamento da taxa de água aos aposentados e pensionistas, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º. Ficam dispensados do pagamento de taxa de água, de até 10,00 m³ (dez metros cúbicos) mensais, os aposentados e pensionistas que tenham idade igual ou superior a cinquenta anos e os deficientes físicos incapacitados, usuários do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE).”

Art. 4º. Fica autorizado a realização da revisão das tarifas dos serviços efetuados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), anualmente através de decreto emitido pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação produzindo efeitos a partir do dia 01 de janeiro de 2014.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Mutum, Estado de Mato Grosso, em 16 de dezembro de 2013.

Adriano Xavier Pivetta
Prefeito municipal

**Mato Grosso, 19 de Dezembro de 2013 • Jornal Oficial Eletrônico
dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO VIII | Nº 1873**

● TRANSPORTE COLETIVO

MAPA 23 – TRANSPORTE COLETIVO



10.b | SITUAÇÃO DOS DISTRITOS E AGROVILAS

COMUNIDADES DO INTERIOR

- Ranchão
- Vila Pontal do Marapê
- Comunidade São Manoel
- Comunidade Novo Horizonte
- Comunidade Ribeirão Grande
- Comunidade Maria de Oliveira
- - Comunidade Santo Antônio
- Comunidade São Carlos
- Comunidade Badan
- Comunidade Schneider



11 meio ambiente

11.a | ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL DO TERRITÓRIO

Nova Mutum localiza-se na cabeceira do Rio Arinos, grande afluente do Rio Amazonas. É também divisor de águas das Bacias do Prata e Amazônica.

As principais nascentes e mananciais dos maiores rios estão em estado de conservação satisfatório.

A mata ciliar de abrangência deste território possui fauna e flora rica em diversidade e quantidade de espécies, tanto no Bioma Cerrado quanto no Bioma Floresta.

Os municípios com maior contribuição para Bacia do Arinos são Nova Mutum, Diamantino, Nobres, São José do Rio Claro, Nova Maringá e Tapurah.

O município possui ativo de 49% de seu território em vegetação nativa. Possui ainda, três pontos críticos quanto à preservação das nascentes, localizados em pontos distintos como Região Norte; Região Oeste e Região Sul.

Nas áreas em pastagens e lavouras, têm-se mais de 30% das propriedades em situação irregular, quanto à reserva legal. Poucas propriedades possuem Licenciamento Ambiental.

O perímetro urbano apresenta pontos vulneráveis quanto ao controle do lixo residencial, bem como o controle dos efluentes gerados pelos estabelecimentos comerciais e serviços.

O sistema de armazenagem e industrialização apresenta sinais evidentes de poluição.

O município é atendido pela autarquia Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), tendo em residências urbanas 100% de água tratada e na zona rural, na localidade denominada Gleba Ranchão, fornece água para 212 famílias que residem na sede, não atendendo, portanto as fazendas, as quais possuem poços artesianos próprios, de uso individual.

O sistema de coleta de resíduos sólidos atende toda área urbana, inclusive com coleta seletiva de lixo hospitalar e destinação em valas sépticas. Na zona rural somente a comunidade Gleba Ranchão, possui coleta de lixo semanal, com a mesma destinação da zona urbana de Nova Mutum.

O esgotamento sanitário é atendido 100% com destinação em fossa séptica.

O município de Nova Mutum tem dois rios de grande importância sendo o Rio dos Patos receptor de poluentes da drenagem pluvial urbana e poluição das atividades agroindustriais, além de possuir estrutura de solo fragilizada em suas margens, o que faz com que o curso d'água seja mais vulnerável à contaminação e poluição. Já o Rio Ranchão é rio de maior volume, protegido com vegetação nativa nas duas margens e em toda a sua extensão, com um solo argiloso estruturado que permite o sequestro de poluentes, além de ter áreas alagadiças, transformando-o num potencial fornecedor de água potável para abastecer a população e as indústrias no futuro.

Zoneamento Ambiental

O Estado elaborou o Zoneamento Sócio-Econômico-Ambiental, que encontra-se em estudo pelo Ministério Público Estadual, ainda sem parecer conclusivo.



Resíduos Sólidos

Em 2013 foram adquiridos dois caminhões-prensa para coleta de lixo doméstico, que somados a mais um caminhão prensa e um caminhão caçamba, fazem a coleta dos resíduos residenciais e os transportam até o local do transbordo do município, que destina o material para o Aterro Sanitário da Empresa Sanorte, localizada no Distrito de Primavera, no município de Sorriso.

A destinação seletiva do material reciclável do município passou a ter nova sede a partir de 2013, sendo administrada pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), com a contratação de funcionários para desenvolver as funções de coleta, triagem e prensagem dos resíduos reutilizáveis, atendendo os bairros Jardim I, Jardim II, Centro, Orquídeas e o comércio no setor central. A partir de 2014 iniciou-se a coleta na parte Sul do Bairro Centro e o comércio nas demais avenidas da cidade. Até 2016 a coleta deverá atender a todo o perímetro urbano.

A partir do início de 2015 será incluído na coleta os produtos da linha de eletro eletrônicos, eletrodomésticos, pneumáticos, móveis, brinquedos, roupas e calçados, poda de árvores e limpeza urbana, além do lixo e rejeitos da construção civil. Para 2016, o lixão deverá ser desativado e iniciado processo de recuperação da área para outras atividades possíveis.

O Governo Estadual através da Secretaria do Meio Ambiente (Sema), está cobrando o fim dos lixões no ano de 2014, seguindo a Lei Federal nº 12.305 que estabeleceu até o dia 30 de agosto de 2014, a data limite para a suspensão deste tipo de destinação.

Hoje o Lixão Municipal está sendo ocupado em sua totalidade pela iniciativa privada. O município está fazendo os trabalhos de monitoramento e adequação precária da unidade.

No local estão sendo destinados: materiais da construção civil, como latas, material ferroso, madeiras, gesso, aterro, materiais de limpeza de áreas a construir, restos de demolição, vidros, cerâmicas, telhas entre outros, produtos pneumáticos em geral, caixarias, estrados, plásticos, papelão e materiais descartáveis do comércio e serviços, limpeza de lotes e podas de árvores, móveis e utensílios, eletrodomésticos e eletrônicos, roupas, brinquedos e calçados usados.

Visando o atendimento da legislação e buscando solução ambientalmente correta, o Governo Municipal vem desenvolvendo estudos e projetos sobre o tema dos resíduos sólidos dentro do perímetro urbano e áreas rurais.

Estes estudos nortearão e subsidiarão a formulação da Política Municipal de Saneamento Básico e a Política Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Neste sentido, o Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PMGIRS), constitui-se desafio para mudar o atual modelo de gestão de resíduos, implantando sistema público que viabilize a coleta seletiva, o reaproveitamento de materiais recicláveis e o destino adequado do lixo que não pode ser reciclado.

A questão do lixo exige atuação constante por parte da sociedade civil, pois a gestão racional dos resíduos sólidos, além de trazer benefícios para a economia e o meio ambiente, promove a melhoria das condições de vida e saúde da população.

Inserido neste contexto, o presente documento objetiva colaborar com as propostas e alternativas que serão desenvolvidas no âmbito dos resíduos sólidos urbanos no município de Nova Mutum.

As cadeias produtivas de materiais descartáveis serão agrupadas de acordo com os produtos gerados e deverá ser proposto sistema de gestão privada, onde o município será o articulador e entrará



com contrapartida na implantação dos projetos de adequação e a iniciativa privada assumirá os custos de implantação e custeio das despesas operacionais, para o destino final do material produzido.

Para cada cadeia geradora deverá ser articulado arranjo do sistema de gestão e destino dos resíduos.

No ano de 2013 o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Nova Mutum (SAAE), começou a gerir os resíduos sólidos, incrementando as ações e envolvendo as Secretarias Municipais de Agricultura e Meio Ambiente e de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

O município adotou o sistema de coleta do lixo úmido e lixo doméstico através de caminhões-prensa, no total de quatro veículos-truques, onde o município através do SAAE está coletando e levando até o transbordo. O material é coletado diariamente em todo o perímetro urbano da sede do município. Todo o material coletado é depositado em contêiner, que são transportados até o aterro sanitário particular da empresa Sanorte, localizada no distrito da Primavera, município de Sorriso, onde o produto é armazenado em aterro sanitário devidamente licenciado, atendendo a mais 10 outros municípios próximos.

O material reciclável está sendo coletado através do SAAE, nos bairros Jardim, Jardim II, Centro, Jardim das Orquídeas, Nossa Senhora Aparecida e no setor de comércio localizado nessas comunidades. Nestas operações, os serviços estão sendo feitos por funcionários que trabalham em cooperativa prestadora de serviços ao SAAE, de forma que todos recebem o salário, mais insalubridade, não menor que R\$ 1.150,00 por mês.

● SITUAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO

De acordo com o arranjo institucional do município, os serviços de limpeza urbana estão atualmente sob a coordenação da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos.

Os principais resíduos gerados são:

- 1. Resíduos sólidos domiciliares
- 2. Resíduos dos serviços de saúde
- 3. Resíduos da construção civil e demolição
- 4. Resíduos da limpeza pública

Os resíduos sólidos domiciliares e comerciais correspondem aos resíduos originários de atividades domésticas em residências urbanas e são compostos por materiais secos e úmidos.

Os resíduos secos são constituídos principalmente por embalagens fabricadas a partir de plásticos, papéis, vidros e metais diversos, como também por embalagens “longa vida” e outros. Há predominância de produtos recicláveis, papelão e plásticos.

Já os resíduos úmidos são constituídos principalmente por restos oriundos do preparo de alimentos. Contém partes de alimentos in natura, como folhas, cascas e sementes, restos de alimentos industrializados e outros.

Os serviços de coleta de resíduos sólidos do município são diferenciados e divididos em coleta regular doméstico/comercial e coleta seletiva, conforme a sua fonte de geração, como resíduos sólidos domiciliares/comerciais e resíduos sólidos secos recicláveis, papel, papelão, plásticos e alumínio. A proporção dos resíduos sólidos, gerados em Nova Mutum encontra-se distribuído por categoria, conforme quadro a seguir:



TABELA 57 – COMPOSIÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DE NOVA MUTUM

TIPO	PERCENTUAL
Matéria Orgânica	49,73%
Madeira	0,72%
Resíduo Comum	16,35%
Plástico	13,19%
Papelão	10,11%
Metais	3,22%
Vidros	4,57%
Classe I	2,11
Total	100,00

Fonte PMGIRS-2012, PODIUM Serviços Ambientais Ltda.

A maior parte dos resíduos coletados é de origem domiciliar/comercial. As tabelas a seguir apresentam as estimativas de geração dos resíduos domiciliares e comerciais, resíduos dos serviços de saúde, resíduos da construção civil e resíduos da varrição e poda de árvores, para o ano de 2022 e 2032, com base na geração de resíduos sólidos do ano de 2012 e projeção populacional, adotando-se a taxa de crescimento anual de 4,20%, cerca de três vezes a taxa média de crescimento da população do Estado de Mato Grosso, segundo o IBGE.

TABELA 58 – RESÍDUOS GERADOS EM NOVA MUTUM NO ANO DE 2012

TIPO	T / DIA	T / ANO	PERCENTUAL
RDC	25,85	8.065,20	29,95
RSS	0,09	28,10	0,10
RCC	45,09	14.068,10	52,25
Varrição	6,63	2.068,60	7,68
Poda de árvores	8,64	2.695,70	10,01
Total	86,30	26.925,60	100,00

Fonte PMGIRS-2012, PODIUM Serviços Ambientais Ltda.

TABELA 59 – RESUMO DAS ESTIMATIVAS DE RESÍDUOS GERADOS EM NOVA MUTUM PARA O ANO DE 2022

TIPO	T / DIA	T / ANO	PERCENTUAL
RDC	39,01	12.170,00	29,95
RSS	0,14	42,40	0,10
RCC	68,04	21.228,10	52,25
Varrição	10,00	3.121,40	7,68
Poda de árvores	13,04	4.067,70	10,01
Total	130,22	40.629,60	100,00

Fonte PMGIRS-2012, PODIUM Serviços Ambientais Ltda.

TABELA 60 – RESUMO DAS ESTIMATIVAS DE RESÍDUOS GERADOS EM NOVA MUTUM PARA O ANO DE 2032

TIPO	T / DIA	T / ANO	PERCENTUAL
RDC	61,33	19.135,40	29,95
RSS	0,21	66,60	0,10
RCC	106,98	33.377,70	52,25
Varrição	15,73	4.907,80	7,68
Poda de árvores	20,50	6.395,70	10,01
Total	204,8	63.883,30	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal

Segundo o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – (PMGIRS-NM), elaborado pela empresa Podium Serviços Ambientais Ltda., os principais problemas, identificados na fase de diagnóstico da limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos domiciliares podem ser assim resumidos:

1. Acondicionamento inadequado dos resíduos pelos geradores, com a utilização de recipientes inadequados ou improvisados, pouco resistentes, mal fechados, muito pesados e com materiais sem a devida proteção;
2. Falta de observância aos dias e horários de coleta pelos geradores;
3. Acúmulo de recipientes no percurso de coleta;
4. Universalização da coleta diária cobrindo apenas a área central;
5. Precariedade das instalações de transbordo, incluindo a falta de licença ambiental;
6. Falta de controle por parte da Prefeitura sobre a disposição final no Aterro de Primavera e sobre sua vida útil;
7. Falta de autonomia política, gerando incerteza sobre a disponibilidade futura de utilização do Aterro de Primavera, já que localiza-se em outro município e encontra-se sobre a jurisdição de terceiros;
8. Baixa eficiência e abrangência do projeto de coleta seletiva.

Em relação ao manejo dos resíduos dos serviços de saúde os principais problemas identificados foram:

1. Ausência de planos de gerenciamento específicos para os resíduos dos serviços de saúde, de parte dos estabelecimentos geradores;
2. Armazenamento inadequado dos resíduos dos serviços de saúde na maioria das unidades geradoras;
3. Frequência inadequada da coleta dos resíduos dos serviços de saúde, a cada 15 dias;
4. Falta de fiscalização e controle sobre a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde realizada em outro município.

No que tange ao manejo dos resíduos da construção civil os principais problemas identificados foram:

1. Falta de planos de gerenciamento específicos para os resíduos da construção civil;
2. Falta de sinalização das caçambas;
3. Falta de fiscalização e controle sobre os volumes coletados, sobre o transporte e a disposição final realizada pelas empresas que operam as caçambas;

4. Ausência de triagem e reciclagem dos resíduos coletados;
5. Disposição final dos resíduos em local inadequado pelas empresas de caçambas, ocasionando poluição ambiental e apresentando riscos à saúde pública;
6. Descarte clandestino de resíduos em diversos pontos da malha urbana.

Já o que se relaciona ao esgoto sanitário coletado por caminhões auto-fossas os principais problemas são:

1. Falta de uso de equipamentos de proteção individual pelos coletores;
2. Falta de controle do poder público sobre o volume coletado;
3. Transporte feito de forma inadequada pelos caminhões, com frequente vazamento entre o local de coleta e o local de disposição final;
4. Falta de tratamento do esgoto coletado;
5. Disposição final em local inadequado, ocasionando poluição ambiental e apresentando riscos à saúde pública.

● DESCENTRALIZAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO

O Governo do Estado de Mato Grosso através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, está descentralizando o processo de licenciamento das atividades poluidoras de médio e baixo impacto, mas não está disponibilizando o software para atender a atividade e fazer o processo de fiscalização em tempo real, e recursos e materiais para que este seja viabilizado.

A fim de cumprir a parte que lhe cabe, o município está estruturando equipe técnica mínima necessária para operacionalização do processo de licenciamento.

Nesta fase estão sendo cadastradas todas as empresas com atividades poluidoras do município, passíveis de licenciamento ambiental, sejam de baixo, médio e/ou alto impacto.

Estão sendo adotadas medidas e ações progressivas junto às empresas locais no sentido de reduzir os impactos ambientais, através da implantação dos sistemas de tratamento de efluentes das atividades nos setores, da coleta, tratamento e destino dos resíduos, através de ações de fiscalização.

O licenciamento das atividades de médio e baixo impacto pelo município deverá iniciar no ano de 2016, dependendo da evolução do Estado e da equipe técnica do município.

O processo de descentralização só será devidamente implantado quando quanto o município estiver devidamente preparado.

● POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

O município de Nova Mutum está situado na Região Meio Norte do Estado de Mato Grosso, inserido na Bacia dos Parecís. Possui 951.859 hectares de área territorial, sendo 75.559 hectares (8%) denominado de Bioma Amazônico e 876.299 hectares (92%) denominado de Bioma Cerrado. Assim, caracteriza-se predominantemente como Bioma Cerrado, segundo o IBGE. Seu relevo é majoritariamente plano com áreas onduladas e parte de áreas dobradas.

A vegetação de Cerrado composta por Capim Navalha, Capim Rabo-de-Burro, entre outras gramíneas e plantas como Pequi, Jabuticaba do Cerrado, Goiabinha, Lixeira, Barbatimão, Sucupira, Ipê Amarelo, Jacarandá, Cambará do Brejo, Cambará, Pau-Olho, Faveiro, Lobeira, diversas Palmeiras como Buriti, Tucum, Gueirobinha e Bocaiúva, onde apresenta-se parte de Cerrado com plantas mais

retas de porte mais elevado, independente do tipo de solo, que popularmente chamam de Cerrado Médio e Pesado. Parte do Cerrado apresenta as plantas retorcidas, de porte menor, com presença de gramíneas nativas, sendo conhecido popularmente de Cerrado Leve, independente do tipo de solo.

A vegetação de mata apresenta grande diversidade de espécies destacando pela importância o Jatobá, Caixeta, Peroba, Peroba Mica, Agelin Pedra, Angelin Saia, Cedro, Pau Óleo, Garapera, Canelão, Seringueira, Mandiocão, Buriti e Tucum, entre outras.

A fauna é rica em diversidade e quantidade, onde são encontrados onças pardas e pintadas, lobo guará, lobete, raposas, porco espinho, tamanduá bandeira, tatu canastra, tatu bola, quatis, sagüis, macacos prego, macacos guariba, anta, veado, ratos silvestres, ratos d'água, lontra, ariranha, capivara, porco do mato, cateto, caititu, paca, cutia, arara vermelha e azul, papagaios, periquitos, pombas saleiras, pombas do mato, pomba juriti, pomba rola, jacu, macuco, mutum, urubus, gaviões, corujas, ema, seriema, perdigão, nambu, sucuri, jibóia, cascavel, jararaca, jararacuçu, cobra coral, cobra falca coral, cobra d'água, jaú, cachara, trairão, pacu, pacu peba, matríncha, jurupencen, palmito, piau, piau três pintas, lambaris, chorão, bagre e curimba.

O território do município foi dividido em 12 regiões distintas, com base nas características específicas quanto a classificação do solo, vegetação, projeto de ocupação e colonização, localização, regime de chuvas, topografia aptidão agrária, atividades desenvolvidas, sendo elas Projeto de Colonização 1ª Etapa, Projeto de Colonização 2ª Etapa, Projeto de Colonização 3ª Etapa/Água Limpa, Parolândia, Gleba Iracema, Ranchão, São Manoel/Novo Horizonte, Uirapuru, Ribeirão Grande, Zortea, Prodecer, Pontal do Marapê.

● LICENCIAMENTO AMBIENTAL

O licenciamento ambiental é procedimento administrativo pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades que utilizam recursos naturais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ao meio ambiente, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Elabora Cadastro Ambiental Rural (CAR), para propriedades com área até 500 hectares. O CAR consiste no registro eletrônico de imóveis rurais perante a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para fins de controle e monitoramento, devendo ser registrado com número em ordem sequencial, que constará em todas as certidões, licenças, autorizações e demais documentos necessários para a sua regularização ambiental, independentemente de transferência de propriedade ou posse.

Desde 2012, o município vem incentivando a adequação ambiental das propriedades rurais através do CAR, uma atividade de regularização da parte documental, sendo uma das primeiras ações necessárias para a adequação física-ambiental da propriedade rural.

Como princípio ambiental, o município assegura a necessária supressão de árvores no passeio público, com vistoria e deferimento ou não do seu corte e derrubada. Também expede a certidão da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para fins de liberação do alvará de funcionamento anual, que é a certidão de comprovação, após vistoria e recomendações de adequações, de que o empreendimento está apto a realizar sua atividade perante a visão ambiental pela conformidade da destinação dos seus resíduos.

A partir de janeiro de 2013, o município de Nova Mutum através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente vem cadastrando as atividades poluidoras dos setores da indústria, comércio e serviços, padronizando as ações buscando a adequação física.

A Prefeitura de Nova Mutum também vem implantando o cadastramento e adequação dos empreendimentos desde o ano de 2013 e iniciará o processo de licenciamento de atividades de médio e baixo impacto a partir do terceiro quadrimestre do ano de 2016.

● ARBORIZAÇÃO

O projeto de arborização desenvolvido pela Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, se iniciou no ano de 2013, com o plantio de mais 35 mil mudas de árvores de essências nativas e exóticas, arbustivas, arbóreas, arvores, frutíferas e flores. Na fase inicial, os trabalhos começaram com o planejamento, estruturação da equipe, limpeza das áreas, coleta das sementes e a produção das mudas.

Na segunda etapa iniciou-se o preparo das covas e o plantio de mudas nas áreas situadas à esquerda e direita dos Lagos 05, 06 e 07, Avenida das Garças, Avenida dos Pombos, Avenida das Seriemas, Ruas dos Bairros Residencial das Palmeiras, Bela Vista, Parque do Solo, Jardim Imperial e as Praças do Parque do Sol, Jardim Imperial, Alto da Colina, Parque das Águias, Bairro Araras, área verde dos Colégios Cecília Meireles e Carlos Drummond de Andrade e distribuição de mudas para a comunidade, para o plantio nos quintais, preferencialmente com frutíferas das espécies Coparil, Manga, Limão, Pitanga, Coco da Bahia, Caju e Acerola.

Em 2014, começou a ser feito o bosqueamento da vegetação às margens dos Lagos 01, 02, 03, 04, Praça II Bairro das Orquídeas, o preparo das áreas e o plantio de mudas nas Praças dos Bairros: Residencial das Palmeiras, Flor do Cerrado, Jardim II, Residencial dos Ipês, Bairro da Cohab Perdigão, Bairro Querobina, Avenidas do Residencial das Palmeiras, do Jardim Europa, na Avenida Brasil, Araras, Final da Avenida Mutum, Avenida das Águias, ruas do Bairro José Aparecido Ribeiro, Bairro Centro, Alto da Colina, Colina, Distrito do Ranchão, plantio nas duas faixas da ciclovia construída, plantio de Primavera na base dos super-postes nas avenidas e a manutenção nas áreas plantadas em 2013. Podas de formação ou poda drástica nas árvores antigas na área antiga da cidade, adubação e combate a pragas e doenças.

Em 2015 e 2016 serão efetuadas as manutenções nas áreas plantadas bem como o replantio das plantas mortas, podas de condução nas plantas do programa e nova poda drástica de formação nas plantas das áreas antigas, combate a pragas e doenças, adubação, plantio em todas as praças e avenidas atuais, também na Comunidade São Manoel e Vila Pontal do Marapê.

Até 2016 está programado o plantio de mudas nas praças, avenidas e ruas em todos os bairros implantados até 2014.

● EFLUENTES LÍQUIDOS

Os efluentes líquidos são todos destinados a fossas-sumidouros, com exceção das indústrias que fazem o tratamento e encaminham para os corpos receptores que são os rios.

Em 2013, a Prefeitura de Nova Mutum protocolou projeto do sistema de esgoto adaptado as exigências atuais, que passa por aprovação do projeto físico financeiro pelo Ministério das Cidades e Fundação de Atendimento Socioeducativo (Funase), para a liberação dos recursos.

O município pretende até 2016 estar com a estação de tratamento, as linhas coletoras-mestres e a parte central da cidade prontas e em operação.



● UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O município deverá também criar unidades de conservação, com indicação para parques municipais. Os locais serão escolhidos levando em consideração sua aptidão para o fim proposto, podendo estar tanto no perímetro urbano, área de expansão urbana ou na zona rural.

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, de Nova Mutum, encaminhou a solicitação a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a qual fez vistoria em alguns locais no município, e emitiu parecer favorável para a criação de tais unidades de conservação.



PLANO DIRETOR DE NOVA MUTUM

III - PROPOSTAS

1. ECONOMIA PROPOSTAS

1.a | ECONOMIA – CENÁRIO ATUAL

Com mais de 40 mil habitantes, Nova Mutum está em franco desenvolvimento. Em pleno coração do Mato Grosso, possui localização privilegiada. Além da BR- 163, as Rodovias Estaduais MT-249 e MT-235 formam importante entroncamento rodoviário regional, com acesso a vários portos nacionais e outras regiões do País.

O município mantém forte vínculo com o comércio exterior, exportando para os principais blocos econômicos como; China, Holanda, Japão e mais 26 países. Está inserido no circuito da Ferrovia do Centro-Oeste e da ferrovia que ligará Cuiabá a Santarém - Pará, ambas em estudos técnicos avançados.

Atualmente são aproximadamente 400 mil hectares de soja plantados, com produção superior a 1,2 milhão de toneladas de grãos. Aproximadamente 180 mil hectares são plantados de milho safrinha, resultando na produção de quase um milhão de toneladas na entressafra. Mais de 20 mil hectares de algodão, com mais de 70 mil toneladas produzidas.

Vale o destaque a produção de avicultura de corte, com abate diário de 320 mil aves, suinocultura com rebanho de 170 mil animais e o fomento de políticas voltadas para ovinocultura, piscicultura, apicultura e produção de leite.

O clima adequado favorece o desenvolvimento de cultivares da fruticultura, com ênfase para produção de uva, abacaxi e melancia. A produção de hortaliças com uso de tecnologias da hidroponia também é destaque e abastece o mercado interno e a capital do Estado.

Profissionais, estudantes, pesquisadores e empresários do agronegócio do Brasil e exterior tem Nova Mutum como destino certo. O turismo tecnológico é um dos fatores que também impulsiona o crescimento econômico, devido à implementação de tecnologias avançadas para o setor.

O município conta ainda com o maior complexo industrial de esmagamento de grãos da América Latina e a maior indústria de alimentos do País, também está presente com importante unidade produtiva. A diversificação do parque industrial abrange também o biodiesel, com capacidade de produção anual de 150 mil m³.

Neste contexto de pólo regional o município de Nova Mutum desenvolve-se também em importantes áreas de serviços, tais como rede hoteleira, centro gastronômico, serviços médicos especializados, e concentra esforços no processo de expansão de novos cursos universitários.

1.b | ECONOMIA – OBJETIVO ESPECÍFICO

O desafio de crescer com bases na sustentabilidade

O desenvolvimento sustentável não abrange apenas aspectos econômicos e ambientais, mas também:

- Qualidade de vida urbana e rural, através do planejamento urbano e rural integrados;
- Crescimento econômico com distribuição igualitária de renda;
- Aumento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), abrangendo saúde, educação, cultura e lazer;
- Melhoria das condições ambientais, com relação a água, esgoto, matas, ecossistemas e climas.

1.c | ECONOMIA - PROPOSTAS

Incremento de receita própria

- Atualizar a base cadastral municipal e a planta de valores, através da atualização da planta genérica de imóveis rurais;
- Atualização da planta genérica de imóveis urbanos.

Planejamento estratégico e modernização da gestão tributária

- Elaborar e implementar o planejamento estratégico de gestão tributária;
- Capacitar e equipar as equipes de fiscalização tributária municipal.

Incentivo à base econômica municipal

- Assegurar a assistência técnica e gerencial para os pequenos e médios produtores;
- Viabilizar a cooperação técnica com a Embrapa para a instalação de unidades demonstrativas;
- Viabilizar a regulação fundiária dos assentamentos rurais;
- Viabilizar a certificação da produção da agricultura familiar;
- Realizar pesquisa de abastecimento local;
- Reestruturação da Feira Municipal;
- Promover e incentivar a base econômica municipal, através de mecanismos fiscais e tributários;
- Consolidar atividades industriais existentes e promover treinamento e qualificação de mão-de-obra.

Consolidação de áreas industriais existentes e promoção da qualificação de mão-de-obra para atendimento à indústria

- Asfaltamento e melhoria da infraestrutura do Distrito Industrial Norte e Sul;
- Realização de uma legalização fundiária nas áreas existentes;
- Desenvolver programas de qualificação de administração de empresas de pequeno e médio porte e de mão-de-obra.

Implantação do novo distrito industrial

- Aquisição da área destinada ao novo distrito industrial;

- Implantação da infraestrutura para nova área industrial;
- Elaboração da proposta de criação de uma nova lei para cessão de novos terrenos em espaços industriais.

Promoção do adensamento das cadeias produtivas regionais e investimento no marketing municipal

- Elaborar termo de referência para contratação de consultoria especializada para assessorar a realização do estudo;
- Realizar estudo de viabilidade e adensamento das cadeias produtivas;
- Realização e participação de eventos, feiras e exposições, para a divulgação das potencialidades do município.

Criação e estruturação do Distrito Verde

- Aquisição de nova área para a implantação do Distrito Verde;
- Implantar a infraestrutura necessária para a alocação das empresas no local;
- Levantamento de informações sobre o volume e os tipos de resíduos gerados no município e região;
- Buscar empresas e/ou cooperativas para atuarem no distrito, transformando resíduos em produtos reciclados.

Implantação do novo parque de exposições

- Aquisição da área destinada à implantação do espaço;
- Implantação da infraestrutura necessária do local.

Fomento, marketing e divulgação do turismo tecnológico local

- Divulgação e participação em eventos nacionais e internacionais.

Melhoria da infraestrutura do Aeroporto Municipal

- Divulgação e participação em eventos nacionais e internacionais;
- Construção do terminal de embarque e desembarque de passageiros, área de estacionamento, iluminação e balizamento da pista.

Adesão de empresas informais à Lei de Microempresas

- Ampliar a parceria com o Sebrae para proporcionar assistência técnica e consultiva;

- Implantar o Centro de Apoio Empresarial;
- Desenvolver e capacitar o trabalho dos agentes de desenvolvimento no município;
- Intensificar o uso da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Estudos de viabilidade para a implantação de Parque Tecnológico

O planejamento municipal não pode ficar só no entendimento do território, da economia, do desenvolvimento social e das questões ambientais, todas fundamentalmente importantes, porém deve avançar na direção das áreas de ciência e tecnologia, que funcionarão como elemento de sinergia, provocando reações variadas e positivas entre o capital humano e o território trabalhado.

Portanto, a implantação de Parque Tecnológico é elemento básico para a instrumentalização deste processo.

1.d | ECONOMIA - METAS

Evolução de receitas

- Elevar a receita municipal, incrementando a arrecadação em 50% até dezembro de 2021.

Dinamização da base econômica municipal

- Assegurar o atendimento de 80% da demanda da merenda escolar com produtos básicos e 60% do mercado consumidor com produção local, até dezembro de 2021;
- Elevar a participação do setor industrial de 27% para 35% no Produto Interno Bruto (PIB), municipal até 2021;
- Triplicar o fluxo do turismo tecnológico em Nova Mutum;
- Reduzir a informalidade das pequenas e médias empresas comerciais e de serviços até dezembro de 2017.

2. EDUCAÇÃO E CULTURA PROPOSTAS

2.a | EDUCAÇÃO E CULTURA - CENÁRIO ATUAL

● EDUCAÇÃO

A implementação de políticas públicas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação, é condição e meio para o avanço científico e tecnológico entre a sociedade e, portanto, para o desenvolvimento do município, do Estado e do País, uma vez que a produção do conhecimento e a criação de novas tecnologias dependem do nível e da qualidade da formação das pessoas. Os preceitos reguladores para o estabelecimento de política pública de formação inicial e continuada e de valorização dos profissionais do magistério, devem observar, obrigatoriamente, todas as disposições legais vigentes.

A melhoria da qualidade do ensino é indispensável para assegurar à população local e brasileira o acesso pleno à cidadania e à inserção nas atividades produtivas. Esse compromisso, entretanto, não poderá ser cumprido sem a valorização dos profissionais da educação, que exercem papel decisivo no processo educacional. Para garantir e oferecer educação de qualidade, bem como desenvolver processo pedagógico consistente e exequível, é indispensável adotar política de gestão voltada à formação inicial e continuada e de valorização dos profissionais da educação.

Essa formação deve ser responsabilidade, principalmente, das instituições de ensino superior. A formação continuada do magistério é parte essencial da estratégia de melhoria permanente da qualidade da educação e tem como finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca do aperfeiçoamento técnico, ético e político. A formação continuada dos profissionais da educação pública deverá ser garantida pelas secretarias estaduais e municipais de educação, cuja atuação incluirá a coordenação, o financiamento e a manutenção dos programas existentes.

A valorização do magistério implica numa formação profissional que assegure o desenvolvimento da pessoa do educador enquanto cidadão e profissional, o domínio dos conhecimentos, objeto de trabalho com os alunos e dos métodos pedagógicos que promovam a aprendizagem. Salário condigno, competitivo, no mercado de trabalho, com outras ocupações que requerem nível equivalente de formação, e processo de educação continuada, que permita ao profissional o crescimento constante, dentro de visão crítica na perspectiva de novo humanismo.

É imprescindível implantar procedimentos de avaliação institucional, que contemplem a execução do programa de avaliação de desempenho do profissional do magistério, de forma sistemática e contínua, como condição de melhoria da qualidade de ensino e como aperfeiçoamento profissional.

Quando se trata de políticas educacionais, um dos aspectos de fundamental importância é o financiamento do setor da educação, tanto o que se refere a mecanismos de arrecadação de recursos, quanto à destinação e gestão dos recursos. A manutenção das escolas caracteriza as despesas fixas ou despesas correntes, como contratação e remuneração de profissionais da educação e despesas com energia, água, telefone, entre outras.

As despesas de capital constituem-se nos investimentos em equipamentos e obras. É necessária a verificação periódica da eficácia das políticas educacionais com o intuito de redirecioná-las, quando necessário. Essa verificação ocorre com o acompanhamento, a coleta e a análise de dados sobre o desenvolvimento do ensino/educação, bem como a avaliação, interna e externa, do desempenho dos alunos.

A gestão das escolas com a efetiva participação da comunidade escolar nas decisões e na elaboração das metas educacionais democratiza o processo de garantia dos recursos previstos pela Constituição de 1988, que possibilitem maiores investimentos na educação pública e a equidade em relação à aplicação do valor mínimo gasto por aluno em cada escola.

Estabelece a previsão do suporte financeiro às metas constantes deste Plano Municipal de Educação e dos próximos planos plurianuais; aprimoramento do regime de colaboração entre a União, Estados e municípios e entre a secretaria municipal para desenvolvimento de programa social de amplo alcance, que possibilite o acesso e permanência do educando na escola; e integração de ações e recursos técnicos, administrativos e financeiros do órgão municipal de educação e de outras secretarias, nas áreas de atuação comum.

Alocação de recursos para construção de novas unidades escolares municipais, como forma de atender a demanda escolar; Expansão da rede física, para elevar a qualidade da infraestrutura dos prédios escolares do município; Promoção e fortalecimento da gestão democrática, garantindo o caráter descentralizado, participativo e a autonomia da gestão.

Valorização e formação continuada para os trabalhadores da educação, que favoreçam a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem; garantia de atualização periódica do Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, oportunizando política salarial condizente com as necessidades dos profissionais da educação; garantia de merenda escolar de qualidade incrementada com produtos hortifrutigranjeiros locais; e garantia de transporte escolar aos educandos que dele necessitem.

A educação infantil, ofertada no município, pauta-se na Constituição Federal, Artigo 205, em que é vista como direito de todos, inclusive das crianças de zero a seis anos de idade, conforme reforça o Artigo 208: "O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade". E conforme o Artigo 7º, Inciso XXV dos Direitos Sociais, todo trabalhador urbano ou rural tem direito a "assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os seis anos de idade em creches e pré-escolas".

Conforme o Plano Nacional de Educação (2010-2020), no capítulo da Educação Infantil, esta será ofertada prioritariamente pelo município, com a colaboração da sociedade e cooperação técnica e financeira da União e do Estado, visando o pleno desenvolvimento da criança, seu convívio social e familiar.

De acordo com o Art. 389, Parágrafo 1º e 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT): "Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação".

Face ao exposto, as empresas locais, são obrigadas, na forma da legislação federal, a manter creches e pré-escolas para filhos de seus empregados, podendo, o município, estabelecer em convênio com tais empresas para manutenção de Centros Municipais de Educação Infantil.

A Educação Infantil, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é considerada a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no Art. 29, onde se lê "(...) tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, implementando a ação da família e da comunidade".

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069/90 enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre União, Estado e município.

O Plano Nacional de Educação dispõe que a União e o Estado devem exercer a ação supletiva

junto aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras. Contudo, a responsabilidade maior é da esfera municipal. Em conformidade com as legislações superiores, Resolução n° 005/2009, (CNE/CEB), a Resolução n° 02/2011 do Conselho Municipal de Educação de Nova Mutum estabelece as normas e princípios da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino e frisa que “A Educação Infantil tem como finalidade proporcionar condições adequadas para promover o bem-estar das crianças, seu desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social; ampliar suas experiências e estimular o interesse das crianças para o conhecimento do ser humano, da natureza e da sociedade”.

Desta forma, a proposta para a Educação Infantil no município, deverá considerar os seguintes princípios:

- Compreender a Educação Infantil nos aspectos de educar e cuidar;
- As instituições de Educação Infantil devem elaborar, programar e avaliar suas propostas pedagógicas, a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, conforme a Resolução n° 005/2009;
- As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem buscar a interação entre as diversas áreas do conhecimento e valores;
- As instituições de Educação Infantil, nas suas propostas pedagógicas, devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e registros de etapas, alcançadas nos cuidados e educação com crianças de zero a seis anos sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental;
- A Educação Infantil tem como função diferenciada e complementar, a ação da família, o que implica profunda, permanente e articulada comunicação entre elas;
 - Aos alunos com necessidades educacionais especiais, deverá ser assegurado o atendimento educacional especializado, mediante avaliação e interação com a família e comunidade;
- Os profissionais da Educação Infantil devem ser qualificados para o desempenho de suas funções com crianças de zero a seis anos;
- A formação inicial e a continuada dos profissionais da Educação Infantil são direitos e devem ser assegurados a todos pelos sistemas de ensino com a inclusão nos planos de carreira;
- A política, voltada para a Educação Infantil, deve articular-se com as do Ensino Fundamental, com as orientações e política da educação para a diversidade; saúde, assistência social, justiça, direitos humanos, cultura, Fóruns de Educação Infantil e outras organizações da sociedade civil.

A prioridade na Educação Fundamental é de ministrar o ensino com base nos princípios de educação de qualidade para todos. Em Nova Mutum, uma das prioridades é assegurar a continuidade da universalização do Ensino Fundamental, considerando a indissociabilidade entre acesso, permanência e sucesso escolar. O Ensino Fundamental é obrigatório, gratuito e se constitui um direito público subjetivo de todas as crianças e adolescentes de 06 a 14 anos. As diretrizes norteadoras do Ensino Fundamental do município baseiam-se na Constituição Federal, na LDB, nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no Plano Nacional de Educação, nas Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso, no que dizem respeito a:

- O Ensino Fundamental com duração de nove anos como política educacional que garanta às crianças o ingresso mais cedo no sistema de ensino e o progresso nos estudos, alcançando maior nível de escolaridade.

- A escola como instituição privilegiada que se propõe a socializar o conhecimento produzido, disseminando-o e criando condições para transformar este conhecimento, atendendo às demandas sociais.

- Construção de conhecimentos e a formação cidadã mediante a interação ativa, crítica e reflexiva com o meio físico e sociocultural.

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

- A compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

- O fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do pleno exercício da cidadania.

- Garantia de apropriação do conhecimento para trajetória escolar de sucesso, contemplando proposta de correção de fluxo, adotando políticas educacionais destinadas a corrigir a distorção série/ano escolar, demandada pela evasão e retenção.

- Criação de condições adequadas à aprendizagem das crianças e dos adolescentes, com recursos didáticos, tempo e espaço apropriados para cada faixa etária.

- Organização de processo educativo em ciclos, através de seus princípios de democratização do espaço escolar, respeito aos ritmos de aprendizagem e promoção de processo dinâmico e contínuo de ensinar e aprender.

A Educação Especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino, com a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência dos educandos.

Várias são as formas, os recursos e as respostas que refletem maneiras de enfrentar a diversidade na educação. As ações educativas não podem apoiar-se na homogeneidade de formas de trabalho, precisa ser educação interessante e desafiadora, com flexibilidade para atender as múltiplas situações.

O planejamento das adequações curriculares fica a cargo da escola, de acordo com sua proposta pedagógica e planejamento de sala de aula, em relação aos objetivos, aos conteúdos, à metodologia, à temporalidade e à avaliação pré-estabelecidos no Plano de Atendimento Educacional Especializado (AEE), elaborado especificamente para cada educando especial, com o apoio e acompanhamento da Coordenação Municipal de Educação Especial.

Nessa perspectiva, a Educação Especial em Nova Mutum busca dar novo significado as suas ações, ampliando sua abrangência, oferecendo respostas educativas às necessidades dos educandos em todas as etapas e modalidades de ensino, promovendo a continuidade da oferta de apoios e serviços especializados, tanto no contexto inclusivo, quanto nos espaços de educação não formal e instituições do terceiro setor.

Estimular a visão complexa da questão ambiental, a partir das interações dinâmicas entre ambiente, cultura e sociedade, considerando as influências políticas na relação humana com o ambiente, bem como o estudo da diversidade biológica e seus processos ecológicos vitais, abordando a Educação

Ambiental com dimensão sistêmica, inter, multi e transdisciplinar, de forma contínua e permanente em todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares em projetos e atividades inseridos na vida escolar e acadêmica.

Enfatizar a natureza como fonte de vida e relacionando o meio ambiente com outras dimensões, como a pluralidade étnico-racial, enfrentamento do racismo ambiental, justiça social e ambiental, saúde, gênero, trabalho, consumo, direitos humanos, dentre outras.

Maior valorização da diversidade sob a ótica da Educação Ambiental, trazendo os múltiplos saberes e olhares científicos, de povos originários e tradicionais sobre o meio ambiente, captando os vários sentidos que os grupos sociais lhes atribuem numa perspectiva transdisciplinar.

Inserção da Educação Ambiental no projeto político-pedagógico dos estabelecimentos de ensino de forma multi, transdisciplinar e interdisciplinar, como plano coletivo da comunidade escolar e acadêmica; preservação e recuperação ambientais voltados para a melhoria da qualidade de vida, combatendo práticas relacionadas ao desperdício, degradação e consumismo.

A Educação do Campo se afirma na defesa de País soberano e independente, vinculado à construção de projeto de desenvolvimento, no qual a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade, que se opõe ao modelo de educação rural vigente. Nessa perspectiva, a escola torna-se espaço de análise crítica para que se levantem as bases para a elaboração de outra proposta de educação e de desenvolvimento: a da inclusão social.

Busca-se desenvolver proposta de educação voltada para as necessidades das populações do campo e para a garantia de escolarização de qualidade, tornando-se o centro aglutinador e divulgador da cultura da comunidade e da humanidade.

Implementar políticas públicas que fortaleçam e sustentam os sujeitos e estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversas entre estes povos: a primeira é que não pode se construir política de educação idêntica para todos os povos do campo; a segunda, por ser heterogênea, deve ser articulada às políticas nacionais e estas, devem-se articular às demandas e às especificidades de cada lugar, ou de cada espaço.

Para conceber educação a partir do campo e para o campo, é necessário mobilizar e colocar em cheque ideias e conceitos há muito tempo estabelecidos pelo senso comum. Mais do que isso, é preciso desconstruir paradigmas, preconceitos e injustiças, a fim de reverter as desigualdades educacionais, historicamente construídas, entre campo e cidade.

No paradigma da Educação do Campo, para o qual se pretende migrar, preconiza-se a superação do antagonismo entre a cidade e o campo, que passam a ser vistos como complementares e de igual valor. Ao mesmo tempo, considera-se e respeita-se a existência de tempos e modos diferentes de ser, viver e produzir, contrariando a pretensa superioridade do urbano sobre o rural e admitindo variados modelos de organização educacional.

Esse pensamento tem como orientação o cumprimento do direito de acesso universal à educação e a legitimidade dos processos didáticos localmente significados, somados à defesa de projeto de desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável. Neste projeto de desenvolvimento, a Escola do Campo tem papel estratégico.

A necessidade de mudança do paradigma da Educação Rural para o da Educação do Campo se dá não só pela análise crítica da escola rural como também das propostas desenvolvimentistas para o campo, em geral centradas no agronegócio e na exploração indiscriminada dos recursos naturais.

Os conceitos relacionados à sustentabilidade e à diversidade complementam a Educação do Campo ao preconizarem novas relações entre as pessoas e a natureza e entre os seres humanos e os demais seres dos ecossistemas. Levam em conta a sustentabilidade ambiental, agrícola, agrária, econômica, social, política e cultural, bem como a equidade de gênero, étnico-racial, intergeracional e a diversidade sexua.

● CULTURA

Na era da informação, da tecnologia, das indústrias criativas e do conhecimento, a cultura, além de ser direito constitucional fundamental, se mostra como um dos segmentos mais dinâmicos e importantes para a economia, produzindo riqueza, emprego e renda, além de ser forte e eficiente instrumento de transformação e inclusão social. Sendo assim, o setor cultural se apresenta como área estratégica para o desenvolvimento econômico e social do município, do Estado e do País.

A gestão pública da cultura de forma cuidadosa, sem dirigismo e sem interferência no processo criativo, precisa assumir, de forma plena e responsável, a parte que lhe cabe no planejamento, formação, difusão e fomento, além de ter sempre em mente que é preciso estruturar e incentivar a sua economia.

Outra responsabilidade inerente ao poder público é a preservação da memória e da identidade cultural, que devem ser organizadas de forma clara, a fim de proteger e preservar o patrimônio material e imaterial do município sob sua gestão.

Hoje, mais do que nunca, faz-se necessário organizar e estruturar a economia da cultura tendo em vista que, a cada dia, ela se mostra como uma das colunas centrais no processo de desenvolvimento das cidades, exigindo atenção especial das gestões locais para com o planejamento e a implementação de políticas que sejam realmente públicas, para que, assim, possam dar respostas mais rápidas aos desafios impostos e às transformações sociais e culturais que, diariamente, batem à sua porta.

A política cultural realmente pública e democrática reconhece a existência e a importância das múltiplas culturas existentes em uma mesma sociedade. O poder público e os representantes da sociedade no Conselho de Políticas Culturais deverão auxiliar a sociedade local no entendimento de que a cidade é como grande palco da produção cultural contemporânea, espaço de liberdade e de encontro dos diferentes. Desse modo, deve-se estimular a autonomia dos diferentes grupos culturais. O poder público deve também facilitar os canais de comunicação com os produtores e artistas e, principalmente, promover um diálogo intercultural envolvendo todos os atores presentes na cena cultural da cidade.

Nova Mutum é exemplo de território em que a diversidade cultural evidencia-se na variedade de povos com diferentes origens e hábitos, o que, na verdade, significa grande riqueza, tendo em vista que, tratando-se de cultura, o maior patrimônio que um município pode ter é a diversidade.

O Departamento de Cultura de Nova Mutum tem, sob sua responsabilidade, a administração de diversos equipamentos culturais, como Cine Teatro, Casa da Cultura e Biblioteca Municipal.

O Cine Teatro, denominado "Ipê Roxo", foi criado pela Lei nº 1.262, em abril de 2010. O espaço é direcionado aos alunos de instituições públicas e privadas, e também para reuniões e palestras diversas.

A Casa da Cultura é iniciativa da Prefeitura em parceria com o Programa Despertando Talentos. A unidade funciona desde 2009, em espaço locado pelo município, não contando, portanto, com sede própria. Com as oficinas do programa, atende alunos de 07 a 17 anos. Os cursos oferecidos são de violão viola, guitarra, contrabaixo, percussão, bateria, ballet, capoeira, dança de rua, jazz, teclado, desenho em grafite, hip-hop, fotografia, dança do siriri, dança do ventre, flauta, teclado e pintura em tela.

Criada pela Lei nº 17, em 11 de maio de 1989, a Biblioteca Municipal Hilda Strenger Ribeiro ganhou, em 2011 sede própria, localizada na Rua dos Flamboyants, nº 150W, no Centro de Nova Mutum. Em espaço amplo e apropriado, a biblioteca ganhou mais espaço para o seu acervo e dinamismo no atendimento.

Nova Mutum conta com duas iniciativas que se destacam na preservação da dança, enquanto cultura popular. São os grupos de danças tradicionalistas ligados ao Centro de Tradições Gaúchas e ao Centro de Cultura Mato-Grossense. Por sua organização e dedicação, estes grupos vêm recebendo reconhecimento em competições, no cenário estadual e nacional, sendo ambos premiados em várias delas.

Há ainda um grupo dedicado à pesquisa e difusão da dança afrobrasileira e capoeira, que atua em parceria de entidades com a Prefeitura, desenvolvendo trabalhos artísticos e culturais voltados a crianças e jovens em condições de vulnerabilidade social, por meio do programa de oficinas mantidas pelo Departamento de Cultura. A Prefeitura de Nova Mutum apoia estes grupos também por meio de convênios firmados junto ao Departamento de Cultura. Ressalte-se ainda que existem outras iniciativas de grupos de danças típicas europeias, em especial a Italiana e alemã e também a estruturação de mais um grupo independente, que atua com danças tradicionalistas, o Centro de Tradições Nordestinas.

Em Nova Mutum, o hip-hop e a dança de rua estão presentes há alguns anos. Atualmente, contam com alguns grupos organizados, que têm visibilidade regional.

Por meio do Programa Despertando Talentos, a Prefeitura Municipal mantém, em sua grade, oficinas regulares destes segmentos. Estas oficinas têm grande repercussão entre crianças e jovens.

A prática do ballet e do jazz tem sido incentivada no município também por meio das oficinas ligadas ao Programa Despertando Talentos. Há, ainda, escola e academia voltadas para o ensino desta modalidade de dança.

No município encontra-se em funcionamento um Conservatório de Música desde 2009. A unidade conta com mais 150 crianças matriculadas. A entidade é gerida pela Associação Cultural e Social de Nova Mutum, mantida com recursos públicos por meio de convênios via Departamento de Cultura, e com recursos privados de empresas atuantes no município.

A música popular faz parte das origens de Nova Mutum, tendo diversos músicos e várias escolas particulares que se destinam ao ensino musical. Abrangendo os mais diversos estilos e gêneros, a música popular, por si, difunde-se em massa no município.

O Programa Despertando Talentos também atende estudantes de música, oferecendo oficinas de ensino dos mais variados instrumentos e trabalhando com a formação de bandas.

O artesanato tem significativa representatividade. Além dos artistas autônomos, a Secretaria Municipal de Assistência Social promove cursos para o fomento do ensino de diferentes tipos de artesanato.

Dentro do Programa Despertando Talentos, o município oferece ainda oficinas de desenho e grafite, atuando diretamente com o público jovem, onde são repassadas as mais variadas técnicas de desenho.

O registro fotográfico é presente em Nova Mutum desde suas origens. Na Biblioteca Municipal, existe extenso acervo de fotografias que retrata as várias etapas de desenvolvimento do município.

A partir de 2012, o município promove a oficina profissionalizante de fotografia, por meio do

Programa Despertando Talentos, atendendo 30 jovens.

A preservação e o incentivo à cultura popular são vistas como de extrema importância pela sociedade mutuense. Isso se reflete nos dois principais movimentos e equipamentos culturais existentes em Nova Mutum, como são o Centro de Cultura Mato-Grossense (CCM) Flor de Pequi, e o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Porteira da Amazônia.

Está em processo de estruturação um Centro de Tradições Nordestinas, que em breve participará no enriquecimento da cultura mutuense.

O município de Nova Mutum tem também extensa programação de festas e comemorações tradicionais que acontecem ao longo de todo o ano, sendo principalmente festas religiosas.

2.b | EDUCAÇÃO E CULTURA – OBJETIVO ESPECÍFICO

Objetivo Específico - Educação

● **Educação Infantil:** Atender as crianças de zero a 05 anos garantindo-lhes um currículo específico voltado ao desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial através do cuidar e educar com interações e brincadeiras.

● **Ensino Fundamental:** Atender todas as crianças de 06 a 11 anos (1º e 2º Ciclo) com atenção especial a alfabetização até os 08 anos de idade, garantindo padrões de qualidade, acessibilidade, inclusão e continuidade de estudos.

● **Ensino Médio:** Desenvolver ações de forma articulada à Rede Estadual de Ensino, promovendo o acesso e a conclusão dessa etapa, primando pela formação integral do educando.

● **Educação de Jovens e Adultos:** Incentivar e garantir o acesso a educação para as pessoas que em idade escolar não concluíram seus estudos.

● **Ensino Profissionalizante:** Oferecer oportunidades de formação profissional, gerar e difundir tecnologias que atendam a demanda do mercado de trabalho, formando profissionais competentes e cidadãos conscientes.

● **Ensino Superior:** Oportunizar aos egressos do ensino médio, cursos de qualidade em centros de excelência abrangendo o ensino, pesquisa e extensão que atendam os anseios da sociedade local, preferencialmente públicas, e a demanda de recursos humanos qualificados dos setores produtivos.

● **Formação Continuada:** Ofertar formação continuada a todos os profissionais da educação, através da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pelos programas de formação continuada das escolas, de modo a melhorar as concepções pedagógicas desenvolvendo-se a teoria e a prática de forma eficiente e eficaz.

Objetivo Específico - Cultura

As diretrizes gerais definem a linha de políticas públicas de cultura e as questões centrais a serem respondidas pelos programas e projetos a serem apresentados no Programa Estratégico do Plano Municipal de Cultura.

● Nortear todo o planejamento e ações políticas relacionadas à cultura sobre três colunas: formação, fomento e difusão;

● Priorizar, no orçamento municipal, os recursos públicos para a cultura e buscar ampliar os investimentos para o setor através de parcerias institucionais e patrocínios empresariais;

● Manter registros e controle estatístico sobre os avanços dos programas, com o número de crianças, jovens e adultos beneficiados;

● Fortalecer todas as manifestações da cultura local e promover o intercâmbio cultural com outras cidades do Brasil;

- Atuar, de forma transversal, com as áreas da educação, turismo, planejamento urbano, meio ambiente, segurança pública e desenvolvimento econômico e social.
- Fomentar ações direcionadas à implementação de políticas públicas de cultura, de forma sistemática e permanente, onde os eventos sejam parte integrante de um processo;
- Construir Centro Cultural de múltiplo uso nas diversas regiões do município;
- Promover a valorização e a reprodução dos valores e saberes preservados pelas culturas tradicionais por meio da tradição oral;
- Reestruturar o Departamento de Cultura de Nova Mutum, para que o órgão, com as estruturas financeira, física e de pessoal, possa absorver as novas diretrizes traçadas pelo Plano Municipal de Cultura.

2.c | EDUCAÇÃO E CULTURA – PROPOSTAS

● EDUCAÇÃO

Educação Infantil e Ensino Fundamental

- Estabelecer parceria com as empresas para oferecer creches para as crianças de zero a 03 anos, filhos de mães operárias;
- Garantir o acesso e permanência para alunos de 04 a 11 anos de idade;
- Estabelecer parceria com as demais redes para garantir o acesso e sucesso de alunos de 04 a 17 anos.
- Ampliar a rede física escolar de acordo com o crescimento demográfico de modo a não permitir crianças fora da escola, por falta de vagas, principalmente em creches.
- Garantir o ingresso de profissionais habilitados através de concurso público e oferecer formação continuada.
- Valorizar o profissional da educação com adequações constantes do Plano de Cargos, Carreira e Salários.
- Garantir o cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME).
- Ampliar, modernizar e manter os laboratórios de informática nas unidades escolares.
- Organizar o Sistema Municipal de Ensino com elaboração e expedição de legislação para fortalecimento da educação, com garantias de padrões de qualidade, valor aluno/ano e currículos específicos.
- Ampliar gradativamente a escola integral.
- Assegurar a construção de ginásio coberto em todas as escolas.

Ensino Médio

- Estimular projetos que envolvam a comunidade escolar e assegurar a rede de proteção com as demais secretarias.
- Incentivar o atendimento de todos os alunos egressos do Ensino Fundamental.
- Garantir o cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME) e PEE.
- Valorização do profissional da educação.

Educação de Jovens e Adultos

- Reduzir a taxa de analfabetismo em pessoas acima de 15 anos
- Estabelecer políticas com empresas locais para o incentivo de formação/aquisição de escolaridade e desenvolvimento da educação profissional

Ensino Profissionalizante

- Qualificar a mão de obra nas especificações e padrões exigidos nas atividades econômicas desenvolvidas na região.
- Fortalecer o ensino técnico na Escola Municipal Rural Produtiva Ranchão.
- Estabelecer parcerias com o Sistema “S” junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
- Buscar a instalação de escolas técnicas federais.
- Garantir o cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME).

Ensino Superior

- Propor parcerias de formação continuada com o campus da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), de Nova Mutum.
- Instalar a Universidade Aberta (UAB), com cursos específicos em educação.
- Ampliar a oferta de novos cursos pelo campus local da Unemat de acordo com as demandas do município.
- Garantir o cumprimento do Plano Municipal de Educação (PME).

Apoio à alfabetização de jovens e adultos e formação de professores

- Formação de orientadores e professores até dezembro de 2014;
- Implementação das ações do Programa a União Faz a Vida.

Ampliar a infraestrutura básica de Centros de Educação Infantil

- Construção de 07 Centros de Educação Infantil até 2021, sendo 02 unidades até 2017;
- Reforma e ampliação de 03 Centros de Educação Infantil existentes no município até 2016.

Estabelecimento de Programa de Formação Continuada para profissionais da Educação Infantil

- Realização de 04 palestras anuais e cursos de formação

Educação em Tempo Integral

- Atender 70% dos alunos de 03 anos até 2017 e 80% até 2021;
- Atender em tempo integral 50% dos alunos de 04 e 05 anos até 2017 e 70% até 2021;
- Contratação de professores, monitores e funcionários com habilitação específica;
- Ampliação e adequação dos espaços escolares.
- Estimular o desenvolvimento de atividades extracurriculares nas escolas, através do trabalho com o meio-ambiente, legislação e trânsito e ensino de música.
- Estabelecer o Programa de Educação no Trânsito de forma continuada nas escolas

Ampliação da oferta de salas de aula

- Construir até 2017, Complexo Educacional que contemple atividades pedagógicas, esportivas e de lazer, para atendimento de 1.200 alunos do Ensino Fundamental e outro complexo para 2021;
- Reestruturar e equipar 100% das escolas municipais ou 08 estabelecimentos até 2017.
- Ampliar e estruturar a Escola Cecília Meirelles

Investimento na formação de profissionais da educação e valorização do magistério

- Ampliação dos programas de formação continuada para professores e profissionais de serviço e apoio escolar;
- Reestruturação do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos profissionais da Educação até dezembro de 2017.

Atendimento da demanda de transporte escolar

- Ampliar a frota escolar em 02 ônibus até dezembro/2014. Renovar e ampliar a frota escolar com aquisição de 03 ônibus anualmente até 2021.

Realização de pesquisa de avaliação institucional e incentivo a prática do recebimento de sugestões

- Realizar a pesquisa semestral de avaliação institucional. Implantar caixinhas de reivindicações e sugestões nas escolas, destinadas ao Conselho Municipal de Educação.

● CULTURA

Ampliação e adequação de espaços culturais

- Construir 01 Centro de Cultura Municipal, com biblioteca, anfiteatro e salas para oficinas, até 2017;
- Equipar o Centro de Cultura Municipal até 2017.

Implantar ações de fomento à cultura no município

- Levantamento e cadastramento do potencial humano envolvido com as diversas expressões artísticas;
- Promover cursos de qualificação para produtores culturais, artesãos e artistas locais;
- Realização de eventos e festivais.

Implementação efetiva às ações da Lei Nº1597/2012

- Assegurar a revisão e a avaliação do Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Cultura a cada 02 anos.

Ampliação e apoio à parceiros com organizações sociais e iniciativa privada

- Propiciar as associações constituídas, repasse financeiro, incentivando as culturas locais.
- Viabilizar as parcerias com a iniciativa privada.

Criação e estruturação da Secretaria Municipal de Cultura

- Prever dotação orçamentária para a pasta
- Realização de concurso público

Incentivo à Cultura

- Assegurar, por intermédio de dotação própria para a cultura, a integração dessa área com a educação, viabilizando ações de formação, produção e difusão cultural no âmbito escolar;
- Traçar planejamento estratégico das políticas públicas de cultura, de modo integrado com as políticas públicas de educação, assistência social, esportes, turismo, desenvolvimento econômico, meio ambiente e saúde e os programas voltados à juventude, infância e terceira idade;
- Qualificar, por meio de seminários, os produtores culturais e os artistas locais, para que conheçam e utilizem as leis municipais, estaduais e federais de incentivo à cultura;
- Implantar programa de editais, para garantir a democratização do financiamento público, contemplando a diversidade cultural existente no município;

- Estimular a apropriação cultural de espaços públicos disponíveis, como escolas, praças, creches e asilos, promovendo ações culturais de interesse da comunidade.
- Criar a Semana Cultural de Nova Mutum, envolvendo a comunidade organizada por associações ou representações das culturas regionalistas brasileiras existentes no município, oportunizando apresentações artísticas, culinária típica, artesanato, entre outras atividades próprias de cada cultura.
- Conhecer e escolher os bens que se tornarão patrimônio cultural, com a preocupação de refletir nesta escolha os anseios da sociedade;
- Organizar o conjunto de bens por meio de pesquisa, inventários, cadastros e registros audiovisuais;
- Utilizar meios de comunicação e os ensinamentos formal e informal para a educação e informação da comunidade, a fim de estimular o sentimento de valorização dos bens culturais e a reflexão sobre as dificuldades de sua preservação;
- Criar lei de tombamento do patrimônio material e imaterial, com mecanismo tributário incentivador da preservação;
- Constituir legalmente o Museu ou Espaço de Memória, via decreto municipal;
- Fortalecer ações de formação cultural da população, dos agentes culturais municipais e dos conselheiros;

2.d | EDUCAÇÃO E CULTURA - METAS

● EDUCAÇÃO

Educação pública de qualidade em toda a rede municipal

- Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos para 99% até dezembro de 2017;
- Garantir que as crianças sejam alfabetizadas até os 08 anos de idade;
- Assegurar em 100% o atendimento escolar da população de 04 e 05 anos e ampliar até 2021, a oferta de Educação Infantil de forma a atender 90% da população de zero a 03 anos;
- Garantir a permanência e o sucesso escolar de 100% dos alunos de 06 a 14 anos.
- Reduzir totalmente a distorção idade/ano nos anos iniciais do ensino fundamental através da enturmação no ato da matrícula.
- Ofertar apoio pedagógico a todos os estudantes provindos da enturmação e os que possuem dificuldade de aprendizagem.
- Assegurar os padrões de qualidade para atendimento a todos da rede municipal de ensino.
- Implantar mecanismos para elaboração e implementação da proposta pedagógica em 100% das escolas públicas e privadas do Sistema Municipal de Ensino.
- Implantar sistema de comunicação, através de novas tecnologias em todas as escolas da rede.
- Garantir a qualidade na merenda escolar oferecida tanto na rede pública quanto na rede privada.
- Garantir o transporte escolar para os alunos da zona rural em parceria com o Estado.
- Criar um polo regional de formação em educação e cultura.
- Implementar em 100% a Educação do Campo conforme suas necessidades.

● CULTURA

Atividades Culturais

- Ampliar em 50% a oferta de atividades culturais até 2021
- Construir espaço próprio para o Centro Cultural;
- Criar Programa de Preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial;
- Construir um Museu ou Centro de Memória no município para a preservação do patrimônio cultural;
- Constituir a Secretaria Municipal de Cultura.

3. SAÚDE PROPOSTAS

3.a | SAÚDE - CENÁRIO ATUAL

- **Setor de Compras e Licitação:** As compras são procedidas de pesquisa de preços, em pelo menos 03 estabelecimentos cadastrados ou não, que comercializem o bem ou serviço a ser adquirido.

- **Almoxarifado Central:** Departamento responsável pela distribuição de materiais para hospitais e postos de saúde, este setor recebe e armazena mercadorias, produtos e materiais, envia e recebe mercadorias ou materiais; atua na separação e organização de mercadorias em central de distribuição, auxilia na verificação e na embalagem de produtos prontos; faz a conferência de produtos recebidos e anota os dados em planilhas; verifica o estoque e anota os produtos que estão em falta ou que não tem muita saída; atua na etiquetagem de mercadorias especificando lote, quantidade, cor, etc

- **Setor de Sistemas de Informação de Serviços do Sistema Único de Saúde (SUS):** BDCNES, CADÚNICO, Cartão SUS, FAE/BPA, GIL, PAP-VS, PNI, SGAIH, SIA/SUS, SIAB, SIFAB, SIGAB, SIH/SUS, SIM, SINAN, SINASC, SIOPS, SISCIH, SISFAD, SISHIPERDIA, SISMAL, SISPACTO, SISPRENATAL, SISVAN.

- **Assistência Social:** Encaminha providências e presta orientação social a indivíduos, grupos e a população no que se refere as ações referentes a saúde dos usuários. Os atendimentos são realizados por assistente social da Secretaria Municipal de Saúde. A Assistência Social desenvolve as seguintes atividades: tratamento fora do domicílio, atendimento de órtese/prótese, processo interno para dieta enteral, atendimento de prótese auditiva, atendimento de fornecimento de medicamentos e insumos não fornecidos pela Rede Estadual.

- **Setor de Controle e Avaliação do SUS:** Controla e acompanha a relação/produção/faturamento; acompanha os termos de ajustes, contratos e convênios com os prestadores de serviços de saúde; acompanhamento da aplicação dos recursos destinados ao SUS no município; cadastramento de prestadores de serviços de saúde; cadastramento dos usuários do SUS no município; realiza o processo da produção dos prestadores de saúde públicos e privados; realiza a alimentação dos sistemas de informação ambulatoriais do SUS (SIAB, SIA, APAC, SISVAN, Bolsa Família, SISPRENATAL, SISCOLO, SISMAMA), avalia a relação entre programação / produção / faturamento; avalia a qualidade dos serviços oferecidos e a satisfação dos usuários do SUS; avalia os resultados e impacto das ações e serviços no perfil epidemiológico da população; e produz informações para a gestão, subsidiando a tomada de decisão.

- **Central de Regulação de Vagas:** É serviço criado pelo SUS com o objetivo de agilizar e administrar melhor o acesso dos usuários às consultas especializadas, exames, internações e outros, com maior facilidade na utilização e mais eficiência no atendimento. Responsável também pelo agendamento e transporte de pacientes, para realização de exames e consultas médicas especializadas, dentro e fora do município.

- **Serviços Gerenciados pela Central de Regulação:** Controla as internações de urgência e as eletivas, ou que poderiam esperar; os exames de laboratório, de medicina nuclear, ressonância magnética, tomografia, etc; os procedimentos de alta complexidade, como cirurgias; o tratamento em outro município; o apoio e informação ao usuário; exames e procedimentos oferecidos pelos consórcios; e consultas especializadas.

- **Cartão SUS:** É cartão instituído e regulamentado através da Portaria Nº 017/2001, do Ministério da Saúde, que serve para identificar o usuário do SUS em todo o território brasileiro. É obrigatório para a autorização dos procedimentos financiados pelo SUS. O cadastro do Cartão de Identificação do SUS deve ser realizado na unidade de saúde de referência do usuário que, ao recebê-lo, deverá conservá-lo para futuras marcações. Deve ser guardado junto aos documentos de identificação, pois

será necessário todas as vezes que a pessoa precisar de exame ou procedimento.

- **Conselho Municipal de Saúde (CMS):** O conselho é órgão composto por representantes do governo, dos prestadores de serviço do SUS, profissionais de saúde e usuários ou sociedade. Atua na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão confirmadas pelo Poder Executivo do município. Tem caráter permanente e deliberativo. Todos os representantes do conselho devem estar a serviço do SUS, de seus princípios e diretrizes. Nesse sentido, cabe aos conselheiros negociar soluções, ou seja, discutir e buscar acordos uns com os outros, visando encontrar as melhores saídas para os problemas que afligem a população.

- **Unidade Básicas de Saúde:** O município de Nova Mutum possui 07 Unidades Básicas de Saúde (UBS): Programa Saúde da Família (PSF) Jardim, PSF Araras, PSF Parque do Sol, PSF Jardim Primavera, PSF Arara Azul, PSF Colina e PSF Seringueiras, e ainda Posto de Saúde na Comunidade Ranchão e Posto de Saúde Assentamento Pontal do Marapê e Centro de Saúde que realiza o atendimento da zona rural.

- **O Programa Saúde na Escola:** Visa transformar as escolas do município em espaços de promoção da saúde, fazendo com que as crianças sejam observadoras e críticas em relação à construção de ambiente saudável para si e para a coletividade a que pertencem. O espaço escolar deve ser um ambiente de práticas de saúde. O programa busca ensinar bons hábitos de higiene pessoal e corporal, como lavar as mãos, escovar os dentes, cortar as unhas, etc., aos alunos, incentivando as crianças e os jovens a fazerem escolhas mais saudáveis e conscientes para suas vidas, tornando-as multiplicadoras dos conceitos de saúde em suas próprias famílias. O programa deverá atuar junto aos alunos, na prevenção e identificação de doenças bucais nas crianças matriculadas na rede pública de Educação Básica e encaminhá-las para o tratamento clínico nos consultórios odontológicos; identificar possíveis distúrbios ou problemas alimentares nas crianças; identificar e corrigir problemas visuais nas crianças, identificar problemas auditivos e de desenvolvimento da linguagem entre os alunos, encaminhando-os aos profissionais da área para tratamento.

- **Saúde da Família:** Está em fase de implantação o Núcleo de apoio a Saúde da Família (NASF) constituído por profissionais de diferentes áreas de conhecimento, que atuam em conjunto com os profissionais das Equipes Saúde da Família (ESF), compartilhando as práticas em saúde, ampliando a abrangência e o proposto das ações da Atenção Primária. A equipe do NASF é composta por cinco profissionais de nível superior, como psicólogo; fonoaudiólogo; profissional de educação física; nutricionista, fisioterapeuta e pediatra, que, em conjunto com as ESF, interagem com a comunidade através de discussões, reuniões, atendimentos conjuntos e individuais, constituindo assim, um processo de aprendizado coletivo. As intervenções específicas do NASF com usuários são encaminhadas pela ESF. Os atendimentos acontecem nas UBS em conjunto com e ESF.

3.b | SAÚDE - OBJETIVO ESPECÍFICO

- Manter Sistema de Saúde Municipal, tendo como referencial instrumento de educação e prevenção de doenças e ampla estrutura equipada para garantir condições de saúde à população.
- Desenvolver Programas de Educação Sanitária e Ambiental, proporcionando redução das infecções decorrentes da ingestão de alimentos contaminados pela falta de higiene na manipulação.
- Garantir medicamentos da Farmácia Básica, com qualidade, desde armazenamento à distribuição ao usuário.
- Atuar na Vigilância Sanitária, proporcionando segurança ao trabalhador urbano e principalmente ao trabalhador da zona rural.
- Incentivar os profissionais, funcionários, gestores da área de saúde, a organizarem e desenvolverem campanhas, projetos-atividade e ações permanentes e transformadoras de acordo com a realidade local;
- Buscar a consolidação e o desenvolvimento do atendimento às ações de saúde, através de serviços qualificados, visando à satisfação do usuário e a solução dos problemas de saúde existentes;
- Ampliar atendimento às ações e serviços de saúde com permanente processo de humanização e melhoria no atendimento.

3.c | SAÚDE - PROPOSTAS

- Modernização dos instrumentos de gestão, com geração de ganhos de produtividade e eficiência para o SUS;
- Assegurar a modernização da gestão em 100% das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município;
- Modernização da gestão da saúde municipal através da instalação de software que permita a integração online de todos os setores de saúde pública até 2016;
- Implementar a gestão de processos;
- Elevar o grau de participação dos conselhos em 100% nos processos de planejamento e avaliação da gestão municipal;
- As metas municipais, regionais, estaduais e do Distrito Federal serão definidas no processo de elaboração do Planejamento Regional Integrado, no âmbito da Comissão Intergestores Regionais (CIR), da Comissão Intergestores Bipartite e do Colegiado de Gestão da Saúde dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, considerando a análise da situação de saúde do território.
- Ampliar as atividades intersetoriais e interinstitucionais de prevenção aos acidentes de trânsito e violências;
- Capacitar os profissionais da rede de assistências às vítimas de acidentes e violências;
- Ampliar as atividades de Educação em Saúde;
- Ampliar a cobertura do Programa Saúde da Família (PSF);
- Intensificar as atividades de Educação Preventiva na Atenção Básica;
- Criar um cronograma de educação permanente para todos os profissionais que atuam na Atenção Básica;
- Fortalecer a promoção e vigilância em Saúde, reduzindo os riscos e agravos à saúde da população;
- Implementar ações de saneamento básico e Saúde Ambiental para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais;
- Organizar a Rede de Atenção à Saúde Materna e Infantil para garantir acesso, acolhimento e resolutividade.
 - Garantir a assistência farmacêutica aos pacientes;
 - Garantir a dispensação dos medicamentos pactuados na Remuneração vigente de cada ano;
 - Construção de um novo hospital;
 - Transformação do hospital atual em Centro Integrado de Saúde.

3.d | SAÚDE - METAS

- Organizar as ações administrativas da Secretaria Municipal de Saúde afim de atingir os objetivos propostos com economia de energia, tempo e recursos;
- Racionalizar ações para o desenvolvimento de um trabalho harmonioso e de qualidade;
- Buscar a consolidação e o desenvolvimento do atendimento às Ações Básicas de Saúde, através de serviços qualificados, visando á satisfação do usuário do Sistema Único de Saúde (SUS) e a solução dos problemas de saúde existentes no município;
- Ampliar atendimento às ações e serviços de saúde com permanente processo de humanização e melhoria no atendimento;
- Assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas;
- Garantir atendimento de qualidade na Atenção Básica;
- Formar cidadãos conscientes na prevenção de doenças;
- Implantação do Programa Dose Certa;
- Implantar Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF).
- Criar o Departamento de Educação em Saúde Continuada, com dotação orçamentária própria, para capacitação permanente e sistematizada de 80% dos profissionais de saúde ate 2016 e de 100% dos profissionais de saúde ate 2020;
- Atingir 350 pontos no ranking de pontuação do Programa Gestão Pública até dezembro de 2021;

4. ESPORTE E LAZER PROPOSTAS

4.a | ESPORTE E LAZER – CENÁRIO ATUAL

O esporte e o lazer constituem dimensões da vida social que, especialmente durante o século XX, foram gradativamente incorporadas ao cotidiano da população e assumidas como temas de interesse e responsabilidade do poder público.

Ao longo das duas últimas décadas, ampliou-se, no Brasil, o entendimento de que a vivência de atividades que possibilitem a prática de exercícios físicos, a socialização e a fruição de atividades lúdicas contribuem para o bem-estar coletivo e constituem direitos dos cidadãos. Assim, o Brasil incorporou o esporte e o lazer como direitos sociais, tendo como eixo norteador a democratização do acesso a essas vivências.

Para garantir tais direitos, o poder público federal, estadual e municipal tem buscado efetivar políticas públicas que assegurem o acesso da população a atividades de esporte e lazer, bem como a sua permanência nessas atividades, atendendo à demanda por infraestrutura e serviços.

Destaca-se, ainda, que esses setores demandam regulamentação, por estarem inseridos em contexto de pluralidade de interesses, mercadológicos, políticos e sociais, fato que também justifica a intervenção do poder público.

Reconhecendo que todo cidadão tem direito ao esporte e ao lazer, as ações da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer são planejadas e executadas com a perspectiva de promover o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e do lazer, sob os princípios da democracia, transparência e qualidade.

Em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento do Esporte, a política de esportes adotada pela secretaria se baseia em 04 vertentes de trabalho:

- Implementação e gestão de programas esportivos e de lazer;
- Apoio, organização e realização de eventos esportivos e de lazer;
- Implementação e gestão de equipamentos esportivos;
- Apoio a entidades do esporte amador.

A secretaria busca integrar suas ações com as áreas de cultura, saúde, educação e assistência social, garantindo o acesso da população a toda a estrutura disponível no município, em especial às camadas menos favorecidas da sociedade.

A secretaria se dedica à implementação e desenvolvimento de projetos e programas esportivos e de lazer dirigidos à população de Nova Mutum, à realização de eventos próprios e ao apoio a eventos privados, com base nos preceitos da intersetorialidade, da participação popular e da inclusão social.

Por meio de seus programas permanentes, a secretaria atende, direta e indiretamente, mais de 5.000 pessoas, em núcleos próprios, escolas, pistas de caminhada e praças da cidade, programas institucionalizados como: Ruas de lazer, Despertando Talentos e jogos escolares entre outros.

Em Nova Mutum, o lazer encontra-se com poucas opções, ficando limitado pela falta de espaços

e equipamentos adequados. Somente as atividades esportivas têm espaços próprios. Ou seja, essa precariedade em relação aos espaços públicos destinados ao lazer deve ser tratada como investimento prioritário.

A cidade possui locais com potencial de exploração para o lazer, que necessitam de olhar mais focado no desenvolvimento desta atividade. A noite em Nova Mutum se restringe às alternativas de bares, restaurantes, choperias e danceterias, sendo consideradas poucas opções para a sociedade.

Por Nova Mutum ser um município jovem e próspero, atrai a vinda de famílias de várias regiões do País, demandando todo o tipo de infraestrutura urbana, o que acaba, por vezes, dificultando o investimento direto na área de lazer.

4.b | ESPORTE E LAZER - OBJETIVO ESPECÍFICO

Universalizar o acesso ao esporte e ao lazer por meio do desenvolvimento de políticas públicas inclusivas que garantam a participação de todos, além do desenvolvimento de uma consciência crítica que promova a qualidade de vida, a construção de valores éticos e morais e o pleno exercício da cidadania.

4.c | ESPORTE E LAZER – PROPOSTAS

Infraestrutura para esporte e lazer em curto prazo:

- Manutenção constante nos espaços utilizados para as atividades de esporte e lazer para a boa conservação dos espaços; tais como pintura, reposição de equipamentos com prazos de validade vencidos, reparos em rachaduras, adequações conforme regras estabelecidas e outros que se fazem necessários ao longo do tempo. Aumentando assim o tempo de vida dessa estrutura e a boa utilização por parte dos profissionais e comunidade em geral;

- Reforma urgente no Campo de Futebol Alto da Colina, com arquibancadas de capacidade mínima para 3.000 espectadores, sala de administração, sala para acomodação de materiais, banco de reservas coberto, vestiários, sanitários masculino e feminino, alambrado reforçado, iluminação e arborização adequada e dependências para lanchonete acessibilidade para os portadores de necessidades especiais e veículos especiais;

- Construção de parques infantis com equipamentos adequados para crianças, com materiais não deterioráveis, do tipo madeira plástica, que ofereçam total segurança aos usuários, arborização ao seu entorno e plenamente acessíveis;

- Construção de Centro de Treinamento das Artes Marciais, com infraestrutura, sanitários, vestiários, boa ventilação, sala de materiais;

- Construção de um espaço adequado para Ginástica Rítmica Desportiva e Ginástica Olímpica, observando-se a altura da construção para o bom desenvolvimento das modalidades, com vestiários, sanitários, boa ventilação, sala de materiais;

- Ampliação das pistas de caminhada e ciclovias em todos os bairros da cidade;

Infraestrutura para esporte e lazer em curto e médio prazo:

- Construção de quadras cobertas em bairros como Residencial Palmeiras, Bairro Edelmina Querubim, Residencial Arara Azul, Residencial Buritis e Residencial Lírios do Campo, com infraestrutura necessária para atendimento da iniciação e treinamento esportivo e a comunidade, com arquibancadas, sanitários, bebedouros, sala de material.

- Aproveitamento dos espaços em torno da área verde dos lagos para construção de espaços de lazer, como pistas de caminhada, implantação de aparelhos para ginástica, construção de quadras de areia para a prática do futebol, voleibol, handebol e outros;

- Aproveitamento de canteiros nas avenidas da cidade com a construção de quadras de areia, quadras cimentadas, quadras para a prática do tênis de quadra, aproveitando assim a boa iluminação que está sendo implantada na cidade e a boa arborização existente nos locais, com alambrados reforçados oferecendo segurança aos usuários do espaço;

- Construção de campos de futebol sete, de grama natural, com alambrado reforçado, iluminação, sanitários masculino e feminino, nos espaços disponíveis nos bairros da cidade e espaços destinados às praças;

Infraestrutura para esporte e lazer em médio prazo:

- Construção de quadras de tênis nos bairros mais distantes do centro da cidade;
- Construção de quadra poliesportiva, campo de futebol com grama natural, pista de atletismo, nas localidades do interior do município, como Comunidade Pontal do Marapê, Comunidade São Manoel e Comunidade Ranchão;
- Construção de espaços para a prática de bicicross, skate e motocross em pontos adequados no município;

Infraestrutura para esporte e lazer em longo prazo:

- Ampliação e reforma do Ginásio Lauro Immich, com construção aproveitando-se o espaço dos fundos, com sanitários novos, vestiários, cozinha com refeitório e lanchonete com amplas áreas, lavanderia, sala para academia com aparelhos modernos para preparo físico dos atletas das equipes municipais;
- Construção de ginásio poliesportivo com capacidade para 7.000 espectadores, equipado com toda infraestrutura exigida para competições oficiais;
- Construção de piscinas semiolímpicas para as atividades de natação e hidroginástica e outras modalidades aquáticas nas escolas municipais;
- Construção de centro poliesportivo, dotado de quadra poliesportiva, piscina semiolímpica, pista de atletismo, quadra de areia, espaço para recuperação física de atletas, como fisioterapia, vestiários, sanitários, sala administrativa, cozinha com refeitório, lavanderia, academia de musculação, sala para pequenos jogos, auditório, sala para artes marciais, Ginástica Rítmica Desportiva e Ginástica Olímpica;

Ampliação de parcerias:

- Ampliar a cooperação com a Secretaria Municipal da Educação;
- Ampliar os convênios com o Governo Federal.

4.d | ESPORTE E LAZER - METAS

Incrementar as práticas de esporte e de lazer:

- Assegurar o atendimento de 80% da demanda de iniciação e treinamento desportivo e das atividades de lazer até dezembro de 2021.
- Manter as atividades funcionais da secretaria.
- Fortalecer parcerias junto ao comércio local com vistas ao desenvolvimento e fortalecimento de atividades de lazer e esportivas para a comunidade.
- Estimular o setor privado oferecendo incentivos para que possa investir em construção de novos espaços para as atividades esportivas e de lazer.
- Incentivar e apoiar programas de atividades de lazer que sejam sem cunho competitivo.
- Adquirir mais academias ao ar livre.
- Adquirir parquinhos infantis para as praças existentes na cidade.
- Criar mais espaços para atividades de lazer para terceira idade e crianças, nos espaços de praças e ao entorno dos lagos.
- Ampliar a pista de caminhada nas avenidas da cidade, equipadas com lixeiros, estações com profissionais oferecendo orientações da atividade e aferição de medidas.
- Aproveitar espaços nos entornos dos lagos da cidade para construção de trilhas de caminhada, parquinhos infantis, espaços para entretenimento da população.
- Equipar os lagos da cidade com pedalinhos, deques, e outros equipamentos aquáticos para o entretenimento da população.
- Equipar espaços existentes e novos com acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.
- Melhorar os programas de iniciação e treinamento esportivo, com equipamentos modernos e materiais adequados de boa qualidade.
- Manter e incentivar as equipes de iniciação e rendimento.
- Manter e incentivar o esporte amador.
- Manter e promover modalidades olímpicas pouco divulgadas no município, como: atletismo, judô, taekwondô e outras.
- Criar atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais, incentivando o esporte paradesportivo.
- Desenvolver competições municipais regionais e estaduais de médio e grande porte envolvendo os programas de iniciação e rendimento esportivo.

- Promover alternativas de entretenimento para adolescentes e adultos.
- Manter e promover o Programa Recreação e Lazer nos Bairros.
- Manter e firmar convênios nas diversas esferas do governo.
- Manter e firmar convênios com entidades esportivas.
- Manter os espaços existentes em boas condições e adequados para o desenvolvimento das atividades de lazer e esportes.

5. DESENVOLVIMENTO SOCIAL PROPOSTAS

5.a | DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CENÁRIO ATUAL

A Política Municipal de Assistência Social se consolida em momento crucial para a sociedade mutumense. Com o expressivo crescimento demográfico, decorrente principalmente da oferta de novos empregos advindos de frigoríficos implantados no município, que buscam funcionários no Norte do País, onde deixam suas famílias em busca de qualidade de vida.

Este crescimento demográfico também vem gerando várias problemáticas locais, como sequelas da segregação familiar, da violência, da negligência e do abandono. Atender essas famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social é grande desafio para todos os administradores, servidores públicos e entidades ligadas à Rede de Proteção Social no município.

Os serviços oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social são organizados por níveis de complexidade do Serviço Único de Assistência Social (SUAS), sendo dividido em: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. A Proteção Social Básica é realizada pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), desenvolvendo os serviços do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF), e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com oferta de programas para atendimento de diferentes faixas etárias e atendimentos a domicílio para idosos e deficientes. Além disso, o Programa Bolsa Família e a concessão de Benefícios Eventuais, também são ações coordenadas pelo CRAS. A Proteção Social Especial é realizada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), desenvolvendo o serviço do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), o Serviço Especializado em Abordagem Social, o Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e suas famílias, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua e o Serviço de Acolhimento Institucional.

Com atendimentos crescentes e tão diversos, fortalecer os grupos de trabalho é um dos objetivos primordiais na execução dos serviços socioassistenciais, que demandam reformulação nas tomadas de decisões. Como nos programas habitacionais, o setor de habitação executa as ações inerentes ao acompanhamento no município e junto à Caixa Econômica Federal, sendo que a participação efetiva de todos os servidores, tanto da secretaria, quanto do CRAS e do CREAS, oportunizou a realização do sonho de muitas famílias: o de ter a sua primeira habitação. A implantação de projetos habitacionais, além dos serviços sociais, mostram que ações em prol da coletividade, necessitam de várias parcerias, e os servidores públicos de Nova Mutum, comprovam que trabalho coletivo gera sucesso.

O desenvolvimento social no município de Nova Mutum precisa realizar ações de forma integrada às políticas setoriais, visando o enfrentamento da pobreza e a garantia dos mínimos sociais. Contribuindo para o alcance das metas e objetivos propostos para o cumprimento das políticas sociais estabelecidas pela Rede de Proteção Social, os órgãos governamentais e não governamentais tem o mesmo compromisso com a comunidade em que estão inseridos:

ACEM/CDL

Natureza – Não governamental

Identificação - Trabalho voltado a indústria, comércio e prestação de serviços, balcão de emprego.

ACTMV - Associação Transcultural Mensageiros da Verdade

Natureza - Não governamental

Identificação - Projetos que contemplam diferentes faixas etárias, sendo um dos mais importantes, o Projeto Aconchego de Mãe, para atendimento de pessoas em situação de rua.

APAE - Escola Especial Sonho e Esperança

Natureza - Não governamental

Identificação - Atendimento a portadores de necessidades especiais

CLUBE DO IDOSO E DA AMIZADE

Natureza - Não governamental

Identificação - Oferecer atividades aos idosos de ambos os sexos, oportunizando o fortalecimento de vínculos sociais e comunitários.

CONSELHO DE PASTORES

Natureza - Não governamental

Identidade - Trabalho de Educação Cristã, atendimento a famílias mais vulneráveis, ligadas às igrejas evangélicas.

CONSELHO TUTELAR

Natureza - Governamental

Identificação – Órgão permanente e autônomo, não-jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

CRECHES

Natureza - Governamental

Identificação - Atendimento a crianças de zero a 04 anos.

DEFENSORIA PÚBLICA

Natureza - Governamental

Identificação – Prestação de serviços gratuitos em ações judiciais, nas áreas cível e criminal.

ECOAR VIDAS

Natureza - Não governamental

Identificação – Entidade comunitária organizada de apoio e recuperação da vida.

INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

Natureza - Governamental

Identificação - Habilitação e concessão de benefício entre eles o Benefício de Prestação Contínua (BPC).

LOJAS MAÇONICAS

Natureza - Não governamental

Identificação - Nas ações sociais que realizam, visam atendimentos voluntário às famílias e indivíduos, que se encontram em risco social.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Natureza - Governamental

Identificação - Órgão de defesa dos interesses individuais e coletivos de ordem pública, do regime democrático de direito e dos interesses sociais, difusos e coletivos.

OFICINA DE LEITURA “SÃO GABRIEL”

Natureza - Não governamental

Identificação - Oficina com crianças de até 12 anos, visando incentivar o hábito da leitura.

ORQUESTRA SINFÔNICA JOVEM DE NOVA MUTUM

Natureza - Não governamental

Identificação – Entidade que oferece aprendizado com instrumentos de orquestra e coral, a crianças e adolescentes, utilizando a música como ferramenta de inclusão social.

PASTORAL DA CRIANÇA

Natureza - Não governamental

Identificação - Ações com famílias com crianças de zero a 6 anos em situação de vulnerabilidade social ou desnutrição.

PASTORAL DA SOBRIEDADE

Natureza - Não governamental

Identificação – Atua na prevenção, no resgate e na inclusão de excluídos, dependentes de drogas e seus familiares.

PROCON

Natureza - Governamental

Identificação - Órgão de defesa do direito do consumidor

PROJETO BANCO DO LEITE

Natureza - Não governamental

Identificação - Projeto ligado a Igreja Católica, acompanha famílias com crianças, fornecendo leite e apoio espiritual.

PROJETO FAMILIAS RESTAURADAS

Natureza - Não Governamental

Identificação - Projeto ligado a Igreja Católica, auxilia famílias em vulnerabilidade e risco social, com alimentos e apoio espiritual.

PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas

Natureza - Governamental

Identificação - Capacita pais e alunos das escolas públicas, orientando quanto a prevenção e os danos do uso de substâncias químicas.

ROTARY CLUBE

Natureza – Não governamental

Identificação - Presta trabalhos voluntários à comunidade atendendo as necessidades humanas, com campanhas e eventos beneficentes, visando ajudar o próximo.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Natureza - Não governamental

Identificação - Atendimento à trabalhadores da agricultura familiar e agricultores assalariados.

SOCIEDADE ESPIRITA CAMINHOS DE LUZ

Natureza - Não governamental

Identificação – Trabalha com visitas a pacientes no hospital, evangelização juvenil e infantil, bazar de roupas para atendimento de famílias em vulnerabilidade social e atendimento fraterno.

5.b | DESENVOLVIMENTO SOCIAL – OBJETIVO ESPECÍFICO

- Ampliar a oferta de serviços socioassistenciais promovendo a prevenção de situações de vulnerabilidade e riscos sociais;
- Assegurar o atendimento de crianças, jovens, gestantes, idosos e pessoas com deficiência nos projetos que viabilizem os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos;
- Prestar serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência;
- Modernizar a gestão dos sistemas de tecnologia de informação para qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais ofertados aos usuários do SUAS;
- Firmar parcerias ou convênios com o Governo Estadual e Governo Federal;
- Promover o acesso à moradia com a inclusão de famílias de baixa renda nos programas habitacionais de interesse social na zona urbana e rural;
- Garantir provisões suplementares e provisórias, aos cidadãos e às famílias em virtude de situações de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública;
- Promover a qualificação profissional dos usuários do SUAS, para inserção no mercado de trabalho;
- Oferta de espaço físico adequado as demandas e de qualidade aos usuários do SUAS;
- Coordenação e fortalecimento de ações intersetoriais de enfrentamento ao uso do crack, álcool e outras drogas;
- Fortalecer as ações do Conselho Tutelar;
- Fortalecimento do controle social na área da assistência social.

5.c | DESENVOLVIMENTO SOCIAL – PROPOSTAS

Oferta do espaço físico adequado e de qualidade aos usuários do SUAS na execução da proteção social básica

- Construção do Centro Social;
- Manutenção e ampliação dos recursos financeiros utilizados no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- Implantar novas unidades e ampliar Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);

Ampliação do atendimento integrado às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social

- Manutenção do Programa Gente Miúda, com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de zero a 05 anos;
- Manutenção do Programa Gestante Feliz, com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de zero a 06 anos;
- Manutenção do Programa Girassol, com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de 07 a 14 anos;
- Manutenção do Programa Jovem do Futuro, com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças de 15 a 17 anos;
- Manutenção do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes de 15 a 17 anos);
- Fortalecer as políticas, programas e ações voltados para promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes por meio do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social e ampliação à oferta de serviços socioassistenciais no território de abrangência do CRAS

- Manutenção do Programa de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF);
- Manutenção da oferta dos benefícios eventuais.

Promoção da inserção de pessoas no mercado de trabalho

- Manutenção e ampliação do Programa Renda e Cidadania, com inclusão produtiva;
- Manutenção e ampliação do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho).

Asseguração de espaços para a promoção da convivência familiar e comunitária

- Manutenção e ampliação do Programa Maturidade Feliz, com serviço de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários para idosos.
- Fomento à criação de conselhos, associações de bairro e grêmios estudantis.

Melhoria da logística de atendimento e formação de equipes de referência na proteção social especial

- Manutenção e ampliação de pessoal, com concurso público, processo seletivo, serviços temporários, atuando na proteção social básica;
- Ampliar recursos financeiros destinados às despesas de capital e investimentos na proteção social básica.

Implementação de ações de relevante interesse social voltadas para melhoria da qualidade de vida da população

- Gestão do Fundo Partilhado de Investimento Social (FUPIS);
- Assegurar o acolhimento de pessoas sem estrutura que se estabelecem na cidade.
- Executar serviços de proteção social básica, organizando e coordenando a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social, com a participação dos Conselhos Municipais de Controle Social.

Oferta de espaço físico adequado e de qualidade aos usuários do SUAS na execução da proteção social especial

- Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência

- Manutenção e ampliação dos serviços de proteção e atendimentos especializados às famílias e indivíduos;
- Ampliar os recursos financeiros destinados às despesas de capital e investimentos.

Coordenação e fortalecimento de ações intersetoriais de enfrentamento ao uso do crack, álcool e outras drogas

- Implantação do programa: A Vida Não é Uma Droga;
- Firmar convênios com entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS.

Formação de equipes de referência na proteção social especial

- Manutenção e ampliação de pessoal e encargos na proteção social especial.

Implementação do serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social sob medida de proteção

- Manutenção e ampliação do serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social sob medida de proteção;
- Construção do Abrigo Lar dos Girassóis, com serviço de acolhimento provisório para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social sob medida de proteção.

Fortalecimento do Conselho Tutelar

- Propiciar plenas condições de agir e manutenção do Conselho Tutelar.

Modernização da gestão do SUAS

- Ampliar os recursos financeiros destinados às despesas de capital e investimentos, manutenção de pessoal e encargos, entre outros;
- Manutenção e ampliação do índice da gestão descentralizada do SUAS;
- Manutenção e ampliação do índice da gestão descentralizada.

Fortalecimento do controle social na área da assistência social

- Manutenção dos Conselhos de Assistência Social e das conferências e eventos.

Parcerias com o Governo Estadual para ampliar a oferta dos serviços socioassistenciais

- Gestão de convênio estadual de serviços continuados da assistência social.

Apoio e implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social

- Identificação, seleção, cadastramento das famílias aptas aos programas habitacionais e execução de Projetos Técnicos de Trabalho Social (PTTS)

Viabilidade para a produção de novas unidades habitacionais e asseguarção do desenvolvimento institucional no setor de habitação da administração municipal

- Viabilizar a realização da construção de 1.500 unidades habitacionais.

Regulação fundiária, melhoria e ampliação de unidades habitacionais e promoção da melhoria de infraestrutura

- Regularização fundiária de assentamentos precários urbanos;
- Elaborar o Plano Municipal de Regularização Fundiária;
- Promoção do acesso ao crédito destinado à melhoria de ampliação de moradias, com fornecimento de kit construção e autoconstrução;
- Implantação de infraestrutura em assentamentos precários urbanos.

São diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no âmbito municipal:

- Executar serviços de Proteção Social Básica, organizando e coordenando a Rede de Serviços Socioassistenciais locais da Política de Assistência Social, com a participação dos Conselhos Municipais de Controle Social;
- Implantar novas unidades e ampliar Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);
- Implementar os Serviços de Proteção e atendimento Integral à Família (PAIF), contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias referenciadas no CRAS;
- Implantar centros para informações, orientação e capacitação profissional destinados as famílias vulneráveis, em situação de pobreza e em situação de risco, com a participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS);
- Fomentar a participação das famílias nos cursos promovidos através do Programa ACESSUAS Trabalho;
- Construir Centro Social próximo aos bairros de maior densidade demográfica e próximo aos novos loteamentos de habitação de interesse social;
- Implantar Centro Social no Residencial Palmeiras;
- Implantar sistema integrado de gestão de informação da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Desenvolver democraticamente o Plano Municipal de Assistência Social, gestão 2014 a 2017;
- Mapear e territorializar o município construindo banco de dados, para diagnóstico de demandas e organização do trabalho socioassistencial;
- Acompanhar as instituições privadas que atendam crianças e adolescentes, para avaliação e verificação dos trabalhos realizados, com o apoio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e dos Adolescentes;
- Formalizar convênios com instituições que desenvolvam programas e projetos que acolham crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social;
- Promover a garantia da proteção integral à criança e ao adolescente que tiveram seus direi-

tos básicos violados e/ou ameaçados, com a participação do Conselho Municipal de Assistência e Conselho Municipal do Direito das Crianças e Adolescentes e implementar as ações do - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS);

- Garantir as providências necessárias para inclusão da família e seus membros em serviços socio-assistenciais e/ou programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito, através dos Serviços de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);

- Realizar os serviços especializados de abordagem social e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes e situação de rua, dentre outras;

- Realizar medida de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa contribuindo para o acesso a direitos e para ressignificação de valores na vida pessoal e social dos jovens e adolescentes, sendo assegurado o convívio familiar, comunitário e social;

- Assegurar atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem novos projetos de vida às pessoas que utilizam os espaços públicos como moradia e/ou sobrevivência;

- Acolher crianças e adolescentes em situação de vínculos familiares rompidos ou fragilizados, garantindo a proteção integral dos mesmos;

- Reiterar convênio com a ACTMV para atendimento das demandas do CREAS;

- Implementar os atendimentos as famílias em situação de vulnerabilidade, efetuando convênios com o Governo Federal ou Governo Estadual;

- Acompanhar as famílias através de apoio e articulação de práticas públicas, com a participação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, para melhorias nos bairros já implantados;

- Adquirir lotes urbanizados nos vários bairros da cidade com objetivo de atender famílias de baixa renda, com a participação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social.

5.d | DESENVOLVIMENTO SOCIAL – METAS

Assistência social

- Prevenir situações de risco a população elevando o IDF de 0,64 a 0,84 até dezembro 2021;
- Organizar a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a 100% das famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violência e/ou violação de direitos;
- Modernizar a gestão atingindo 100% da estrutura organizacional para garantir prestação de serviços adequada a população usuária do SUAS.

Segurança

- Diminuir os índices de criminalidade e realizar a segurança preventiva em Nova Mutum.

Ampliação da oferta da habitação social

- Reduzir o déficit habitacional quantitativo em 40% até dezembro de 2017 e em 40% até dezembro de 2021.

Promover ações de inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social

- Garantir provisões suplementares e provisórias, aos cidadãos e às famílias em virtude de situações de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública;
- Implantar ações integradas com a rede de proteção para melhoria da qualidade de vida da população;
- Ampliar o atendimento no domicílio para pessoas com deficiência e idosos;
- Contribuir para a reparação de danos e prevenção da incidência de violação de direitos;
- Realizar campanhas, debates, fóruns, conferências ou seminários que possibilitem as discussões coletivas e tomada de decisões que fortaleçam a função protetiva da família, prevenindo as rupturas de seus vínculos;
- Fomentar a articulação das ações do Plano Municipal de Assistência Social com as ações das demais esferas governamentais e não governamentais;
- Promover ações de inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos, em áreas urbanas e rurais;
- Prevenir o abuso e a exploração sexual;

- Promover ações articuladas e intersetoriais, para prevenir a violência doméstica;
- Formular diretrizes que propiciem a valorização e proteção das mulheres;
- Implantar programas habitacionais de interesse social.

6. URBANISMO PROPOSTAS

6.a | URBANISMO – CENÁRIO ATUAL

O Projeto da Colonização Mutum iniciado com o registro do loteamento em 1979, foi implantado sobre área nas margens da rodovia BR-163, pela empresa Mutum Agropecuária S.A.

Este projeto consistia em 116 quadras, sendo 110 quadras com 22 lotes e 06 quadras com 10 lotes, totalizando 2.480 lotes urbanos, sendo que 65 destes eram destinados à chamada área comunitária. Integravam também o plano urbanístico 11 praças, cemitério, grande área verde, aeródromo e duas áreas compreendidas como reserva técnica que posteriormente foram loteadas pela própria colonizadora.

Nessa época a Vila Nova Mutum ainda era distrito do município de Diamantino. A estruturação urbana de Nova Mutum foi acontecendo no sentido Leste/Oeste da rodovia BR-163, consolidando assim o perímetro urbano inicial.

Atualmente se encontram em fase de implantação ou aprovação os Loteamentos Jardim das Araras, de propriedade de Francisco Kengo Saito; Jardim Itália, de propriedade de Euclides Brancalione; Jardim América e Jardim América II, de propriedade de Mega Construtora e Incorporadora; Cidade Nova, de propriedade de João Guizzo. além dos projetos em fase de análise técnica de propriedade das empresas Cotrim Dias e Cia Ltda, Mutum Agropecuária S.A. e Paulo Mocellin.

O grande “boom” urbano e a implantação de novos loteamentos ocorreu a partir de 2006, com o conjunto Residencial Arara Azul. Em seguida com o Residencial das Palmeiras, Jardim Primavera, Topazio Residencial, Residencial Beija-Flor, Parque das Águias, Jardim Primavera II, Residencial das Acácias, Jardim Ágata, Jardim Primavera III, Residencial Buritis, Lírios do Campo, Flamboyant, Flor do Cerrado, Jardim Europa, Edelmina Querobim Marchetti, Lírios do Campo II, Santa Terezinha, Jardim das Araras, Jardim América e Jardim Itália, o que contabiliza o total de 21 loteamentos urbanos em oito anos, quase 03 loteamentos urbanos por ano.

6.b | URBANISMO - OBJETIVO ESPECÍFICO

Garantir o desenvolvimento sustentável da ocupação territorial urbana, integrando o sistema viário, a infraestrutura, os equipamentos públicos de atendimento aos munícipes, em harmonia com o meio ambiente e levando em consideração o crescimento exponencial que o município experimenta.

Assim, a proposta de intervenção urbana deste Plano Diretor, através dos instrumentos legais apropriados, busca assegurar o controle do uso e da ocupação do território urbano, a fim de garantir que tanto as demandas atuais como futuras possam ser equilibradas.

6.c | URBANISMO – PROPOSTAS

PROPOSTA DO NOVO SISTEMA VIÁRIO URBANO

A proposta do novo Sistema Viário Urbano tem interpretação reavaliada do ponto de vista estrutural. Será complementada por projeto de lei que se destina a dimensionar, disciplinar e hierarquizar a implantação do sistema viário básico do município de Nova Mutum.

PROPOSTA DO NOVO PERÍMETRO E EXPANSÃO URBANA

A proposta do perímetro e expansão urbana tem nova interpretação espacial que considera na análise as importantes modificações que ocorrem na região.

A rodovia BR-163 em processo de concessão privada está provocando reestruturação ao longo do seu eixo. São novos elementos em relação à modernização de logística e dos usos nas margens rodoviárias. Portanto, é fundamental para o desenvolvimento urbano harmônico considerar estas alterações presentes.

PROPOSTA DO NOVO ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Atualização, revisão e elaboração da legislação básica do zoneamento do uso e ocupação do solo urbano, complementando a proposta do novo sistema viário básico.

PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES E ÁREAS VERDES

Proposta que visa resolver os problemas ambientais do município, através da proteção das áreas verdes existentes, criação de parques e conscientização da população sobre a necessidade de preservação dos recursos naturais.

● PROPOSTA DO NOVO SISTEMA VIÁRIO URBANO

A proposta detalha nova concepção do Sistema Viário Urbano para a cidade de Nova Mutum e será complementada pelo projeto de lei do sistema viário básico do município que fixa os seguintes pontos entre suas propostas:

- Induzir o crescimento urbano de forma equilibrada;
- Complementar as diretrizes de uso e ocupação do solo no ordenamento funcional e territorial do município;
- Garantir a continuidade do sistema viário principal;
- Otimizar o potencial de acessibilidade da rede viária existente, proporcionando um fluxo eficiente e seguro;
- Promover a hierarquização da rede viária;
- Definir parâmetros para a abertura de novas vias;
- Disciplinar o tráfego de veículos de carga, garantindo fluidez e segurança nos trajetos e nas operações de transbordo;
- Disciplinar o tráfego do transporte coletivo;
- Implementar um sistema de ciclovias, como alternativa de locomoção e lazer;
- Proporcionar segurança e conforto ao tráfego de pedestres e ciclistas.

As vias que compõem o sistema viário básico da área urbana de Nova Mutum possuem as seguintes funções e estão assim classificadas:

- **Rodovia BR-163** - Uma das importantes rodovias do País corta o Estado de Mato Grosso em direção ao Estado do Pará.
- **Rodovia MT- 249** – Inicia na rodovia BR 163 em direção a Campo Novo dos Parecis
- **Rodovia MT- 235** – Inicia na rodovia BR 163 em direção a Santa Rita do Trivelato
- **Via Perimetral ou Anel Viário** – Utilizada nos deslocamentos urbanos de maior distância, desviando do centro urbano e promovendo contorno viário do tráfego de veículos;
- **Vias estruturais** – Estruturam a organização funcional do sistema viário na sede urbana e acumulam os maiores fluxos de tráfego da cidade, constituindo eixos de atividades comerciais e de serviços;
- **Via marginal** – Separa os fluxos interurbano e urbano de veículos.
- **Vias coletoras** – Promove a ligação das vias locais com as vias estruturais e com as vias perimetrais;
- **Vias locais** – Permitem o acesso às propriedades privadas ou áreas e atividades específicas, implicando em pequeno volume de tráfego;

- **Estradas vicinais** – Ligam as áreas rurais do município entre si e às sedes distritais;

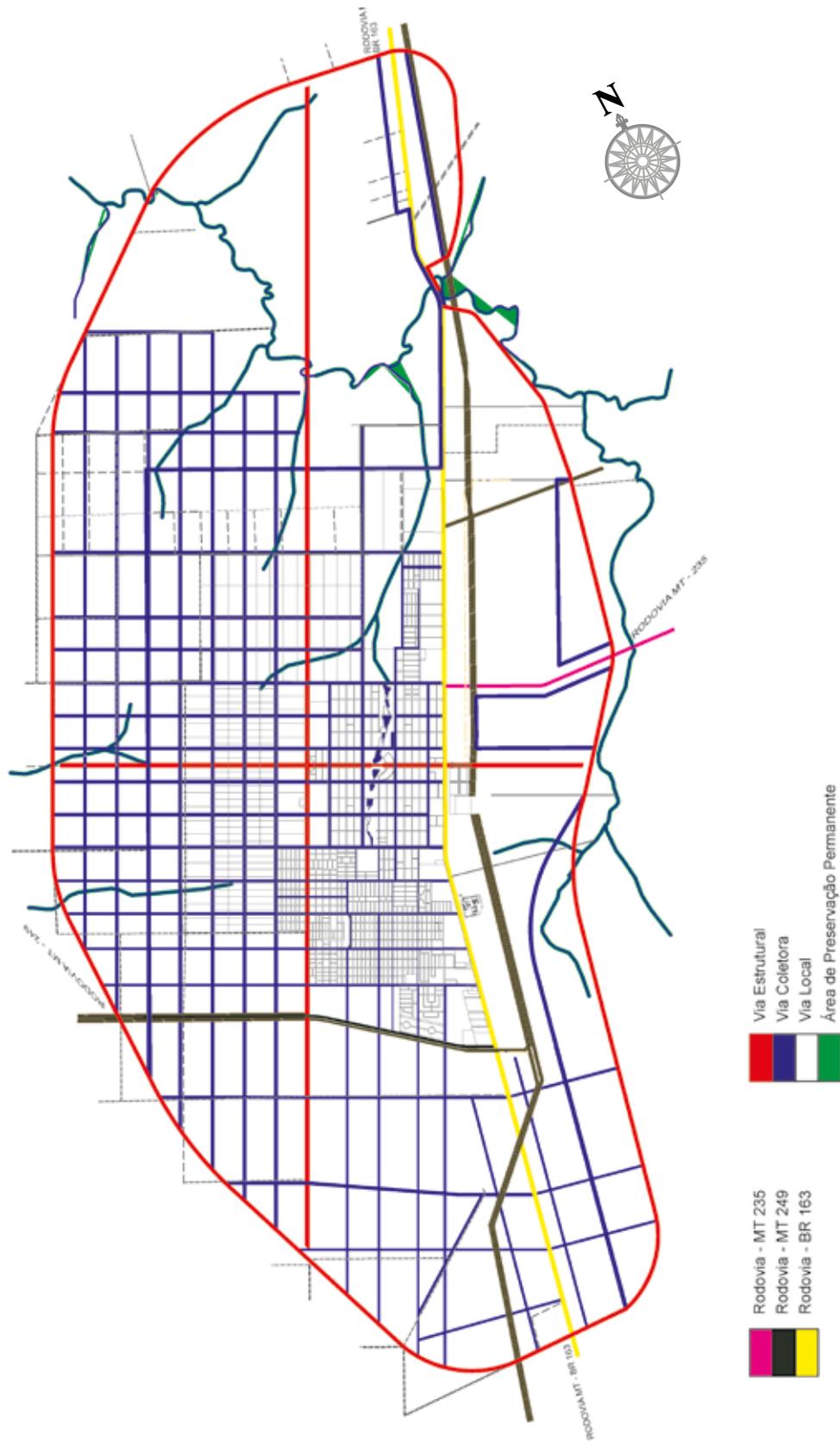
- **Ciclovias** – Destinam-se à circulação de bicicletas.

- Via de Pedestre - São as de uso predominantemente de pedestres e dotadas de equipamentos adequados para esta finalidade, sendo garantido o acesso de veículos em toda a sua extensão, desde que estritamente necessário e devidamente justificado.

Dimensiona as vias quanto às seguintes definições:

- Caixa de via - É a distância definida em projeto, entre dois alinhamentos prediais e frontais;
- Pista de rolamento - É a distância dentro da qual serão implantadas as faixas de rolamento;
- Faixa de rolamento - É a faixa ocupada por veículo durante o seu deslocamento;
- Faixa de estacionamento - É a faixa usada para o estacionamento de veículos;
- Passeio - É a faixa entre o alinhamento predial e o início da caixa de rolamento para a circulação de pedestres.

MAPA 24 – PROPOSTA DO NOVO SISTEMA VIÁRIO URBANO



● PROPOSTA DO NOVO PERÍMETRO E EXPANSÃO URBANA

A proposta do perímetro e expansão urbana de Nova Mutum tem diferente interpretação espacial, que considera na análise as importantes modificações que ocorrem na região e com isto amplia de forma significativa o perímetro e a expansão urbana na direção Sul.

A rodovia BR-163 em processo de concessão para a empresa Rota do Oeste, esta provocando reestruturação ao longo do eixo. São novos elementos em relação à modernização da logística e dos usos nas margens rodoviárias. Portanto é fundamental para o desenvolvimento urbano harmônico considerar estas alterações presentes.

O território do município de Nova Mutum é dividido, para fins urbanístico e tributário, em zona urbana e zona rural.

O atual perímetro e espaços de expansão urbana tem incorporados à sua poligonal áreas que possuem aptidão para serem urbanizadas.

A nova proposta da expansão urbana é o próprio Anel Viário, e em grande parte também, o limitador da nova proposta do perímetro urbano.

A proposta do novo perímetro urbano de Nova Mutum tem área de 8.671,0866 hectares, conforme memorial a seguir:

Memorial Descritivo do Perímetro Urbano de Nova Mutum, de propriedade de município de Nova Mutum, em área de 8.671,0866 ha ou 86.710.866,4615 m² e perímetro de 57.028,923 m; com os seguintes azimutes, distâncias, coordenadas e confrontações.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice MPU01/MEP01, de coordenadas N 8.482.460,1555m e E 603.110,5504m, situado na divisa do Remanescente do Lote 01, Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa) e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Rodovia BR – 163, em curva de raio de 850 m e arco de 70,055 metros até o vértice MPU02/MPE02, de coordenadas N 8.482.443,7499m e E 603.178,6370m, situado na Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop) e divisa da Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto; deste, segue confrontando com a Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto, em curva de raio de 850 m e arco de 177,839 metros até o vértice MPU03/MEP03, de coordenadas N 8.482.377,5327m e E 603.343,3392m, situado na divisa da Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto, Fazenda Maracanãs, de propriedade de Renato Alves de Freitas e Rafael Piva Batagline, Estrada Municipal, Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), no azimute de 191°59'07" e 3.293,983 metros até o vértice MPU04/MPE08, de coordenadas N 8.479.155,3544m e E 602.659,3113m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e divisa com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri; deste, segue confrontando com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri, com o azimute de 263°58'26" e 287,308 m até o vértice MPU05/MEP09/, de coordenadas N 8.479.125,1926m e E 602.373,5905m, situado no limite de divisa da Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri, Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop), Rio dos Patos e Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com o azimute de 174°11'43" e 385,322 m até o vértice MPU06/MEP10, de coordenadas N 8.478.741,8468m e E 602.412,5611m, situado na di-

visa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop), em curva de raio 670 m e arco de 289,579 metros até o vértice MPU07/MEP11, de coordenadas N 8.478.455,3107m e E 602.391,2170m, situado na divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com o azimute de 123°32'55" e 125,688 metros até o vértice MPU08/MEP12, de coordenadas N 8.478.385,8496m e E 602.495,9678m, situado no limite de divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), com o azimute de 123°32'55" e 85,994 metros até o vértice MPU09/MEP13, de coordenadas N 8.478.338,3256m e E 602.567,6364m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e divisa com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com os seguintes azimutes: 123°32'55" e 159,452 metros até o vértice MPU10/MEP14, de coordenadas N 8.478.250,2051m e E 602.700,5267m, em curva de raio 250 m e arco de 175,484 metros até o vértice MPU11/MEP15, de coordenadas N 8.478.111,7389m e E 602.802,3979m, 163°45'59" e 1.566,934 metros até o vértice MPU12/MEP16, de coordenadas N 8.476.607,2780m e E 603.240,4382m, em curva de raio 500 m e arco de 183,418 metros até o vértice MPU13/MEP17, de coordenadas N 8.476.425,8411m e E 603.259,0792m, situado no limite de divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Otaviano Olavo Pivetta; deste, segue confrontando com Parte Lote Irmandade, de propriedade de Otaviano Olavo Pivetta e Bunge Alimentos S.A, com o azimute de 182°41'58" e 1.194,250 metros até o vértice MPU14/MEP18, de coordenadas N 8.475.232,9165m e E 603.202,8347m, situado em terras da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A e Faixa de Domínio da Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT); deste, segue confrontando com terras da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A e Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT), com o azimute de 271°50'17" e 50,057 metros até o vértice MPU15, de coordenadas N 8.475.234,5221m e E 603.152,8034m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT) e com terras da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A; deste, segue confrontando com a Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A e Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com o azimute de 291°50'58" e 173,357 metros até o vértice MPU16, de coordenadas N 8.475.299,0399m e E 602.991,8999m, situado no limite de divisa da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A e Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 201°27'41" e 62,981 metros até o vértice MPU17, de coordenadas N 8.475.240,4255m e E 602.968,8565m, situado no limite de divisa da Área 01 do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT), no azimute de 201°27'41" e 42,466 metros até o vértice MPU18, de coordenadas N 8.475.200,9036m e E 602.953,3191m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT) e divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 201°27'41" e 2.788,516 metros até o vértice MPU19, de coordenadas N 8.472.605,7336m e E 601.933,0671m, situado em terras da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste segue confrontando com terras da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 88°47'15" e 884,839 metros até o vértice MPU20/MEP20, de coordenadas N 8.472.624,4556m e E 602.817,7084m, situado em terras da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, em curva de raio de 900 m e arco de 182,127

metros até o vértice MPU21/MEP21, de coordenadas N 8.472.448,4513m e E 602.772,1050m, situado no limite de divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia MT-235 (lado esquerdo no sentido Nova Mutum / Santa Rita do Trivelato); deste, segue confrontando com a Rodovia MT-235, em curva de raio de 900 m e arco de 43,432 metros até o vértice MPU22/MEP22, de coordenadas N 8.472.408,1024m e E 602.756,0434m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Rodovia MT-235 (lado direito no sentido Nova Mutum / Santa Rita do Trivelato) e divisa da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, em curva de raio 900,00 m e arco de 160,948 metros até o vértice MPU23/MEP23, de coordenadas N 8.472.266,4630m e E 602.680,0604m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 268°47'15" e 1.132,066 metros até o vértice MPU24, de coordenadas N 8.472.242,5100m e E 601.548,2477m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 291°53'27" e 1.073,583 metros até o vértice MPU25, de coordenadas N 8.472.642,7827m e E 600.552,0736m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com terras da área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), no azimute de 201°26'12" e 612,831 metros até o vértice MPU26, de coordenadas N 8.472.072,3458m e E 600.328,1017m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), no azimute de 203°41'13" e 197,850 metros até o vértice MPU27, de coordenadas N 8.471.891,1638m e E 600.248,6181m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 111°53'27" e 1.843,213 metros até o vértice MPU28/MEP24, de coordenadas N 8.471.203,9441m e E 601.958,9285m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 214°09'53" e 753,322 metros até o vértice MPU29/MEP25, de coordenadas N 8.470.580,6255m e E 601.535,8820m, situado no limite de divisa da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e terras de BRF – Brasil Foods; deste, segue confrontando com terras de BRF – Brasil Foods, Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e terras de Município de Nova Mutum, no azimute de 233°05'45" e 1.027,472 metros até o vértice MPU30, de coordenadas N 8.469.963,6504m e E 600.714,2742m, situado no limite de divisa de terras de Município de Nova Mutum e terras de Natural Pork (Frigorífico Excelência); deste segue confrontando com terras de Natural Pork (Frigorífico Excelência) e Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, em curva de raio 2.500 m e arco de 1.966,836 metros até o vértice MPU31, de coordenadas N 8.468.279,9965m e E 599.798,6886m, situado em terras de Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras de Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com os seguintes azimutes: 187°17'20" e 5.408,999 metros até o vértice MPU32/MEP28, de coordenadas N 8.462.914,7093m e E 599.112,4239m, 266°25'54" e 897,688 metros até o vértice MPU33/MEP29, de coordenadas N 8.462.858,8391m e E 598.216,4763m, situado no limite de divisa da Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163, no azimute de 266°25'54" e 71,276 metros até o vértice MPU34/MEP30, de coordenadas N 8.462.854,4031m e E 598.145,3386m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop), margem direita da Estrada P-3 e divisa do Desdobro dos Lotes 157-A e 171 –A, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue con-

frontando com a margem direita da Estrada P-3, Desdobro dos Lotes 157-A e 171-A, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, situado no do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $266^{\circ}25'55''$ e 852,18 metros até o vértice MPU35/MEP31, de coordenadas N 8.462.801,3699m e E 597.294,8106m, situado na margem direita da Estrada P-3, limite de divisa do Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa) e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a margem direita da Estrada P-3 e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), no azimute de $266^{\circ}25'55''$ e 82,971 metros até o vértice MPU36/MEP32, de coordenadas N 8.462.796,2061m e E 597.212,0001m, situado na margem direita da Estrada P-3, limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com o Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), em curva de raio de 1.700 m e arco de 1.857,241 metros até o vértice MPU37/MEP33, de coordenadas N 8.463.675,2104m e E 595.680,0151m, situado limite de divisa do Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, margem direita da Estrada S-4 e Lote 172, de propriedade de Francisco Pinard de Moraes, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com o Lote 172, de propriedade de Francisco Pinard de Moraes, Estrada S-3 e Lote 184, de propriedade de Paulo Mocellin, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $334^{\circ}50'57''$ e 3.496,252 metros até o vértice MPU38/MEP34, de coordenadas N 8.466.839,9888m e E 594.194,0970m, situado em terras do Lote 184, de propriedade de Paulo Mocellin, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com os Lotes 184 e 198, de propriedade de Paulo Mocellin, Lote 199, de propriedade de Norberto Cambri e Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), em curva de raio 5.800 m e arco de 2.281,467 metros até o vértice MPU39/MEP35, de coordenadas N 8.469.030,1724m e E 593.609,7890m, situado em terras do Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com o Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $21^{\circ}47'42''$ e 888,619 metros até o vértice MPU40, de coordenadas N 8.469.855,2711m e E 593.939,7210m, situado em terras do Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa) e Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A; deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A, Faixa de Domínio da Rede de Energia Agroenergética Mato Grosso Ltda, no azimute de $21^{\circ}47'42''$ e 52,328 metros até o vértice MPU41, de coordenadas N 8.469.903,8582m e E 593.959,1495m, situado na Faixa de Domínio da Rede de Energia Agroenergética Mato Grosso Ltda e Faixa de Domínio da Rodovia MT-249 (lado esquerdo sentido Nova Mutum / Campo Novo dos Parecis); deste, segue confrontando com a Rodovia MT-249, no azimute de $21^{\circ}47'42''$ e 40,000 metros até o vértice MPU42, de coordenadas N 8.469.940,9990m e E 593.974,0010m, situado nas Faixas de Domínio da Rodovia MT-249 (lado direito sentido Nova Mutum / Campo Novo dos Parecis) e Brasnorte Transmissora de Energia S/A; deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A, no azimute de $21^{\circ}47'42''$ e 26,192 metros até o vértice MPU43, de coordenadas N 8.469.965,3191m e E 593.983,7259m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A e Lote 209-A, de propriedade de Vilmar Brancalione, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com o Lote 209-A, de propriedade de Vilmar Brancalione, Lote 220, Estrada P-6, Lotes 225 e 229-A, Estrada P-7 e Lote 235-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa) e Lote 38, Estrada P-E, Lotes 62 e 50, do Projeto de Chácaras Nova Mutum, no azimute de $21^{\circ}47'42''$ e 8.490,389 metros até o vértice MPU44, de coordenadas N 8.477.848,8011m e E 597.136,0916m, situado em terras do Lote 50, do Projeto de Chácaras Nova Mutum; deste, segue confrontando com terras dos Lotes 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57 e Estrada P-1, do Projeto de Chácaras Nova Mutum, Lotes 183 e 195, Estrada S-K e Lote 194, do Projeto de Subdivisão de Chácaras (Expansão Urbana), no azimute de $111^{\circ}47'42''$ e 4.583,891 metros até o vértice MPU45, de coordenadas N 8.476.146,8534m e E 601.392,3145m, situado na divida dos Lotes 194 e 195, do Projeto de Subdivisão de Chácaras (Expansão Urbana) e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido

Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com o Lote 195, do Projeto de Subdivisão de Chácaras (Expansão Urbana), Estrada P-8, Lotes 95, 96, 97,98 e 99, do Projeto de Chácaras Nova Mutum e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop), no azimute de 21°51'40" e 2.431,126 metros até o vértice MPU46, de coordenadas N 8.478.403,1537m e E 602.297,5675m, situado na divida do Lote 99, do Projeto de Chácaras Nova Mutum e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com o Lote 99, do Projeto de Chácaras Nova Mutum e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop), em curva de raio 600 m e arco de 339,076 metros até o vértice MPU47, de coordenadas N 8.478.734,6456m e E 602.342,9323m, situado na divida do Lote 99, do Projeto de Chácaras Nova Mutum e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com o Lote 99, do Projeto de Chácaras Nova Mutum, Rio dos Patos e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop),no azimute de 354°11'54" e 525,492 metros até o vértice MPU48, de coordenadas N 8.479.257,4452m e E 602.289,8118m, situado na divida da BRF – Brasil Foods e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com terras de BRF – Brasil Foods, Coopermutum e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop), em curva de raio710 m e arco de 323,342 metros até o vértice MPU49, de coordenadas N 8.479.576,7282m e E 602.318,3448m, situado em terras de Coopermutum e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com terras de Coopermutum, Estrada P-1, do Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa) e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop), no azimute de 15°23'19" e 514,885 metros até o vértice MPU50, de coordenadas N 8.480.073,1544m e E 602.454,9759m, situado na margem na direita da Estrada P-1, do Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), Posto de Combustível Maria e José e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste segue confrontando com a margem direita da Estrada P-1, do Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), Posto de Combustível Maria e José e Parte do Lote 01, de propriedade de Antônio Baldissera, no azimute de 273°46'48" e 199,050 metros até o vértice MPU51, de coordenadas N 8.480.086,2766m e E 602.256,3592m, situado na margem direita da Estrada P-1, do Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa) e divisa da Parte do Lote 01, de propriedade de Antônio Baldissera; deste, segue confrontando com Partes do Lote 01, de propriedade de Antônio Baldissera, Dirceu V. Baldissera, HFC – Construtora e Engenharia Ltda EPP e Remanescente do Lote 01, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), no azimute de 15°21'26" e 2.476,409 metros até o vértice MPU52/MEP46, de coordenadas N 8.482.474,2612m e E 602.912,2040m, situado em terras do Remanescente do Lote 01 e Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa); deste, segue confrontando com terras do Remanescente do Lote 01 e Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), no azimute de 94°04'04" e 198,847 metros até o vértice MPU01/MEP01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n°57 WGr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

A proposta do perímetro de expansão urbana de Nova Mutum tem área de 13.675,0761 hectares, conforme memorial a seguir:

Memorial Descritivo do Perímetro de Expansão Urbana de Nova Mutum, de propriedade de município de Nova Mutum, em área de 13.675,0761 ha ou 136.750.761,1867 m² e perímetro de 50.271,517 m; com os seguintes azimutes, distâncias, coordenadas e confrontações.

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice MEP01/MPU01, de coordenadas N 8.482.460,1555m e E 603.110,5504m, situado na divisa do Remanescente do Lote 01, Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa) e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Rodovia BR – 163, em curva de raio de 850 m e arco de 70,055 metros até o vértice MEP02/MPU02, de coor-

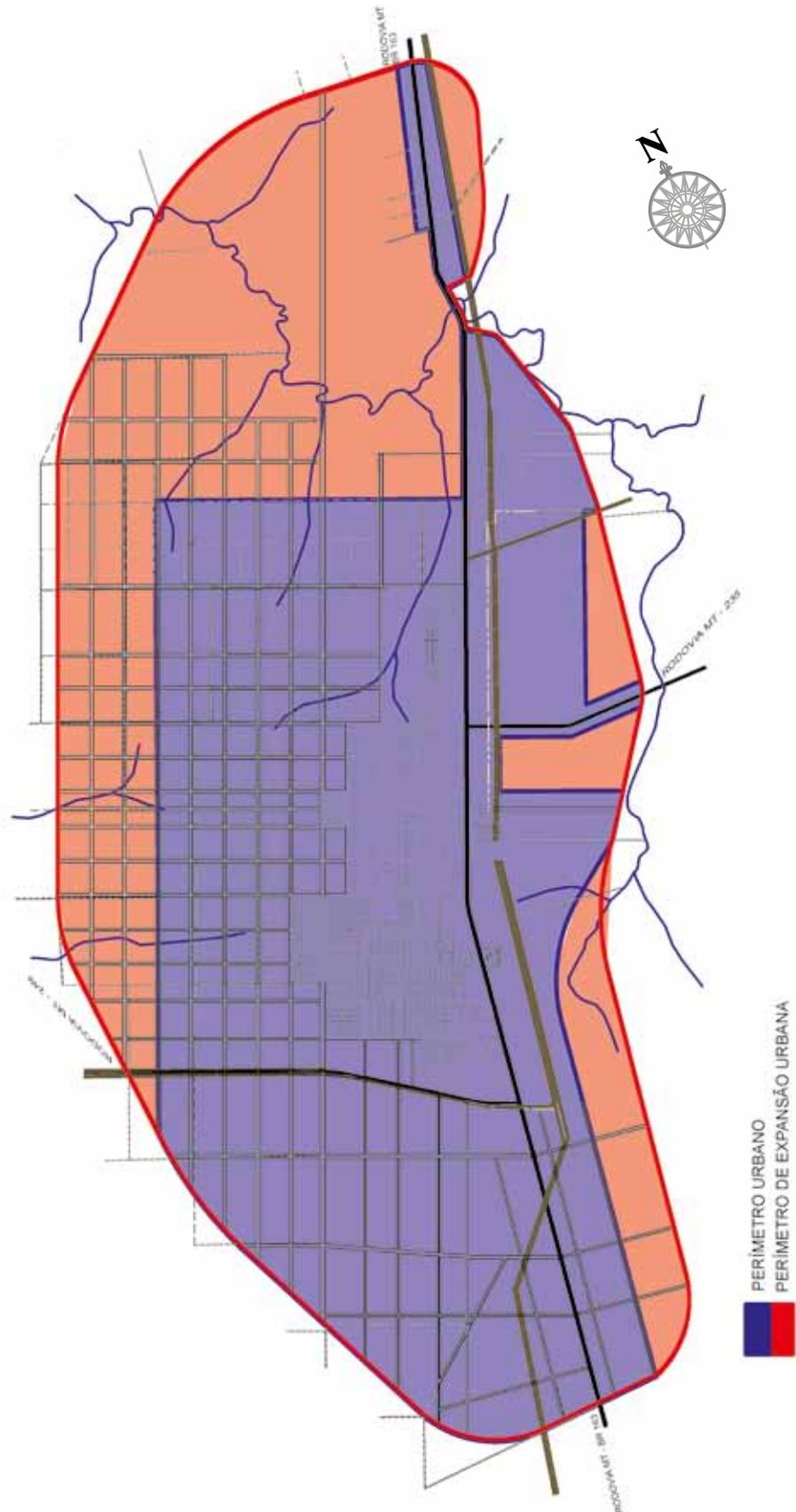
denadas N 8.482.443,7499m e E 603.178,6370m, situado na Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop) e divisa da Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto; deste, segue confrontando com a Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto, em curva de raio de 850 m e arco de 177,839 metros até o vértice MEP03/MPU03, de coordenadas N 8.482.377,5327m e E 603.343,3392m, situado na divisa da Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), em curva de raio de 850 m e arco de 84,614 metros até o vértice MEP04, de coordenadas N 8.482.334,2907m e E 603.416,0290m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e divisa da Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto; deste, segue confrontando com a Fazenda Uirapurus, de propriedade de Moacir Smaniotto, Fazenda Maracanãs, de propriedade de Renato Alves de Freitas e Rafael Piva Batagline, em curva de raio 850 m e arco de 1.134,834 metros até o vértice MEP05, de coordenadas N 8.481.334,2619m e E 603.743,9071m, situado em terras da Fazenda Maracanãs, de propriedade de Renato Alves de Freitas e Rafael Piva Batagline; deste, segue confrontando com terras da Fazenda Maracanãs, de propriedade de Renato Alves de Freitas e Rafael Piva Batagline e Estrada Municipal, com o azimute de 198°05'31" e 794,736 m até o vértice MEP06, de coordenadas N 8.480.578,8178m e E 603.497,1091m, situado na margem direita da Estrada Municipal (sentido Rodovia BR – 163 / Santa Rita do Trivelato) e divisa com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri; deste, segue confrontando com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri, em curva de raio de 3.300 m e arco de 1.619,416 metros até o vértice MEP07, de coordenadas N 8.479.164,1630m e E 602.742,7545m, situado na divisa da Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), com o azimute de 263°58'26" e 83,907 m até o vértice MEP08/MPU04, de coordenadas N 8.479.155,3544m e E 602.659,3113m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri; deste, segue confrontando com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri, com o azimute de 263°58'26" e 287,308 m até o vértice MEP09/MPU05, de coordenadas N 8.479.125,1926m e E 602.373,5905m, situado no limite de divisa da Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Fazenda Ranchão, de propriedade de Alcindo Uggeri, Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop), Rio dos Patos e Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com o azimute de 174°11'43" e 385,322 m até o vértice MEP10/MPU06, de coordenadas N 8.478.741,8468m e E 602.412,5611m, situado na divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop), em curva de raio 670 m e arco de 289,579 metros até o vértice MEP11/MPU07, de coordenadas N 8.478.455,3107m e E 602.391,2170m, situado na divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR – 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com o azimute de 123°32'55" e 125,688 metros até o vértice MEP12/MPU08, de coordenadas N 8.478.385,8496m e E 602.495,9678m, situado no limite de divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), com o azimute de 123°32'55" e 85,994 metros até o vértice MEP13/MPU09, de coordenadas N 8.478.338,3256m e E 602.567,6364m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e divisa com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com os seguintes azimutes: 123°32'55" e 159,452 metros até o vértice MEP14/MPU10, de coordenadas N 8.478.250,2051m e E 602.700,5267m, em curva de raio 250 m e arco de 175,483 metros até o vértice MEP15/MPU11, de coordenadas N 8.478.111,7389m e E 602.802,3979m, 163°45'59" e 1.566,934 metros

até o vértice MEP16/MPU12, de coordenadas N 8.476.607,2780m e E 603.240,4382m, em curva de raio 500 m e arco de 183,418 metros até o vértice MEP17/MPU13, de coordenadas N 8.476.425,8411m e E 603.259,0792m, situado no limite de divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e divisa da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Otaviano Olavo Pivetta; deste, segue confrontando com Partes do Lote Irmandade, de propriedade de Otaviano Olavo Pivetta e Bunge Alimentos S.A, com o azimute de 182°41'58" e 1.194,250 metros até o vértice MEP18/MPU14, de coordenadas N 8.475.232,9165m e E 603.202,8347m, situado em terras da Parte do Lote Irmandade, de Propriedade de Bunge Alimentos S.A e Faixa de Domínio da Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT); deste, segue confrontando com terras da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A e Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT), com o azimute de 201°54'53" e 42,588 metros até o vértice MEP19, de coordenadas N 8.475.193,4060m e E 603.186,9398m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas Matogrossense S/A - (CEMAT) e com terras da Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A; deste, segue confrontando com a Parte do Lote Irmandade, de propriedade de Bunge Alimentos S.A e Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com o azimute de 188°10'44" e 2.595,349 metros até o vértice MEP20/MPU20, de coordenadas N 8.472.624,4556m e E 602.817,7084m, situado na divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com a Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, em curva de raio de 900 m e arco de 182,127 metros até o vértice MEP21/MPU21, de coordenadas N 8.472.448,4513m e E 602.772,1050m, situado no limite de divisa da Área I do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia MT-235 (lado esquerdo no sentido Nova Mutum / Santa Rita do Trivelato); deste, segue confrontando com a Rodovia MT-235, em curva de raio de 900 m e arco de 43,432 metros até o vértice MEP22/MPU22, de coordenadas N 8.472.408,1024m e E 602.756,0434m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Rodovia MT-235 (lado direito no sentido Nova Mutum / Santa Rita do Trivelato) e divisa da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, em curva de raio 900,00 m e arco de 160,948 metros até o vértice MEP23/MPU23, de coordenadas N 8.472.266,4630m e E 602.680,0604m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 214°09'53" e 1.284,125 metros até o vértice MEP24/MPU28, de coordenadas N 8.471.203,9441m e E 601.958,9285m, situado em terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras da Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, no azimute de 214°09'53" e 753,322 metros até o vértice MEP25/MPU29, de coordenadas N 8.470.580,6255m e E 601.535,8820m, situado no limite de divisa da área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e terras de BRF - Brasil Foods; deste, segue confrontando com terras de BRF - Brasil Foods, Área II do Lote Irmandade, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, Município de Nova Mutum, Natural Pork (Frigorífico Excelência) e Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, em curva de raio 3.550 m e arco de 2.018,207 metros até o vértice MEP26, de coordenadas N 8.468.761,5490m e E 600.726,1976m, situado em terras de Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A; deste, segue confrontando com terras de Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, com os seguintes azimutes: 187°45'32" e 4.637,447 metros até o vértice MEP27, de coordenadas N 8.464.166,5587m e E 600.100,1128m, em curvas de raio 1.550 m e arco de 1.674,874 metros até o vértice MEP28/MPU32, de coordenadas N 8.462.914,7093m e E 599.112,4239m, 266°25'54" e 897,688 metros até o vértice MEP29/MPU33, de coordenadas N 8.462.858,8391m e E 598.216,4763m, situado no limite de divisa da Fazenda Mutum, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Faixa de Domínio da Rodovia BR - 163 (lado direito sentido Cuiabá / Sinop); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Rodovia BR - 163, no azimute de 266°25'54" e 71,276 metros até o vértice MEP30/MPU34, de coordenadas N 8.462.854,4031m e E 598.145,3386m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Rodovia BR - 163 (lado esquerdo sentido Cuiabá / Sinop), margem direita da Estrada P-3 e divisa do Desdobro dos Lotes 157-A e 171 -A, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue con-

frontando com a margem direita da Estrada P-3, Desdobro dos Lotes 157-A e 171-A, de propriedade de Mutum Agro Pecuária S.A e Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, situado no do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $266^{\circ}25'55''$ e 852,18 metros até o vértice MEP31/MPU35, de coordenadas N 8.462.801,3699m e E 597.294,8106m, situado na margem direita da Estrada P-3, limite de divisa do Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa) e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte); deste, segue confrontando com a margem direita da Estrada P-3 e Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), no azimute de $266^{\circ}25'55''$ e 82,971 metros até o vértice MEP32/MPU36, de coordenadas N 8.462.796,2061m e E 597.212,0001m, situado na margem direita da Estrada P-3, limite de divisa da Faixa de Domínio de Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste segue confrontando com o Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), em curva de raio de 1.700 m e arco de 1.857,241 metros até o MEP33/MPU37, de coordenadas N 8.463.675,2104m e E 595.680,0151m, situado limite de divisa do Remanescente da Fusão dos Lotes 157-A, 157-B, 171-A e 171-B, de propriedade de Vitélio Costa Beber, margem direita da Estrada S-4 e Lote 172, de propriedade de Francisco Pinard de Moraes, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com o Lote 172, de propriedade de Francisco Pinard de Moraes, Estrada S-3 e Lote 184, de propriedade de Paulo Mocellin, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $334^{\circ}50'57''$ e 3.496,251 metros até o vértice MEP34/MPU38, de coordenadas N 8.466.839,9888m e E 594.194,0970m, situado em terras do Lote 184, de propriedade de Paulo Mocellin, situado no Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com os Lotes 184 e 198, de propriedade de Paulo Mocellin, Lote 199, de propriedade de Norberto Cambri e Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), em curva de raio 5.800 m e arco de 2.281,467 metros até o vértice MEP35/MPU39, de coordenadas N 8.469.030,1724m e E 593.609,7890m, situado em terras do Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com o Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $355^{\circ}13'55''$ e 991,284 metros até o vértice MEP36, de coordenadas N 8.470.018,0255m e E 593.527,3925m, situado em terras do Lote 204-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa) e Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A; deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A, Faixa de Domínio da Rede de Energia Agroenergética Mato Grosso Ltda, no azimute de $355^{\circ}13'55''$ e 60,821 metros até o vértice MEP37, de coordenadas N 8.470.078,6360m e E 593.522,3370m, situado nas Faixas de Domínio da Rede de Energia Agroenergética Mato Grosso Ltda e da Rodovia MT-249 (lado esquerdo sentido Nova Mutum / Campo Novo dos Parecis); deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio Rodovia MT-249, no azimute de $355^{\circ}13'55''$ e 44,725 metros até o vértice MEP38, de coordenadas N 8.470.123,2066m e E 593.518,6194m, situado na Faixa de Domínio da Rodovia MT-249 (lado direito sentido Nova Mutum / Campo Novo dos Parecis) e Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A; deste, segue confrontando com a Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A, no azimute de $355^{\circ}13'55''$ e 28,961 metros até o vértice MEP39, de coordenadas N 8.470.152,0677m e E 593.516,2121m, situado no limite de divisa da Faixa de Domínio da Brasnorte Transmissora de Energia S/A e Lote 209-B, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com os Lotes 209-B e 220, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), no azimute de $355^{\circ}13'55''$ e 1.608,856 metros até o vértice MEP40, de coordenadas N 8.471.755,3559m e E 593.382,4830m, situado em terras do Lote 220, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com terras do Lote 220 e Estradas S-8 e P-6, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa), em curva de raio 2.500 m e arco de 1.170,072 metros até o vértice MEP41, de coordenadas N 8.472.902,0688m e E 593.553,6771m, situado na margem esquerda da Estrada S-8, margem direita da Estrada P-6 e divisa do Lote 226-A, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa); deste, segue confrontando com terras dos Lotes 226-A, 230, Estrada P-7, Lotes 236-A e 236-B, do Projeto de Colonização Mutum (2ª Etapa) e Lote 34, Estrada P-E, Lotes 58 e 46 e Estrada P-18, do Projeto de Chácaras Nova Mutum, no azimute de $22^{\circ}09'39''$ e 6.485,629 metros até o vértice MEP42, de coordenadas N

8.478.908,5997m e E 596.000,0975m, situado na margem direita da Estrada P-18 e terras do Lote 80, do Projeto de Chácara Nova Mutum; deste, segue confrontando com terras dos Lotes 80 e 70, do Projeto de Chácara Nova Mutum, em curva de raio 3.000 m e arco de 1.248,497 metros até o vértice MEP43, de coordenadas N 8.479.897,2106m e E 596.747,7778m, situado em terras do Lote 70 e margem direita da Estrada P-A, do Projeto de Chácara Nova Mutum; deste, segue confrontando com terras do Lote 70, Estrada P-D, Lotes 18, 19, 20, 21, Estrada P-B, Lote 25, do Projeto de Chácara Nova Mutum, Rio dos Patos e Parte do Lote 02, de propriedade de Hélio Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), no azimute de 47°25'12" e 2.900,742 metros até o vértice MEP44, de coordenadas N 8.481.859,9101m e E 598.883,6892m, situado em terras da Parte do Lote 02, de propriedade de Hélio Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa); deste, segue confrontando com Parte do Lote 02, de propriedade de Hélio Baldissera e Remanescente do Lote 02, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), em curva de raio 4.000 m e arco de 2.741,531 metros até o vértice MEP45, de coordenadas N 8.482.576,4987m e E 601.474,6058m, situado no limite de divisa do Remanescente do Lote 02, de propriedade de Paulo Baldissera e Remanescente do Lote 03, de propriedade de Edio Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa); deste, segue confrontando com o Remanescente do Lote 01, de propriedade de Paulo Baldissera e Remanescente do Lote 03, de propriedade de Edio Baldissera e Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), no azimute de 94°04'04" e 1.441,229 metros até o vértice MEP46/MPU52, de coordenadas N 8.482.474,2612m e E 602.912,2040m, situado em terras do Remanescente do Lote 01 e Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa); deste, segue confrontando com terras do Remanescente do Lote 01 e Parte do Lote 03, de propriedade de Paulo Baldissera, situado no Projeto de Colonização Mutum (1ª Etapa), no azimute de 94°04'04" e 198,847 metros até o vértice MEP01/MPU01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central n°57 WGr, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

MAPA 25 – PROPOSTA DO NOVO PERÍMETRO E EXPANSÃO URBANA



● PROPOSTA DO NOVO ZONEAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A proposta de novo zoneamento do uso e ocupação do solo contempla a atualização, revisão e proposição da nova legislação básica, complementando a proposta do novo sistema viário. Os parâmetros urbanísticos ou construtivos e os usos funcionais admitidos serão os constantes das tabelas integrantes da legislação do zoneamento do uso e ocupação do solo.

A implantação deste zoneamento tem os seguintes objetivos:

- Disciplinar a localização de atividades no município, prevalecendo o interesse coletivo sobre o particular e observando os padrões de segurança, higiene e bem estar da vizinhança, garantindo a qualidade ambiental e de vida da população;
- Direcionar o adensamento para áreas já dotadas de infraestrutura;
- Compatibilizar o uso e ocupação do solo com o sistema viário;
- Evitar o uso irracional do solo urbano, bem como regular o seu desuso, procurando evitar danos materiais e desconforto e insegurança à população;
- Ordenar o espaço construído, para assegurar a qualidade morfológica da paisagem urbana, seus valores naturais, culturais e paisagísticos;
- Orientar o crescimento da cidade visando minimizar os impactos sobre áreas ambientalmente frágeis;
- Regular a implantação das edificações nos lotes e a relação destas com o seu entorno.

Na legislação proposta do zoneamento do uso e ocupação do solo urbano, estão definidas as seguintes zonas:

A **Zona Residencial 01 – ZR 01**: Corresponde à área predominantemente residencial unifamiliar ou multifamiliar.

A **Zona Residencial 02 – ZR 02**: Corresponde à área predominantemente residencial unifamiliar ou multifamiliar.

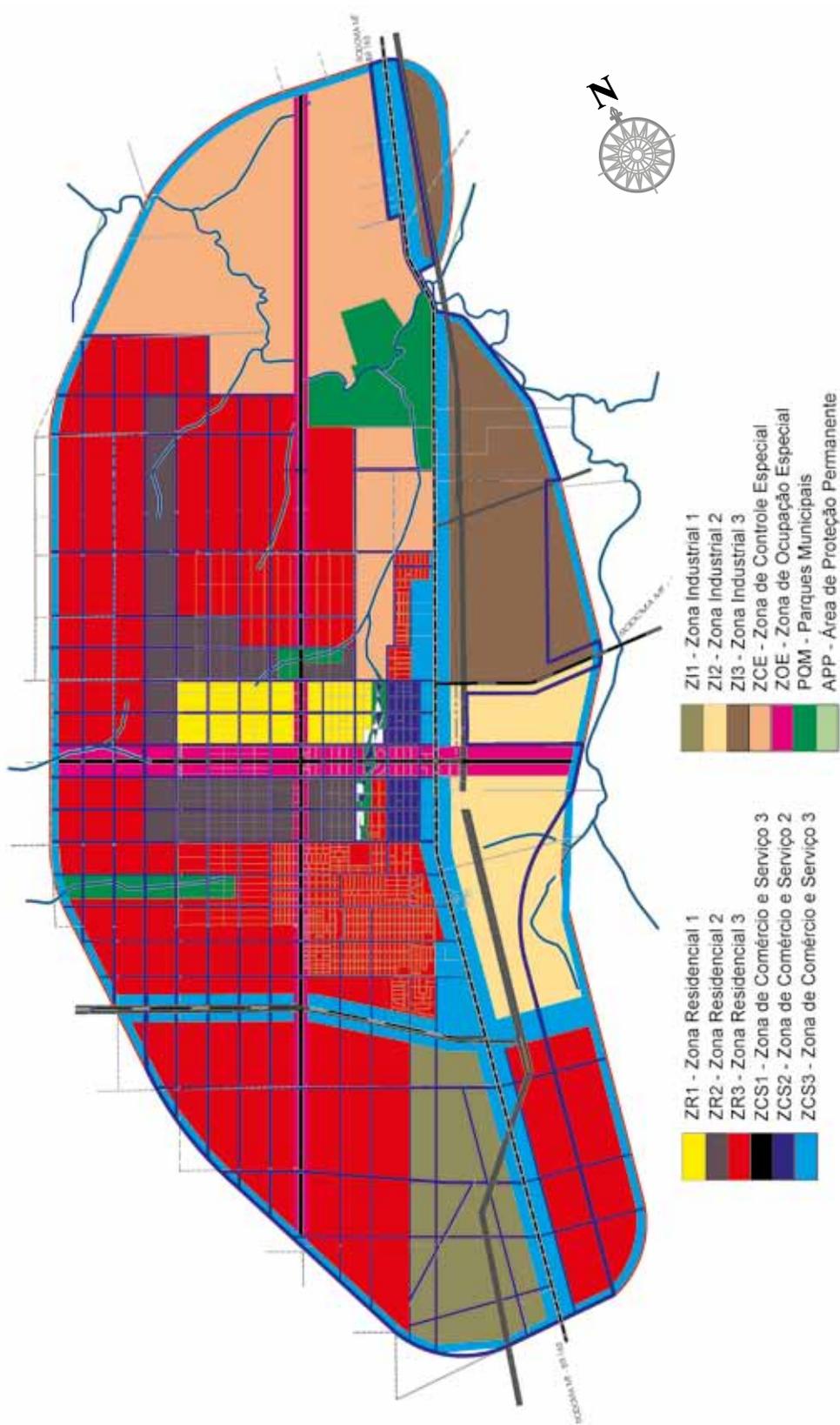
A **Zona Residencial 03 – ZR 03**: Corresponde à área predominantemente residencial, unifamiliar ou multifamiliar.

A **Zona de Comércio e Serviço 01 – ZCS 01**: Compreende as atividades em que há relação de troca, visando lucro e estabelecendo-se a circulação de mercadorias, e as caracterizadas como prêmio de mão-de-obra ou assistência de ordem intelectual ou espiritual.

A **Zona de Comércio e Serviço 02 – ZCS 02**: Corresponde à zona urbana onde se localizam atividades que podem apresentar certo grau de poluição, geradoras de tráfego intenso e/ou de cargas ou que requeiram localização peculiar pela sua característica de periculosidade.

A **Zona de Comércio e Serviço 03 – ZCS 03**: Corresponde à zona urbana onde se localizam atividades que podem apresentar certo grau de poluição, geradoras de tráfego intenso e/ou de cargas ou que estejam próximas as vias de acesso ao município como as rodovias BR-163, MT-235 e MT-249 pela sua característica de periculosidade.

MAPA 26 – PROPOSTA DO NOVO ZONEAMENTO E USO E OCUPAÇÃO DO SOLO



A **Zona de Ocupação Especial – ZOE:** Corresponde a zona urbana de usos predominantemente institucionais e culturais de grande porte, caracterizada pela acessibilidade tanto no âmbito regional como local.

A **Zona de Controle Especial – ZCE:** Destina-se à proteção do entorno de área de preservação permanente, áreas ocupadas que necessitam de medidas compensatórias e mitigadoras e áreas verdes situadas dentro do perímetro e expansão urbana e/ou de locais onde devem ocorrer programas ou projetos especiais que, por suas características, requeiram regime urbanístico específico.

A **Zona Industrial 01 – ZI 01:** Destina-se predominantemente para estabelecimentos industriais cujo funcionamento possa causar prejuízo a saúde, a segurança, ao bem estar público e ao meio ambiente – empresas com gases poluentes, derivados de petróleo, indústria química, galvanoplastia, corrosiva, de metais pesados e tóxicos.

A **Zona Industrial 02 – ZI 02:** Destina-se a agroindústrias diversificadas, que apresentam tratamento de efluentes, principalmente líquidos e gasosos, indústria alimentícia, mecânica, metalúrgica, mas sem uso de metais pesados – ex: galvanoplastia, etc. Poderá abrigar serviços públicos de saneamento e segurança.

A **Zona Industrial 03 – ZI 03:** Destina-se a indústrias não incômodas e que possam necessitar de alguns cuidados como retenção de líquidos e resíduos sólidos, como marmoraria, metalurgia e mecânica leve, pré-moldados, etc.

Parques Municipais - PQM: Corresponde a área delimitada por lei municipal que cria parques municipais.

Área de Proteção Permanente – APP: Trata-se de área com certo grau de ocupação humana, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

● PROPOSTA PARA IMPLANTAÇÃO DE PARQUES E ÁREAS VERDES

A sustentabilidade ambiental na cidade de Nova Mutum depende de algumas intervenções ambientais específicas. Para isso, torna-se estratégico que se obedeça a demarcação dos espaços de proteção de áreas verdes que estão inseridos na poligonal do perímetro e expansão urbana.

As áreas verdes existentes encontram-se hoje fragilizadas pela pressão da ocupação urbana e sem encaminhamento direto para a formação de parques, que ao mesmo tempo poderiam garantir a preservação adequada e também disponibilizar à população espaços verdes para serem aproveitados para o entretenimento, lazer e educação ambiental.

O fundo de vale que corta a Avenida Mutum, em que foi implantado o Parque Ecológico, composto por conjunto de lagos e áreas verdes, deverá receber intervenção do ponto de vista de recuperação ambiental em determinados pontos e também adequação de equipamentos urbanos para atividades compatíveis, que permitam valorizar seu uso predominantemente recreativo.

É importante também dar atenção às áreas verdes do entorno municipal que estarão fora da poligonal do perímetro e expansão urbana, pois estas necessitam a devida preservação, afinal são elas que impactam diretamente na preservação da parte ambiental interna ao perímetro.

MAPA 27 – ÁREAS VERDES



● PROPOSTAS URBANÍSTICAS COMPLEMENTARES

Regularização fundiária de assentamentos precários urbanos

- Elaboração do Plano de Regularização Fundiária (PLRF);
- Realização de audiência pública de mobilização da comunidade - esclarecimentos do processo de regularização;
- Implantação e implementação do PLRF.

Estruturação e melhoria do sistema público de transporte municipal, intermunicipal e interestadual

- Construção de uma nova rodoviária em local mais estratégico;
- Construção de um terminal e implantação de mais paradas ou pontos de ônibus para o transporte coletivo.

Implantação de infraestrutura em assentamentos precários urbanos

- Elaboração do plano de infraestrutura;
- Mobilização social – processo de implantação de infraestrutura;
- Implementação das ações de infraestrutura urbana levantadas no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (2011)

Promoção do acesso ao crédito destinado à melhoria e ampliação da moradia, através da aquisição de material de construção

- Implementação de ações de autoconstrução para domicílios de adensamento excessivo:
 - ◆ Assistência técnica para 50% do déficit levantado
 - ◆ Aquisição de kits de material de construção
 - ◆ Assistência técnica para 50% de déficit levantado
 - ◆ Aquisição de kits de material de construção

Promoção pública de novas unidades habitacionais urbanas – horizontais

- Construção de domicílios horizontais para o atendimento de famílias com renda inferior a 03 salários mínimos (390 unidades habitacionais);
- Promoção privada de novas unidades habitacionais urbanas – horizontais (390 unidades habitacionais);
- Promoção pública de novas unidades habitacionais urbanas verticais (390 unidades habitacionais);
- Promoção privada de novas unidades habitacionais urbanas verticais (390 unidades habitacionais);

- Destinação de terras públicas – checagem e mapeamento de 100% dos vazios urbanos (áreas maiores do que 01 hectare e vazias) localizados no perímetro urbano;
- Destinação de terras públicas – vistoria de 100% das áreas, avaliação de possíveis restrições ambientais e análise de sua aptidão para o uso de habitação popular;
- Definição de critérios para eleição de 100% das áreas designadas para serem gravadas como ZEIS;
- Aquisição de áreas para construção de 2.090 unidades habitacionais.

Desenvolvimento institucional – capacitação de conselheiros e agentes sociais

- Capacitar 100% dos conselheiros do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social (CMHIS), para mobilização e atuação dos membros;
- Capacitar 100% dos conselheiros do CMHIS (Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social(CMHIS), para gestão financeira;
- Capacitar 100% dos conselheiros do CMHIS (Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social (CMHIS), para PLHIS e linhas de financiamentos.

Desenvolvimento institucional – preparação da estrutura administrativa

- Realizar estudo para criação do Departamento de Habitação, concentrando as atividades relativas à política do desenvolvimento urbano e habitação do município;
- Regulamentar e implantar nova estrutura;
- Implantar banco de dados sobre a condição de moradia das famílias no município;
- Revisão da legislação relativa à habitação

**Implementação da gestão participativa do Plano Diretor Municipal
Decreto de implementação da revisão do Plano Diretor;**

- Implantação do escritório do Plano Diretor;
- Diagnóstico da situação atual do município;
- Consulta popular e apresentação das primeiras propostas, com reuniões públicas;
- Primeira audiência pública;
- Formatação dos trabalhos com as proposituras;
- Segunda audiência pública;
- Revisão final do Plano Diretor;
- Encaminhamento à Câmara de Vereadores da Proposta de Lei de Alteração do Plano Diretor.

Ampliação da capacidade da rede municipal de abastecimento d'água de acordo com crescimento populacional, realização a reestruturação da SAAE e implantação de novas captações ou poços.

- Ampliação de redes de água para o abastecimento municipal podendo assim atender a demanda;
- Elaboração de projetos técnicos que abrangem toda área urbana com abastecimento de água;
- Redimensionamentos das redes municipais de abastecimento existentes com base nos projetos elaborados;
- Execução de obras conforme projetos

Ampliação do sistema de tratamento, aumento o quadro de profissionais especializados e realização de exames conforme Portaria 2914/11 MS

- Construção de casas de química para tratamento da água, em pontos estratégicos da rede;
- Adquirir novos equipamentos para tratamento da água e melhorar existente;
- Promover concurso público ou contratações de pessoal capacitado e especializado para atuar na área de tratamento e controle de qualidade da água.

Estruturação do sistema de monitoramento de vazão das captações e implantação do departamento de controle e perdas da SAAE

- Adquirir equipamento específico;
- Instalar macromedidores nos pontos de captação ou poços;
- Contratar equipe de profissionais para a implantação do Departamento de Controle e Perdas.

Implementação da Rede de Coleta e Tratamento do Sistema Municipal de Esgotamento Sanitário

- Elaborar projetos e buscar recursos junto ao Governo Federal e Governo Estadual;
- Construir, equipar e operacionalizar a rede de coleta e a estação de tratamento do Sistema Municipal de Esgotamento Sanitário;
- Contratação e manutenção de pessoal capacitado para atuação no sistema de esgotamento sanitário;
- Efetuar as ligações dos ramais domiciliares a rede de esgoto.

Realização das obras de drenagem e pavimentação no Bairro Edelmina Querubim Marchetti - Etapa B, Região Industrial Sul, Região Industrial Hilda Stranger Ribeiro, Bairro das Orquídeas e revitalização da Avenida Mutum – Centro

● Drenagem e pavimentação no Bairro Edelmina Querubim - Etapa B, Industrial Sul, Industrial Hilda Ribeiro, Bairro Orquídeas – comunitário;

● Revitalização da Avenida Mutum;

● Implementação de ciclovia.

Implementação das obras de manutenção e ampliação de estradas rurais, pontes e bueiros e aumento da patrulha mecanizada

● Manutenção de estradas municipais, com aterro e revestimento primário;

● Construção e reforma em pontes de madeira e bueiros;

● Substituição de ponte de madeira para concreto, com oito pontes até 2021;

● Aquisição de máquinas pesadas, como motoniveladoras, caminhões, pá carregadeira e tratores.

Reestruturação do Viveiro Municipal, construção de novas praças e ações administrativas para reforma e urbanização das praças existentes

- Execução de praças, jardins, estacionamentos, passeios/acessibilidade;

Operacionalização da concessão, monitoramento e avaliação do contrato de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal

● Fazer a concessão de novas rotas urbanas e rurais;

● Monitorar e avaliar o contrato de concessão do Sistema de Transporte Público Coletivo Municipal

Ampliação dos serviços de Iluminação Pública

● Ampliação dos serviços de iluminação pública e manutenção e renovação da iluminação pública

Realização das obras de revitalização e urbanização dos lagos do Parque Ecológico da cidade

● Execução do canal em concreto do lago, entre Avenida Seriemas e Avenida das Andorinhas, urbanização e revitalização dos lagos.

Intervenções e desenvolvimento urbano sugeridos pela comunidade

● Interligar ruas e avenidas sem conexão, como Avenida Brasil x Avenida das Seriemas, Rua dos Mamoeiros, Estrada P5, Avenida dos Pavões e Avenida dos Bem-Te-Vis;

- Construção de praças;
- Melhorias na segurança da travessia da BR-163;
- Aumento do gabarito do município, de 10 para 20;
- Abertura e pavimentação total da Avenida Brasil e Avenida Mutum;
- Determinar em toda a cidade o tamanho de 275,00m² para os lotes, e o mercado regular o tamanho em cada região;
- Ter lotes de variados tamanhos em um mesmo loteamento;
- Implantar redutores de velocidade nos lotes;
- Ampliar a quantidade de faixas elevadas para toda a cidade, especialmente em frente às escolas;
- Melhoria no saneamento ou drenagem na região dos Loteamentos Parque do Sol, Alto da Colina e Colina II;
- Proibir o trânsito de carretas em vias da cidade;
- Mudança no sentido da Rua dos Cedros onde está sentido Sul-Norte para Norte-Sul;
- Construção de passeios públicos nas áreas públicas onde não existem;
- Abertura e pavimentação da Avenida dos Sabiás;
- Estabelecer que lotes deverão ter 5,00m de testada e 125,00m² de área;
- Fomento das casas geminadas.

6.d | URBANISMO – METAS

Desenvolvimento urbanístico

- Integração urbana de assentamentos e informais;
- Atendimento e apoio/melhoria da unidade habitacional;
- Atendimento de produção da habitação;
- Atendimento e desenvolvimento institucional.

Ordenamento da expansão e ocupação urbana

- Implementar a gestão participativa do Plano Diretor Municipal.

Qualidade na Infraestrutura e dos serviços urbano-rurais

- Garantir a universalização ou 100% de atendimento dos domicílios da rede de abastecimento d'água em até dezembro de 2021;
- Garantir a qualidade de abastecimento d'água com monitoramento de 100% dos pontos de captação;
- Reduzir em 75% as perdas do sistema municipal de abastecimento d'água até dezembro de 2021;
- Implantar o sistema municipal de esgotamento e tratamento sanitário em 60% dos domicílios do perímetro urbano até dezembro de 2021;
- Assegurar a implementação de obras de drenagem, pavimentação asfáltica e revitalização do sistema viário urbano em 100 % até dezembro de 2016;
- Assegurar em 100% a manutenção das estradas rurais, pontes e bueiros até dezembro de 2021;
- Assegurar a criação, reforma e urbanização de 100% dos bairros da área urbana até dezembro de 2017;
- Operacionalizar o sistema de transporte coletivo público em 100% dos bairros urbanos e áreas rurais até 2016
- Ampliar os serviços de iluminação pública em 100% nos perímetros urbanos dos bairros e distritos municipais até dezembro de 2017;
- Implantar em 100% as ações do projeto de revitalização e urbanização do Parque Ecológico da cidade até 2017.

7. MEIO AMBIENTE PROPOSTAS

7.a | MEIO AMBIENTE - CENÁRIO ATUAL

Nova Mutum localiza-se na cabeceira do Rio Arinos, grande afluente do Rio Amazonas. É também divisor de águas das Bacias do Prata e Amazônica. As principais nascentes e mananciais dos maiores rios estão em estado de conservação satisfatório.

O município possui ativo de 49% de seu território em vegetação nativa. Possui ainda, três pontos críticos quanto à preservação das nascentes, localizados em pontos distintos como na Região Norte; Região Oeste e Região Sul. Nas áreas em pastagens e lavouras, têm-se mais de 30% das propriedades em situação irregular quanto à reserva legal de cobertura florestal.

O perímetro urbano apresenta pontos vulneráveis quanto ao controle do lixo urbano, bem como o controle dos efluentes gerados pelos estabelecimentos comerciais, residenciais e de serviços. O sistema de armazenagem e industrialização apresenta sinais evidentes de poluição.

O município é atendido pela autarquia denominada Sistema Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), tendo em residências urbanas 100% de água tratada e na zona rural do município. Na localidade denominada Gleba Ranchão, o SAAE fornece água para 212 famílias que residem na sede, não atendendo, portanto as fazendas, as quais possuem poços artesianos próprios, de uso individual.

O sistema de coleta de resíduos sólidos atende toda área urbana, inclusive com coleta seletiva de lixo hospitalar e destinação em valas sépticas. O esgotamento sanitário é atendido 100% com destinação em fossa séptica.

O município de Nova Mutum tem dois cursos d'água de grande importância. O Rio dos Patos corpo receptor de poluentes da drenagem pluvial urbana e da poluição das atividades agroindustriais, além de possuir estrutura de solo fragilizada em suas margens, o que faz com que este rio seja mais vulnerável à contaminação e poluição. Já o Rio Ranchão é de maior volume, protegido com vegetação nativa nas duas margens e em toda a sua extensão, com solo argiloso estruturado que permite o sequestro de poluentes, além de ter áreas alagadiças, transformando-o num potencial fornecedor de água potável para abastecer a população e as indústrias no futuro.

7.b | MEIO AMBIENTE – OBJETIVO ESPECÍFICO

O município de Nova Mutum, em sua política ambiental, tem por objetivo, no que cabe à sua responsabilidade, garantir o equilíbrio ecológico dos recursos naturais, certo de que o meio ambiente é de uso comum da população e essencial à qualidade de vida, cabendo tanto ao poder público quanto a sociedade em geral, o dever de promover a sua preservação, proteção, utilização racional, recuperação e conservação para as presentes e futuras gerações.

7.c | MEIO AMBIENTE – PROPOSTAS

Atualização cadastral municipal das empresas poluentes e desenvolvimento das ações de monitoramento ambiental

- Atualizar o cadastro municipal das empresas poluentes;
- Elaborar banco de dados;
- Desenvolver as ações de monitoramento ambiental

Identificação e mapeamento das propriedades rurais de até 04 módulos fiscais, estruturação da equipe municipal de cadastramento e desenvolvimento das ações de cadastramento ambiental

- Identificar e mapear as propriedades rurais do município;
- Montagem do banco de dados com informações da propriedade e do produtor;
- Formação e treinamento da equipe técnica;
- Desenvolver as ações de cadastramento e fomento da atividade agropecuária, através Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Revisão do plano de implementação da Coleta Seletiva Municipal, estruturação da equipe municipal de apoio, realização de parceria com a Associação Municipal de Catadores e desenvolvimento de ações de Educação Ambiental.

- Elaborar plano de implementação da Coleta Seletiva Municipal;
- Estruturação da equipe municipal de apoio;
- Estruturação do projeto de reciclagem e manutenção das atividades;
- Realizar parcerias com empresas e seguimentos da sociedade civil organizada;
- Desenvolver ações de Educação Ambiental

Estruturação da equipe municipal de arborização e urbanização, estabelecimento de parcerias com governo e iniciativa privada e desenvolvimento das ações de arborização.

- Estruturação e modernização do Viveiro Municipal;
- Elaboração de Projeto de Arborização Urbana;
- Criação e manutenção da Equipe Municipal de Arborização;
- Estabelecer parcerias com governo e iniciativa privada;

- Implantação da arborização em áreas públicas;
- Criação e estruturação de Patrulha de Arborização e Paisagismo.

Implantação e manutenção de estruturas ligadas ao meio ambiente

- Criação de parque em frente a ao Camus da Unemat;
- Criação de zoológico;
- Implantação de rede de coleta e estação de tratamento de esgoto;
- Criação de parques;
- Aumento no número de lixeiras.

Implementação da gestão ambiental das microbacias municipais

- Estabelecer parcerias com Governo Estadual e iniciativa privada;
- Criar o Comitê de Gestão das Microbacias Hidrográficas do Rio Ranchão e do Rio dos Patos;
- Elaborar o Plano de Manejo e Gestão das Microbacias;
- Implementar o Plano de Manejo e Gestão das Microbacias.

Levantamento e mapeamento das áreas potenciais, regularização das áreas potenciais e criação do Sistema Municipal de Áreas de Conservação e Preservação

- Levantamento e mapeamento das áreas potenciais;
- Regularização das áreas potenciais;
- Criar o Sistema Municipal de Áreas de Conservação e Preservação.

7.d | MEIO AMBIENTE – METAS

Preservação e conservação do meio ambiente

- Reduzir as infrações ambientais de médio e baixo impacto das atividades poluentes na área urbana em 90% até dezembro de 2017;
- Efetuar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em 100% das propriedades rurais de até quatro módulos até dezembro de 2017;
- Implementar a Coleta Seletiva de Material Reciclável dos Resíduos Sólidos em 100% dos domicílios urbanos até 2021;
- Assegurar 12 m² de área de preservação por habitante até 2021;
- Garantir a gestão ambiental de 100% das microbacias municipais;
- Implantar e consolidar as Unidades de Conservação Permanente;
- Efetuar o Cadastro Ambiental Rural (CAR), em 100% das propriedades rurais de até quatro módulos até dezembro de 2017;
- Implementar o Comitê de Bacias Hidrográficas;
- Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- Implantar o Licenciamento Ambiental Municipal para as atividades de impacto local;
- Montar Cadastro Único de Empresas em todas as esferas municipais de forma que as secretarias tenham dados unificados das atividades empresariais do município;
- Abranger 100 % das áreas urbanas do município com Coleta Seletiva;
- Estabelecer Programa de Monitoramento de Qualidade das Águas Subterrâneas e Fluviais e da Qualidade do Ar;
- Promover estudos ambientais e de alternativas locais, de forma a atender a legislação ambiental vigente, referente à eliminação e recuperação de lixões;
- Desenvolver ações de criação e fortalecimento de Cooperativa e/ou Associações de Catadores;
- Promover o desenvolvimento de Programas de Educação Ambiental voltados à redução e reutilização dos resíduos sólidos;
- Definir e desenvolver acordos, estratégias e ações de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com os municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal Alto Teles Pires (CIDESA);
- Elaborar e implementar o Plano Municipal de Gerenciamento de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Nova Mutum, de forma que atenda o conteúdo mínimo estabelecido na Lei nº 12.305 (Art.19. Lei nº 12.305).

- Formular e implementar a Política Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Implementar o Sistema Municipal de Informações de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Definir e desenvolver acordos, estratégias e ações de implantação de soluções consorciadas e compartilhadas;
- Licenciar os empreendimentos públicos passíveis de licenciamento ambiental;
- Promover estudos ambientais e de alternativas locais para recuperação de áreas de lixões;
- Promover estudos de viabilidade ambiental e de alternativas locais para implantação de Aterro Sanitário;
- Definir e desenvolver acordos, estratégias e ações de implantação de soluções compartilhadas com os empreendimentos geradores de resíduos sólidos de serviços de saúde;
- Definir e desenvolver acordos, estratégias e ações de implantação de soluções compartilhadas com os geradores de resíduos sólidos de construção civil, industriais, serviços de saúde, agrotóxicos, eletroeletrônicos, pneus inservíveis e pneumáticos, e resíduos perigosos ou resíduos sólidos classe I.

8. ASPECTOS ADMINISTRATIVOS PROPOSTAS

8.a | ASPECTOS ADMINISTRATIVOS - CENÁRIO ATUAL

Crescer com base na sustentabilidade, entendida numa dimensão que vai além da escala econômica e ambiental, ou seja, incluir também, a qualidade de vida, através do planejamento urbano e rural integrado, o crescimento econômico com distribuição igualitária de renda, o aumento dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), e a melhoria das condições de saneamento básico entre outros aspectos da infraestrutura do município.

Diante do desafio descrito acima, empresas privadas de grande porte econômico se instalam simultaneamente no município de Nova Mutum, como: a Tauá Biodiesel produtora e esmagadora de soja, que atua na fabricação de farelo e óleo de soja, fabrica ainda biodiesel e armazena grãos; a Brazil Foods (BRF) e excelência com suas unidades e frigoríficos para abate e comercialização de aves e suínos; Grupo Mutum, pioneiro na pesquisa, na produção e no desenvolvimento da agropecuária do Centro-Oeste brasileiro, que hoje, com aproximadamente 50 mil hectares de áreas agricultáveis e de reserva legal, concentrando suas atividades na agroindústria, com o plantio de soja, milho, sorgo e algodão, além de bovinocultura, piscicultura e indústria de beneficiamento de algodão, representarão mudança total no perfil da economia local e regional.

A administração do município de Nova Mutum tem a sua frente o desafio histórico de juntamente com a elaboração do Plano Diretor, num processo democrático e participativo, onde demandas e potenciais são identificados e encaminhadas soluções, firmar posições de gestão administrativa que contribuam para o processo de desenvolvimento local e regional.

A seguir, as iniciativas fundamentais a serem estudadas, entendidas e operacionalizadas, tendo clareza de que o entendimento técnico é importante, porém acompanhado do entendimento político, que é a construção de diálogo permanente com a comunidade local e regional:

- A gestão administrativa local.
- Adequação da estrutura administrativa e funcional do município;
- A gestão do Plano Diretor do Município de Nova Mutum;
- A elaboração do Plano de Ação Governamental;
- A elaboração do Plano Plurianual de Investimentos;
- Estudos de viabilidade para a implantação de Parque Tecnológico Agroindustrial.

8.b | ASPECTOS ADMINISTRATIVOS – OBJETIVO ESPECÍFICO

Para aplicação efetiva das diretrizes estabelecidas pela população mutuense, no processo participativo da elaboração do Plano Diretor Municipal, fica o desafio: de como desenvolver processo de planejamento conjuntamente à gestão pública eficiente.

O processo de planejamento e gestão pública municipal compreendem basicamente conjunto de órgãos, normas, regulamentações, recursos humanos e técnicos, coordenados pelo Poder Executivo Municipal visando a integração entre os diversos setores e ações municipais, através da dinamização da ação governamental.

- Fundamentalmente baseia-se em:
- Adequação da estrutura física do Paço Municipal;
- Adequação da estrutura organizacional da Prefeitura;
- Organização de informações para o planejamento e gestão pública municipal;
- Construção de indicadores de monitoramento e avaliação anual do desempenho do processo de planejamento.

8.c | ASPECTOS ADMINISTRATIVOS – PROPOSTAS

Aprimorar o controle interno do Poder Executivo

- Ampliação de equipe;
- Capacitação de pessoal do setor de CI.

Criação do Sistema Municipal de Planejamento, Estruturação, Implantação e Operacionalização

- Elaborar decreto – lei instituindo o Sistema Municipal de Planejamento (SMP), com a criação de Unidades Setoriais de Planejamento;

Realização da capacitação na área do planejamento e gestão e internalização na Administração Pública Municipal a cultura da gestão voltada para resultados

- Capacitar as equipes em planejamento e gestão de resultados no setor público.

Implementação do projeto da cidade digital Nova Mutum

- Melhoria da infraestrutura e comunicação digital de governo eletrônico.

Realização da adesão ao programa GÊS pública

- Realizar a adesão ao Programa Estadual de Gestão Pública;
- Realizar a capacitação dos multiplicadores municipais;
- Realizar a primeira avaliação institucional.

Implementação da gestão de processos

- Contratar consultoria em gestão de processos para orientação e capacitação;
- Realizar o mapeamento e identificação de processos organizacionais.

Promoção da reestruturação organizacional da Administração Municipal

- Implantar projeto de reestruturação de cargos e lotacionograma;
- Ampliação do Paço Municipal;

- Aquisição de móveis e equipamentos.

Aperfeiçoamento da gestão patrimonial

- Capacitar a equipe municipal em gestão patrimonial;
- Implementar o procedimento padrão de gestão patrimonial em todos os órgãos municipais;
 - ♦ Apresentar o bem adquirido ao Departamento de Patrimônio no ato de entrega, antes de destiná-lo ao local definitivo;
 - ♦ Todas as secretarias informar ao Departamento de Patrimônio a transferência do bem entre departamentos ou entre secretarias;
 - ♦ Fazer um inventário real de todos os bens;
 - ♦ Dar baixa em todos os bens não encontrados;
 - ♦ Dar baixa, reincorporar e etiquetar os bens não etiquetados;
 - ♦ Descentralizar o controle e cadastro de bens móveis das Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência Social e de Educação, mas subordinado ao Departamento de Patrimônio.

Implementação de melhorias nos processos de gestão da tecnologia de informação da Administração Municipal

- Viabilizar licenciamento de softwares;
- Estruturar Datacenter;
- Estruturar comunicação interna e externa;
- Ampliar equipe da Tecnologia de Informação (TI).

Implantação do modelo de gestão de pessoas

- Estrutura organizacional;
- Captação de talentos;
- Integração da força de trabalho;
- Avaliação de desempenho e plano de capacitação;
- Realizar licitação para a avaliação de clima organizacional;
Rever Plano de Carreira dos Servidores;
- Realização de concursos públicos e processos seletivos.

Reestruturação organizacional da Administração Municipal com base em gestão de processos

- Realizar licitação para contratar especialista para reestruturação organizacional de processos;
- Ampliação do Paço Municipal;

- Aquisição de móveis e equipamentos;
- Aquisição e substituição de carros;
- Manutenção e encargos com a secretaria.

Modernização e organização da gestão patrimonial

- Apresentar o bem adquirido ao Departamento de Patrimônio no ato de entrega antes de destiná-lo ao local definitivo;
- Todas as secretarias devem informar ao Departamento de Patrimônio, a transferência do bem entre departamentos ou entre as secretarias;
- Realizar inventário real de todos os bens;
- Dar baixa em todos os bens não encontrados;
- Dar baixa, reincorporar e etiquetar os bens não etiquetados e contratar empresa para levantamento;
- Descentralizar o controle e cadastro de bens móveis das Secretarias Municipais de Saúde, de Assistência Social e de Educação, mas subordinado ao Departamento de Patrimônio.

Implantação do Programa de Qualidade de Vida e Segurança do Trabalho na Administração Municipal

- Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT);
- Ginástica laboral;
- Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT).

Implementação e internalização o modelo de gestão de pessoas na Administração Municipal, programa de capacitação nas áreas de gestão pública, atendimento ao usuário, liderança e informática para os servidores municipais, programa de qualidade de vida e segurança do trabalho na Administração Municipal, revisão e implementação do Plano de Carreira dos Servidores Municipais e realização de pesquisa de satisfação dos clientes internos e externos

- Realização de concursos públicos e processos seletivos;
- Implantar Programa de Capacitação;
- Implantar Programa de Qualidade Total e Segurança do Trabalho;
- (SESMT + ginástica laboral).

Estruturação das Ouvidorias Municipais em rede e implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527 /11/2011)

- Estruturação das Ouvidorias Municipais, central e setoriais, em rede;
- Estruturação do Portal Municipal;
- Normatização da lei;
- Estruturação do Serviço de Informações ao Cidadão.

Melhoria dos canais de comunicação e informação com os conselhos de políticas públicas e a sociedade em geral

- Criação de Banco de Dados dos Conselhos Municipais e Conselheiros;
- Ampliar a articulação com a sociedade organizada, criação de Banco de Dados;
- Implantar rotina de comunicação eficaz com os conselhos e sociedade civil organizada.

Implementação da função delegada municipal em cooperação com Governo Estadual, monitoramento urbano (sistema de câmeras)/projeto digital e ampliação e melhoria da sinalização nas principais vias urbanas

- Manutenção e ampliação das ações do contrato de cooperação com a Polícia Militar e Departamento de Segurança;
- Manutenção e equipamentos das atividades do Departamento de Segurança;
- Ampliar e melhorar a sinalização principais vias urbanas.

Implantação do componente segurança do projeto digital

- Implantar o monitoramento urbano, com sistema de câmeras.

8.d | ASPECTOS ADMINISTRATIVOS – METAS

Estruturar e melhorar o controle interno

- Reduzir em 80% as irregularidades nos Processos de Controle Interno e Externo até dezembro de 2021.

Internalizar a cultura do planejamento e da gestão voltada para resultados

- Estruturar o Sistema Municipal de Planejamento em Rede.

Tornar-se uma cidade digital

- Disponibilizar o acesso de serviços e informações digitais em 100% dos bairros até dezembro de 2016.

Realizar a modernização da gestão municipal

- Assegurar a disponibilidade, qualidade e integração dos serviços de tecnologia de informação em 100% dos órgãos da Administração Municipal.

Valorizar e profissionalizar o serviço público municipal

- Ampliar o índice de satisfação dos clientes internos e externos em 60% até dezembro de 2016.

Melhorar o relacionamento institucional, a comunicação e a transparência da informação com a sociedade

- Implementar em 100% os processos estabelecidos na Lei de Acesso à Informação visando a melhoria da comunicação e a transparência das ações do Governo Municipal.

Promover uma gestão democrática e participativa

- Promover a participação e o controle social em 100% dos eventos e processos de formulação, planejamento e avaliação da gestão municipal.

Contribuir na redução dos índices de violência e acidentes de trânsito

- Reduzir em 50% os índices de criminalidade e o número de acidentes de trânsito até dezembro de 2017.

9. LEGISLAÇÃO PROPOSTAS

9.a | INSTRUMENTOS LEGAIS

Compõem o Plano Diretor, além da Lei Complementar que dispõe sobre o Plano Diretor de Nova Mutum, as seguintes legislações:

- **Lei do Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano**
- **Lei do Parcelamento do Solo Urbano**
- **Lei do Perímetro Urbano**
- **Lei do Sistema Viário**
- **Código de Obras**
- **Código de Posturas**
- **Código Ambiental**
- **Código Tributário**
- **Código Sanitário**

A **Lei do Zoneamento do Uso e da Ocupação do Solo Urbano** assegura a classificação dos diversos usos e atividades urbanas, bem como as suas tendências e formas de expansão, definindo as vantagens e restrições e os padrões de ocupação diferenciados, de modo a garantir uma adequada integração urbana, de acordo com as diretrizes deste Plano Diretor.

A **Lei do Parcelamento do Solo Urbano**, além de instituir percentuais mínimos para a implantação de sistema viário e equipamentos comunitários, fixa normas sobre a dimensão dos lotes, das quadras e dos logradouros públicos e sobre as exigências do poder público no que se refere à implantação de infraestrutura, de preservação do meio ambiente e de integração à malha urbana existente.

A **Lei do Perímetro Urbano** inclui a zona urbana e a zona de expansão urbana.

A **Lei do Sistema Viário** estabelece a classificação viária municipal, define as características geométricas e operacionais das vias, as atividades compatíveis com os diversos tipos de vias, as diretrizes viárias para as áreas urbanas, de expansão urbana e rural e as medidas recomendadas para pedestres e ciclistas.

O **Código de Obras e Edificações** institui parâmetros construtivos para os diversos tipos de edificações, critérios para a elaboração de projetos, normas técnicas de construção individual ou coletiva e exigências de natureza urbanística, espacial, ambiental e sanitária, submetendo o direito de construir ao princípio da função social da propriedade urbana.

O **Código de Posturas** fixa normas para o pleno exercício das atividades privadas de âmbito coletivo ou individual, sem prejuízo à qualidade de vida no município, e regulamenta o adequado uso dos logradouros públicos, de acordo com a dinâmica de ocupação, respeitada a qualidade ambiental.

O **Código Ambiental** define a atuação do município na questão de defesa e preservação do meio ambiente, incluído o Programa de Educação Ambiental.

O Código Tributário Municipal implementa medidas fiscais que assegurem o cumprimento da função social da propriedade urbana.

O Código Sanitário dispõe sobre a proteção, promoção e preservação da saúde, nos aspectos relativos a vigilância sanitária e preservação do meio ambiente.

COORDENAÇÃO GERAL

Enio Luiz Perin - Arquiteto/Urbanista

COORDENAÇÃO LOCAL

Djoni Demozzi - Arquiteto/Urbanista

EQUIPE DE APOIO

Aline Duarte Dutra
Carlos Ricardo Leal dos Santos
Elisangela Juliano Paris
Laiene Reis Amorim e Silva
Luciana de Fátima Alves da Silva
Natália Guzella Perin
Odair Rivelino de França Campos
Plínio Macedo Rodrigues
Renan Amorim Garcias
Renata Franzoi de Carvalho
Rogério Palhari Rodrigues
Solani Maria Arenz
Terezinha Aparecida Leite Arissava
Tiago da Silva Castro
Vaneli Cima

APOIO INSTITUCIONAL

Secretarias Municipais
Câmara de Vereadores
Ministério Público

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Sociedade Espírita Caminhos de Luz
Conselho Regional de Contabilidade – CRC
Conselho Regional de Medicina – CRM
Comunitá Italiana de Nova Mutum
Centro de Tradições Gaúchas – CTG
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias e Cooperativas de
Carnes e Derivados de Rações Balanceadas e da Alimentação – SINTRATUN
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Mutum
Sindicato Rural de Nova Mutum
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB
Grupo Anjos de Patas
Associação de Proteção dos Animais – APAAN
Rotary Clube
Augusta e Respeitável Loja Simbólica Acácia de Nova Mutum
Augusta e Respeitável Loja Simbólica Portal do Arinos
1º Serviço Registral de Nova Mutum
2º Serviço Notarial de Nova Mutum
Câmara de Dirigentes Lojistas de Nova Mutum – CDL
Associação Comercial e Empresarial de Nova Mutum – ACENM
Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Nova Mutum
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Nova Mutum – CREA
Empresas loteadoras de Nova Mutum

ANEXO



NOVA MUTUM (MT) E O PÓLO TECNOLÓGICO DO CERRADO BRASILEIRO

NOVA MUTUM (MT) E O PÓLO TECNOLÓGICO DO CERRADO BRASILEIRO

APRESENTAÇÃO

Em diversas regiões brasileiras, a exemplo de outros países, que têm no setor agropecuário o alicerce de seu desenvolvimento econômico e social, os municípios enfrentam, após período de crescimento acentuado, a estabilização e até regressão de suas cadeias produtivas, devido ao esgotamento de espaços e modelos para a expansão da produção agrícola e competitividade tecnológica.

A preocupação com o município permanecendo apenas como exportador de matéria-prima, com reflexos limitados para a melhoria qualidade de vida e formação intelectual e social da população, exige o planejamento do futuro, voltado ao crescimento sustentável e inserção da produção no mercado mundial, de forma cada vez mais competitiva, com a agregação de renda e valor ao setor primário.

Com isso, oportunizar a retomada do desenvolvimento de forma plena em todos os setores produtivos do município, passa a ser o grande desafio do poder público municipal, das lideranças, dos investidores e da comunidade, como agentes indutores do desenvolvimento.

Para dimensionar melhor a importância de agregação de valores às cadeias produtivas, basta comparar os preços de um quilo de grãos e o valor alcançado por um quilo de carne ou derivados, graças à transformação de proteína vegetal em proteína animal, muito mais valorizada no mercado nacional e internacional de alimentos.

Da mesma forma, é igualmente importante considerar que além de enfrentar as oscilações de mercado, decorrentes da lei da oferta e da procura, os preços dos produtos primários são sempre fixados pelos compradores, enquanto o valor dos manufaturados é estabelecido pelos fornecedores.

Além disso, não custa lembrar que a atividade primária é exercida a céu aberto, exposta às adversidades climáticas, enquanto a transformação dos produtos agrícolas é realizada em dependências cobertas e abrigadas, com as vantagens da geração de renda, empregos e tributos na indústria, na distribuição e na comercialização de seus produtos entre os consumidores.

Os países desenvolvidos adotaram ações com esses objetivos, através da implantação de Pólos Tecnológicos, Parques Tecnológicos, Incubadoras e Tecnópolis, tendo como base universidades, centros de pesquisas e escolas técnicas, com capacidade de gerar novos projetos e empresas de base tecnológica, viabilizando a implantação de empreendimentos competitivos, com elevado valor agregado e inseridos no mercado interno e externo.

Regiões com dificuldades ambientais e hídricas, como áreas áridas e semi-áridas, com baixa produção agropecuária, buscaram e buscam alternativas para o desenvolvimento através da disseminação do conhecimento e implantação de infraestruturas voltadas ao desenvolvimento baseado na inovação.

São os casos de Centros de Tecnologias de Informação, Novos Materiais, Química Fina e outros, através de novos pólos de desenvolvimento, como aconteceu na Índia, no ramo de informática, em países asiáticos em outros ramos da tecnologia e nos Estados Unidos, no Vale do Silício.

A nova proposta para o desenvolvimento local e regional, é gerar empregos através da criação de base técnica e científica, otimizando o uso dos recursos naturais, como os recursos hídricos, com sustentabilidade e o apoio à expansão da agropecuária e agroindustrialização.

Para isso, valorizando a sociedade do conhecimento e agregando valor às matérias-primas, através da verticalização industrial, reforçando a formação de capital humano, formado com base de excelência nas universidades e escolas técnicas desses setores.

Da mesma forma, igualmente aprimorando os profissionais de setores de técnicos e de graduados, bem como os recursos humanos das cadeias produtivas mais importantes e prioritárias do município, da região e do Estado.

Cada uma das nomenclaturas citadas a seguir, surgiram de acordo com as características de cada local e sua estrutura de recursos humanos e tecnológicos disponíveis, nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, capacidade de cadeias produtivas, competitividade agropecuária e industrial, infraestrutura e serviços relacionados ao desenvolvimento, como rodovias, hidrovias, linhas aéreas, ferrovias, posição geográfica e mercado consumidor.

● PARQUE TECNOLÓGICO

É a concentração geográfica de empresas, instituições de ensino, incubadoras de negócios, centros de pesquisas e laboratórios que criam ferramentas, condições e ambientes favoráveis à inovação tecnológica.

Na medida em que passam a compartilhar do mesmo ambiente, empresas, universidades, centros de pesquisas e investidores, geram e distribuem benefícios econômicos e sociais aos seus participantes e a comunidade.

Parque Tecnológico, portanto, compreende área física delimitada, convenientemente urbanizada, destinada às empresas intensivas em tecnologia, estabelecidas próximas às universidades e centros de pesquisas, com o objetivo de aproveitar a produção e capacidade científica e técnica dos pesquisadores e seus laboratórios.

● TECNÓPOLIS

Está relacionado a municípios, normalmente de médio e grande porte, onde em seu território urbano apresentam altas concentrações de universidades e centros de pesquisas, com recursos humanos altamente especializados, em diversos níveis, trabalhando em completa sinergia.

Assim, gerando recursos humanos, projetos e empresas, baseados no desenvolvimento científico e tecnológico, transformando-se em referência econômica a partir de empreendimentos resultantes dessa evolução.

● PÓLO TECNOLÓGICO

Também está relacionado a municípios que se transformam em referência em projetos de inovação e tecnologia, tornando-se Pólos Tecnológicos, abrangendo regiões mais amplas, com especialidades específicas em algumas cadeias produtivas e áreas de conhecimento.

Exemplo disso é Nova Mutum se transformando em Pólo Tecnológico nas cadeias produtivas de

oleaginosas, amidos, carnes e derivados, sem deixar de apoiar outros setores importantes da economia local, destacados em nível municipal e regional.

A opção pelo modelo de desenvolvimento tecnológico em Nova Mutum surgiu a partir da análise do perfil econômico do município, em trabalho amplamente discutido pela sociedade organizada, a partir da elaboração do Plano Diretor, que elencou as seguintes prioridades para o seu crescimento econômico:

- **Implantação de novo Distrito Industrial;**
- **Implantação do Parque Tecnológico;**
- **Implantação de Cursos Técnicos;**
- **Implantação de novos Cursos Tecnológicos de Ensino Superior Público;**
- **Formação de parcerias público-privadas;**
- **Implantação da Feira Tecnológica;**
- **Construção do Teatro Municipal dentro do complexo do Centro de Eventos;**
- **Implantação da Agência de Desenvolvimento de Nova Mutum.**

Pensando em seu desenvolvimento econômico, Nova Mutum elegeu o Pólo Tecnológico e o Parque Tecnológico como pilares da construção do futuro desejado para a cidade e sua população. Fará isso, agregando propostas e incorporando dentro da estrutura do Parque Tecnológico, em conjunto com ações de parcerias público-privadas e o Novo Distrito Industrial, as prioridades elencadas em seu Plano Diretor.

Na visão de longo prazo, foram levadas em consideração fatores fundamentais para o desenvolvimento harmônico e duradouro, como a inovação, sustentabilidade e valorização de ativos locais.

Dessa forma, Nova Mutum vislumbra-se como referência em inovação em agroindústria, buscando a expansão e aprimoramento de seus setores produtivos e levando em consideração a sustentabilidade ambiental. Para alcançar essa visão, Nova Mutum planeja cumprir os seguintes objetivos:

- **Viabilizar a infraestrutura física, financeira e o capital humano para as demandas da agroindústria;**
- **Estimular a cooperação público-privada para inovação;**
- **Posicionar Nova Mutum como Pólo de Competitividade em Agroindústria.**

Apresentamos a seguir os principais objetivos definidos e ações planejadas para a concretização dessas propostas:



OBJETIVO 1

VIABILIZAR A INFRAESTRUTURA FÍSICA, FINANCEIRA E CAPITAL HUMANO PARA AS DEMANDAS DA AGROINDÚSTRIA

● AÇÃO 1 – IMPLANTAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE NOVA MUTUM

Maneira eficiente de fomentar a inovação é a implantação de Parque Tecnológico, contando com universidades, empresas, centros de pesquisas e estabelecimentos de formação de recursos humanos, com ações voltadas ao objetivo coletivo.

Tais estruturas promoverão a sinergia e a confiança entre os agentes, fortalecendo sua competitividade por meio da cooperação.

Medida estratégica para o desenvolvimento do capital técnico e tecnológico de Nova Mutum, será a implantação e consolidação do Parque Tecnológico. Para isso, o apoio financeiro será fundamental, tanto de competência municipal, estadual e federal.

Além disso, a integração do parque a outras instituições de pesquisa e desenvolvimento será fator essencial para o fortalecimento desejado para a atividade produtiva e o município.

● AÇÃO 2 – FACILITAÇÃO DO ACESSO A FINANCIAMENTOS

O acesso a recursos e financiamentos é fundamental para o desenvolvimento tecnológico, caracterizado, muitas vezes, por ser um investimento de longo prazo. Além da desburocratização, agilidade do processo de avaliação de projetos para liberação de recursos e adoção de taxas mais atrativas,

torna-se necessária a criação de mecanismos para disseminar informações sobre editais, fundos e as melhores condições de financiamento.

Pensando nisso, se propõe como ação necessária a criação de instituição municipal que auxilie no processo de busca e obtenção de recursos, no caso a Agência de Desenvolvimento de Nova Mutum.

Suas atividades serão a centralização de informações sobre recursos financeiros para desenvolvimento de tecnologias, auxílio e capacitação de empresas para a elaboração de projetos atendendo requisitos de editais específicos e articulação de parceiros para obtenção de recursos, entre outras iniciativas.

A centralização dessas informações também será interessante no sentido de facilitar a busca por tecnologias por parte de empresas, aumentando a probabilidade de sua aplicação produtiva e a formação de parcerias para inovação.

Além disso, a Agência de Desenvolvimento será responsável pela gestão do Distrito Industrial e do programa de divulgação das potencialidades da comunidade, dentro de Plano de Marketing, além de agregar os diferentes parceiros locais, na busca do desenvolvimento econômico sustentável do município.

● AÇÃO 3 – FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE CONHECIMENTO

O capital humano demandado pela área de tecnologia é cada vez mais qualificado, conectado e interdisciplinar. Formações em áreas como engenharia, física, química e biologia estão entre as mais requisitadas, com ênfase em áreas transversais tais como a biotecnologia, tecnologia de alimentos, química fina, etc.

Nesse sentido, deverão ser ofertados em Nova Mutum cursos de formação visando subsidiar a inovação tecnológica, principalmente em agroindústria e outros grandes potenciais do município, além da adequação da grade curricular do curso de engenharia agrônoma.

As ofertas de formação profissional nas áreas estratégicas para o desenvolvimento deverão ser diversificadas e multiplicadas, principalmente no que se refere a cursos de pós-graduação, como especialização, mestrado e doutorado, além de capacitação e treinamentos de curto prazo.

O incentivo à realização de missões técnicas, tanto de alunos quanto de pesquisadores e empresários, será outro ponto importante para ampliar o aprendizado prático, por meio do conhecimento de experiências de sucesso.

Além de cursos tecnológicos, de graduação e pós-graduação, deverão ser oferecidos cursos de formação direcionados para agentes de inovação, com a finalidade de disseminar informações sobre as formas de proteção à propriedade intelectual.

Adicionalmente, será importante que o município adote políticas de valorização do profissional qualificado. Esta iniciativa poderá tanto incentivar a permanência desses profissionais na cidade, como atrair competências de outras localidades.

A confiança é um elemento fundamental para que se estabeleçam as relações de cooperação necessárias para a inovação. Neste sentido, criar contextos de maior segurança para os parceiros pode facilitar a realização de iniciativas, projetos e investimentos empreendedores.



OBJETIVO 2 **ESTIMULAR A COOPERAÇÃO PARA INOVAÇÃO**

● **AÇÃO 1 – PROMOÇÃO DA CONFIANÇA E DA CULTURA DE INOVAÇÃO**

Uma forma de incentivar parcerias é promover a elaboração de aparatos legais que especifiquem os direitos e deveres de cada parte, assim como a propriedade do resultado.

O Brasil possui regulamentações nesse sentido, tais como a Lei de Inovação, número 10.973/2004, e a Lei de Patentes, número 9.279/1996.

Contudo, por serem recentes, é necessário esforço de divulgação e assessoria para assegurar e reforçar sua observância.

Essa assessoria poderá ser realizada por meio de grupo de fomento à cultura de inovação, valorização do trabalho de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e aproximação de atores, facilitando, dessa forma, a cooperação para a inovação.

● **AÇÃO 2 – FACILITAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS**

Além da promoção da confiança, Nova Mutum deverá incentivar a cooperação para inovação por meio da promoção e atração de eventos técnicos e tecnológicos à região.

Essa medida propiciará mais oportunidades para o diálogo entre especialistas de diversas localidades e empresários locais, como também destacará a cidade como centro de eventos. O agente facilitador e operador desse processo, será a Agência de Desenvolvimento.

A aproximação entre universidade e empresa será outro pilar para o desenvolvimento tecnológico de Nova Mutum.

Essa cooperação deverá ocorrer em duas frentes, em desenvolvimento de pesquisas e no aperfeiçoamento profissional dos alunos, o que lhes propiciará maior experiência prática.

Nova Mutum poderá organizar rodadas de negócios entre universidade e empresas, de forma a promover a aproximação entre oferta e demanda relativas às pesquisas.

Adicionalmente, o município deverá empreender esforços para incentivar a utilização de tecnologias, por meio da elaboração de convênios e de conjuntos de instituições, como a Rede de Serviços Tecnológicos (RST).

Por fim, parcerias com os Núcleos de Inovação Tecnológica e Parques Tecnológicos regionais se fazem necessárias para a promoção da inovação, principalmente nas áreas de agroindústria.

● **AÇÃO 3 – IMPLEMENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TECNOLÓGICO.**

O pólo de competitividade pode ser entendido como a combinação geográfica de empresas e centros de formação e pesquisa, com governança específica focada na inovação.

O pólo é uma fase avançada de Parques Tecnológicos, recebendo frequentemente destaque estadual, nacional ou até mesmo internacional na sua área de atuação.

A implementação e desenvolvimento do Pólo Tecnológico e de Competitividade em Nova Mutum depende também de demais ações elencadas, como o fortalecimento da infraestrutura física, facilitação de recursos, cooperação, formação e retenção de pessoas qualificadas, conhecimento dos ativos do município e estabelecimento de governança adequada.

Além de realizar essas ações, Nova Mutum planeja implementar programa de promoção da cidade como Pólo Tecnológico, reunindo esforços para disseminar o mesmo desejo em todos os atores locais envolvidos.



OBJETIVO 3

ESTABELECEMOS NOVA MUTUM COMO PÓLO TECNOLÓGICO E DE COMPETITIVIDADE NA AGROINDÚSTRIA

● AÇÃO 1 – SISTEMATIZAÇÃO DE ATIVOS TECNOLÓGICOS DO MUNICÍPIO

Conhecer os ativos tecnológicos do município é o primeiro passo para posicionar Nova Mutum como referência em inovação sustentável em agroindústria.

Levantamentos preliminares neste sentido já foram realizados e em andamento está a elaboração do Cadastro Industrial e de Serviços do município.

Nesse sentido, o levantamento dos ativos tecnológicos, das demandas tecnológicas das empresas e das tecnologias necessárias para alcançar melhor nível de sustentabilidade ambiental, torna-se fundamental.

Com esse levantamento, as informações serão sistematizadas e consolidadas num Banco de Dados sobre ativos tecnológicos do município. Esse banco de informações é estratégico para a tomada de decisões, tais como, por exemplo, aquelas que se referem à priorização de investimentos.

Ao implementar esforços que levem em consideração ativos já existentes, o município aproveitará a infraestrutura, o conhecimento adquirido e as redes de parcerias já constituídas.

Assim, ganhará agilidade em ações que propiciem o desenvolvimento técnico e tecnológico, reduzindo os riscos de investimentos públicos privados.

● **AÇÃO 2 – GOVERNANÇA DO PÓLO TECNOLÓGICO E DO PARQUE TECNOLÓGICO DE NOVA MUTUM**

Além do conhecimento sobre os ativos tecnológicos do município, a constituição de governança para a área de Capital Técnico e Tecnológico é apontada como importante, visando otimizar esforços nessa área.

Ao estabelecer a gestão tecnológica, pela Agência de Desenvolvimento, o município facilitará a coordenação de ações voltadas para a consolidação de Nova Mutum como Pólo de Competitividade e Excelência em Agroindústria e dessa forma garantirá visão sistêmica aplicada às ações em P&D, evitando duplicidade de iniciativas.

O estabelecimento da governança deverá se sustentar na adoção de modelo de gestão participativa, pois o engajamento do maior número possível de atores será fundamental para induzir a cooperação para a inovação e o desenvolvimento tecnológico regional.

● **AÇÃO 3 – CONSOLIDAÇÃO DE NOVA MUTUM COMO PÓLO TECNOLÓGICO.**

O Pólo Tecnológico, portando, deverá ser reconhecido como concentração ou combinação geográfica de empresas e centros de formação e pesquisa, com governança específica, voltada à inovação.

Como fase avançada de Parques Tecnológicos, o pólo certamente logo ganhará destaque estadual, nacional ou até mesmo internacional, em sua área de atuação.

A implementação e desenvolvimento do Pólo Tecnológico de Nova Mutum, vale repetir, dependerá de muitas ações já citadas, como fortalecimento da infraestrutura física, disponibilidade de recursos, cooperação, formação e retenção de profissionais qualificados, conhecimento de ativos do município e estabelecimento de governança.

Além de realizar essas ações, o município deverá implementar programa de promoção e valorização da cidade como Pólo de Competitividade, somando esforços para disseminar o mesmo propósito entre todos os atores locais envolvidos.

PARQUE TECNOLÓGICO DE NOVA MUTUM

Áreas e cadeias produtivas a serem desenvolvidas no Parque Tecnológico:

- Amidos
- Oleaginosas
- Carnes

ESTRUTURA DO PARQUE TECNOLÓGICO

1. SEDE DA AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE NOVA MUTUM.

Sede Administrativa da Agência de Desenvolvimento de Nova Mutum.

Espaço Administrativo de gestão da agência e do Parque Tecnológico.

Centro de Eventos e Convenções.

Estrutura para grandes eventos, convenções, reuniões, rodadas de negócios, seminários, serviços “on line”, biblioteca virtual, capacitação profissional, com anfiteatro, salas de treinamentos, salas de apoio, salas de encontros e sala de negócios “on line”.

Incubadora Tecnológica

Terá o objetivo de incubar projetos, idéias e empresas, geradas na área de desenvolvimento de produtos e processos ou projetos externos, contando com espaço físico disponível e adequado para uso compartilhado de laboratórios e toda a estrutura do parque, visando a geração de empresas de tecnologia e inovação para o mercado.

Laboratórios de Controle de Qualidade e de Certificação para agroindústrias

Serão Laboratórios de Referência em Microbiologia e Físico-Química de Alimentos, Análise Sensorial de Solos e Meio Ambiente, para apoio às empresas a serem geradas e as existentes na região e no Estado.

Oficina de Apoio e Capacitação

Oficina com função de produção de equipamentos e peças para as plantas-pilotos e as empresas incubadas, servindo também como unidade de apoio para capacitação de técnicos no setor de metal mecânica e eletrônica.

Unidade de Utilidades

Unidade para fornecimento de gás, vapor, ar comprimido e energia elétrica gerada em painéis solares para incubadoras, protótipos e laboratórios.

Setor de Desenvolvimento de Produtos e Processos

Unidades-piloto, com fábricas em escala-modelo, para desenvolvimento de produtos e processos nas áreas de amido, carnes e oleaginosas, para apoio às indústrias instaladas, visando a melhoria do processo de produção e equipamentos e para as futuras empresas incubadas. Área total: 26 hectares ou 260.000 m².

2. CAMPUS UNIVERSITÁRIO TECNOLÓGICO

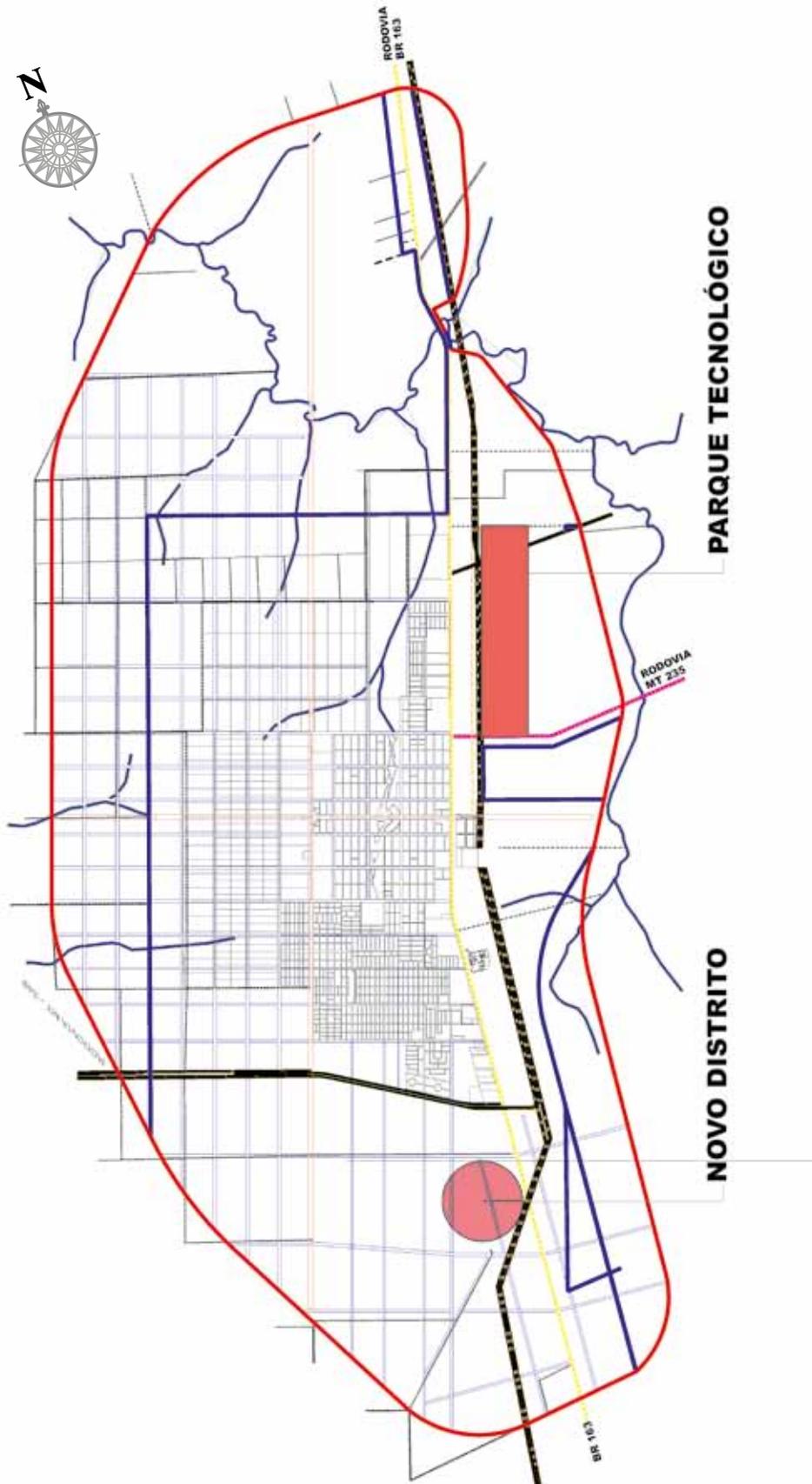
Espaço para implantação de universidades, centros de pesquisa, escolas, com cursos nas áreas tecnológicas e afins, dos setores priorizados. Área total: 45 hectares ou 450.000m².

3. FEIRA TECNOLÓGICA AGROTECNOLÓGICA

Espaço para eventos ligados à área de agrotecnologia, com infraestrutura básica de lotes para mostras de tecnologias, energia, água, pavimentação, estacionamento, banheiros, áreas de circulação e outros. Área total: 57 hectares ou 570.000 m².

4. SETOR DE DIFUSÃO E PESQUISA AGRONÔMICA

Área para pesquisa científica e empresarial, pública e/ou privada, na área de agropecuária e desenvolvimento agropecuário sustentável, para as cadeias produtivas locais e regionais. Área total: 50 hectares ou 500.000 m².



FLUXOGRAMA – ORDENAMENTO DAS ENTIDADES, PROJETOS E AÇÕES PARA CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO PARQUE TECNOLÓGICO DE NOVA MUTUM

1. ENTIDADES

Empresas
Novos Empreendedores
Produtores rurais
Universidades (IES)
Centros de Pesquisa
Governos Federal, Estadual e Municipal

2. ENGAJAMENTO

Vontade Política
Coordenação
Acreditar no Projeto
Apoiar e Criar a Mentalidade de Empreendedorismo

3. MECANISMOS

Instituir Programas e Mecanismos de Apoio
Participar e Criar Programas Internos de P&D
Associativismo e Cooperativismo e Formação de Capital de Risco
Ações Direcionadas a P&D em Agroalimentos

4. AÇÕES

Rede de Informações (RST)
Feiras e Eventos
Desenvolvimento de Produtos e Processos
Controle de Qualidade
Incubadora Tecnológica
Capacitação de Recursos Humanos

5. PROJETO

Parque Tecnológico de Nova Mutum

6. COORDENAÇÃO

Agência de Fomento de Nova Mutum



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Nova Mutum